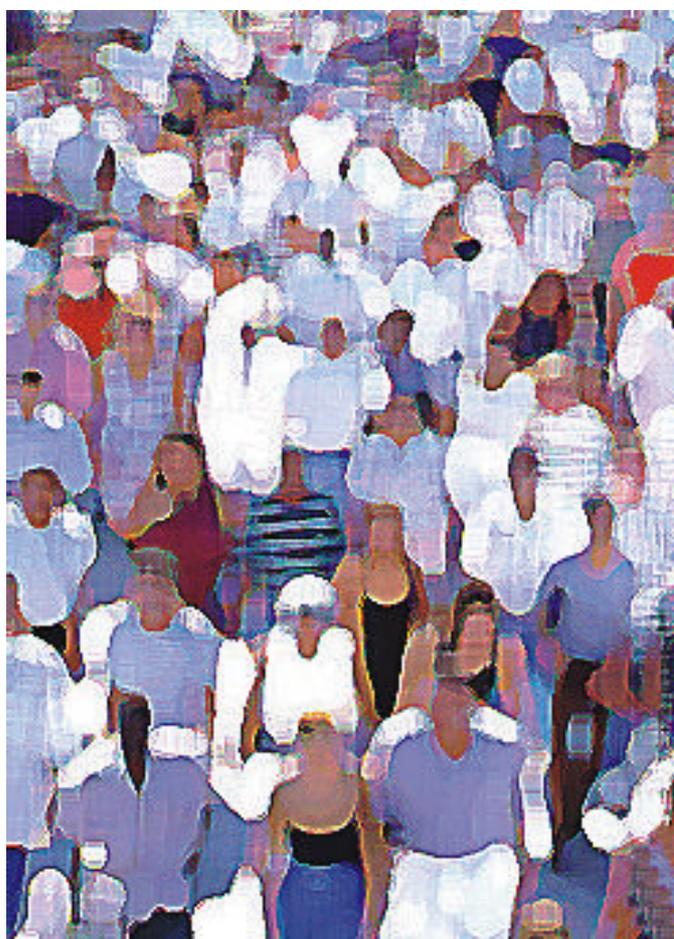




Governo do Estado de Minas Gerais

# Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

**PMDI**



**Uma Estratégia  
para o Desenvolvimento  
Sustentável**

**2000 - 2003**

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
Superintendência Central de Planejamento Econômico e Social

# **PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**

**Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável**

**2000 - 2003**

**BELO HORIZONTE**

**1999**

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**  
**Superintendência Central de Planejamento Econômico e Social**  
**Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Santo Agostinho**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30.140-082**

Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento Econômico e Social.  
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável - 2000-2003.  
Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999.  
173 p.

1. Planejamento econômico - Minas Gerais. I. Título

CDU: 338.984.31(815.1) "2000-2003"

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 04 |
| I. CENÁRIO ATUAL E AS PERSPECTIVAS DO PAÍS E DE MINAS GERAIS.<br>.....                                      | 09 |
| 1.1. Balanço da Situação Macroeconômica. ....   | 10 |
| 1.1.1. O Produto Interno Bruto (PIB): O Crescimento Contido. ....   | 10 |
| 1.1.2. Formação Bruta de Capital Fixo: Investimentos em declínio.<br>.....                                  | 12 |
| 1.1.3. Comércio Exterior: Exportações e Importações diante da<br>Abertura Econômica.....                    | 12 |
| 1.1.4. A Perpetuação dos Desequilíbrios Interegionais de<br>Renda.....                                      | 13 |
| 1.2. Tendências Demográficas e Impactos Sociais. ....   | 14 |
| 1.2.1. Impactos Demográficos e Sociais. ....  | 14 |
| 1.2.2. As restrições Orçamentárias do Estado. ....  | 15 |
| 1.3. Alternativas e cenários para o Estado 2000/2003. ....  | 18 |
| 1.3.1. Tendências e Cenários para a Economia Brasileira. ....   | 18 |
| 1.3.2. A realidade sócio-econômica e os cenários para Minas Gerais....                                      | 19 |
| II. AS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO. ....  | 24 |
| 2.1. As Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado Minas Gerais. ....                                      | 25 |
| 2.2. A Opção Metodológica e a Visão do Estado: a reinserção social,<br>econômica, política e ambiental..... | 29 |
| III. A ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE<br>MINAS GERAIS. ....                               | 32 |
| 3.1. O Papel do Estado. ....  | 34 |
| 3.2. A Gestão Pública. ....   | 34 |
| 3.3. O Mercado Interno e a Expansão da Base Econômica: a redução da<br>vulnerabilidade. ....                | 35 |
| 3.4. O Papel dos Municípios. ....   | 35 |
| 3.5. O Caráter Estratégico dos Recursos Hídricos. ....  | 36 |
| 3.6. A Promoção da Mudança Social e da Qualidade de Vida. ....  | 36 |
| 3.7. O Fortalecimento do Planejamento. ....   | 37 |
| 3.8. Montagem de um Sistema Estadual de Informação. ....  | 38 |
| 3.9. O modelo de participação social por regiões e dimensões.....   | 39 |

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| IV.    | DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ....   | 41  |
| 4.1.   | A sustentabilidade da Economia Mineira e o Papel do Estado. ....   | 41  |
| 4.1.1. | A questão fiscal e tributária. ....  | 42  |
| 4.1.2. | O desenvolvimento industrial. ....   | 45  |
| 4.1.3. | O desenvolvimento agropecuário. ....   | 65  |
| 4.1.4. | Infra-estrutura para o desenvolvimento. ....   | 70  |
| 4.2.   | O Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Dimensão Ambiental e a Promoção do Trabalho e da Renda. .... | 81  |
| 4.2.1. | Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. ....                              | 81  |
| 4.2.2. | A dimensão ambiental. ....   | 84  |
| 4.2.3. | A promoção do trabalho e da renda. ....  | 87  |
| 4.3.   | A Dimensão Social do Desenvolvimento e as Políticas Pertinentes. ....                                      | 92  |
| 4.3.1. | Educação. ....   | 94  |
| 4.3.2. | Cultura. ....  | 96  |
| 4.3.3. | Saúde. ....  | 97  |
| 4.3.4. | Segurança Alimentar. ....  | 100 |
| 4.3.5. | Saneamento Básico. ....  | 101 |
| 4.3.6. | Habitação Popular. ....  | 103 |
| 4.3.7. | Defesa Social. ....  | 105 |
| 4.3.8. | Desenvolvimento Social. ....   | 107 |
| V.     | REGIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO  | 109 |
| 5.1.   | Introdução. ....   | 109 |
| 5.2.   | Nota Metodológica sobre as Matrizes de Planejamento. ....  | 111 |
| 5.3.   | Matrizes de Planejamento Situacional. ....   | 114 |
| VI.    | ANEXOS.....  | 132 |
| 6.1.   | TABELAS. ....  | 133 |
| 6.2.   | MAPAS. ....  | 151 |

## INTRODUÇÃO

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável - exposto neste documento e encaminhado ao debate da sociedade e de seus representantes, abrange o período de 2.000/2.003, mas pretende reorientações na vida do Estado de Minas Gerais cujo alcance ultrapassa esse horizonte. Trata-se da resposta do atual governo à obrigação expressa na Constituição do Estado, que prevê a apresentação de um plano plurianual de desenvolvimento por parte do executivo. O Plano propõe um outro rumo aos mineiros, que não aquele que vimos trilhando há mais de uma década, em especial durante os anos mais recentes.

Trata-se de dotar o Governo Estadual de uma estratégia nova, em conformidade com a decisão de construir alternativas ao caminho imposto pelas políticas macroeconômicas federais em vigor e por formas de governo que tendem a esgarçar o tecido da federação brasileira, a submeter os poderes independentes, a concentrar autoritariamente as decisões e a entregar a soberania do país aos grandes centros do interesse privado internacional, bem como a segmentos das elites nacionais.

Numa conjuntura de imensas dificuldades que se antepõem aos Governos que pretendem responder aos anseios de melhoria social e democratização da sociedade brasileira, o Plano procura retomar o papel de Minas Gerais na Federação de diferentes maneiras: ao recusar a subordinação estrita aos interesses econômicos e financeiros que dominam o país, ao propor a reconstrução das instâncias estadual e municipal de planejamento do desenvolvimento, fragilizadas ao longo de vários governos e decisivas para a construção de um perfil econômico e social mais adequado às potencialidades regionais, e ao sublinhar nosso papel histórico na vida política nacional. Dessa forma, estabelece alternativas à destruição continuada dos pequenos e médios empresários, à perda de competitividade das empresas nacionais, mesmo aquelas com tecnologia de ponta, à desestruturação de cadeias produtivas tradicionais da economia brasileira, à venda perdulária de ativos estatais e privados nacionais ou à associação subordinada dos capitais nacionais a grupos econômicos estrangeiros. Coloca no centro das preocupações governamentais o crescimento com equidade social, e a sensibilização do poder público para seu verdadeiro papel na construção de uma sociedade mais justa e mais humana, não sendo apenas o instrumento para a prevalência dos interesses materiais mais poderosos.

Para isso, aponta a retomada do papel importante que tem o poder estatal na construção do desenvolvimento e na alocação de recursos entre os principais capitais atuantes na economia, de forma a orientar o processo econômico e social, seja através de seus principais instrumentos - as empresas e agências estatais - seja pela reestruturação da máquina pública de planejamento e gestão, e a recuperação dos serviços públicos.

Se nos modelos anteriores o desenvolvimento gerava marginalização social, ampliada nos períodos de recessão econômica, o atual modelo de monopólio, com alto conteúdo técnico e direcionado exclusivamente para o corte de custos e obtenção de rentabilidade máxima, torna factível um cenário paradoxal de crescimento econômico com taxas crescentes de

desemprego estrutural e, portanto, de aumento da marginalização social. Isto é tanto mais grave quanto mais intensas são as políticas de desregulamentação e a degradação dos sistemas de seguridade social do país, conduzindo a níveis ainda mais absurdos de violência e desamparo da população.

As políticas macroeconômicas e complementares do governo federal têm sido pautadas, desde 1995, para servir aos objetivos das corporações empresariais, apesar dos alertas sobre suas conseqüências desastrosas para o país como Nação e para a população como povo. As crises vindas à tona do final de 1998 e início de 1999 agravaram essas situações. Tiveram, porém, o mérito de desvelar a verdade escondida sob um espesso manto de propaganda e publicidade enganosas a respeito da realidade da União, estados, municípios e sociedade brasileiros.

Ao confrontar-se com essa realidade, o governo Itamar Franco viu-se compelido a optar entre a continuidade das estratégias setoriais e das orientações neoliberais, que fragilizaram a capacidade instalada de planejamento do Estado, privatizaram o patrimônio público e reduziram o papel do governo no tocante a políticas sociais, ou, ao contrário, adotar um novo caminho, que resgatasse a importância do planejamento como instrumento do desenvolvimento e da reconstituição do Estado, tendo por base uma ampla participação da sociedade.

Esta não foi uma decisão fácil, tanto pela situação da máquina governamental, quanto pela exigüidade do tempo disponível, face aos prazos constitucionais. As equipes técnicas de planejamento estavam desmanteladas, através das políticas de remuneração, dos programas indiscriminados de desligamento voluntário e da extinção de órgãos. Em sua maior parte haviam perdido a capacidade de identificar e interpretar os grandes problemas sociais, econômicos e políticos do Estado, criando-se uma gestão em que dominavam interesses particulares e a aceitação acrítica das decisões do Governo Federal. Isso explica porque o Governo Estadual anterior e atualmente o Governo Federal contrataram o planejamento governamental a consultorias privadas e até internacionais que podem saber ler números e tendências globais, mas são insensíveis aos sentimentos e as aspirações mais profundas dos mineiros e dos brasileiros.

Este estilo de atuação, que coloca o mercado acima e fora do controle do Estado, contribui para romper os laços da coesão e de solidariedade social de grupos e regiões de Minas e do país. Ao invés de regular e corrigir as disparidades do mercado, atua reforçando o modelo concentrador e ampliando a exclusão social, intensificando as disparidades regionais, promovendo a degradação dos recursos naturais, comprometendo as gerações futuras.

A consciência de que a razão de ser do governo deve ser a capacidade de proteger os cidadãos das inseguranças resultantes do mercado, bem como de recuperar a abrangência e o conteúdo do controle democrático sobre a vida econômica, colocando o homem como parte essencial do processo de desenvolvimento, conduziu o Governo Itamar Franco a optar pela elaboração de um Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado que resgatasse a capacidade de planejamento governamental.

Para concretizar essa missão, as equipes de planejamento realizaram um esforço concentrado de mobilização, num curto espaço de tempo, para definir um novo patamar conceitual e operacional, sobre o qual possa ser assentada uma nova estratégia do desenvolvimento. Convergiaram para uma metodologia que formulasse um plano de

desenvolvimento, cujo foco fosse o desenvolvimento regional com ampla participação social, de maneira a acolher a percepção e as escolhas da sociedade mineira e capaz de mobilizar suas energias e seus recursos, através de parcerias e da cooperação.

Desse modo foram elaboradas as diretrizes que constituem os parâmetros da ação governamental, a serem debatidas com a população e desdobradas em programas e projetos regionais. Por seu conteúdo, elas colocam Minas Gerais em direção contrária à orientação que tem prevalecido no país, de concentração do poder econômico, social e político a favor de minorias sociais e sob a tutela da esfera federal. Pretendem integrar o desenvolvimento, e não subordiná-lo aos interesses estritamente mercantis que fragmentam o território nacional, relegando as regiões e as populações mais pobres à própria sorte.

Retomam, pois, em novas bases, o papel precípua do Estado na orientação e promoção do crescimento econômico, visando recuperar sua capacidade de poupança e investimento, promover o avanço tecnológico e considerar a diversidade de potenciais regionais, sem gerar a exclusão social e a deterioração ambiental, e garantir as condições que tornem o Governo não apenas eficiente, mas transparente ao controle e à participação dos cidadãos.

A Implementação de uma estratégia dessa natureza exige a instituição de mecanismos de articulação e consulta subregionais e locais, que façam emergir as propostas a serem incorporadas às políticas públicas e aos programas de desenvolvimento.

O documento foi construído buscando-se incorporar concepções inovadoras, como a de sustentabilidade do desenvolvimento, que rompam as distorções presentes na experiência histórica brasileira, retomando criticamente e atualizando a tradição mineira de planejamento. Houve, sobretudo, intensa mobilização do corpo técnico e funcional disponível nas diferentes áreas do Estado, que respondeu com entusiasmo à tarefa de reconstruir o planejamento público em situação tão crítica. O conjunto extremamente rico de documentos setoriais que subsidiaram esse Plano, com o concurso de duas centenas de colaboradores, encontra-se organizado em volume anexo e demonstra, com clareza, a importância e a valorização da função pública em Minas Gerais.

É com base nesses pressupostos e contribuições que este **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado** desenvolve sua exposição. O **Capítulo I - Cenário Atual e Perspectivas do País e de Minas Gerais**, realiza um detalhado balanço da situação macroeconômica procurando retirar desse quadro as conseqüências políticas e sociais e apontando as alternativas para o Estado, através de cenários prospectivos para o período 2000-2003. Sugere-se, ao final, uma perspectiva em que o cenário mais realista possa ser alterado para melhor, dentro de certas condições que o estado vem procurando construir.

O **Capítulo II - Diretrizes do Desenvolvimento para o Estado**, procura recuperar, no plano estadual, os pilares sobre os quais se sustentam os projetos de desenvolvimento das nações modernas, ameaçados pelo modelo econômico e político imposto pelo governo Federal, e procura traçar os grandes parâmetros de ação governamental, na busca da integração econômica e social. São eles: adotar um novo padrão de relacionamento Estado/sociedade, aberto à participação dos diferentes atores econômicos e sociais; resgatar a federação e as instâncias de nível local e regional; retomar o papel do Estado promotor do crescimento econômico e social com sustentabilidade; sanear as finanças estaduais, recuperando sua capacidade de poupança e investimento; promover um novo padrão de desenvolvimento regional; dar prioridade ao desenvolvimento científico e tecnológico;

incluir na economia os grupos sociais marginalizados e garantir condições institucionais que tornem o governo eficiente.

Essas diretrizes são, por sua vez, baseados em uma estratégia de desenvolvimento sustentável para Minas Gerais, tendo como foco o crescimento regional e uma ampla participação da sociedade. Essa proposição não deve se reduzir à visão dos governantes, mas incorporar em orientações, programas e projetos, a leitura e as escolhas dominantes na sociedade, não se limitando à do Governo. Pretende-se, assim, mobilizar energias e recursos disponíveis de protagonistas sociais diversos, através de parcerias e da cooperação.

**O Capítulo III - A Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais** trata da definição do papel do Estado, da gestão pública, do mercado interno e da expansão de sua base econômica, dos municípios, do caráter estratégico dos recursos hídricos, do fortalecimento do planejamento, da promoção da mudança social e da qualidade de vida e do modelo de participação social por dimensões e regiões.

Essa estratégia tem, como **objetivos centrais** do modelo de desenvolvimento, a elevação da qualidade de vida e a busca da equidade social; como **pré-requisitos** e condições necessárias, a eficiência econômica, o equilíbrio macroeconômico e o crescimento, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade; e, como **condicionante decisivo**, a dimensão ambiental, tendo em vista as gerações futuras.

**O Capítulo IV - Dimensões do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável**, destaca as três grandes articulações a serem compatibilizadas no planejamento mineiro para que sejam alcançados os objetivos de crescimento econômico com elevação da qualidade de vida e equidade social: a sustentabilidade da economia; o desenvolvimento científico e tecnológico, a preservação ambiental e a promoção do trabalho e da renda; e as dimensões sociais do desenvolvimento.

Os grandes eixos para garantir a sustentabilidade da economia mineira residem na **recuperação da capacidade estatal** para poupar, realizar investimentos e empreender reformas sociais, e na **recuperação da capacidade interna de Minas Gerais de gerar riqueza social**. Procura-se articular o tratamento detalhado da questão fiscal e tributária, do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento agropecuário e da infra-estrutura para o desenvolvimento, conformando um quadro de potencialidade real de crescimento. Quanto às dimensões sociais do desenvolvimento, devem ser equacionadas de acordo com os direitos à cidadania e definem as políticas públicas no âmbito da educação, cultura, saúde, segurança alimentar, saneamento básico, habitação, defesa social e desenvolvimento social, conduzindo a integração e à elevação da sociedade a um novo patamar ético e cultural.

**O Capítulo V - Regionalização do Planejamento para o Desenvolvimento**, pretende iniciar o macro-diagnóstico das diversas regiões características de Minas Gerais, através da construção de um conjunto de matrizes de planejamento. Nelas se estabelecem as linhas de articulação entre dimensões e políticas necessárias nessas regiões, e enfatiza-se o papel positivo e indispensável da participação da sociedade. Retoma-se, pelo particular e específico, as linhas metodológicas básicas que orientaram os diagnósticos da situação brasileira e mineira e a definição das diretrizes e das estratégias para o desenvolvimento sustentável do estado.

Desse modo, a idéia da regionalização se contrapõe à concepção hegemônica de que o mundo é constituído por redes interconectadas com base nas densidades técnicas, na

capacidade de informação e na velocidade, que submetem os territórios políticos e a vida social cotidiana. Esse espaço em rede está redesenhando o Brasil, fazendo com que parte crescente da dinâmica regional seja comandada pelas empresas globais, que pouco têm a ver com as opções da sociedade brasileira. Sua pretensão é ligar os pedaços dinâmicos do território ao mercado global, através dos chamados *eixos nacionais de integração e desenvolvimento*. Conformam-se, então, ilhas dinâmicas, articuladas ao mercado externo, mas cercadas por espaços abandonados. Em lugar de políticas regionais de integração e desenvolvimento, configuram-se guerras e disputas fiscais e por atração de investimentos, numa dinâmica seletiva e destrutiva da Nação e da solidariedade interregional.

Nesse caso, o Estado renuncia à condição de formulador de estratégias, submetendo-se completamente à lógica de atores privados. Para contrapor-se a essa lógica, viabilizar objetivos nacionais abrangentes, promover a desconcentração da riqueza e do desenvolvimento e realizar um processo de integração equilibrado, é essencial retomar o planejamento regional, articulando-o ao planejamento estadual e nacional.

Operando numa estrutura em matriz, com macro-políticas articuladas a programas e projetos locais, produzidos não por instâncias técnicas isoladas, mas pela interlocução permanente com a sociedade, através do planejamento participativo, incorpora-se a diversidade de Minas Gerais.

É nesse contexto de grandes adversidades que Minas Gerais pode assumir a missão histórica de abrir caminhos, não só para o Estado, mas para o Brasil, definindo políticas macroeconômicas e macro-sociais que revertam o quadro de inserção subordinada do país à globalização e proponham à federação brasileira ingressar num caminho de inovação social e construção de alternativas.

## **I - CENÁRIO ATUAL E AS PERSPECTIVAS DO PAÍS E DE MINAS GERAIS**

As diretrizes políticas que orientaram a economia brasileira durante a década de 90 revelaram-se, pela lógica intrínseca de sua arquitetura e de seus principais componentes, altamente avessas ao crescimento econômico.

Assentado nos pilares do Consenso de Washington, o modelo econômico adotado divorciou-se da produção e rompeu compromissos com a geração de empregos. Ao mesmo tempo, abriu as portas do país para as importações estrangeiras, valorizou o câmbio, elevou exageradamente as taxas de juros internas, aboliu os controles existentes sobre o movimento de capitais externos de curto prazo e desfechou uma guerra, sem tréguas, aos mecanismos de regulamentação da economia.

Além disso, para assegurar a desmontagem do aparato de planejamento governamental, em seus três níveis, e garantir a construção do “Estado mínimo” - condição *sine qua non* para que, livres, as forças do mercado corrigissem os desequilíbrios existentes no país -, a política econômica passou a tratar, à míngua, as unidades que compõem a Federação.

Este modelo, implantado para realizar uma profunda reestruturação patrimonial de todos os ramos e setores da economia brasileira, com sua subordinação ao predomínio monopolístico e/ou oligopolístico de capitais privados corporativos estrangeiros, privados e estatais, tem resultado numa concentração de patrimônio e de renda em patamares cada vez mais elevados, agravando os desequilíbrios que supostamente deveria corrigir.

Modificado e aprofundado em alguns períodos da década, este padrão de centralização de capitais enredou o país na armadilha do câmbio sobrevalorizado e das elevadas taxas de juros, acarretou consequências desastrosas para a atividade econômica interna, para os resultados da balança comercial, para os níveis de emprego da economia, para as finanças públicas de uma maneira geral e para o financiamento das políticas sociais.

Fortemente dependente do capital financeiro especulativo para o financiamento dos desequilíbrios do país – internos e externos –, que se acentuaram numa velocidade preocupante, aumentando sua vulnerabilidade, este modelo, atuando como uma trava do crescimento, terminou por retirar da sociedade, aos poucos, a esperança nele depositada de que aos sacrifícios exigidos pela estabilidade monetária se seguiria uma era de bonança e prosperidade econômica.

Contrariamente, depois de mais de cinco anos de vigência do principal programa implementado com este conteúdo, o país se vê às voltas com um quadro econômico e social em progressiva deterioração. Encontram-se desmontados os instrumentos de desenvolvimento regional e colocado em xeque o pacto federativo, diante da falência financeira dos estados e municípios. Tudo isso sem que o Governo Federal disponha, para reverter a situação, de instrumentos e capacidade – técnica, administrativa e financeira –, e sequer de autonomia, na condução da política econômica, transferida para o Fundo Monetário Internacional - FMI e a comunidade financeira internacional, por força do acordo com eles realizado.

As conseqüências deste modelo para as unidades que compõem a federação são evidentes e o Estado de Minas Gerais não poderia ileso delas escapar. Isto porque não existe uma economia mineira como tal, autárquica e imune às influências da economia nacional. Apesar de dotada de dinamismo próprio, a atividade econômica do Estado encontra-se

influenciada pelo comportamento da economia brasileira, não dispendo a sua política econômica de grau de liberdade suficiente para implementar programas que compensem totalmente a ação deletéria do Governo Federal na constituição deste quadro.

Uma avaliação dos indicadores econômicos e sociais mais relevantes, que mostram como a economia brasileira e mineira foram afetadas nesta década com a implementação do modelo em questão, serve para retratar as dificuldades atuais com que ambas se defrontam, os desafios que terão que enfrentar e também as alternativas que se apresentam para que o Estado de Minas Gerais possa substituir o futuro nada promissor que se desenha para sua população por outro comprometido com a esperança de dias melhores.

## **1.1. Balanço da Situação Macroeconômica**

### **1.1.1. O Produto Interno Bruto (PIB): O Crescimento Contido**

Influenciado pelas políticas restritivas que dominaram a década de 90, o Produto Interno Bruto da economia brasileira deverá atingir, em 1999, a casa dos 544,6 bilhões de dólares<sup>1</sup>, revertendo uma tendência crescente, embora declinante, que teve início em 1995. Este número diz pouco quando não mediatizado pelo contingente demográfico: o produto per capita brasileiro somará 3.321 dólares neste ano. Por sua vez, a economia mineira deverá alcançar US\$ 47,2 bilhões (8,67% da produção nacional) e um produto per capita de 2.745 dólares (82,6% da média do país). (Ver Tabelas 1 e 2 do Anexo Estatístico)

Esta ordem de grandeza fica melhor qualificada quando comparada à de economias conhecidas, sejam elas mais desenvolvidas, intermediárias ou menos desenvolvidas. O Produto Interno Bruto médio dos países do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá) atingiu 2,7 trilhões de dólares em 1995. Já seu produto per capita alcançou 25.174 dólares no mesmo ano<sup>2</sup>

O PIB do México alcançou em 1998 US\$ 414,2 bilhões, enquanto o da China foi de US\$ 981,6 bilhões e o da Argentina de US\$ 288,0 bilhões. O PIB per capita, por outro lado, foi de US\$ 4.323,6, US\$ 785,8 e US\$ 8.028,7, respectivamente.

No período compreendido entre 1989 e 1999, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu apenas 1,65% ao ano e o produto per capita 0,21%, tendendo a zero. Em outras palavras, o país não só estagnou o crescimento de seu produto interno como empobreceu sua população. Processo semelhante ocorreu com a economia mineira, embora esta tenha apresentado melhor desempenho. No mesmo período, o produto de Minas Gerais cresceu 2,35% ao ano e o seu produto per capita 1,04%.

Mais uma vez, esta magnitude de crescimento é melhor compreendida quando comparada à de outros países. Entre 1985 e 1995 o produto per capita dos países do Grupo dos Sete cresceu à taxa de 1,55% ao ano<sup>3</sup>, enquanto o do México foi de 2,5% a.a., o da China de 12,9% a.a. e o da Argentina de 7,6% a.a., no período de 1990 a 1994.

---

<sup>1</sup> Todos os números citados neste capítulo encontram-se no Anexo Estatístico, quando não explicitada a fonte.

<sup>2</sup> Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1997. (Média Ponderada)

<sup>3</sup> Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1997. (Exclusive Alemanha, média não-ponderada))

Considerando o período de forma desagregada é possível confirmar que foram diferentes as trajetórias de crescimento observadas tanto para a economia brasileira como para a mineira, alternando-se períodos de baixos níveis de expansão – 1990-1993 – com períodos de aumento do produto – 1994-1996 -, e novamente com períodos de estagnação (1997-1999). (Ver Tabela 3 do Anexo Estatístico)

Entre 1990-1993 as taxas médias anuais de crescimento da economia brasileira, como resultado dos efeitos recessivos do Plano Collor, foram extremamente reduzidas, situando-se em torno de 0,22%, enquanto as registradas para o Estado de Minas Gerais atingiram 0,95%.

No período 1994-1996, com a modificação dos principais mecanismos macroeconômicos – controle inflacionário com a implementação do Plano Real, abertura econômica destinada a garantir a queda da inflação e evitar o desabastecimento, amplo acesso dos consumidores de baixa renda ao crédito de consumo, juros nominais reduzidos e câmbio valorizado -, a extinção do imposto inflacionário permitiu a melhoria momentânea das condições de vida das classe menos favorecidas e a economia apresentou certo crescimento.

Neste período, enquanto o Brasil apresentou uma taxa média anual de crescimento de 4,24%, a de Minas Gerais revelou-se ligeiramente mais favorável, situando-se em 4,89% a.a.

Entretanto, já no período 1997-1999, a economia ingressou em nova fase de desaceleração, em virtude dos novos desequilíbrios decorrentes das políticas macroeconômicas, das baixas taxas de poupança e investimento praticadas desde o início dos anos 90, dos desequilíbrios provocados pela crise nos países asiáticos e na Rússia, e dos resultados dos acordos recessivos que o país se viu instado a realizar com o FMI a partir do final de 1998. Com isso, enquanto o Brasil cresce, neste triênio a taxas reduzidas de 1,01%, as observadas para o Estado de Minas Gerais ficam contidas em também reduzidos 1,39%.

O PIB do Estado, em 1998, revelou desempenho significativo da agropecuária mineira, que cresceu 11,7%, corroborado pela supersafra cafeeira, que cresceu 65,0%. Não fosse o excepcional desempenho da lavoura cafeeira, a safra agrícola de 1997/98 seria 1,0% inferior à safra anterior, tendo em vista as significativas reduções nas culturas de arroz (-21,5%), feijão (-10,4%) e milho (-11,1%), culturas estas representantes da agricultura familiar. Por outro lado, as cotações do café no mercado internacional apresentaram-se inferiores às praticadas no ano anterior, influenciadas pela expectativa de uma oferta mundial maior e pela crise financeira internacional, embora se perceba uma recuperação no final do ano.

Com reduzidos níveis de crescimento na década, a capacidade de investimento do país diminuiu expressivamente, atuando como inibidora de uma recuperação confiável. Com a economia atrelada à âncora cambial e à política de juros altos, seu desempenho no comércio internacional, que poderia compensar a debilidade do mercado interno, ingressou numa progressiva trajetória de geração de elevados déficits na Balança Comercial e de devastação da situação das contas públicas, aumentando o grau de vulnerabilidade da economia brasileira.

### 1.1.2. Formação Bruta de Capital Fixo: Investimentos em Declínio

Diante dos seguidos processos de ajustamento a que a economia brasileira vem sendo submetida desde os anos 80, com a eclosão e recorrência das crises externa e fiscal, sua capacidade de investimento vem declinando progressivamente, tanto como resultado das incertezas que afetam as expectativas privadas, como da tendência declinante da capacidade de geração de poupança governamental. Contra uma média anual atingida na década de setenta de 21,4% do PIB, a relação Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Interno Bruto (FBKF/PIB) manteve-se praticamente estável na década de 80, quando atingiu 22,1%, e recuou para 19,7% na década de 90. Deve-se assinalar que a queda de um ponto percentual nessa relação representa perda equivalente a US\$ 5,4 bilhões em investimento/ano (cotados a preços de 1999). (Ver Tabelas 4 e 5 do Anexo Estatístico)

Neste processo, com o país premido pela crise fiscal em que se encontra mergulhado e pela necessidade de realizar um ajuste para dar sustentação ao plano de estabilização, bem como para atender às exigências dos credores externos, a utilização deste componente de gasto como uma das principais variáveis de ajuste tornou a contração da capacidade de investir do setor público ainda mais expressiva. Se em 1991 o investimento público representou 15,9% dos investimentos totais e alguma expansão ainda foi possível alcançar nos anos seguintes, atingindo 17,4% em 1994, a partir de 1995, em plena vigência do Plano Real, teve início um processo acelerado de sua redução, até atingir participação de 11,1% na média do período 1997/1999. (Ver Tabelas 6 e 7 do Anexo Estatístico)

Ressalte-se que a capacidade de poupar e investir explica parte importante do comportamento da economia. Além do efeito específico do aumento da capacidade de produção instalada, há que se considerar seus efeitos multiplicadores. No caso do investimento público, especialmente nas áreas de infra-estrutura, educação e saúde, é particularmente relevante o papel indutor por ele exercido sobre os investimentos privados e sobre o crescimento econômico. Na raiz, portanto, dos baixos níveis de crescimento da economia brasileira registrados na década de 90, encontra-se a fragilidade financeira do setor público, mergulhado em grandes desequilíbrios de fluxos e sufocado pelo crescimento explosivo de seu estoque de dívidas, alimentado, predominantemente, por seus elevados encargos financeiros.

### 1.1.3. Comércio Exterior: Exportações e Importações Diante da Abertura Econômica

A corrente do comércio exterior cresceu muito entre 1990 e 1998 (6,7% ao ano, em dólares, a preços constantes). Contudo, devido à arquitetura que deu suporte ao programa de estabilização implementado em 1994, que teve no câmbio sobrevalorizado, na abertura rápida e indiscriminada da economia e nas elevadas taxas de juros suas principais peças, houve inversão no comportamento de seus componentes frente ao passado recente: enquanto as exportações cresceram 3,5% acumulativos anuais, as importações saltaram para 10,5%, mais do que dobrando, em valores, no período. (Ver Tabela 8 do Anexo Estatístico)

À semelhança do observado para o Brasil, o comércio exterior do Estado de Minas Gerais seguiu a mesma trajetória, apenas com números um pouco diferentes. Para um crescimento de 6,2% anuais em seu conjunto, as exportações expandiram-se 3,5% (taxa inferior à registrada para o país) e as importações 16,0% (taxa superior à nacional). Na média da

década, as exportações do Estado representaram 13,9% do total exportado pelo país, enquanto a participação das importações situou-se em 5,6%.

Analisados em dois sub-períodos, os resultados da década mostram-se, contudo, bastante diferenciados. No primeiro, que vai de 1990 a 1994, a balança comercial brasileira gerou superávit médio anual de 13,8 bilhões de dólares, contribuindo, de forma importante, para garantir o financiamento de parcela significativa dos desequilíbrios registrados nos demais componentes da balança de transações correntes – serviços produtivos, juros, viagens ao exterior, remessa de lucros e dividendos, etc. No segundo, marcado pela abertura econômica e pela sobrevalorização do câmbio, essa tendência viu-se rapidamente invertida, com a balança comercial gerando um déficit médio anual de 5,8 bilhões de dólares, o que aumentou, temerariamente, a necessidade de recursos externos para o financiamento dos déficits em conta corrente, ampliando a vulnerabilidade da economia brasileira.

Ao contrário do observado para o Brasil, as relações de Minas com o resto do mundo permaneceram superavitárias, o que pode ser explicado pelo crescimento das exportações (5,0%), uma vez que as importações se mantiveram no mesmo nível do ano anterior (1,0%). Este resultado consolida a posição do Estado de 2º maior exportador brasileiro, com um avanço na participação relativa de 13,6% em 1997, para 14,8% em 1998. O crescimento das vendas externas mineiras deve-se ao desempenho favorável dos setores de material de transporte (15,1%), minérios (31,9%) e produtos alimentares (40,9%). Entretanto, a pauta de exportações do Estado mostra-se bastante concentrada em produtos básicos (45,7%), de menor valor agregado, como minérios e café em grão. Já os manufaturados representam apenas 36,0% das exportações totais do Estado.

"El deterioro de los términos del intercambio" de que falava Raul Prebisch há aproximadamente quarenta anos vigiu soberano nas relações da economia brasileira com o resto do mundo. Na média do período 1990-98, o Brasil recebeu 242 dólares por tonelada exportada e pagou 511 dólares por tonelada importada (a preços constantes). Este desequilíbrio tornou-se mais agudo a partir de 1995: 245 contra 640. (Ver Tabela 9 do Anexo Estatístico)

Chama-se a atenção para o fato de que saldos negativos e continuados na Balança Comercial, aliados aos já tradicionais déficits nos demais itens que compõem a balança de transações correntes não significam, ao contrário do que pontificam, em suas teses teológicas, os gestores da política econômica, que o país vai bem e é merecedor de confiança dos agentes externos. Como muito cedo se percebeu, o crescimento deste desequilíbrio aumenta a necessidade de financiamentos e torna mais vulnerável, externamente, a economia. Transforma-se, assim, mais em obstáculo do que em fator de estímulo à retomada do crescimento.

#### 1.1.4 A Perpetuação dos Desequilíbrios Interegionais de Renda

Com o medíocre desempenho apresentado durante a década, a economia mineira não conseguiu gerar frutos importantes que contribuíssem para reduzir as profundas desigualdades existentes entre as regiões que integram o Estado, em relação à distribuição de seu Produto Interno Bruto. Entre 1990 e 1997, a ligeira desconcentração registrada na produção mineira restringiu-se às regiões mais desenvolvidas do Estado, que dispõem de melhores condições locais para garantir a atração de indústrias para seus territórios –

Central, Mata, Sul e Triângulo -, com a primeira reduzindo sua participação relativa no PIB de 48,3% para 45,7%, enquanto as demais viram-na elevar-se gradualmente, com destaque para o crescimento verificado no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. Em conjunto, a participação desse grupo de regiões na geração do PIB mineiro evoluiu de 75,6% em 1990 para 76,1% em 1997, indicando um agravamento dos desequilíbrios existentes. Uma tendência que deve ter sido reforçada com a implantação de novas e importantes unidades industriais na Zona da Mata, onde se instalou o projeto da Mercedes-Benz, no Sul, favorecido também pela duplicação da rodovia Fernão Dias, e no Triângulo.

Já as regiões menos desenvolvidas – Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Noroeste, Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce -, mais carentes de fatores locacionais – infra-estrutura econômica e social - para competirem pela atração de indústrias com aquelas que se encontram em estágio mais avançado de desenvolvimento, mantiveram praticamente estagnada, no mesmo período, sua participação relativa no PIB estadual, tendo se registrado, inclusive, para o seu conjunto, uma queda de 0,5% no total da riqueza gerada no Estado. Nesse bloco de regiões, apenas para o Noroeste foi possível anotar uma modesta melhoria nessa participação, confirmando a perpetuação, na década, dos desequilíbrios intra regionais na geração do produto no Estado. E a necessidade de reorientação dos instrumentos – escassos - de que dispõe o sistema de planejamento estadual para reverter este círculo vicioso e diminuir/atenuar as desigualdades existentes.

## **1.2. Tendências Demográficas e Impactos Sociais**

### **1.2.1. Impactos Demográficos e Sociais**

Os reduzidos níveis de crescimento da economia brasileira e mineira nesta década, somados ao avanço do processo de reestruturação produtiva, que têm como principais características a centralização corporativa, a concentração patrimonial e de renda, a destruição de setores produtivos não competitivos e a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, terminaram se refletindo adversamente no mercado de trabalho do Estado, contribuindo para manter, em níveis elevados – e crescentes – a taxa de desemprego de sua população economicamente ativa - PEA, bem como para levar à adoção de diversas formas precárias de relações de trabalho. (Ver Tabelas 10 e 11 do Anexo Estatístico)

Embora a taxa de crescimento demográfico de 1,1% - estimada para o Estado em relação ao período 1996-2001<sup>4</sup> - não indique ser capaz de exercer pressões acentuadas sobre o mercado de trabalho nos próximos anos, o fato é que o estoque de desemprego herdado desta década, bem como os níveis mais reduzidos de rendimentos dos trabalhadores e a perversa estrutura de distribuição de renda existente, que estão na base do enfraquecimento da demanda efetiva e do encolhimento do mercado interno, revelam as dificuldades que a política econômica estadual terá de enfrentar para atenuar e administrar as tensões sociais que podem se avolumar. Esta situação, se não enfrentada, torna ainda mais problemáticas as possibilidades de recuperação econômica do Estado. (Ver Tabelas 12 e 13 do Anexo Estatístico)

---

4. MEC/FECAMP/UNICAMP. O Financiamento da Educação e a Experiências do FUNDEF. Campinas, julho de 1998

No período 1995-1999, o estoque de desemprego e o declínio dos rendimentos médios do trabalho na RMBH, variáveis para as quais o Estado deve, dentro das possibilidades, apresentar alternativas recuperadoras, apresentam sensível queda (Ver Tabelas 14 e 15 do Anexo Estatístico)

Se os números do IBGE são preocupantes, a pesquisa sobre desemprego realizada pela Fundação João Pinheiro na RMBH, de acordo com a metodologia da Fundação SEADE e do DIEESE, revela uma realidade mais dramática. Pelos seus resultados, a taxa de desemprego vem se mantendo em patamares bem elevados desde 1996 – entre 11 e 13% da PEA -, mas elevou-se aceleradamente a partir de 1998, tendo se aproximado, em 1999, da casa dos 18%.<sup>6</sup>

Se a questão do desemprego em Minas Gerais é grave – assim como no Brasil – e, não bastassem os problemas sociais que provoca, somados seus efeitos ao declínio dos rendimentos médios da população trabalhadora, o resultado inelutável diz respeito à piora na estrutura da distribuição de renda e à contração da base de consumo, o componente mais importante do Produto Interno Bruto. Neste caso, na ausência de dinamismo das variáveis que determinam o produto – investimentos, consumo, exportações -, as perspectivas de retomada do crescimento econômico se tornam ainda mais problemáticas, a menos que o Estado, no quadro atual, consiga superar suas dificuldades financeiras e obtenha recursos para comandar um novo ciclo de expansão da renda e do emprego, apesar das restrições existentes.

#### 1.2.2. As Restrições Orçamentárias do Estado

Pródiga em debilitar o organismo econômico e aumentar a vulnerabilidade das políticas sociais, escudada no argumento da necessidade de realização de um ajuste fiscal confiável e de fortalecimento do modelo neoliberal, a política econômica, pelo seu conteúdo e pelos vários expedientes e casuísmo criados e utilizados durante a década de 90, conseguiu também liquidar com as finanças das esferas estadual e municipal e torná-las extremamente dependentes do poder central. Com isso, criaram-se as condições requeridas para que fossem envolvidas, em alguns casos de forma compulsória, no modelo que se estruturou. Várias iniciativas explicam as razões que provocaram a fragilidade financeira/fiscal destas esferas:

- a) a transferência de encargos da União para estados e municípios – desordenada em alguns casos -, notadamente nas áreas de educação e saúde, desacompanhados de adequadas fontes de financiamento, o que elevou consideravelmente seus gastos;
- b) a adoção de políticas monetárias extremamente restritivas ao longo de toda a década, políticas estas caracterizadas pela manutenção de elevadas taxas de juros, que aumentaram, excessivamente, os encargos da dívida e comprometeram sua capacidade de endividamento, aumentando aceleradamente o peso do componente financeiro na sua estrutura de gastos;

---

<sup>6</sup> FJP. Pesquisa Mensal de Emprego, agosto de 1999.

c) a criação de expedientes casuísticos, que envolveram compulsoriamente estados e municípios no esforço de estabilização e implicaram em perdas significativas de recursos para essas esferas, sem que fossem feitas as devidas compensações. Entre estes expedientes destacam-se o Fundo Social de Emergência (FSE), em 1993, mais tarde rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, principalmente em 1997, a Lei Kandir (desoneração do ICMS das exportações do ICMS incidente sobre produtos primários, semi-elaborados e investimentos). Segundo cálculos realizados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, somente a Lei Kandir acarreta perdas para o Tesouro Estadual equivalentes a R\$ 500 milhões/ano, sem que o ressarcimento realizado pelo Governo Federal consiga compensá-las;

d) a implementação de políticas de desaquecimento da economia, cujas consequências para o nível da atividade produtiva e para o aumento do desemprego e, portanto, nos níveis de consumo, impactaram negativamente a arrecadação tributária ao longo de toda a década.

A isso se soma, ainda, o conteúdo das próprias políticas estaduais que, na ânsia de atrair indústrias para seus territórios e substituir o Governo Federal na implementação de políticas de cunho regional, lançaram-se numa insana guerra fiscal, ampliando consideravelmente as renúncias fiscais destinadas às empresas e enfraquecendo as suas bases de arrecadação.

Como os demais estados da Federação, Minas Gerais teve sua situação financeira dramaticamente afetada por este processo. Com suas receitas crescendo vegetativamente na década, quando o crescimento anual médio de seu principal imposto, o ICMS, atingiu apenas 2,6%; com suas despesas ampliando-se como consequência dos aumentos dos encargos que lhe foram sendo transferidos; e com o estoque de sua dívida crescendo explosivamente, em virtude da política de elevadas taxas de juros praticada pelo Governo Federal, o Estado defrontou-se rapidamente com uma situação de grandes dificuldades e com acentuados desequilíbrios em suas finanças, tanto em termos de fluxos como de estoque. (Ver Tabela 16 do Anexo Estatístico)

Em se tratando de fluxos no triênio 1995-97 o Estado incorreu em déficits anuais, no conceito primário (resultado de suas receitas e gastos ativos), equivalentes, em média, a 17,3% de sua Receita Líquida Real (RLR). Já os déficits registrados no mesmo período, de acordo com o conceito operacional (que inclui os juros da dívida – intra e extra limites), corresponderam, em média, a 58,9% da RLR.

O estoque de sua dívida conheceu um crescimento acelerado na década, explicado, em sua quase totalidade, pela política de elevadas taxas de juros praticada pelo Governo Federal, seja para conter o ímpeto inflacionário, seja para sustentar os programas de estabilização implementados, com destaque para o Plano Real. Tanto isso é verdade que, a despeito da última emissão de títulos novos pelo Governo do Estado ter sido realizada no ano de 1989, a dívida mobiliária saltou de R\$ 4,0 bilhões em janeiro de 1990 para R\$ 11,5 bilhões em fevereiro de 1998, quando foram assinados os contratos de refinanciamento de sua dívida fundada – mobiliária e contratual – com o Governo Federal. No final do ano, incluindo o montante da dívida flutuante – “restos a pagar” –, o estoque de sua dívida aproximou-se dos R\$ 22,5 bilhões.

Nessa situação, a renegociação da dívida com o Governo Federal, concluída no início de 1998, tornou-se uma necessidade, mas nos termos em que foi realizada aumentou ainda

mais as restrições orçamentárias do Estado. Proibido de lançar mão do instrumento do endividamento enquanto não equiparar sua Receita Líquida Real ao estoque da dívida – situação prevista para o ano 2014 - e obrigado a desembolsar, a partir do ano 2000, o equivalente a 13% de sua RLR para pagamento dos encargos devidos ao Governo Federal, o Estado se comprometeu a realizar um irrealista ajuste fiscal, com déficits primários declinantes, que seriam alcançados através de um aumento inusitado da arrecadação, de enxugamento dos quadros do funcionalismo e de aumento da cobrança previdenciária, inclusive dos inativos, e com a promessa de que cobriria suas necessidades de financiamento com recursos de privatização de suas empresas e da alienação de seus bens.

Apesar de contar no primeiro ano de vigência do acordo – 1998 - com condições mais favoráveis para honrar os encargos da dívida refinanciada e seguir, à risca, a cartilha recomendada pelo ideário neoliberal – demissões de funcionalismo, avanço da privatização de empresas estatais, etc.–, os resultados obtidos ficaram distantes das metas acertadas, em parte explicados pela adversidade do quadro macroeconômico, o que levou a situação das finanças de Minas a se agravarem ainda mais. Em 1998, para um déficit operacional previsto no acordo firmado com o Governo Federal de R\$ 694 milhões, dados recalculados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral mostram que este teria atingido R\$ 1,124 bilhões, e para um déficit operacional de R\$ 1,402 bilhões, este atingiria o montante de R\$ 2,239 bilhões<sup>8</sup>.

Com um déficit operacional projetado no acordo de R\$ 1,219 bilhões para o ano de 1999, mas tendo deixado de pagar R\$ 242 milhões do 13º do funcionalismo público relativo a 1998, R\$ 380 milhões aos fornecedores do Estado e deixado de honrar os compromissos com os fundos administrados pelo BDMG num montante de R\$ 177 milhões, deixando um passivo a descoberto de R\$ 3,3 bilhões como herança para o governo que assumia e uma dívida fundada de R\$ 18,5 bilhões, com compromissos financeiros assumidos de R\$ 90 milhões/mês, ao Governo Itamar Franco não restou outra alternativa senão a de suspender o pagamento dos fornecedores e declarar a moratória da dívida com o Governo Federal, visando ganhar tempo para realizar o ajuste fiscal que lhe permitisse remover/atenuar as restrições que existiam para o Estado cumprir suas tarefas essenciais, iniciar o pagamento de seus débitos e obter recursos para a implementação de seu programa de governo.

Apesar do grande esforço de contenção de gastos que foi realizado no ano, que permitiu a redução do superávit primário para R\$ 228 milhões em 1999, sem lançar mão do receituário neoliberal prescrito no acordo, o pagamento compulsório da dívida, inclusive de alguns débitos externos, através dos bloqueios dos recursos do Estado, que passaram a ser realizados pelo Governo Federal, impediu-o de concluir a quitação de seus débitos mais importantes e definir uma estrutura de financiamento necessária à implementação de seu programa. Diante dessa situação de escassez de recursos, com um ajuste fiscal em curso que prevê uma eliminação do déficit primário no ano 2000<sup>9</sup>, um quadro macroeconômico extremamente adverso, e ainda defrontando-se com as retaliações oriundas da União é que

---

<sup>8</sup> Para estes números recalculados pela SEPLAN/MG, que apresentam algumas diferenças dos elaborados pelo Ministério da Fazenda, por ocasião do acordo da dívida, consultar: SEPLAN/MG. Orçamento do Estado de Minas Gerais – 2000. Belo Horizonte, SEPLAN 1999.

<sup>9</sup> Cf. SEPLAN/MG.

o governo estadual procura estabelecer as ações de seu programa para os próximos quatro anos.

### **1.3. Alternativas e Cenários para o Estado: 2000-2003**

As alternativas existentes para a atuação do governo de Minas Gerais, no período 2000-2003, estão condicionadas aos seguintes fatores:

- a) desempenho esperado para a economia brasileira no quadriênio;
- b) capacidade do governo mineiro de encontrar soluções para a grave crise financeira e fiscal em que se encontra mergulhado e conseguir recuperar a sua capacidade de poupança, financiamento e intervenção nos campos econômico e social.

Assim, torna-se necessário fazer algumas considerações sobre suas possibilidades, com o objetivo de obter elementos para desenhar cenários alternativos para o Estado e para orientar, de acordo com os resultados obtidos, suas linhas de ação mais efetivas.

#### **1.3.1. Tendências e Cenários para a Economia Brasileira**

Com base no conteúdo do programa assinado com o FMI, no final de 1998, no desempenho da implementação desse programa ao longo de 1999 e no programa de investimentos do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 - Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso, é possível considerar três cenários para o país, em termos da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), conforme mostrado na Tabela 5 do Anexo Estatístico.

O cenário traçado pelo programa firmado com o FMI para o triênio 1999-2001 tem como principais pressupostos:

- a) a concretização, até o ano 2000, do conjunto das reformas constitucionais preconizadas pelo FMI e corporações multinacionais;
- b) a geração de superávits primários crescentes (superiores a 3% do PIB), para manter em dia o pagamento aos credores internacionais;
- c) a redução substancial das taxas de juros para percentuais próximos a 13% a.a., desde que não pressionem as taxas de inflação;
- d) a estabilização da relação dívida líquida do setor público/PIB em 46,5% no último ano do acordo;
- e) a estabilização do câmbio em R\$ 1,80 até o final de 1999;
- f) a obtenção de saldos comerciais positivos que, somados aos superávits primários, aumentem a garantia de pagamento da dívida.

Os pressupostos fundamentais seriam as reformas, em especial a previdenciária e a fiscal, para gerar os superávits, e o controle da inflação, ambos capazes de aumentar a credibilidade frente aos investidores internacionais. Com isso, seriam atraídos maiores investimentos, as exportações fomentadas e a competitividade elevada, o que, aliado à trajetória de declínio dos juros, injetaria forças consideradas suficientes para a retomada do crescimento econômico projetado.

No entanto, as possibilidades de concretização desse cenário levemente otimista tornam-se complexas à medida em que aumentam as resistências políticas e sociais às reformas exigidas pelo Governo Federal e os fundamentos da política macroeconômica demonstram contradições cada vez mais evidentes, que tornam instáveis as políticas de redução de juros, controle inflacionário, estabilidade cambial, saldos comerciais e crescimento positivo.

Os pressupostos do cenário bem mais otimista desenhado pelo PPA são os mesmos do cenário previsto pelo FMI, inflados por metas de crescimento de 100% das exportações no período, pelo aumento da arrecadação de tributos e por investimentos maciços do setor privado nos projetos do portfólio dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Deste modo, desconhecem e desprezam o quadro atual de volatilidade da economia brasileira, que não só aponta difícil um cenário menos otimista como o do FMI mas torna previsível a eclosão de novas crises. Assim, as possibilidades de realização das metas do PPA parecem irrealis e contraditórias entre si.

O cenário intermediário – provavelmente o mais realista - foi montado de acordo com o comportamento apresentado pela economia em 1999. Nele se supõe:

- a) que as reformas se arrastarão até o ano 2000 e serão implementadas, em sua integralidade, em 2001;
- b) que o quadro de volatilidade que tem caracterizado a economia brasileira deve impedir quedas mais pronunciadas e mais rápidas nas taxas de juros;
- c) que o descumprimento das metas fiscais com o FMI, principalmente no ano 2000, diante do enfraquecimento e esvaziamento de alguns pontos do “pacote 51”, obrigará o governo a adotar um novo conjunto de medidas restritivas;
- d) que as taxas de crescimento projetadas nos cenários anteriores são incompatíveis com as metas estabelecidas para a balança comercial e de serviços.

Nessas condições, é provável que entre 2001 e 2003 a economia volte a apresentar taxas positivas de crescimento, embora medíocres, com base na maturação dos investimentos das corporações multinacionais e em certa exaustão do processo de liquidação das estatais e de parte considerável do parque produtivo privado nacional.

### 1.3.2. A Realidade Sócio-econômica e os Cenários para Minas Gerais

O desenho das tendências e cenários da economia mineira demanda, em grande medida, além de uma aproximação consistente a respeito da interferência dos cenários nacionais sobre a realidade estadual, um conhecimento razoavelmente preciso sobre tal realidade.

Minas Gerais possui importantes setores agropecuário e agro-industrial, com o segundo maior rebanho bovino do Brasil e abundantes e diversificados recursos florestais. Desde os anos 70 incorporou vastas regiões de cerrados, expandindo uma nova fronteira de grandes potencialidades, integrando Sudeste e Centro-Oeste brasileiros.

A economia estadual, entre as décadas de 70 e 90, diversificou-se e modernizou-se em sua estrutura industrial, destacando-se na produção siderúrgica, automobilística, química, de cimento, de papel e celulose e de alimentos.

Em decorrência de sua localização geográfica estratégica, o Estado constitui-se em ponto de confluência da malha de transportes do país, com a maior extensão de rodovias federais, uma extensa rede estadual e milhares de quilômetros de estradas municipais, totalizando 272,4 mil quilômetros. Possui, ainda, aproximadamente, 5,3 mil quilômetros de ferrovias, o que representa 18% do total existente no país.

Há que se destacar a riqueza cultural e a capacidade de ação política que caracterizam seu povo, demonstrada ao longo da história brasileira. No período recente de construção democrática do país, a população mineira tem sido atuante no sentido de organizar-se social e politicamente, constituindo redes de representação coletiva e de movimentação social, evidenciando vontade de participação e capacidade de auto-organização. Este fenômeno potencializa o Estado no sentido de tornar-se uma região de grande dinamismo econômico, com extenso mercado interno, inserção nacional e internacional, além de integrada social e culturalmente.

Apesar disso, o Estado tem perdido grande contingente populacional em busca de melhores perspectivas de emprego e renda. Segundo o Censo de 1991, 3.942.401 mineiros deixaram as fronteiras de Minas, representando em torno de 26,5% da população naquele ano. Apesar da tradição agropecuária, o Estado tem sido incapaz de conter, principalmente, a emigração de um significativo contingente de trabalhadores e pequenos produtores rurais e suas famílias das regiões do Norte Mineiro, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, que se deslocam sazonalmente para outras regiões do país, fugindo das condições de penúria e degradação, à procura de trabalho e complementação da renda familiar insuficiente. Identificou-se 49,6% de pessoas na condição de pobreza, considerando aquelas com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo.

As disparidades regionais são gritantes, de tal forma que as regiões Central, do Triângulo e do Sul de Minas, que representam 32,0% da área do Estado e concentram 55,0% da população, produzem 67,0% do PIB mineiro. Do lado oposto, as regiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, que correspondem a 44,0% do território estadual, detêm 15,8% da população estadual e contribuem com apenas 8,2% do PIB. Estas disparidades, que se acentuaram em período recente, demonstram a visão estreita e distorcida que presidiu a ação do Estado em anos próximos, ao tratar essas áreas como carentes e dependentes, e não como regiões dotadas de potenciais de crescimento e participação de sua população.

Se a esperança de vida ao nascer apresentou melhora de 1991 a 1996, passando de 67,7 para 69,3 anos, e o PIB per capita elevou-se, neste período, de US\$ 2.453,00 para US\$ 2.772,00, estes dados, se comparados aos indicadores de países desenvolvidos e até mesmo de alguns países latino americanos, mostram a perversidade da situação social de Minas, principalmente do ponto de vista das desigualdades. Não se trata apenas das regiões mencionadas, mas também há que se refletir quanto às desigualdades internas das regiões modernas do Estado, como é o caso da região Central que, em 1991, possuía aproximadamente dois milhões de pobres (26,7% deste contingente no Estado e 41,9% da população da região).

As desigualdades são reproduzidas na área rural. Entre 1985 e 1995 os estabelecimentos agropecuários diminuíram em 54.811 e as pessoas ocupadas no setor primário reduziram-se em 660 mil. Isto demonstra a acentuação dos efeitos concentradores no campo. Segundo o Censo Agropecuário de 1996, 0,9 % dos estabelecimentos agropecuários são de áreas acima

de 1.000 ha (os chamados latifúndios por dimensão, conforme a antiga caracterização do Estatuto da Terra), correspondendo a 28,6% da área agrícola (11,7 milhões de hectares). Essas imensas propriedades ocuparam apenas 84 mil pessoas, ou 4,2% do total de ocupações na atividade agropecuária.

A área rural, que apresenta 69,5% de terras agricultáveis, possui apenas 12,0% de seu total direcionado à agricultura e grande parte do restante de pastagens naturais, matas e florestas e terras improdutivas. Diante deste fato, vislumbra-se a potencialidade do território mineiro a ser efetivamente aproveitado.

Não obstante, os projetos de reforma agrária apresentaram números tímidos e esbarraram na reduzida vontade política e na inexistência de uma política agrária estadual. Em doze anos, destinou-se uma área total aproximada de 450,0 mil ha (1,1% da área total agricultável no Estado), com capacidade para assentamento de 8 mil famílias. Existem atualmente, conforme dados do GEAT (Grupo Especial de Acesso à Terra), 5.642 famílias acampadas à espera de terra, gerando 77 conflitos fundiários em 48 municípios mineiros.

No que se refere às condições habitacionais da população, o Censo Demográfico de 1991 indicava que existiam, naquele ano, 673 mil habitantes não atendidos por serviços de água, 3 milhões que não dispunham de rede de esgoto e cerca de 1,5 milhão de pessoas não servidas por coleta de lixo nas áreas urbanas, constituindo o déficit qualitativo habitacional referente a domicílios. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, a de maior desenvolvimento econômico, com 27,6% da população urbana total, apresentava 18,1% das habitações não servidas por água; 24,3% carentes de esgoto e 20,7% não atendidas por coleta de lixo, considerando que, ao analisar internamente esta região, verificou-se a ocorrência de municípios com déficit infra-estrutural de até 60,0%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - de 1997, este quadro permanece inalterado, indicando 710 mil pessoas sem rede de água, 2,7 milhões sem rede de esgoto e 1,6 milhões sem atendimento de coleta de lixo. No que tange à área rural, a situação é agravada, apresentando 40,5% das pessoas sem canalização de água, 29,3% sem esgotamento sanitário e 89,3% sem coleta de lixo. A demanda habitacional quantitativa/qualitativa mineira, conforme "Déficit Habitacional no Brasil", de 1995, elaborado pela Fundação João Pinheiro, foi estimada em 458.074 unidades, sendo 1/3 para a zona rural.

Entre 1970 e 1995, o número de analfabetos - propriamente ditos e funcionais - manteve-se na faixa de 5 milhões de pessoas, equivalente a 46,2% da população de 1970 e 30,0%, segundo estimativas, da população estadual de 1995. Esta evolução, embora represente um avanço significativo, está longe de orgulhar países civilizados em fins do século XX. Entre a população em idade escolar, considerando pessoas entre 4 e 19 anos, segundo dados do IBGE de 1996, o Estado detinha 1,4 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. A Secretaria de Estado da Educação verificou uma grande defasagem no sistema pré-escolar. A evasão escolar atingia 12,0% nas séries de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> e 18,0% no ensino médio estadual.

No período mais recente, mudanças polêmicas no sistema escolar de primeiro grau levaram à melhoria das estatísticas de reprovação de alunos na área pública, em detrimento da qualidade do ensino e confiança dos pais. Este tipo de medida tende a agravar o quadro de desigualdades sociais, uma vez que a população usuária da rede pública adquire formação mais precária, concorrendo em condições ainda mais desfavoráveis, no mercado de trabalho, com a oriunda das escolas particulares.

Os indicadores de saúde, em Minas Gerais, têm apresentado um avanço histórico positivo ao longo do tempo. A taxa de mortalidade infantil, que em 1980, segundo dados do CEES/FJP e SIM/Ministério da Saúde, era de 64,9, em 1996 alcançou a taxa de 26,5 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. Mas a redução do coeficiente ocorreu de tal forma que as diferenças interregionais persistiram no Estado, como verificado no período entre 1980 a 1991. Considerando a classificação microrregional: em 1980 Pedra Azul apresentou a mais elevada taxa, equivalente a 91,1 óbitos por mil nascidos vivos, e Uberaba a mais baixa taxa do Estado, 46,4‰, configurando um diferencial de 44,7. Em 1991, pouco se alterou na amplitude das taxas: a maior (Nanuque) correspondeu a 62,0‰ e a menor (Patrocínio) a 23,2‰, mantendo-se significativa a diferença (38,8).

A melhoria nos níveis de saúde, portanto, ainda não permite posicionar o Estado entre os que atingiram elevado nível no setor. As regiões do Jequitinhonha, Noroeste, Norte, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce apresentaram relativa melhoria. No entanto, encontram-se em patamares ainda inferiores às demais regiões.

Quando se analisa a mortalidade por grupos de causas, observa-se no Estado a redução da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias e por afecções do período perinatal. Porém Minas Gerais é o estado do Sudeste que tem apresentado o maior percentual decorrente desses tipos de doenças: 7,2%, contra 4,9% para o Espírito Santo, 6,3% para o Rio de Janeiro e 6,7% para São Paulo. Ainda se morre de tuberculose (337 casos em 1996) e constata-se epidemias como a dengue, que só em 1998 registrou 145.497 casos, conforme dados da Secretaria de Estado de Saúde.

Evidencia-se, portanto, a potencialidade do Estado de Minas Gerais para o crescimento, já demonstrada em períodos recentes. Porém, o quadro traçado em grandes linhas mostra as distorções que têm caracterizado estes processos, em particular nos últimos tempos. O conteúdo social e ambiental do crescimento econômico no capitalismo brasileiro como um todo não tem garantido continuidade, permanência ou solidariedade intergeracional ou interespaçial, em particular nesta última década, dominada pela hegemonia dos valores e projetos neoliberais. Suas conseqüências têm trazido enormes sacrifícios à população e destruição das bases do desenvolvimento, construídas com grande esforço ao longo de várias décadas do século XX. Retomar as bases pré-existentes, criticá-las e recuperá-las à luz de idéias amplas e modernas, capazes de mobilizar a sociedade, torna-se essencial para a reconstrução do Estado e do país em seu conjunto.

Nestas condições, prevalecendo o cenário intermediário desenhado para a economia brasileira, e considerando as sérias restrições orçamentárias a que o Estado se encontra submetido, um cenário estadual possível – talvez um pouco otimista – seria o da reedição da década de 90, quando a taxa de crescimento anual de seu PIB situou-se em 2,4%. Com isso, o PIB per capita do Estado evoluiria de US\$ 2,780 no ano 2000 para US\$ 2,889 em 2003, com um crescimento de 2,8% no período. (Ver Tabelas 17 e 18 do Anexo Estatístico)

Este cenário, entretanto, pode ser alterado para melhor, caso o governo estadual consiga:

- a) concluir, com êxito, o programa de ajuste fiscal<sup>10</sup>, criando condições para fortalecer a receita estadual e aumentar a poupança e os recursos para investimentos nas áreas econômica e social;
- b) modificar os termos da dívida refinanciada com o Governo Federal, reduzindo o peso do componente financeiro em sua estrutura de gastos;
- c) priorizar investimentos para descentralizar/desconcentrar as atividades econômicas e empresariais, potencializar as cadeias produtivas existentes e os setores intensivos em trabalho e agregadores de valor;
- d) capturar mercados nacionais e internacionais com demanda efetiva para colocar os produtos mineiros, de modo a reforçar as cadeias produtivas e o mercado interno;
- e) reorientar a política de incentivos fiscais, visando potencializar os investimentos prioritários e a captura de mercados de demanda efetiva;
- f) intensificar as ações nas áreas sociais e na qualificação da mão-de-obra, em parceria com o Governo Federal.

Neste caso, seria possível alcançar taxas de crescimento no período de 3,5% anuais, com o PIB per capita passando de US\$ 2.811,00 para US\$3.022,00 (crescimento de 2,4% a. a.). O fato é que, em qualquer destes cenários, mesmo que o crescimento não ocorra de forma mais vigorosa, em virtude do Estado dispor de um grau relativo de liberdade para compensar os resultados da política econômica nacional, um planejamento seletivo em suas prioridades e objetivos pode maximizar socialmente os recursos e instrumentos com que conta para desenvolver-se.

---

<sup>10</sup> O ajuste fiscal contempla três fases: a) a primeira, realizada entre janeiro e junho de 1999, predominantemente centrada no corte de custeio da máquina pública e na redução do pessoal terceirizado, conseguiu reduzir o déficit nominal estimado de R\$ 130 milhões/mês para R\$ 80 milhões; b) a segunda, que se encontra em curso, centrada na combinação do aumento das receitas e redução de outras despesas, aponta para uma redução do déficit em torno de R\$ 40-50 milhões/mês; c) a terceira, que tem nas reformas estruturais – administrativa e previdenciária – suas principais peças, deve se completar, para permitir ao Estado recuperar sua capacidade de financiamento, com a revisão dos termos do acordo da dívida com o Governo Federal.

## **II - AS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO**

As nações modernas estruturam-se a partir de alguns grandes pilares de sustentação, e sobre eles constroem seus projetos de desenvolvimento. São eles: a integração de seu território; a exploração racional de seus recursos naturais; a qualificação técnica, científica e cultural de seu povo; o desenvolvimento constante de suas forças produtivas materiais; a cidadania de seu povo; a soberania de suas decisões e destino, bem como o respeito às instâncias e particularidades regionais que as constituem; a legitimidade e eficácia de sua ordem jurídico-política e de seu aparato governamental; as relações de intercâmbio com os demais povos e países; a configuração de uma civilização própria, ética e culturalmente elevada.

As diretrizes que deverão orientar o conjunto do Estado de Minas Gerais nos próximos anos pretendem recuperar, no plano estadual, a importância desses pilares. Eles vêm sendo ameaçados por um modelo econômico e político nacional que acentua os descompassos históricos que nos caracterizam, promove o aprofundamento das desigualdades e se contrapõe ao processo de construção da democracia que o país vem trilhando desde os anos 80.

Portanto, constituem parâmetros de ação governamental, a serem debatidos com a população e desdobrados como programas e projetos regionais, nas diferentes dimensões de governo. Ao longo do período de vigência deste Plano de Desenvolvimento, significam que o Estado de Minas Gerais coloca-se em direção contrária à orientação que tem prevalecido no país, de concentração do poder econômico, social e político, a favor de minorias sociais e sob a tutela da esfera federal.

Pretendem orientar uma lógica integradora de desenvolvimento, e não a subordinação aos interesses globais e estritamente mercantis que fragmentam o território nacional, abandonam as regiões e populações mais pobres à sua sorte e tendem a privilegiar as áreas mais favorecidas e competitivas, estimulando a desagregação da Federação e do papel das instâncias de poder locais e regionais.

O objetivo central dessa ação, a curto prazo, é reorientar as prioridades de governo em busca da integração social e da promoção de condições para uma sociedade mais justa e equitativa em nosso Estado. Para isto, propõe-se a retomar, sob novas bases, o papel do Estado na orientação e promoção do crescimento econômico com sustentabilidade, pré-requisitos fundamentais de qualquer transformação. Trata-se de recuperar a capacidade de investimento, promover o avanço tecnológico, levando em consideração a diversidade de potenciais regionais e possibilidades abertas ao Estado, sem gerar a exclusão social e a deterioração ambiental. E, finalmente, garantir novas condições institucionais que tornem o Governo não apenas eficiente, diante das necessidades da população e das transformações da sociedade, mas aberto ao controle público e à ampla participação dos cidadãos.

## **2.1. As diretrizes para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais**

### **2.1.1. Adoção de um padrão de relacionamento Estado/sociedade segundo o qual as deliberações sobre o papel do Estado, suas ações e o uso de recursos públicos resultem de um efetivo processo de participação dos diferentes atores econômicos e sociais.**

A construção deste novo padrão de relações se fará através da operacionalização permanente do conceito de sustentabilidade, ou seja, de ações no sentido de priorizar a mudança social, ampliar as oportunidades, conciliar crescimento e eficiência econômicos, preservar o meio ambiente, a qualidade de vida e a equidade social, com base em rigoroso compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações.

O exercício profissional e intelectual deste conceito significa construir uma consciência social - quer nas comunidades, quer nos níveis técnico e político envolvidos na difícil tarefa de governar - de instituir e consolidar um sistema político democrático. A aspiração do Governo é a efetivação da democracia republicana, entendida como o regime de soberania popular, fundado no respeito à liberdade e à coisa pública – aquilo que é comum a todos e não deve ser apropriado privadamente – e na afirmação da igualdade.

### **2.1.2. Resgate da Federação e da importância das instâncias de nível local e regional, reconhecendo ser fundamental a complementaridade das ações dos diversos níveis de governo na solução dos problemas e maximização das potencialidades regionais.**

O projeto anti-nacional e anti-desenvolvimentista, que só favorece as corporações multinacionais e os setores a elas associados, tem levado à perda do sentido de integração territorial e da solidariedade interregiões, além do desrespeito aos mecanismos constitucionais e democráticos instituídos em período recente. Estes, ao contrário das atuais tendências centralizadoras e autoritárias, promovem a descentralização das ações de governo, garantindo os instrumentos e recursos necessários à sua execução e determinando o respeito às instâncias federadas de organização do país.

### **2.1.3. Retomada do papel do Estado como propulsor do crescimento em direção a um modelo que possibilite a resolução dos problemas econômicos e sociais mineiros e o atendimento às necessidades básicas da população.**

A retomada desse papel exige do Estado um ajuste fiscal que aumente sua capacidade de poupança e investimento, a modificação dos termos da dívida financeira com o Governo Federal e a canalização dos investimentos no sentido de descentralizar as atividades econômicas e empresariais, potencializar as cadeias produtivas existentes, reforçar os setores intensivos em trabalho e agregadores de valor, o mercado interno e capturar mercados com demanda efetiva. Exige, ainda, a reorientação dos incentivos e a intensificação das ações nas áreas sociais.

A experiência histórica indica que, em momentos de forte exposição a ambientes competitivos, o incentivo e a proteção estatal são muito importantes, possibilitando a ocorrência de transformações que resultem em novos saltos tecnológicos. A questão central, portanto, consiste em redesenhar um estado capaz de enfrentar um contexto econômico nacional e internacional que tenta fragilizá-lo, tanto do ponto de vista do

câmbio, política de juros, instabilidade fiscal e desregulamentações, quanto no quadro de ampla mobilidade dos capitais especulativos.

O desafio está na definição de estratégias que permitam o cumprimento das funções do Estado no quadro dessas novas condições econômicas e políticas internacionais.

#### **2.1.4. Saneamento das finanças estaduais e recuperação da capacidade de poupança e investimento, através da adoção de políticas condizentes com a estratégia de desenvolvimento e da localização e atração de linhas internacionais de financiamento.**

É necessário que as finanças estaduais sejam reorganizadas, de tal forma que as receitas próprias cresçam em ritmo acentuado, acima das taxas de crescimento da própria economia mineira. Aqueles que têm impostos a recolher deverão fazê-lo, não sendo admitidos privilégios fiscais ou políticas de benefícios setorializadas e desconectadas de uma estratégia de desenvolvimento do Estado. É necessário que haja o equacionamento da questão previdenciária, sem o quê, a curto prazo, o Estado ficará inviabilizado administrativa e financeiramente. Não se trata apenas de enfrentar os problemas herdados das administrações passadas, mas de dar exemplo para o Brasil e criar espaço para um projeto alternativo de governo.

#### **2.1.5. Promoção de um novo padrão de desenvolvimento regional fundado na identificação e no tratamento efetivo das potencialidades e problemas de cada região.**

A concentração das atividades econômicas em alguns poucos pólos e em algumas grandes empresas tem causado inúmeros desequilíbrios ao Estado. Se tal concentração for mantida não será possível modificar as distorções existentes nem estimular novamente os laços de solidariedade interregional, tradicionais na história mineira.

O território mineiro apresenta perfis distintos de distribuição de renda, estrutura fundiária e base econômica, que interferem fortemente na definição das prioridades locais. Isto determina ações com ênfases diferenciadas, segundo as dinâmicas regionais. Em consequência, a descentralização das atividades econômicas e empresariais, com apoio a investimentos, financiamentos e outros mecanismos de desenvolvimento nas diversas regiões, às suas cadeias produtivas e às suas micro e pequena empresas, até há pouco abandonadas à própria sorte, são as diretrizes mais eficazes para criar esse novo padrão de desenvolvimento regional.

Nessas condições, a solidariedade entre as diversas regiões que compõem a unidade territorial e política de Minas, que no passado assegurou aos mineiros e à nossa economia um mecanismo complementar na determinação de altas taxas de crescimento econômico, pode superar o enfraquecimento sofrido ao longo dos últimos quinze anos. A fragilização desta solidariedade se tornou mais aguda em decorrência do impacto da abertura do sistema econômico brasileiro, da implantação do Mercosul, da falência do sistema de incentivos fiscais e da abdicação do Estado em promover políticas regionais voltadas para a reconversão destas economias.

O enfrentamento das disparidades regionais, com as pressões introduzidas pela globalização, requer do Governo uma ação pública ainda mais ativa, sobretudo no tocante a gastos de infra-estrutura que, nestas áreas, não são passíveis de delegação ao setor privado. O planejamento do desenvolvimento sustentável das regiões de Minas Gerais possibilitará a

emergência de políticas econômicas e sociais de conteúdo eminentemente local, revigorando as estruturas regionais e resguardando-as dos efeitos destrutivos da globalização.

#### **2.1.6. Priorização do desenvolvimento científico e tecnológico**

Um desenvolvimento sustentado implica em conduzir a economia a um dinamismo de acumulação de riquezas que propicie sua auto-reprodução ampliada. Mas isto só é possível com um permanente processo de introdução de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas em todos os segmentos produtivos e da vida social. A promoção do desenvolvimento científico e tecnológico é, pois, uma tarefa do Estado com vistas ao desenvolvimento sustentado.

O Estado de Minas Gerais conta com uma importante infra-estrutura de Ciência e Tecnologia, composta por universidades, escolas profissionalizantes, parques de incubadoras de base tecnológica, vários centros de pesquisa e uma agência de financiamento apoiada pelo Governo Estadual. Elas serão estimuladas a pesquisar e apontar as altas e novas tecnologias a serem atraídas como investimentos no Estado, de modo a potencializar a competitividade das cadeias produtivas existentes, ampliar a abrangência dessas cadeias e criar novas.

Esta infra-estrutura também será estimulada a realizar projetos próprios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tanto nas áreas de altas e novas tecnologias, novos materiais e novos produtos, quanto no desenvolvimento técnico e administrativo das empresas tradicionais, com ênfase nas micro e pequena empresas. O desenvolvimento de projetos de pesquisa sintonizados com as políticas estaduais e regionais de meio ambiente, recursos hídricos, trabalho, educação, cultura, saúde e qualidade de vida, a consolidação de redes de cooperação entre setor produtivo, universidades e centros de pesquisa, visando agregar valor aos produtos mineiros e a atrair investimentos externos, fora do âmbito da “guerra fiscal”, tudo isso fará parte das iniciativas para integrar os diversos segmentos e instituições, públicos e privados, envolvidos na criação e difusão científica e tecnológica em Minas Gerais.

O pensamento que preside esta diretriz consiste na premissa de que o desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser realizado destruindo o parque produtivo existente e gerando massas imensas de desempregados e “precarizados”. Combinado às demais políticas e diretrizes de desenvolvimento sustentado, o desenvolvimento científico e tecnológico deve aliar seus aportes em altas e novas tecnologia àqueles destinados a elevar paulatinamente o padrão das empresas que ainda operam com tecnologia intermediárias e tradicionais, mas são grandes absorvedoras de força de trabalho e evitam os altos custos sociais do desemprego.

Só desta forma a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico estará fundada na legitimação política e social, que incorpora a diversidade regional como indutora da transformação econômica, tornando-a capaz de apropriar-se das inovações tecnológicas.

**2.1.7. Inclusão dos grupos sociais marginalizados pela dinâmica do mercado, através da implementação de ações desenvolvimentistas sempre fundamentadas nos direitos sociais de educação, saúde, previdência, habitação, trabalho e saneamento básico.**

A busca da integração social através da redistribuição da riqueza criada com o desenvolvimento econômico tem sido historicamente postergada no Brasil, país caracterizado pela enorme concentração da riqueza e pela marginalização social.

Nos anos mais recentes perdeu-se também a perspectiva da integração futura, em vista da nova pobreza criada pela crise do trabalho e do emprego, pela inércia dos governos diante disso e pelo desmonte dos direitos sociais precariamente instituídos em décadas passadas. A ênfase atual apenas em políticas compensatórias da pobreza tende a cristalizar a sociedade dual, baseada na apartação social, retirando de cena as políticas e os direitos sociais que permitem a integração e a distribuição de renda nas sociedades capitalistas.

Assim, é imprescindível desenvolver políticas de promoção do trabalho e de redistribuição da riqueza gerada, bem como garantir os direitos sociais da cidadania, para superar nossa iníqua realidade social, como requisito básico para a construção de uma sociedade democrática.

**2.1.8. Reorganização institucional dos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais, tendo em vista a transparência e o controle social sobre as ações, bem como o aumento dos níveis de eficiência e eficácia da administração pública, com ações integradas segundo as dimensões de governo e a melhoria na qualidade dos serviços prestados.**

A situação da administração pública resulta do conflito entre um processo de democratização que exigiu profundas alterações nas relações entre estado e sociedade e a implementação federal de uma Reforma de Estado baseada no centralismo e na supremacia do mercado.

Estratégias e medidas direcionadas para a instituição de um modelo de estado mínimo, cuja eficiência é pautada por critérios e procedimentos gerenciais próprios do setor privado, distorceram a função pública e degradaram os quadros capacitados a seu exercício, em atendimento ao ajuste da dívida pública no plano estadual e à necessidade de enxugamento de quadros. Prevaleceu uma visão instrumental e autoritária de modernização dos mecanismos de governo sendo que, a partir de 1995, o Estado atuou desconhecendo e desestruturando suas competências instaladas, com o pensamento de que qualquer ação seria melhor se realizada pela iniciativa privada ou se terceirizada. Observam-se hoje os resíduos de um modelo que não atende às exigências da sociedade nem conseguiu consolidar outro projeto.

Em contraposição a esta situação propõe-se uma reorganização das instituições públicas que retome internamente as capacidades existentes, pressupondo um estado aberto à sociedade e transparente em suas ações. Seu papel e forma devem ser moldados a partir de relações que os diversos atores sociais estabeleçam entre si e com os agentes públicos, criando-se canais e mecanismos para que o Estado seja submetido ao controle da cidadania. Esta abertura deve ser buscada em todas as etapas do processo de formulação, implementação e avaliação das ações governamentais. Quanto à otimização dos recursos

públicos, a ênfase na produtividade e na eficiência alienadas da realidade social precisa ser revertida por outros critérios que não os estritamente econômico-financeiros, priorizando a solução dos problemas sociais.

## **2.2. A opção metodológica e a visão do Estado: a reinserção social, econômica, política e ambiental**

O Governo defrontou-se, em janeiro, não apenas com a difícil situação financeira do Tesouro Estadual, mas também com outro fator crítico, pouco perceptível à opinião pública, relativo ao desmonte do Sistema Estadual de Planejamento, implantado ao final dos anos 60 e desenvolvido e fortalecido nas décadas de 70 e 80.

Esse desmonte deixou a economia mineira sem rumos claramente definidos, como demonstra a exaustão/esgotamento das políticas e estratégias de desenvolvimento prevalentes no Estado, sendo influenciada, atualmente, pelo modelo econômico recessivo implantado pelo Governo Federal.

A continuidade ou persistência das estratégias setorializadas e a ênfase nas orientações da política neoliberal, estabelecidas a partir dos anos 90, particularmente em sua concepção do estado mínimo, promoveram uma ação intencional visando fragilizar a capacidade instalada de planejamento no Estado. Seu objetivo era criar condições para facilitar a absolutização da economia de mercado e eliminar áreas de resistência às políticas de privatização e de redução do papel do governo no tocante a políticas sociais.

Atuaram neste sentido o desmantelamento das equipes técnicas de planejamento, as políticas de remuneração das categorias técnico-profissionais do aparato público estadual, os programas indiscriminados de desligamento voluntário e a extinção de órgãos como o PLAMBEL, a nível estadual, e do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, a nível federal.

A perda da capacidade de identificar e interpretar os grandes problemas sociais, econômicos e políticos na busca do desenvolvimento do Estado criou ambiente amplamente favorável a uma gestão onde dominavam os interesses particularistas e a aceitação acrítica das decisões de política econômica do governo federal, gestão esta caracterizada pela ausência de políticas públicas que compensassem as desigualdades resultantes do ajuste econômico promovido pelo poder central.

Este estilo de atuação do Governo de Minas chocou-se com uma realidade histórica incontornável, colocando o mercado acima e fora do controle do Estado, contribuindo para romper os laços da coesão e da solidariedade social de grupos e regiões de Minas. Ao invés de buscar regular e corrigir as disparidades resultantes da lógica de mercado, o poder público atuou reforçando o modelo concentrador e conseqüentemente reproduzindo e ampliando a brecha de exclusão social, intensificando as disparidades regionais, promovendo a degradação dos recursos naturais, comprometendo não apenas a população atual mas também as gerações futuras dos mineiros.

A consciência em torno das conseqüências desse modelo conduziu o Governo Itamar Franco a estabelecer como ponto central de sua conduta a capacidade de proteger os cidadãos das inseguranças delas resultantes, bem como de recuperar a abrangência e o conteúdo do controle democrático sobre a vida econômica, colocando o homem como parte essencial do processo de desenvolvimento, em sua condição de cidadão.

As características da sociedade, a extensão do território e a diversidade de Minas Gerais fundamentam a necessidade de planejar as intervenções do governo a partir das especificidades constitutivas de suas regiões e de suas peculiaridades culturais. Também não se pode conceber, a essa altura da democratização do país, que a participação da sociedade esteja ausente da construção dos projetos de desenvolvimento, sendo necessário incorporar suas particularidades e mecanismos locais.

Essas necessidades, bem como a urgência de retomar o crescimento econômico, levaram à adoção de uma metodologia que proporcione a formulação de um Plano de Desenvolvimento do Estado cujo foco seja o desenvolvimento regional e uma ampla participação da sociedade. Um plano cujo elenco de programas e projetos não se reduza à visão dos governantes, mas represente a percepção e as escolhas dominantes na sociedade, com ênfase na conscientização de que sua implementação não deve se limitar à atuação do governo, mas sim viabilizar energias e recursos disponíveis de atores sociais diversos, através de parcerias e da cooperação de toda a sociedade.

O amplo envolvimento da sociedade promove e estimula a negociação, que se desenvolve no marco de interesses e visões do mundo altamente diferenciados, produzindo decisões que reflitam a estrutura de poder e a organização social prevalecente, ou seja, a oposição e a busca de equilíbrio entre grupos que procuram estabelecer sua hegemonia sobre o processo social.

Tanto o método como a concepção do processo de planejamento descentralizado e participativo se opõem ao modelo clássico de formulação de planos elaborados no silêncio e na tranquilidade dos gabinetes, ao mesmo tempo em que se constituem em forma viva de perceber e interpretar a realidade social, oferecendo ao exame da decisão política as soluções possíveis.

O exame de alternativas de cenários e das estratégias conduziu à opção pela metodologia do desenvolvimento sustentável, que oferece o caminho para a realização de todas estas possibilidades, dado que o conceito de sustentabilidade pressupõe o plano não como o produto momentâneo do planejamento, mas como processo contínuo e permanente de gestão governamental, que exige orientações e políticas novas e duradouras.

Surge, nestas circunstâncias, o imperativo de se construir formas de participação social, entendida não apenas como mecanismo de mobilização circunstancial, mas de caráter permanente, organizada por regiões articuladas e coordenadas a nível municipal e com as instituições do Governo do Estado, processo a partir do qual as decisões são legitimadas e apropriadas pela sociedade civil organizada.

Esta intervenção organizada da sociedade abrange a orientação das decisões sobre o orçamento público, na estratégia do Orçamento Participativo, mas vai muito além, pois se constitui mecanismo permanente do governo que redefine o conjunto das práticas de administração e gestão.

Pode-se assim caminhar em direção à maior racionalidade dos investimentos públicos, segundo critérios democráticos e sociais, mediante mecanismos de descentralização coordenada e transparente na execução das políticas públicas.

A opção pela abordagem de desenvolvimento sustentável e seu enfoque metodológico fundamentou-se na decisão e compromisso político com o desenvolvimento econômico e

social com equidade e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. No entanto, é preciso assinalar que hoje, no plano internacional – como tem sido denunciado em fóruns diversos – e em nosso próprio país, este conceito vem sendo objeto de manipulação e engano, reapropriado em programas e discursos governamentais de cunho neoliberal, que pretendem apenas uma retórica legitimadora, fundada no marketing político e em estratégias de dissimulação. O Governo de Minas entende que esta concepção deve ser resgatada e implementada em sua integridade, ao contrário da manipulação dominante, pelo que pode representar de avanço na transformação da sociedade e nas formas de governar vigentes no país.

### **III. A ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS**

Contrariamente às abordagens tradicionais de planejamento do desenvolvimento, que se apoiavam apenas no exame das condições da economia e da infra-estrutura disponível para, a partir delas, derivar as demais dimensões da transformação proposta à sociedade, um modelo de desenvolvimento sustentável implica numa abordagem da crescente complexidade que informa as escolhas políticas a serem feitas pela sociedade e pelo Estado contemporâneos, combinando múltiplas dimensões.

Além disso, significa uma relação entre os planejadores - técnicos, políticos, administradores públicos - com a sociedade, suas organizações e movimentos completamente distinta da forma centralizada usual, baseada no conhecimento técnico e estatístico da sociedade. Em geral, essa forma distinta de planejar apoia-se em metodologias cujo centro é a idéia de planejamento comunicativo, isto é, uma interlocução social e política que envolve a administração pública e a participação social, sem contudo abandonar os dados e estudos pré-existentes.

O planejamento do desenvolvimento sustentável contempla:

- a) como objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, a elevação da qualidade de vida e a busca da equidade social;
- b) como pré-requisitos e condição necessária, a eficiência econômica, o equilíbrio macroeconômico e o crescimento, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade;
- c) como condicionante decisivo, a conservação ambiental, que assegura sua manutenção a longo prazo e a continuidade no tempo e no espaço, tendo em vista também as gerações futuras.

Dessa forma, é possível integrar os propósitos sociais, econômicos e ambientais, com prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social. Fazem parte também desses valores básicos contemporâneos e dos objetivos a serem perseguidos, a democracia e a participação da sociedade no processo decisório.

Já o progresso técnico, o componente mais dinâmico do desenvolvimento, revolucionador das forças produtivas e da capacidade de produzir mais com menos esforço humano, e mais do que nunca uma exigência de toda transformação social, deve ser mediado por um componente político, constituído pelo poder estatal e pela participação social, de modo a se tornar um instrumento que viabilize o crescimento econômico com conservação ambiental.

Trata-se de uma visão muito distinta da busca desenfreada da competitividade global que caracteriza a economia nos dias atuais. Nesta, a incorporação de tecnologia é vista apenas pela ótica da lucratividade crescente, sendo lesiva ao ambiente, à vida das populações e às relações humanas. O avanço técnico torna-se um valor em si mesmo, associado à métodos de gestão autoritários e excludentes e à promoção acelerada e inescrupulosa da desigualdade social, conformando um modelo de desenvolvimento totalmente insustentável a curto e longo prazos.

Pelo tipo de mudança que requer nos padrões básicos de organização da economia e da sociedade, envolvendo dificuldades técnicas, políticas e culturais, a concepção do

desenvolvimento sustentável demanda uma profunda mudança no modelo de desenvolvimento predominante no Brasil, o que exige tempo e iniciativas transformadoras. Esse processo encerra, necessariamente, problemas e tensões, em virtude da alteração de concepções e estilos de desenvolvimento, e do fato de que tende a contrariar poderosos interesses de classes e grupos sociais dominantes na sociedade brasileira, que em alguns casos são seculares.

A complexidade inerente ao enfoque do desenvolvimento sustentável exige que os objetos de planejamento sejam tratados como sistemas abertos com múltiplas determinações, relações de intercâmbio e impactos cruzados, diferenciados de acordo com as condições concretas de cada realidade. Isso indica a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e flexível e, mais que isso, toda a formulação demanda outro suporte, não mais apoiado na construção de abordagens setoriais por parte das áreas de atuação do Estado. Coloca-se desde o início, a inadequação das atuais formas de planejamento institucional, que são segmentadas e apenas a posteriori procuram construir as interfaces sugeridas pela problemática específica de cada setor.

Para viabilizar essa visão multidisciplinar e integrada, a organização do planejamento e seu processo de trabalho deve se fundamentar em grandes cortes analíticos, capazes de apreender os componentes em que se diferencia a realidade, que são vistos como subsistemas ou dimensões de um sistema maior. Eles constituem os elementos centrais do desenvolvimento sustentável, abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais, institucionais, políticos, tecnológicos, etc.

Essa abordagem sistêmica está na base do processo técnico de elaboração e da negociação política do planejamento. Seu ponto de partida é uma visão estratégica de longo prazo que orienta as ações do presente, e define uma hierarquia de prioridades, cujos determinantes podem variar, conforme se avalie a questão mais grave a ser enfrentada no plano estadual e mesmo regional. Privilegiar uma dimensão prioritária não significa, no entanto, atuar em detrimento das demais, sendo preciso compatibilizar as relações entre elas, segundo as situações específicas.

A retomada do crescimento econômico, por exemplo, sem a qual não é possível falar hoje em equidade e integração social, não pode ser feita à custa da destruição ambiental ou da participação ativa da sociedade. Ou à custa dos elementos macroeconômicos essenciais, cujo enfraquecimento pode colocar em risco a sustentabilidade do crescimento. Por outro lado, não passa de ilusão supor fundamentos macroeconômicos equilibrados na ausência do crescimento econômico.

Assim, trata-se da construção de planos ou estratégias de desenvolvimento abrangentes e compreensivos, que busquem, de fato, destacar os elementos para a construção de uma nova sociedade, onde se inscreve a ação do Estado democrático como agente decisivo.

É nesse sentido que foram organizadas as dimensões do planejamento para o desenvolvimento que abordamos a seguir. Elas apontam as políticas, os programas e as estratégias a serem implementados pelo governo mineiro nos próximos anos, nas diferentes áreas da intervenção governamental. São destinadas ao debate e à reformulação junto à população do Estado, e devem ser construídas simultaneamente à redefinição dos aspectos institucionais da administração pública.

### **3.1. O Papel do Estado**

É com fundamento nos conceitos acima que pode ser contextualizado o papel do Estado em Minas Gerais. Minas representa um importante componente da Federação Brasileira, por sua tradição histórica de lutas e de lideranças políticas, bem como pelo marcante papel que desempenha na economia nacional.

A dimensão territorial do Estado, a abundância e qualidade de seus recursos naturais, a grande expressão de seus recursos hídricos – elemento estratégico do ecossistema global –, a dimensão de sua população, a diversidade de seus sistemas produtivos, bem como a extensão de sua malha viária, colocam Minas Gerais como ator fundamental no desenvolvimento brasileiro.

Não obstante a existência desses ativos, Minas experimentou, ao longo do tempo, ciclos de crescimento e estagnação, orientados por estilos de desenvolvimento que produziram um quadro atual configurado por forte concentração do patrimônio e da renda, assim como da distribuição espacial da população, forte deterioração do suporte de seus recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologia poluentes e de baixa eficiência energética e acentuados desequilíbrios intra e interregionais.

Mantidos a direção e o sentido do estilo de desenvolvimento predominante, produtor de passivos sociais e ambientais crescentes, estarão comprometidas as possibilidades de vida das futuras gerações de mineiros, ao reproduzir intensamente as calamidades ambientais e sociais, aspectos de um mesmo problema que não podem ser equacionados por políticas convencionais, ainda que o Governo do Estado dispusesse de significativos recursos técnicos e financeiros para o seu enfrentamento.

Essa situação aponta, ao lado da forte exposição da economia de Minas aos impactos de uma globalização sem controle e da relevância crescente de aspectos financeiros, o imperativo de se promover, como exposto acima, grandes transformações no enfoque tradicional da elaboração de estratégia e planos de desenvolvimento, tendo como um de seus componentes fundamentais a definição do papel do Estado.

Este, em seus diferentes aspectos estruturais, deve retomar sua função de principal orientador do desenvolvimento em direção à sustentabilidade, incorporando esta orientação aos conteúdos dos programas e projetos em formulação, em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais. A apreensão da realidade, bem como a indicação de alternativas de sustentabilidade, serão objeto de uma nova abordagem da gestão pública.

### **3.2. A gestão pública**

A gestão pública moderna só pode ser efetivada se for partilhada com a sociedade civil, o setor privado e as comunidades locais, aí compreendidas as prefeituras municipais, colaborando para a construção da democracia participativa e da cidadania e criando condições propícias à manifestação da criatividade e da gestão autônoma da sociedade.

Nesse sentido, cabe ao governo intensificar o processo de descentralização da formulação das políticas públicas e do acompanhamento e avaliação de projetos que garantam a sustentabilidade do desenvolvimento. Esse processo terá por base a implementação de um modelo de gestão descentralizado, orientado pela forte participação da sociedade civil, no

qual a tomada de decisões inclui um sistema de consultas que atravessa todos os níveis de governo e da sociedade, do municipal e comunitário ao estadual, de modo que o desenvolvimento seja realmente tido como prioridade e as ações de governo sejam coordenadas e controladas de “baixo para cima”.

### **3.3. O mercado interno e a expansão da base econômica: a redução da vulnerabilidade**

Também cabe ao Governo do Estado importante papel na promoção da expansão da base econômica, não apenas como imperativo da geração de empregos mas, também, da disponibilidade e preservação dos recursos naturais e ambientais, aí consideradas as peculiaridades regionais do Estado.

A promoção e o desenvolvimento equilibrado da base produtiva são essenciais para promover mudanças nas condições de vida da população de Minas Gerais. Deixado à ação cega do mercado, o desenvolvimento tem causado distorções e desequilíbrios de monta, que só podem ser evitados pelas ações do Estado, buscando aproveitar as potencialidades econômicas estaduais e suas vantagens competitivas, no marco das condições e características de cada região, tendo em vista construir um forte mercado interno mineiro e nacional.

Entretanto, para implementar esse processo de construção de seu próprio mercado interno e contribuir para o crescimento do mercado interno nacional, o Governo de Minas terá que partir das condições atuais da economia mineira e nacional e do grau de sua dependência ao mercado internacional, de modo a recuperar e ampliar a capacidade de suas cadeias produtivas e de seus mercados regionais e estadual, em grande parte desorganizados pela globalização.

Ou seja, a recuperação e ampliação do mercado interno estadual e nacional e a expansão da base econômica de Minas e do país dependem de políticas agressivas de conquista de mercados internacionais de alta demanda efetiva, que permitam elevar a produção das cadeias produtivas existentes, aumentar os níveis de emprego e de renda, elevar o poder aquisitivo da população e reforçar, assim, o próprio mercado interno.

### **3.4. O papel dos municípios**

Ao conjunto dos municípios que integram as regiões e o Estado está reservado importante papel na implementação da estratégia de sustentabilidade do desenvolvimento de Minas Gerais. Enquanto unidades espaciais que integram o macro espaço estadual, regional e nacional, os municípios são palco de uma miríade de iniciativas e empreendimentos espontâneos, cuja potencialidade deve ser estimulada como base do desenvolvimento local.

Nesse sentido, uma das grandes contribuições dos municípios será a de articular essas iniciativas em programas e projetos municipais, integrando-os às ações convergentes e complementares do Estado e da União. Desse modo será possível assegurar sinergia de esforços e de recursos escassos, reduzindo os desperdícios e os conflitos de atuação no espaço municipal.

Por outro lado, a adequação das estratégias e projetos de cada município a estratégias e projetos de conjuntos de municípios – consórcios e ou associações –, de microregiões

homogêneas e preferencialmente de microbacias podem e devem potencializar ainda mais os esforços de desenvolvimento sustentado em âmbito regional e estadual.

### **3.5. O caráter estratégico dos recursos hídricos**

Os recursos hídricos assumem cada vez mais o papel de elemento estratégico para a vida humana contemporânea e para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a conservação dos recursos hídricos existentes no Estado, com um manejo adequado das bacias hidrográficas, tendo em vista tanto a qualidade quanto a quantidade, deve ser incluída no planejamento e nas ações governamentais como prioridade de Estado e da sociedade.

Os programas e projetos de conservação dos recursos hídricos como elemento estratégico deverão orientar-se pela mesma metodologia democrática e participativa que perpassam todas as decisões e ações do governo mineiro, com o objetivo prioritário de garantir a diversidade ecológica, a conservação desses recursos e sua exploração racional, quer por razões estritamente econômicas, quer por razões éticas, quer ainda como pré-requisito da sobrevivência dos mineiros e de suas gerações futuras.

### **3.6. A Promoção da Mudança Social e da Qualidade de Vida**

A trajetória do desenvolvimento mineiro, assim como a do Brasil, que se traduziu em grandes saltos ao longo do século XX, caracterizou-se fortemente pela ênfase nos aspectos econômicos e pelo abandono da transformação social, que constitui problema secular no país. Como tal, esteve associada a uma herança histórica perversa, a formas equivocadas de apropriação produtiva e de integração do território habitado, a problemas anteriores na dinâmica demográfica, à concentração espacial das atividades industriais e à modernização conservadora da agricultura, levando ao agravamento da questão urbana, em especial nas últimas décadas.

Por outro lado, em conseqüência das opções políticas feitas, os pobres se espalham por todos os setores da economia, inclusive entre os servidores públicos e em empresas privadas modernas, de tal maneira que o grau de pobreza e desigualdades existente no Estado torna-se totalmente incompatível com a capacidade produtiva que a sociedade atingiu. Nesta última década assistimos à generalização de um padrão de valores dominantes assentado na indiferença social e de nossos dirigentes, à desigualdade gritante que nos caracteriza, contra todo princípio ético que deve vigir em sociedades modernas. Em virtude desses padrões de desigualdade social, que se aprofundam na atualidade, a qualidade de vida e as perspectivas de futuro colocadas para o conjunto da sociedade mineira, com as exceções de praxe, tem se degradado a níveis inéditos, na cidade e no campo.

A grande concentração da riqueza, marcada ainda pela cristalização histórica, deve ser rompida com firmeza por políticas pactuadas com a sociedade, que combinem a busca da distribuição da renda e a elevação dos direitos sociais e civis, além da abordagem decidida do drama da pobreza. Para isso, é necessária a decisão política de privilegiar a mudança social e a distribuição equitativa dos recursos públicos, bem como a construção da

solidariedade como princípio organizador da vida em comum, ao contrário da indiferença e da violência social que caracterizam os dias atuais.

A decisão de reverter a concentração da riqueza, e promover a mudança social e a elevação da qualidade de vida pressupõe uma grande mobilização social, que pode ser construída a partir do chamamento do governo e das instâncias municipais e regionais, com a decidida participação da sociedade civil, tendo em vista alterar o padrão existente, com ênfase nas realidades regionais, em torno de políticas ativas, programas direcionados e ações conjuntas para a transformação social e a afirmação de valores humanos e democráticos.

### **3.7. O fortalecimento do planejamento**

A partir dos anos 90, as orientações políticas neoliberais fragilizaram a capacidade técnica de formulação das equipes de planejamento, com o objetivo de criar facilidades e eliminar áreas de resistência às políticas de privatização e redução do papel do governo no tocante às políticas sociais.

A perda da capacidade de identificar e interpretar os grandes problemas sociais, econômicos e políticos do Estado, de propor soluções, de elaborar políticas públicas, planos, programas e projetos, criou ambiente amplamente favorável a uma gestão de governo onde dominaram os interesses particulares e a aceitação acrítica das decisões de política econômica do Governo Federal.

O Governo de Minas Gerais, ante uma federação cujos laços de integração vêm se fragilizando acentuadamente, além de despojado de instrumentos clássicos de política econômica - emissão de moeda, sistema de crédito, câmbio e taxas de juros -, dispendo apenas de duas instituições de pesquisa agrícola e tecnológica e apenas um banco de fomento com reduzida capacidade de financiamento, viu-se também impedido de utilizar plenamente seu mais poderoso instrumento de formulação e mecanismo de gestão, o planejamento, para opor-se ao modelo neoliberal do Governo Federal e consolidar sua liderança na proposição de alternativas a tal modelo.

Apesar disso, após oito meses de atuação do governo estadual, é possível afirmar a existência de uma capacidade técnica no setor público estadual, inclusive em seu sistema de planejamento. Embora numericamente insuficiente, com remuneração absolutamente insatisfatória, dedicada a tarefas mecânicas ou administrativas, persiste ainda um razoável espírito de corpo e um profundo desejo de colaborar para superar o quadro atual através da construção de um processo de desenvolvimento alternativo ao modelo neoliberal que predomina no país. Estes sentimentos, esta vontade de participar, emergiu com força e clareza quando da participação destas equipes na formulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Para consolidar o planejamento como instrumento de formulação e mecanismo de gestão torna-se necessário definir e articular estes recursos humanos remanescentes. É fundamental criar, a curto prazo, ambiente propício à elaboração de estudos técnicos voltados para o planejamento e para a implantação da metodologia de desenvolvimento sustentável, transformando a tarefa de planejamento em um processo permanente.

Esse processo pode e deve ser enriquecido pela consulta às bases sociais, legitimando a ação governamental através de formulação e execução de políticas, planos, programas e

projetos que traduzam as aspirações da sociedade, e transformem em potencialidade as diversidades e desigualdades regionais e sociais, de modo a construir uma estratégia realista de inserção soberana da sociedade e da economia de Minas no mundo globalizado.

Para tanto, sugere-se como forma de reforçar o sistema de planejamento e de informação do governo:

- a) Estabelecer câmaras técnicas de planejamento, em caráter permanente, tantas quantas forem os temas necessários e envolvendo as instituições públicas, equipes técnicas municipais e níveis técnicos do Governo Federal, apoiadas na idéia do planejamento segundo as dimensões sócio-econômica, ambiental, política e institucional, no marco das diferentes regiões do estados e com ampla participação da sociedade.
- b) Delegar a estas câmaras a orientação de retomada do planejamento estadual, levando em conta as dimensões diferenciadas da administração pública e a necessidade de absorver e direcionar-se pela participação da população em geral e da sociedade civil nas atividades de governo, incluindo a consulta permanente às câmaras setoriais e às entidades sindicais patronais e trabalhistas.
- c) Levar as câmaras técnicas de planejamento a elaborar programas de trabalho que tenham como seus dois grandes componentes.

1º) a atualização dos debates em torno dos modelos alternativos à política neoliberal e dos impactos da globalização sobre o Brasil e Minas Gerais, com ênfase em seus efeitos sobre os desequilíbrios sociais e regionais do Estado;

2º) a formulação e o aprofundamento de políticas alternativas de desenvolvimento, a indicação de planos, programas e projetos com a mesma natureza, bem como as formas de sua elaboração.

- d) Implementar o sistema estadual de planejamento como processo permanente, segundo a ótica da sustentabilidade, tendo como insumo básico a produção técnica das câmaras.

### **3.8. Montagem de um Sistema Estadual de Informações**

A disseminação da informação de forma transparente e democrática, bem como sua utilização no aumento da eficácia governamental na administração pública é meta para todo o Estado. Para dar consistência ao Sistema Estadual de Informações devemos visualizar o Estado integrado, com informações organizadas, relevantes e disponíveis, com um fluxo adequado à dinâmica do exercício do planejamento e às necessidades estratégicas do governo.

Ao pensar em informática e informações devemos considerar sempre sua utilidade para aqueles que planejam e o benefício gerado a partir das soluções implementadas.

A nova concepção para a informática em Minas Gerais enfoca o conceito de sistema. Cada órgão da administração pública estadual é visto como um módulo do Sistema Estadual de Informações, que deve funcionar de forma harmoniosa, de modo a assegurar o perfeito fluxo das informações, possibilitando a definição de diretrizes e estratégias para gestão do Estado, numa dinâmica que evite redundâncias, integre os órgãos e agilize as decisões. O objetivo final é permitir o planejamento da ação governamental, assegurando o exercício

pleno da cidadania, através da oferta de serviços de melhor qualidade e da democratização das informações para a população de todo o Estado.

Cada órgão, visto como um módulo do sistema, trabalha com autonomia, através da descentralização, transformando-se no gestor de seus recursos computacionais e informações, tudo isso regido por uma orientação única, dada pelo CIEMG, que passa a atuar de forma mais estratégica e abrangente.

Ao se constituir um Sistema Estadual de Informação ampliam-se as condições de colocar as ações setoriais de informática e de planejamento em sintonia com os projetos prioritários do Governo, através da atuação de cada órgão do Estado, concretizada pelas Unidades Setoriais de Informatização – USIs, instaladas nas entidades da administração direta e indireta.

Essas USIs refletem as necessidades de informatização do órgão e contam com o apoio técnico da PRODEMGE que, entendendo essa realidade, busca as soluções tecnológicas mais adequadas em parceria com esses órgãos. Essa relação resulta nos Planos Setoriais de Informatização – PSIs que, juntos, permitem uma visão abrangente do Estado e de seus projetos prioritários.

O Plano Setorial de Informatização é um documento desenvolvido dentro de uma metodologia simples, que orienta o trabalho em todo o Estado e que viabilizará integração de uma base estadual de informações e sua interação com as diretrizes estabelecidas pelo Governo. Trata-se de um documento dinâmico, que acompanha a velocidade do desenvolvimento da informática.

Visualizado para um determinado período de tempo, pode ser realizado em fases, de acordo com a disponibilidade de recursos. Um ganho dessa estrutura é que a visão geral do Estado viabiliza a identificação de necessidades corporativas e o desenvolvimento de projetos mais abrangentes. Será elaborado por cada órgão, identificando e definindo necessidades, projetos, metas e disponibilidade de recursos. À PRODEMGE caberá a orientação das melhores alternativas tecnológicas, para que os órgãos do Estado adotem as soluções mais adequadas.

Para dar forma a esta proposição é necessário assegurar uma infra-estrutura de informática e informações aos complexos administrativo operacionais do Estado, através da implementação dos projetos e da construção de redes e bancos de dados informacionais. As áreas de informática do Estado, com o apoio da PRODEMGE, instalarão em cada órgão os elementos fundamentais para viabilizar uma rede integrada de informações, que permitirá o pleno exercício do planejamento e a execução da ação governamental.

Para transformar em realidade o modelo de um sistema de informações gerenciais no âmbito do Poder Executivo torna-se imprescindível alavancar estratégias e recursos que viabilizem a existência das facilidades e das tecnologia necessárias à concretização desta proposição.

### **3.9. O Modelo de Participação Social por Regiões e Dimensões**

Num estado da extensão territorial e com as heterogeneidades econômicas, sociais e culturais que caracterizam Minas Gerais, torna-se fundamental que as estruturas regionais

de planejamento sejam articuladas para a intermediação entre as idéias e a ação governamental e o envolvimento da sociedade, no plano local e regional, em processos de discussão e implementação dos planos de governo.

O chamado da população à participação, através de diferentes mecanismos e instâncias, obedece à preocupação de responder à demanda de cidadania que vem sendo reivindicada pela sociedade brasileira nas últimas décadas, contra nossas tradições de autoritarismo, centralização e ausência de transparência. Através desses processos, a população exerce seu poder de decisão e pode debater o conjunto das ações públicas em pauta numa dada região, participando ativamente na definição de rumos do desenvolvimento sócio-econômico regional. Um dos mecanismos mais importantes neste processo é o Orçamento Participativo, através do qual são democratizadas as informações sobre os recursos do estado e os gastos públicos, as prioridades de governo podem ser alteradas e a administração estadual redireciona ações em atendimento à necessidades básicas manifestadas pelas regiões e localidades. As ações dessa natureza permitem a aproximação entre o governo do estado e a realidade regional, tornando a administração mais ciente da diversidade e dos problemas que enfrentam.

O governo pode estabelecer como parceiros no plano local e regional os municípios, o empresariado, as universidades e demais órgãos técnicos ou representativos existentes, as lideranças políticas regionais, as instituições religiosas que desempenham papéis sociais e de organização comunitária, as ONGs, outras instituições e entidades. Constroi-se assim um processo interativo no qual todos os personagens participam na elaboração e gestão das diretrizes regionais de desenvolvimento, enquanto amplia-se a base de apoio administrativa e política do Estado nas regiões.

Por outro lado, boa parte dos órgãos da administração direta e indireta do estado possui estrutura regionalizada, mas inexiste uma cultura de integração interinstitucional, através da qual sejam compartilhados os objetivos, integradas as ações e racionalizado o uso dos recursos disponíveis. A participação social e a concepção de desenvolvimento sustentável tornam imperativa uma nova cultura nos órgãos governamentais, na qual as políticas para os municípios e regiões sejam formuladas não mais isoladas ou desarticuladas entre si, mas com olhos no desenvolvimento regional e integrado. Isto vale tanto para a formulação das políticas, programas e projetos, quanto para o acompanhamento e gestão, na sua execução.

Diante disso, torna-se necessário avaliar as experiências passadas de regionalização da ação estatal e da participação, examinando-se os mecanismos pré-existentes, como as associações municipais e microregionais, os consórcios de municípios e outras formas de organização, segundo seu caráter representativo e sua capacidade operacional. É preciso privilegiar os mecanismos mais adequados e eficientes, num processo de representação e descentralização programada, que permitirá melhorias na qualidade de gestão dos recursos disponíveis, maior participação da população na fiscalização de seu uso, maior autonomia regional na busca de soluções e a construção de co-responsabilidades entre a administração pública e a população das diferentes regiões mineiras.

#### **IV. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As dimensões do planejamento para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais derivam de planos ou estratégias abrangentes e compreensíveis, que buscam destacar os elementos para a construção de uma nova sociedade, onde se inscreve a ação do estado democrático como agente decisivo.

Essas dimensões apontam as políticas, os programas e as estratégias a serem implementados pelo Governo Mineiro nos próximos anos, nas diferentes áreas de intervenção governamental, destinados ao debate e à reformulação junto à população do Estado, e devem ser construídos simultaneamente à redefinição dos aspectos institucionais da administração pública.

Diante das condições atuais do Estado de Minas Gerais, destacam-se três grandes articulações das dimensões de planejamento, cujos aspectos será necessário compatibilizar, desde a formulação inicial:

- 1) a sustentabilidade da economia mineira como fator chave neste momento, o que implica os setores dinâmicos e a serem dinamizados nos segmentos industriais, a resolução da questão fiscal e do investimento público e o desenvolvimento agropecuário, incluindo a infra-estrutura necessária ao crescimento;
- 2) o desenvolvimento científico e tecnológico, a preservação ambiental e a promoção do trabalho e da renda, como exigências incontornáveis da atualidade, que devem merecer especial atenção do Estado e da sociedade, em virtude de suas relações intrínsecas e de suas projeções para o futuro;
- 3) as dimensões sociais do desenvolvimento, que constituem as políticas públicas em resposta aos direitos da cidadania e são vetores importantes da integração social e da equidade: educação, cultura, saúde, segurança alimentar, saneamento básico, habitação, defesa social e desenvolvimento social.

##### **4.1. A sustentabilidade da economia mineira e o papel do Estado**

Minas Gerais, como todos os estados e municípios brasileiros, vive as angústias de manter-se presa aos limites da subordinação federal, aos interesses das grandes corporações multinacionais e às exigências do FMI ou, ao contrário, romper tais limites e ingressar numa via de desenvolvimento e inovação social que sirva, inclusive, de exemplo.

Nunca é demais reiterar o grave desequilíbrio financeiro, o endividamento, a redução da arrecadação tributária e as baixas taxas de crescimento vividas pelo Estado. Há um perverso processo de fechamento de empresas, aumento do desemprego e alastramento da pobreza, em contraste com os sinais de concentração patrimonial e de renda em minorias sociais. A desestruturação da máquina pública tem exigido esforços inimagináveis para colocá-la novamente a serviço da população e do Estado.

Apesar disso, Minas Gerais possui uma base econômica, social e política ainda poderosa. Seus setores agropecuário e agroindustriais são dos mais fortes e dinâmicos do país, embora apresentem distorções de diferentes graus. Seu setor industrial apresenta cadeias produtivas

longas e desenvolvidas, com uma extensa base de matérias primas minerais e agrícolas, embora também aqui se encontrem ramos e atividades que não agregam valor aos produtos gerados. Sua infra-estrutura energética, de transportes, telecomunicações e informações estende-se por todo o Estado, enquanto os serviços e o comércio têm uma participação significativa na economia estadual. Além disso, o Estado construiu uma estrutura de Ciência e Tecnologia relativamente ampla, que lhe permite promover os setores de pesquisa e desenvolvimento com esforços próprios.

Assim, se há gargalos e condicionantes produzidos pelas políticas federais, o Estado tem potencialidades e instrumentos próprios que podem ampliar seu grau de liberdade para adotar políticas de crescimento e de proteção que contribuam para um desenvolvimento sustentado, revertendo seu atual quadro de debilitamento e encaminhando-o para uma via de crescimento e readequação das cadeias produtivas, de abertura de novos mercados nacionais e internacionais para os produtos estaduais, de reforço e ampliação de seu próprio mercado interno e de aumento de sua capacidade de reprodução ampliada da riqueza social.

Essa via exige, em primeiro lugar, a recuperação do Estado, da máquina pública estadual como instrumento democrático de planejamento, capaz de captar as grandes demandas econômicas e sociais da população mineira e definir, em decorrência, os parâmetros da ação governamental, integrando os esforços dos diversos setores da administração pública, desdobrando-os em programas regionais e setoriais e recuperando a capacidade do Estado de poupar e investir.

A recuperação a ser realizada por meio de programas político administrativos começa pela resolução da questão fiscal e tributária do Estado, de modo a permitir que a máquina pública estadual interfira positiva e planejadamente na reativação e reequilíbrio das atividades econômicas e empresariais, na geração de empregos, na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente e na melhora das condições de vida da população.

Só desse modo será possível desenvolver os setores industrial e agropecuário de Minas Gerais, levando-os a abrir mercados nacionais e internacionais para suas cadeias produtivas, adequando-as à demanda efetiva desses mercados e estimulando a agregação de valor a seus produtos, de modo a alavancar a capacidade produtiva do Estado e criar condições reais para que a economia mineira ingresse um novo processo de acumulação.

Só desse modo será possível fazer com que o desenvolvimento dos setores industrial e agropecuário ocorra de forma desconcentrada, tanto em termos regionais quanto empresariais, incentivando os micro, pequeno e médios empreendimentos, principalmente aqueles voltados para a conquista dos mercados de alta demanda efetiva, ampliando a produção de baixo custo, aumentando a criação de novos postos de trabalho e redistribuindo a renda.

Só desse modo o desenvolvimento científico e tecnológico será realizado com vistas à preservação ambiental e à promoção do trabalho e da renda, e a dimensão social estará presente em todos os programas relacionados ao crescimento econômico.

#### 4.1.1. A questão fiscal e tributária

Orientado para a promoção do desenvolvimento sustentável, entendido como a geração e obtenção de resultados permanentes de crescimento combinado com melhorias na estrutura

da distribuição de renda e de avanço tecnológico da economia, o Estado deverá pautar suas ações, considerando suas atuais limitações de recursos, tendo como prioridade o apoio a setores e atividades que contribuam, efetivamente, para materializar esses objetivos.

Isso implica, sob a ótica fiscal, combinar a política de gastos e de incentivos estaduais, notadamente dos que atualmente são administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG), para os objetivos de criação de emprego, de redução das desigualdades – regionais e sociais – e da pobreza, sem descuidar da necessidade de fortalecer o setor produtivo e contribuir para a modernização da economia.

No que se refere ao gasto, onde a adoção de políticas voltadas para aumentar sua eficiência e efetividade deverá constituir preocupação permanente do governo, as ações do Estado deverão priorizar, de forma regionalizada e com a participação da sociedade neste processo, o atendimento das demandas da população nas áreas de saúde, educação, assistência, saneamento etc. Além disso, em parceria com o setor privado e com o Governo Federal, deverão ser reforçados os programas de qualificação e treinamento de mão-de-obra, visando responder aos novos requerimentos do processo produtivo em curso, e os investimentos em ciência e tecnologia, cruciais para a modernização do parque produtivo e para o aumento de sua competitividade.

O compromisso com a redução das desigualdades intraregionais coloca, também, a necessidade de focalizar o gasto na constituição da infra-estrutura econômica e social das regiões menos desenvolvidas, como as do Vale do Jequitinhonha, Mucura etc., com o objetivo de criar externalidades que lhes garantam a atração de indústrias para seus territórios.

Em relação à política de incentivos estaduais, esta deverá pautar-se por três objetivos:

1º) Estimular e incentivar, seletivamente, o setor produtivo, de acordo com os objetivos estabelecidos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Isso significa que deverão ser priorizados:

- a) projetos que contribuam para elevar as exportações para mercados nacionais e internacionais de grande demanda efetiva;
- b) projetos que contribuam para aumentar a integração das cadeias produtivas do Estado e para a diversificação de seu parque produtivo, com o objetivo de aumentar a produção, sua competitividade e seu grau de inserção nacional e internacional;
- c) projetos altamente geradores de emprego, visando atenuar uma das questões mais angustiantes do país e do Estado no estágio atual do processo de globalização;
- d) projetos que se localizem nas regiões menos desenvolvidas do Estado.

Para tanto, as políticas industrial e agropecuária devem identificar os setores mais dinâmicos da economia mineira, as lacunas existentes em sua cadeia produtiva e nos setores e atividades – agroindústria, turismo, construção civil etc.-, bem como as empresas – micro, pequenas, médias - com maior capacidade de absorção de mão-de-obra – para a formulação de uma política de incentivos consistente.

2º) Otimizar os recursos do Tesouro voltados para essa finalidade e ampliar o número de seus beneficiários. Isso implicar rever os percentuais do ICMS que são concedidos a título de incentivos, racionalizar os subsídios neles embutidos, adequando-os às

necessidades efetivas das empresas e extinguir os que representam meras doações de recursos públicos para os projetos privados.

3º) Fortalecer a receita estadual, visando ampliar a capacidade de financiamento do setor público e recuperar o seu papel de indutor do processo de desenvolvimento sustentável. Além da revisão dos montantes de incentivos atuais destinados ao setor privado, a continuidade da política de avaliação das diversas renúncias fiscais existentes coloca-se como de grande importância para diminuir vazamentos desnecessários e inócuos de receitas que apenas debilitam financeiramente o Tesouro, sem se traduzirem em retornos efetivos para a sociedade. Para este propósito, a montagem de um moderno sistema de análise e avaliação dos resultados gerados pelos projetos, incentivando-os, torna-se uma necessidade vital.

Do ponto de vista da tributação e da arrecadação, cujo fortalecimento é indispensável para que o Estado recupere a sua capacidade de financiamento dos investimentos e o seu papel de indutor da promoção do desenvolvimento econômico e social, um elenco de medidas deverá ser adotado para reverter o quadro de estagnação das receitas públicas que caracterizaram a década de 80. Entre essas merecem destaque:

- a) A já mencionada revisão da política de incentivos e de renúncias fiscais do Estado, racionalizando-as e preservando apenas as iniciativas que comprovadamente sejam benéficas para os objetivos do processo de desenvolvimento sustentável\*.
- b) Melhor aproveitamento do potencial tributário do Estado, através da adoção de políticas rigorosas de fiscalização e de aprimoramento da cobrança do ICMS, além da realização de estudos para ampliar o campo de incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens “causa mortis” e doações (ITCD), das taxas e das contribuições de melhoria.
- c) Incentivo aos órgãos da administração indireta no sentido de reverem os preços públicos sobre os serviços por eles prestados, com o objetivo de dotá-los de maior capacidade de autofinanciamento de seus gastos, reduzindo suas pressões de recursos sobre o Tesouro do Estado.
- d) Aprimoramento da gestão do crédito tributário, visando dar-lhe maior liquidez, com a racionalização e encurtamento dos procedimentos e prazos para sua inscrição em dívida ativa e para sua cobrança efetiva.
- e) Fortalecimento e racionalização do controle fiscal, administrativo e da arrecadação, objetivando a redução dos custos da máquina fazendária e a elevação das receitas.
- f) As gestões voltadas para a realização de uma reforma do sistema tributário nacional que tenha como preocupação central:
  - fortalecimento financeiro das finanças das esferas subnacionais (estados e municípios) e a recomposição do pacto federativo, indispensável para libertá-las do papel tutelar do poder central e consolidar a democracia no país;

---

\* Estimativa do impacto das desonerações legais do ICMS e dos Benefícios financeiros no orçamento para 2000.

- a transformação do sistema em um instrumento comprometido também com a melhoria da distribuição do ônus da tributação entre os membros da sociedade;
- a realização de mudanças na estrutura tributária voltadas para a redução do “Custo Brasil” e para o aumento da competitividade da produção nacional/mineira nos mercados externos.

Embora o Estado não disponha de autonomia e margem de manobra suficientes na área tributária para viabilizar estes objetivos, indispensáveis para dar suporte ao projeto de “desenvolvimento sustentável” – fortalecimento da federação combinado com os princípios da equidade e da competitividade - seu principal papel deverá ser o de apresentar alternativas às propostas de reforma que estão sendo apreciadas no Congresso Nacional e desenvolver gestões e alianças com seus pares para sua aprovação, evitando uma nova concentração de receitas e centralização das decisões sobre política tributária na esfera federal, com as consequências que isso representa para suas finanças, autonomia e para o financiamento das políticas sociais.

#### 4.1.2. O desenvolvimento industrial

O desenvolvimento industrial de Minas Gerais é uma das condições necessárias para o desenvolvimento de toda a sua economia e sociedade. O processo de transformação industrial é essencial para viabilizar a absorção da maior parte das inovações científicas e tecnológicas, sendo ainda a base sobre a qual as ciências e a tecnologia podem desenvolver-se para elevar a produtividade do trabalho e agregar valor aos produtos do Estado.

Nos últimos 30 anos, contando com um importante aparato de apoio institucional à indústria (BDMG, INDI e CDI), alicerçado em instrumentos – tributários, financeiros e creditícios – de incentivos e estímulos ao setor produtivo, o Estado de Minas Gerais conheceu um intenso processo de industrialização e diversificação de sua base produtiva, o que o levou, já a partir dos anos 80, a disputar, com o Estado do Rio de Janeiro, a posição de segunda economia industrial do país. Neste período, foram implantadas e/ou ampliadas as indústrias automobilística, mecânica, de vestuário, têxtil, de madeira e móveis, telecomunicações e agroindustrial.

Apesar deste crescimento, o fato da política industrial implementada não ter se preocupado em incorporar, com a devida ênfase, entre seus parâmetros de avaliação dos projetos incentivados, critérios que levassem em conta sua contribuição para a integração e fortalecimento das cadeias produtivas, para um melhor aproveitamento das matérias-primas regionais, para a geração de empregos e para a redução dos desequilíbrios inter-setoriais e intraregionais, atuando mais a reboque das demandas dos investimentos empresariais, gerou-se uma estrutura marcada por fortes desequilíbrios em diversos níveis, incompatíveis com os objetivos que norteiam o projeto de desenvolvimento sustentável.

Privilegiando a implantação de indústrias em regiões que desfrutam de evidentes vantagens locais comparativas – Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e, mais recentemente, a Zona da Mata -, e setores mais modernos tecnologicamente, mais intensivos em capital, os resultados dessa política deixaram, como herança, um quadro de acentuadas disparidades regionais e empresariais, com elevados

níveis de desemprego, que têm sido aprofundados com as sucessivas crises econômicas e com o processo de estagnação vivido pelo país desde os anos 80.

Para corrigir essa situação, a política industrial do Estado para o período 2000-2003 pretende inaugurar um novo estilo que representa, em alguns aspectos, uma ruptura com o modelo que orientou, em passado recente, a industrialização de Minas Gerais e mesmo de outros estados. Um desses aspectos é o de incorporar, de maneira deliberada, o conceito de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento. Outro é o de levar à discussão com a sociedade as linhas básicas da política a ser adotada. O terceiro, é o de repensar as políticas de incentivos fiscais e financeiros, especialmente quando direcionados para empreendimentos de grande porte.

O desenvolvimento sustentável parte do crescente reconhecimento da necessidade de se pensar um novo padrão de desenvolvimento, que considere as perspectivas das gerações atuais e futuras. Isto implica em se criar ou buscar parâmetros que permitam avaliar o risco das iniciativas apoiadas pelo sistema financeiro e subsidiadas pelas políticas governamentais, com base na preservação e/ou recuperação do Meio Ambiente e no estabelecimento de limites a exploração da natureza pelo homem.

O Meio Ambiente é, sem dúvida, o grande tema nacional e internacional deste final de século e diz respeito aos limites da exploração da natureza pelo homem. Deve ser visto, cada vez mais, como intrinsecamente ligado a uma nova visão da sociedade que vai além da economia e que tem como base essencial a idéia de que se tem de partilhar recursos que estão escassos, mas que são de uso comum.

Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável, a idéia de que tudo é possível e, de que para gerar o lucro, não importam os meios necessários, deve ser substituída pela idéia de que se tem de preservar alguma coisa e não apenas os recursos naturais, mas também aqueles que vivem e viverão desses recursos e que são os atores estratégicos deste processo de mudança, desta nova visão.

Finalmente, em termos das orientações do PMDI, pretende-se que processo decisório, em termos das questões ambientais e de desenvolvimento industrial, ocorra em um ambiente de consulta e de participação efetiva de todos os segmentos representativos da sociedade, através de metodologia e de mecanismos claros, que fundamentem as parcerias entre poder público e sociedade, conferindo legitimidade às políticas e ações.

#### 4.1.2.1. Situação da Indústria Estadual

O processo de implantação e desenvolvimento industrial do Estado privilegiou algumas regiões, como a Metropolitana de Belo Horizonte, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, tendo como principal base empreendimentos de grande porte. Mesmo quando ocorre a incidência de grande número de pequenas e médias empresas, parte considerável delas é verticalizada por uma ou algumas poucas grandes indústrias, podendo sofrer danos irreparáveis em processos de rebaixamento de custos e realocações realizados por essas empresas de grande porte.

Criou-se assim um quadro de desequilíbrios, não só regionais, como empresariais. Somente um conjunto de grandes indústrias dos setores automobilístico, mecânico e siderúrgico é

responsável por significativa parcela do valor da produção industrial mineira, embora represente uma pequena percentagem do total das empresas e dos empregos estaduais. Neste contexto, ressalta-se a necessidade de aprofundar o diagnóstico sobre a economia mineira, enfocando a reestruturação da capacidade de se obter informações quantitativas, uma vez que se encontram desarticulados os mecanismos de planejamento, e da organização do Estado para acompanhar a evolução dos diversos segmentos industriais mineiros, possibilitando, então, liderar e conduzir o processo de elaboração de políticas públicas para o setor industrial. Para a realização deste diagnóstico, recomenda-se levar em consideração o fortalecimento da integração das cadeias produtivas e o desenvolvimento das vantagens comparativas locais direcionadas a redução das desigualdades regionais.

- **Indústria Automobilística**

Minas Gerais é o segundo pólo automobilístico brasileiro, respondendo por cerca de 25% da produção nacional de veículos. Em 1998, a FIAT produziu 415.418 veículos, 194.710 motores e 287.836 câmbios. Seu faturamento em 1996 foi de US\$ 6,1 bilhões, passou de US\$ 7,4 bilhões em 1997 e recuou para US\$ 6,5 bilhões em 1998. O número de seus empregados saltou de 18.000 funcionários, em 1995, para cerca de 21.000 no ano seguinte e 23.908 em 1997. A partir de 1998 iniciou um agressivo programa de terceirizações que reduziu o quadro de pessoal para 11.500 empregados.

A entrada em operação, a partir de 1999, da fábrica de automóveis da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, com investimentos estimados em US\$ 820 milhões e a geração inicial de 1.500 empregos diretos, consolida o setor no Estado, influenciando o parque mineiro de autopeças, hoje já bastante diversificado.

As 150 empresas desse setor produzem peças e conjuntos de alta tecnologia, não só para a FIAT, como também para fabricantes de outros estados e países, faturando cerca de US\$ 1,8 bilhões, em 1998 e empregando 20.000 pessoas. Elas são de pequeno e médio porte, estando concentradas principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao longo da Rodovia Fernão Dias e na região da SUDENE. Trabalham com estoques baixos e adquirem 70% de sua matéria-prima no próprio Estado.

- **Indústria de Informática**

Esta indústria possui como características fundamentais a alta velocidade na introdução de inovações técnicas e no desenvolvimento de produtos, novos ou existentes, a competição acirrada, o baixo investimento em capital fixo e a capacidade criativa e intelectual da mão de obra, que é o seu grande ativo. A tecnologia eletrônica vem mostrando um forte movimento de convergência e integração entre os setores de telecomunicações e informática. Um outro movimento sensível nas plantas de telecomunicações é a valorização cada vez maior do software e da microeletrônica. Esta integração vem acompanhada por uma sofisticação crescente de projetos e processos produtivos. Isto demonstra a grande amplitude e possibilidades dessa indústria para o mercado mineiro.

Em Minas Gerais, as empresas do setor distribuem-se, principalmente, na RMBH e no Sul de Minas, com destaque para as cidades de Belo Horizonte, Contagem, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí. O setor de informática, no Estado, faturou aproximadamente 800 milhões de

reais. No entanto, o segmento tende a ter uma participação cada vez mais reduzida na economia mineira, em virtude da restrita capacidade de captar e manter as empresas no território, em função da competição por parte dos estados pelas indústrias deste setor de ponta. Minas Gerais já perdeu recentemente duas importantes empresas do setor – Waytec e Linear. A primeira, fabricante de monitores e terminais, que se deslocou para a Bahia, faturou em 1996 US\$ 8,5 milhões, localizando-se, à época, na 7ª posição no ranking estadual.

Pode-se citar os seguintes produtos de informática já fabricados em Minas Gerais: impressoras, microcomputadores, equipamentos para automação bancária, filtros de linha, terminais de vídeo, no-break, memórias para computadores, placas de rede, estabilizadores, modems, entre outros.

A indústria de informática, por ser intensiva em mão de obra e voltada para um amplo e crescente mercado nacional e internacional, requer a participação do Estado, seja no tocante à Ciência e Tecnologia, através do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de produtos, seja no reforço e integração da cadeia produtiva de grande valor agregado, apoiando a iniciativa dos pólos de tecnologia (clúster) no eixo Itajubá-Santa Rita do Sapucaí e RMBH.

Desta forma, Minas Gerais, que já possui uma capacidade de formação de recursos humanos especializada, através, sobretudo, das diversas faculdades e universidades, e também, de uma localização espacial estratégica, tem, como ação de governo, a priorização do setor para efeito de política de incentivos.

### • **Indústria Mecânica**

O setor mecânico de Minas Gerais desenvolveu-se com base na estrutura e nos incentivos criados na década de 70 para acelerar o desenvolvimento estadual. Nos anos mais recentes, o grande vetor das transformações na estrutura do segmento foi a implantação da indústria automobilística e de autopeças.

Isso, aliado a questões conjunturais, levou setores tradicionais e estratégicos, como o de bens de capital e máquinas rodoviárias, a apresentarem queda em sua participação no valor da produção global do setor. Ainda assim, as indústrias mecânicas instaladas no Estado dispõem de tecnologia para atender a maioria das áreas que demandam equipamentos pesados, especialmente as de siderurgia, mineração, cimento, hidrelétrica e petroquímica. Há algumas cujo porte até permite participarem dos mercados interno e externo, em situações de igualdade com tradicionais indústrias localizadas em outros estados.

Mas a perspectiva para a indústria de bens de capital está diretamente atrelada ao comportamento dos setores de transformação, bens intermediários, extrativo, de saneamento básico e serviços públicos. A globalização e a redução das tarifas de importação de equipamentos vêm penalizando as empresas deste segmento. Entretanto, há uma grande demanda relacionada a investimentos em qualidade e produtividade, reposição de equipamentos depreciados, investimentos em atividades exportadoras e telecomunicações e diversificação de mercado, principalmente de equipamentos para hidroeletricidade.

O parque mecânico mineiro concentra-se principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Sul de Minas, sendo que as principais empresas são: Usimec, Mannesmann Demag, Pohlig-Heckel, Nordberg, Delp Engenharia Mecânica, TBM-Máquinas e Equipamentos, Isomonte e Mafersa.

- **Têxtil**

A indústria têxtil foi um dos primeiros setores industriais a se instalar em Minas Gerais. Entretanto, sua importância relativa é decrescente ao longo das últimas décadas, ao se perceber a baixa participação deste segmento no Valor Agregado Bruto na indústria de transformação.

A indústria de fiação e tecelagem, a mais representativa do ramo têxtil mineiro, é composta por grupos empresariais com um amplo predomínio do capital privado nacional. Uma importante característica do setor é a acentuada verticalização das empresas, ao reunirem em seu sistema de produção as etapas de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos. As principais indústrias presentes no estado são: Cedro Cachoeira, Itaunense, Santanense, Cataguases, Coteminas, Têxtil Paculdino, entre outras.

O caráter nacional do mercado de fios e tecidos e a relativa dispersão da produção entre as empresas fortalece uma acirrada concorrência. A necessidade de aporte de capital inicial pouco significativo, se comparado com alguns ramos industriais, e a disponibilidade tecnológica sem restrições, induzem as empresas a adotar estratégias de ganhos em economia de escala e a busca da diferenciação do produto, especificamente quanto a marca e sua projeção no marketing.

Neste sentido, percebe-se uma especialização das empresas mineiras na produção de fios e tecidos de algodão puro e poliéster que, associado ao acabamento dado aos tecidos, direcionam a produção do estado para um mercado de menor poder aquisitivo. Entretanto, tal segmentação não significa baixos rendimentos das empresas mineiras ou restrições comerciais para a colocação dos produtos no mercado externo. É com frequência que as empresas mineiras são consideradas as melhores do ramo têxtil, segundo a publicação Balanço Anual, da Gazeta Mercantil. As exportações do ramo Algodão, Têxtil, Confecções e calçados alcançou US\$ 39,9 milhões, em 1998, o que representa 0,5% das exportações do estado.

A distribuição espacial da atividade no Estado de Minas Gerais é considerada como desconcentrada, na medida que se observa a incorporação da Área Mineira da SUDENE às tradicionais regiões de produção têxtil, como a Zona da Mata, RMBH, Metalúrgica e Sul de Minas.

Outra característica do Complexo Têxtil é a heterogeneidade em relação ao porte das empresas que o compõem, incluindo desde grandes empresas integradas (da fiação ao acabamento) até pequenas empresas confeccionistas. No Estado, a informalidade dessas pequenas/médias empresas – intensivas em mão-de-obra – atingiu níveis muito elevados, o que vem inclusive provocando a saída de empresas legalizadas de certos segmentos, com efeitos negativos sobre a competitividade do setor (ineficiências de escala, declínio da

qualidade dos produtos, entre outros). Esse é um problema comum a alguns outros setores da economia brasileira, que pode ser em parte explicado por deficiências na fiscalização, assim como distorções da estrutura tributária, incluídas no chamado “Custo Brasil”.

Entretanto, a balança comercial do setor têxtil brasileiro sofreu duro impacto com a abertura comercial e, se antes apresentava saldo positivo, embora decrescente, passou a ter déficit. Os países asiáticos, nossos maiores concorrentes, modernizaram-se rapidamente e, atualmente, aparecem, junto com os Estados Unidos, entre os maiores produtores e exportadores de têxteis.

De modo geral, os impactos deste processo foram diferenciados segundo o porte e o estágio de atualização tecnológica das empresas do setor, ressaltando-se que, em contraste com as grandes empresas exportadoras, que já vinham reduzindo seus custos industriais e aumentando a sua produtividade no período anterior à abertura (principalmente através da aquisição de novos equipamentos e implantação de novas técnicas organizacionais), a grande maioria das médias/pequenas empresas não passou por qualquer processo mais acentuado de modernização na última década, tendo sido o ajuste nessas circunstâncias muito mais penoso.

Portanto, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento organizacional são de extrema importância para a sobrevivência das empresas em um ambiente cada vez mais competitivo, pois, permitem responder com mais agilidade às alterações nas tendências e nas preferências dos consumidores. A nível de estratégia de venda, a propensão mundial é a incorporação de fatores como moda, o estilo e o *marketing*, de forma a reverter a baixa elasticidade-renda do produto confecção. Para o Estado de Minas Gerais, o custo da mão-de-obra continua sendo a principal vantagem comparativa na localização de novas indústrias, sendo considerado um dos grandes fatores de atratividade.

Para alcançar a competitividade desejada, é necessária a continuidade da reestruturação do setor, que vem envolvendo o deslocamento regional, com destaque para os novos investimentos no Norte e Sul de Minas – especialmente nos segmentos de jeans, malhas e confecção – relacionados a incentivos fiscais e ao menor custo da mão-de-obra. Além dos incentivos dados aos projetos implantados na área sob a influência da SUDENE, como, por exemplo, a isenção do Imposto de Renda por 10 anos, o Estado dispõe de um programa específico para financiamento às indústrias no tocante a modernização e implantação (FIND). Um benefício adicional à reativação da indústria têxtil no Norte de Minas é a possibilidade de reaquisição da cotonicultura nesta região, gerando empregos e renda rurais em uma região carente do Estado. No processo de reestruturação, deve-se considerar a criação de sistemas integrados de produção entre grandes e pequenas empresas.

- **Madeira e Móveis**

A indústria de madeira é de relevante importância para a economia brasileira, não só pela geração de divisas e empregos, como também pelo dinamismo que irradia, especialmente para os setores moveleiro e de construção civil.

Há uma tendência de descompasso crescente entre oferta e demanda de madeira no mercado internacional, em função, basicamente, da queda na produção de alguns países asiáticos e pela virtual estagnação esperada para os principais produtores do hemisfério

norte, em face das pressões ambientais, sociais e econômicas. Estas perspectivas podem ser positivas para a indústria brasileira.

Quanto ao mercado interno, a manutenção da estabilidade e a elevação da atividade econômica permitirão crescimento sustentado do consumo nacional. Efetivamente, com o processo de estabilização da economia, o mercado brasileiro de produtos de origem florestal passou a ser extremamente atrativo, em face das altas taxas de crescimento apresentadas. Nesse nicho enquadra-se, por exemplo, a excelente performance do mercado moveleiro.

O Estado de Minas Gerais, por sua vez, conforme dados da Sociedade Brasileira de Silvicultura, já possuía, em 1996, a maior área reflorestada do Brasil, 1,7 milhões de hectares, correspondendo a 36,4% do total brasileiro. A atividade reflorestada é de considerável importância no estado, pois é fonte de energia e matéria-prima para diferentes segmentos industriais. Grande parte da produção destina-se a indústrias siderúrgicas e de papel e celulose, que possuem suas próprias reservas, embora já estejam investindo no fornecimento de subprodutos para as indústrias de móveis e de construção. Neste caso, já existem projetos em estágio avançado para a produção de eucalipto destinado à indústria moveleira, tanto pelo lado do domínio da tecnologia da madeira, como pelo lado do desenvolvimento de projetos de móveis, principalmente em conjunto com os centros tecnológicos do setor, como por exemplo, o convênio estabelecido entre a reflorestadora do Grupo Belgo-Mineira (CAF Santa Bárbara) e a Universidade Federal de Viçosa.

Quanto especificamente ao setor moveleiro nacional, este avançou muito nos últimos anos e hoje sua produtividade, em alguns segmentos, já se aproxima dos níveis internacionais, o que inclusive possibilitou um grande salto exportador em meados da década de 90. Neste período, a indústria de móveis investiu fortemente na renovação do parque de máquinas, principalmente em equipamentos importados provenientes, em sua maior parte, da Itália e da Alemanha. Foram ainda elevados os investimentos em automação e controle de qualidade, os quais se fizeram acompanhar do aumento da escala de produção das principais empresas do setor e do incremento da profissionalização de suas administrações. Não obstante, o processo de modernização ainda se encontra muito restrito às grandes e médias empresas do setor.

A indústria nacional de móveis localiza-se, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 88% da produção doméstica proveniente dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

Neste setor, em Minas Gerais, destacam-se dois pólos: Ubá e Bom Despacho/Martinho Campos. São eles produtores de cadeiras, estantes, móveis para dormitórios e salas e móveis sob encomenda. Incorporam-se nestes pólos, segundo dados de 1997 do BNDES, 270 empresas, que geram 5.150 empregos e fornecem para o mercado interno, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

O setor, que se caracteriza pela predominância de pequenas e médias empresas que atuam em um mercado muito segmentado, é ainda intensivo em mão-de-obra e apresenta baixo valor adicionado (por unidade de mão-de-obra) em comparação com outros setores.

A demanda por móveis varia positivamente com o nível de renda da população e o comportamento de alguns setores da economia, particularmente a construção civil. A elevada elasticidade-renda da demanda torna o setor muito sensível às variações

conjunturais da economia, sendo um dos primeiros a sofrer os efeitos de uma recessão. O gasto com móveis em geral situa-se na faixa de 1% a 2% da renda disponível das famílias. Outros fatores que influenciam a demanda por móveis são as mudanças no estilo de vida da população, os aspectos culturais, o ciclo de reposição e o investimento em marketing (em geral muito baixo nessa indústria).

Alguns empecilhos ainda persistem no setor que poderão ter impactos negativos sobre o seu desempenho a longo prazo, caso não sejam revertidos. Entre as principais deficiências destacam-se: a grande verticalização da produção industrial de móveis, a carência de fornecedores especializados em partes e componentes de móveis, a incipiente normatização técnica, a elevada informalidade e os baixos investimentos em design e pesquisa de mercado.

Ademais, a preocupação com a cadeia industrial como um todo, ou seja, incluindo desde os fornecedores de matéria-prima, passando pelos processadores intermediários, até o fabricante final do móvel, revela um potencial inexplorado, que poderá ter impactos positivos na competitividade do setor, sobretudo em relação ao mercado internacional. Se considerarmos, especialmente, a cadeia industrial de produtos sólidos de madeira, o potencial de ganhos sinérgicos revela-se muito grande para um pequeno volume de investimento relativo, apenas possibilitando o uso múltiplo de florestas já plantadas.

#### • **Indústria do Turismo**

A indústria de viagens e turismo é considerada a maior fonte de geração de empregos no mundo. Em 1996 respondeu pela absorção de 265 milhões de trabalhadores em todo o mundo (1 em cada 9). No Brasil, os dados da World Travel and Tourism Council (compilados pela WEFA) de 1994 apontam que a atividade, direta ou indiretamente, responde pela manutenção de 5,8 milhões de postos de trabalho (1 em cada 11 trabalhadores). Este resultado, ainda incipiente, deveu-se, principalmente, ao turismo doméstico, uma vez que do total de 560 milhões de viagens internacionais realizadas naquele ano, o Brasil participou com apenas 0,4%.

A ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – afirma que os 10 mil meios de hospedagem existente no país são responsáveis pela geração de 720 mil empregos, sendo 180 mil diretos, arrecadam US\$ 400 milhões de impostos e taxas, e têm uma receita bruta de US\$ 2 bilhões.

De acordo com a ABLA – Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis – o setor de locação emprega, em todo o país, 48 mil pessoas, sendo 16 mil de forma direta, movimenta US\$ 880 milhões anuais e recolhe US\$ 168 milhões em impostos e taxas. Em Minas Gerais o turismo já ocupou o segundo lugar no ranking nacional, na época do Governo Juscelino Kubitschek, mas nos últimos 40 anos vem apresentando números cada vez menores.

Segundo pesquisas da FIPE, Minas Gerais exporta anualmente no turismo doméstico 2,6 milhões de turistas, que deixam em outros estados R\$ 923 milhões. Em contrapartida recebe 2,6 milhões de turistas que gastam em nosso Estado R\$ 751 milhões., representando 5,7% do movimento nacional. Minas, segundo a FIPE, acumula, portanto, anualmente, um déficit de R\$ 171 milhões na conta turismo.

Os gastos dos turistas de outros estados em Minas Gerais equivalem às divisas obtidas com a soma de todas as demais exportações do Estado. Importar turistas é a fórmula do Governo exportar. Assim, mais do que qualquer outro produto de exportação, o turismo deve ser incentivado e privilegiado para alavancar a Balança Comercial do Estado.

Face às amplas potencialidades que o setor oferece em termos de geração de empregos, de interiorização do desenvolvimento e do aumento da renda regional e estadual, recomenda-se a criação da Secretaria de Estado de Turismo, com o objetivo de planejar, promover e avaliar o desenvolvimento turístico no Estado, propondo normas de estímulo ao setor e divulgação do produto "turismo mineiro". Por outro lado, é imprescindível favorecer o fluxo intra-estadual de turismo, atraindo no primeiro momento os visitantes do próprio Estado, e, em seguida, visitantes de outros Estados, para finalmente atingir um público alvo de características internacionais. As políticas setoriais deverão desenvolver e implementar novas práticas do turismo, aprovando o potencial de cada área ou região específica: turismo rural, turismo ecológico, etc.; proceder a conscientização junto as áreas de potencial turístico, com envolvimento dos empresários locais, prefeituras, organizações não governamentais, entidades diversas e comunidades imediatas; Promover a qualificação e profissionalização do turismo mineiro, através do treinamento dos profissionais atuantes na área, como pilares sustentadores das linhas de ação propostas. Trata-se de formular o planejamento de turismo no Estado, com especial ênfase no respeito à conservação e manutenção do meio ambiente, considerando-se como de especial importância e tratamento prévio a necessária adequação da infra-estrutura física (saneamento, limpeza urbana e rede viária), em qualquer área a receber plano ou ação de turismo.

- **Agroindústrias**

As agroindústrias representam um dos mais importantes setores da economia de Minas Gerais, com uma participação de cerca de 10% do PIB estadual e gerando mais de 100.000 empregos diretos. Formam extensas cadeias produtivas com base na agricultura e na pecuária, alongando-se pelos centros urbanos e abastecendo tanto as populações das cidades quanto das zonas rurais.

As agroindústrias estão implantadas em setores tradicionais como carnes, laticínios, frigoríficos, usinas de açúcar e álcool, torrefação de café, bebidas, cachaça, processamento de tomate, sucos, e também em setores de crescente interesse, como massas, sorvetes, processamento de vegetais e água mineral.

Na industrialização de carnes o Estado possui os maiores rebanhos de bovinos, suínos e frangos, o 2º parque industrial de abatedouros frigoríficos e um parque relativamente pequeno de processamento. Todas essas indústrias vêm passando por sérias dificuldades na modernização tecnológica e na competição, seja com as indústrias sem inspeção fiscal e sanitária, seja com aquelas que são fortes e tecnologicamente mais avançadas.

O setor sucro-alcooleiro, apesar de estar em expansão no Triângulo Mineiro, não consegue atender à demanda estadual. Para um consumo de 17 milhões de sacas de açúcar de 50 quilos, a produção estadual na safra 1997/98 atendeu apenas 61%, importando de outros estados cerca de 6,6 milhões de sacas anuais. Para uma demanda de 1,3 bilhão de litros anuais de álcool, no mesmo período a produção estadual foi de 650 milhões de litros,

correspondendo a somente 50% de seu consumo. Além disso, Minas Gerais importa todo o açúcar líquido demandado pela indústria de refrigerantes e alimentos.

No setor sulcro-alcooleiro estadual destacam-se ainda as microempresas produtoras de rapadura e açúcar mascavo, estimadas em cerca de 2000 fábricas, com 50 mil empregos diretos e 150 mil indiretos. A produção de cachaça, por outro lado, é de 150 milhões de litros, representando uma movimentação de 1 bilhão de reais e a geração de 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos, com 95% de suas fábricas atuando no mercado informal. Apesar disso, Minas ainda importa cerca de 30 milhões litros de aguardente, provenientes de São Paulo.

Deve-se destacar que Minas Gerais reúne as condições necessárias ao desenvolvimento de um amplo programa alternativo de produção de energia, a partir da biomassa agrícola e florestal, que se caracteriza por ser limpa, renovável, descentralizada e democrática. As características edafo-climáticas existentes no Estado, aliadas à tradição de plantio das culturas energéticas e ao padrão tecnológico disponível, favorecem o desenvolvimento do Programa Mineiro de Biomassa Energética -PROBIOMASSA

A concepção inicial desse Programa prevê sua implantação em propriedades de até 100 ha, utilizando a área ociosa nelas existente, com efeitos favoráveis na renda rural e na geração de postos de trabalho, para os quais se estima a criação de 144 mil novos empregos.

Por se tratar de energia limpa, o Programa permitirá preservar o meio ambiente rural e urbano e possibilitará a integração da cadeia produtiva no campo, com o aproveitamento de todos os resíduos gerados e redução do custo da energia no preço final do produto.

Além da contribuição em termos de geração de emprego e renda, o programa pretende contribuir para o atendimento da demanda interna de álcool combustível, que vem sendo satisfeita através da importação de cerca de 0,65 bilhões de litros, segundo dados da safra 1997/98, equivalentes à metade da produção da safra.

Na produção de derivados da mandioca, como fécula para indústria de mineração de ferro e polvilho para produção de pão-de-queijo, o Estado não consegue atender à demanda das 30.000 toneladas anuais exigidas somente pela indústria de mineração, precisando ser abastecido por produtos importados de outros estados, à base de milho.

No setor de processamento de polpas de fruta e olerícolas, que apresenta uma demanda crescente, Minas ainda não tem uma produção expressiva, exceto a relacionada ao processamento do tomate, milho e ervilha, beneficiados pela CICA, Karambi Alimentos e Brasfico. A Fuccs AgroScience produz páprica e outros desidratados de pimentão, 90% destinados à exportação.

O parque processador do café, em que pese a liderança mineira na produção do grão, não é o maior em tamanho ou na exportação. O setor, em toda sua cadeia produtiva, gera uma receita em torno de 1 bilhão de dólares/ano e cerca de 300 mil empregos, embora algumas regiões tendam a reduzir a utilização de mão de obra em função da mecanização.

A agroindústria mineira do leite é a mais importante do país, com 30% do volume do leite produzido e 33,9% do número de estabelecimentos industriais do país. O setor encontra-se disseminado em todo o território mineiro, com maior concentração nas regiões Sul de Minas, Zona da Mata e Triângulo e cerca de 350 mil pessoas diretamente envolvidas.

No setor de laticínios o Estado apresenta áreas de elevado valor agregado: leites fermentados, especializados, condensados, em pó, evaporados, sobremesas lácteas, queijos finos e sorvetes. Algumas áreas produzem leite de consumo com a utilização de tecnologia avançadas em toda cadeia produtiva, possuindo escala de produção, recursos humanos qualificados, produtos de alta qualidade e preços competitivos. Outras, que operam em setores menos sofisticados, como queijos tradicionais, doce de leite, leite pasteurizado tipo C e manteiga, apresentam menor escala de produção, utilizam técnicas ultrapassadas, são pouco diversificadas e têm dificuldades de mão de obra.

Os ramos agroindustriais oferecem amplas possibilidades de desenvolvimento, particularmente no tocante à promoção da inclusão social e política de produtores que não conseguem gerar renda suficiente para o sustento de sua propriedade e de sua família. Neste sentido encontra-se formulado o PROVE - Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar, que objetiva fomentar atividades de intensa absorção de mão-de-obra familiar, tendo em vista a inserção deste grupo social no processo produtivo. Trata-se de estimular o processamento de produtos "in natura" de origem animal e vegetal, agregando valor e possibilitando o aumento da renda e do emprego no campo

- **Pólo Petroquímico**

O pólo petroquímico de Minas Gerais conta com a Refinaria Gabriel Passos (REGAP), que se propõe instalar uma unidade separadora de propeno, considerado como a 1ª geração de uma central petroquímica de matérias-primas e insumos para fabricação de ácido acrílico.

O propeno produzido na refinaria é incluído na mistura de gases vendida como gás de cozinha e, portanto, a baixos preços. A separação do propeno possibilitaria sua destinação para fins mais nobres, como a produção de ácido acrílico ou de polipropeno.

No Brasil, não há nenhuma planta produtora de ácido acrílico a partir do propeno. A pequena produção desse ácido é feita por outras rotas, não sendo suficiente para abastecer o mercado interno, que recorre à importação. O consumo global do país é estimado em 40.000 t/ano, ao passo que a escala mínima produtiva economicamente viável seria de 80.000 t/ano. Portanto, as restantes 40.000 t/ano deveriam ser destinadas à exportação.

A produção de ácido acrílico é uma oportunidade única de implantação de um pólo petroquímico em Minas Gerais, uma vez que esse ácido é o passo inicial de uma grande cadeia de indústrias que inclui fibras super absorventes, fraldas descartáveis, tintas, vernizes e acrílico.

- **Mineração**

Minas Gerais é o estado minerador mais antigo e de maior relevância na Federação, detendo uma secular liderança na produção mineral brasileira. Esta atividade é caracterizada pela ampla variedade das substâncias produzidas e dos métodos de produção adotados, indo do garimpo aos mais sofisticados métodos de extração.

A principal fragilidade do setor está na gestão do mercado, fustigado pela crise estagnadora da economia, que afeta as indústrias – principais consumidoras de produtos minerais – como a da construção civil, deprimida e com colocação no topo da cadeia produtiva. Este

problema se torna mais agudo pela escassez de recursos em estudos geológicos básicos e pesquisa mineral e na indefinição regulatória e de gestão para o setor.

Minas Gerais continua detendo a liderança da produção mineral no país, abastecendo grande parte da indústria de transformação e contribuindo para a pauta de exportações. Importantes reservas de ferro, bauxita, manganês, pirocloro, níquel, zinco e outros minerais compõem o potencial do Estado.

As mineradoras de ferro estão basicamente localizadas na Região Central do Estado, o que contribuiu para a instalação dos atuais pólos de siderurgia, ferro gusa e fundições. Nesse parque industrial estão presentes algumas das maiores mineradoras do mundo.

A mineração do ouro que se desenvolve na região Central e Noroeste de Minas Gerais contribui com 49% da produção brasileira. As principais jazidas de zinco encontram-se na região Noroeste e respondem por 86% das reservas brasileiras. As principais ocorrências do alumínio estão na região Central e Sul do Estado. Minas já possui duas plantas industriais para a produção de alumínio primário que são totalmente comercializadas no mercado interno brasileiro. A produção de níquel se concentra no Sul de Minas, enquanto a de nióbio está no Alto Paranaíba e responde por 95% da produção brasileira desse insumo para a siderurgia.

As duas últimas décadas foram de significativas mudanças no valor da produção mineral mundial. Os vinte principais países produtores se alternaram nas principais posições, excetuando-se o petróleo e o gás.

A globalização é a responsável por uma nova e desenfreada corrida do ouro, investimento de elevado risco e lento retorno, sendo que a pesquisa de ouro nos últimos dois anos vem se frustrando por força da crise nos países asiáticos e no Brasil, deflagrada a partir do segundo semestre de 98.

No Brasil, em face da mesma crise e da decorrência dos pequenos níveis de investimento em pesquisa mineral, o setor vem aplicando com inovação e criatividade seus escassos, porém dinâmicos recursos, em clima de confiança no futuro.

O valor total da produção mineral brasileira, aí compreendidos o valor de produção mineral e a sua transformação, vem se mantendo em torno de 8% do PIB nacional. No caso de Minas Gerais, a participação do setor na formação do PIB mineiro vem se mantendo em cerca de 7,0%. Dentre as diretrizes setoriais destacam-se: criar as condições políticas, técnicas e financeiras para consolidar a Secretaria de Minas e Energia, enquanto órgão máximo da política mineral do Estado; revitalizar o conselho de Mineração, como órgão consultivo da formulação das políticas setoriais; promover a fiscalização e o controle, por delegação, da atividade mineradora do Estado; promover os projetos de mapeamento geológico, extratigráfico e aerogeofísico do território do Estado, difundindo o conhecimento gerado e a preservação da memória geológica e mineral; promover a competitividade setorial através da análise e seleção de novas e promissoras reservas minerais, difundindo conhecimentos e processos, produtos e aplicações técnicas; integrar as comunidades empresarial e científica para adoções de tecnologia limpas e sustentáveis para a produção de bens minerais, para a alimentação e a construção civil e para estimular a formação e consolidação de cooperativas garimpeiras; promover a formulação de novas metodologias que privilegiem a mineração social e possibilitem soluções para a atividade garimpeira; promover gestões visando ampliar a arrecadação da compensação financeira

pela exploração de recursos minerais – CFEM – e o conseqüente aumento da capacidade de investimento do Estado no setor mineral; promover o desenvolvimento e o controle de negócios da COMIG, particularmente os de natureza termal, de águas minerais, minero-metalúrgicos e de turismo de negócios.

- **Indústria de Ferro-Ligas**

As empresas de ferro-ligas destinam-se principalmente para consumo dos setores siderúrgico, contribuindo para melhorar a qualidade do aço no que tange à maleabilidade, tenacidade e dureza, e químico, por meio da adição dos elementos de liga.

A evolução da siderurgia tem sido o principal balizador da evolução do mercado de ferro-ligas, o qual acompanha as oscilações do mercado de aço. Entretanto, nos últimos anos, o consumo de ferro-ligas, a nível mundial, vem apresentando redução. Este fato se deve às inovações tecnológicas na produção de aços, como a maior utilização de metalurgia de panelas, possibilitando uma redução da adição de elementos de liga.

O Brasil é o sexto maior produtor mundial e o quarto maior exportador do mundo, colocando no mercado externo cerca de 52% de sua produção. As últimas estatísticas internacionais sobre o mercado mundial de ferro-ligas indicam produção mundial de cerca de 16 milhões de toneladas. China e África do Sul são os maiores produtores, respondendo, em conjunto, por 34,7% do total mundial, em 1994.

A produção brasileira, cujo auge ocorreu nos anos de 1992 e 1993, com mais de 1 milhão de toneladas/ano, reduziu-se para 936 mil toneladas em 1994, representando 5,8% da produção mundial, mantendo-se estável a partir de então.

A capacidade instalada do parque nacional de ferro-ligas é de 1.194,5 mil toneladas/ano, com 102 fornos e cerca de 1.180 MVA de potência. Dentre os fabricantes brasileiros destacam-se as seguintes empresas localizadas em Minas Gerais: CBMM, Minasligas, Liasa, Rima Eletrometalúrgica.

O volume das exportações brasileiras deste segmento manteve-se em patamares próximos nos dois últimos anos, à exceção do ferro-ligas de manganês, que apresentou grande redução, sendo responsável pela queda das exportações do setor. Cabe salientar que o aumento do preço médio das exportações brasileiras de ferro-ligas deve-se tanto à alteração do mix exportado quanto ao aumento do preço internacional.

Por outro lado, as importações brasileiras de ferro-ligas são reduzidas, representando apenas cerca de 5% das exportações em quantidade e menos de 3% em valor. Em 1995, as importações foram da ordem de 22 mil toneladas, no valor de US\$ 16,0 milhões, basicamente representadas por ferro-ligas à base de manganês (15,1 mil toneladas) e à base de cromo (6,2 mil toneladas).

Portanto, os preços praticados internacionalmente sofreram grandes quedas desde 1990. Deste modo, a indústria brasileira de ferro-ligas vem se reestruturando para competir no mercado globalizado, praticando preços dentro da realidade mundial.

Os itens com maior impacto na composição dos custos diretos de produção das ferro-ligas são energia elétrica, minério, mão-de-obra e redutor, dependendo do tipo de liga a ser fabricada. Para as ligas à base de silício, a energia elétrica representa cerca de 40 a 50% do

custo industrial, sendo que no caso das ligas à base de manganês a maior participação corresponde ao minério, com cerca de 45%. Trata-se portanto de setor eletrointensivo, sendo o terceiro maior consumidor de energia elétrica do setor industrial, após a siderurgia e a indústria de alumínio, tendo consumido 6.406 MWh em 1995.

A incidência da mão-de-obra nos custos varia de 10 a 15% do custo industrial. No período 1989/95 ocorreu redução de mão de obra de 13,3 mil para 7,6 mil empregados. Essa queda da participação da mão-de-obra nos custos é consequência, não só da redução da produção, mas principalmente do esforço do setor na redução de custos, com incremento de produtividade.

A indústria nacional e mineira de ferro-ligas evoluiu consideravelmente na década de 80, face às favoráveis condições da demanda e dos preços do mercado internacional, absorvendo a maior parcela da produção brasileira. A mudança do cenário internacional, nos anos 90, aliada ao incremento das exportações da China e dos países do Leste Europeu a preços aviltados, e ao aumento do protecionismo por parte dos tradicionais importadores de ferro-ligas afetaram negativamente o parque nacional. Assim, o setor teve que se reestruturar após o impacto da queda dos preços internacionais, da redução da demanda interna e das novas exigências de investimentos em meio ambiente.

Com o Plano Real, a valorização da moeda em relação ao dólar também contribuiu negativamente para a competitividade das empresas exportadoras brasileiras, cujos custos, em reais, vêm apresentando crescimento acima da variação do dólar.

Em 1995, o desempenho do parque nacional de ferro-ligas foi melhor, em função da recuperação dos preços no mercado internacional. No primeiro trimestre de 1996 o preço das ferro-ligas manteve-se em patamares idênticos aos do final de 1995, estimando-se a manutenção destes níveis até o final do ano. Deste modo, estima-se que os preços médios de 1996 situem-se cerca de 10% acima dos de 1995.

Em 1996, a produção brasileira de ferro-ligas cresceu devido à reativação dos fornos do maior produtor brasileiro, o Grupo Sibra/Paulista, adquirido pela Vale Usiminas Participações, no segundo semestre de 1995.

Entretanto, para o período 1997/2000 espera-se redução de até 30% dos preços internacionais das ligas de manganês e silício. Esta tendência é confirmada pela ElKem ASA, maior produtora mundial de ferro-silício, que afirma ser a oferta mundial deste produto superior ao seu consumo, prevendo redução futura nos preços internacionais.

Portanto, apresenta-se como alternativa estratégica para o setor de ferro-ligas localizado no Estado a potencialização dos fatores determinantes de competitividade, associados à infraestrutura econômica disponível. O Estado é parceiro neste processo, ao viabilizar fontes de energia, suprimento de matéria-prima e logística de transporte adequados.

#### • **Indústria Siderúrgica**

A produção siderúrgica brasileira apresentou-se estável desde 1994, na faixa de 25/26 milhões de t/ano. O Brasil, que já ocupou a décima oitava posição como produtor no *ranking* mundial em 1970, foi, em 1998, o oitavo maior produtor mundial, com sua

produção representando 3,3% do total mundial e cerca de 50% da produção latino-americana.

No Estado de Minas Gerais localizam-se sete corporações no ramo siderúrgico (Acesita, Açominas, Gerdau, Cia Industrial Itaunense, Mannesmann, Mendes Jr / Belgo Mineira e Usiminas), com capacidade de produção instalada de 10,0 milhões de toneladas de aço bruto por ano, o que representa 33,3% do total para o país. Em 1998 produziu-se no Estado 9,5 milhões de toneladas de aço bruto, ou seja, 40,0% da produção nacional. Neste segmento, a USIMINAS destaca-se como a segunda maior empresa nacional.

Como todos os gêneros da indústria mineira, a metalurgia apresentou uma desaceleração no ritmo de crescimento. Em 1997 observou-se uma taxa positiva de 4,1%, e para o ano seguinte uma taxa negativa de 6,4%. A crise internacional afetou significativamente o parque siderúrgico mineiro, uma vez que 60% do produzido em Minas Gerais é direcionado ao mercado externo.

A super oferta de produtos siderúrgicos pelos países do sudeste asiático, Rússia e Ucrânia derrubaram os preços do aço no mercado internacional, além de provocar o fechamento do mercado norte-americano para o aço importado.

As exportações siderúrgicas apresentaram quedas seguidas em 1997 e 1998, com maior intensidade em 1997. Observa-se que os preços dos produtos exportados pelo Brasil seguiram a tendência de queda drástica de preços praticados no mercado internacional de aço em 1998. Para o primeiro semestre de 1999 não se verificou recuperação nos preços, mantendo-se a média observada no primeiro bimestre, ou seja, US\$223,9/t. Para o segundo semestre poderão ocorrer aumentos nos preços, variando entre 10% e 12%, atingindo a média de US\$ 250,9/t. Sendo assim, as exportações no ano poderão atingir US\$ 2,3 bilhões, inferiores ao valor de US\$ 2,5 milhões apurado em 1998.

Entretanto, o crescimento das exportações mineiras está associado ao desempenho positivo do setor de minérios/outros produtos minerais, cuja venda externa alcançou US\$ 1,8 bilhão em 1998 em relação a US\$1,3 bilhão em 1997, pois as exportações de aço/ferro/fundidos registraram queda de 4,1%, o que representa exportações de US\$1,4 bilhão em 1998.

Por outro lado, a retração do consumo interno também afetou esta atividade. Os produtos longos destinam-se principalmente ao setor de construção civil (60%), à indústria em geral, incluindo automobilística, telecomunicações, infra-estrutura, dentre outros (37%) e à agroindústria (3%), e representaram cerca de 43,8% da produção de laminados planos e longos no mundo em 1998, enquanto no Brasil este índice atingiu 37,2%.

O faturamento da siderurgia não tem tido um desempenho melhor, visto que as cotações dos produtos vêm recuando ao longo dos dois últimos anos, com mais impacto nas exportações. Em 1997 a indústria ainda conseguiu praticar preços mais competitivos nas vendas internas do que em 1998. Por outro lado, o número de empregados em atividade se reduziu de 73,5 mil em 1997 para 62,9 mil no ano seguinte.

Em 1998, a produção de laminados longos no Brasil estava distribuída por algumas empresas, com grande concentração nos Grupos Gerdau (49,5%) e na Belgo-Mineira (40,9%), no caso dos laminados longos comuns. Nos laminados longos especiais, os Grupos Villares e Gerdau têm 66,7% e 27,7%, respectivamente. Gerdau e Belgo ganharam *market share* ao longo dos anos, por força da aquisição/incorporação de diversas empresas

produtoras de laminados longos, razão pela qual apresentam crescimento nas produções ano a ano.

Esta concentração é resultado do processo de reestruturação que vem ocorrendo na indústria mundial de aço desde o final da década de 80, e que também atinge o segmento de longos no Brasil. O processo de reestruturação da siderurgia brasileira iniciou-se na década de 90, com a privatização e a abertura da economia, restringindo o mercado a quatro grupos principais dominando cerca de 96% da produção nacional: USIMINAS/COSIPA, ACESITA/CST/Villares, Gerdau/AÇOMINAS, Belgo-Mineira/Mendes Jr.

A Belgo Mineira, controlada pela multinacional luxemburguesa Arbed, que também opera mineradoras de ferro no país, vem se reestruturando ao longo dos últimos anos, com a incorporação de unidades no Brasil, incluindo o processo de arrendamento da Mendes Júnior. Tendo como foco o cliente, a empresa redistribuiu sua produção criando subsidiárias especializadas nos diversos sub-segmentos. Além disso, vem investindo na formação de distribuidoras para produtos direcionados à construção civil e agropecuária.

O processo de reestruturação também atingiu o grupo Villares, que promoveu a sua racionalização, especialização e fechamento de plantas. O grupo francês USINOR, que assumiu em 1998 o controle de ACESITA/CST/Villares, não vem demonstrando grande interesse na atuação no segmento de longos especiais no Brasil e no mundo.

O Grupo Gerdau destaca-se por aquisições e participações em empresas no país, podendo-se ressaltar os movimentos envolvendo USIBA (1989), Piratini (1992) e AÇOMINAS (1997). O Grupo também vem aumentando a sua internacionalização com aquisição de unidades na América Latina (Chile, Argentina e Uruguai) e na América do Norte (Canadá e Estados Unidos).

Esta estratégia de internacionalização justifica-se em função da logística, considerando não só o abastecimento da matéria prima sucata, como o atendimento de mercados locais. Do mesmo modo, ressalta-se no segmento de longos a relevância da sinergia com o cliente, visando o atendimento de suas especificidades. Este fato reforça a tendência do grupo de verticalização, com atuação na distribuição dos produtos através de centros de serviço.

Prevê-se para 1999 a continuidade do processo de reestruturação do setor siderúrgico no Brasil, visando fortalecer e adequar as empresas brasileiras ao cenário altamente competitivo no mercado internacional.

A indústria brasileira de aço ainda não opera nos padrões mundiais de largas escalas de operação. Apesar do Brasil ser o 8º produtor mundial, a maior empresa brasileira, CSN, encontra-se em 36º no ranking dos maiores fabricantes mundiais e considerando USIMINAS e COSIPA, em conjunto, ocupa a 23ª posição.

Portanto, a medida estruturante proposta para o setor siderúrgico mineiro é estimular a integração da cadeia produtiva no Vale do Aço, possibilitando a formação de diferenciais, especificamente no tocante a infra-estrutura energética e logística de transporte.

- **Construção Civil**

Segundo diagnóstico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cerca de 70% de todos os investimentos feitos no país passam pela cadeia da construção civil, sendo que em 1995 esse valor atingiu a cifra de US\$ 83 bilhões. A atividade definida como “construbusiness” participa na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país com cifras significativas da ordem de 13,5%, dos quais 8% são da construção propriamente dita. Esse setor destaca-se no conceito de cadeia, abrangendo desde o segmento de materiais de construção, passando pela construção propriamente dita de edificações e construções pesadas, e terminando pelos diversos serviços de imobiliária, serviços técnicos de construção e atividades de manutenção de imóveis. A atividade definida dentro deste moderno conceito gera expressivo efeito multiplicador na economia.

A questão habitacional é especialmente relevante, destacando-se nos contextos social e econômico nacionais e constituindo um importante instrumento para o equilíbrio social. O setor é também importante gerador de empregos, com capacidade de absorção de expressivos contingentes de mão-de-obra, especialmente de profissionais menos qualificados e socialmente mais dependentes, com grande sensibilidade às características regionais e sociais.

A indústria da construção é uma poderosa alavanca para o desenvolvimento, impactando a produção, os investimentos, o emprego e o nível geral de preços, pois tem importante participação no PIB, possui extraordinária capacidade de realização de investimentos, contribui para o equilíbrio da balança comercial e gera emprego, reduzindo tensão.

A atividade de construção apresentou em 1998 desempenho positivo de 0,8% ao ano, porém inferior ao desempenho de 1997 (14,6%). As repercussões da crise internacional e as medidas de ajuste da economia adotadas pelo Governo Federal, em especial o aumento da taxa de juros, atingiu desfavoravelmente esta atividade. A prudência dos consumidores ao assumir compromissos de longo prazo, a queda no volume de recursos disponíveis para a produção, interrupção de obras em virtude do período de chuvas, a expectativa em relação ao plano de estabilização fiscal são fatores que incidiram sobre a desaceleração de crescimento deste segmento.

Conforme relatório divulgado pelo Siduscon-MG, citado no Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais – 4º Trimestre, o ritmo dos investimentos no setor imobiliário, no ano de 1998, orientou-se para construção de imóveis populares e construção de alto padrão, que têm recebido repasses de recursos externos. Além disso, a realização de eleições em 1998, impulsionando o setor de infra-estrutura, as privatizações e concessões de serviços públicos influenciaram positivamente no decorrer do ano, sem conseguir, no entanto, reverter a tendência de desaceleração.

Diante do quadro geral das condições e da evolução recente da indústria da construção, torna-se premente para o setor, em Minas Gerais, aumentar a produtividade e a qualidade dessa indústria e ampliar o valor agregado no beneficiamento dos materiais no Estado, tendo em vista que Minas Gerais importa grande parte destes utilizados na construção civil.

- **Rochas Ornamentais**

A denominação de rochas ornamentais abrange uma grande variedade de materiais, com diferentes aspectos e propriedades físicas, utilizados na construção civil como material de acabamento e revestimento. Dentre eles destacam-se os mármore e os granitos.

O granito vem, gradativamente, consagrando-se como material que oferece maior durabilidade contra os ataques químicos nos ambientes altamente poluídos das grandes cidades, determinando, assim, uma gradual preferência por seu uso e substituindo, paulatinamente, as rochas calcáreas, especialmente nos revestimentos externos de grandes superfícies.

O setor de rochas ornamentais em Minas Gerais apresenta potencial de desenvolvimento em virtude da qualidade e variedade dos seus granitos, possuidores de boa aceitação no mercado internacional. O Estado conta atualmente com 1.750 empresas dedicadas ao setor, sendo 1.450 voltadas para as atividades de serraria, beneficiamento e marmoraria, o que implica em investimentos na ordem de US\$ 272,2 milhões. A produção anual estadual ficou em 1,3 milhão de toneladas, representando 223,2 milhões de dólares em transações comerciais. Deste total de transações, 32,6% são voltadas para o mercado externo, em especial a produção de granito. Quanto à geração de empregos, o setor tem mantido 21.110 postos de trabalho, o que equivale a 12,1 empregados por empresa, demonstrando a prevalência de micro e pequena empresas nesta atividade.

Para que o Estado de Minas Gerais mantenha ou proporcione crescimento em sua participação no mercado nacional e internacional torna-se imprescindível incorporar os avanços tecnológicos, tanto no que se refere à extração quanto ao beneficiamento de rochas, e, principalmente, estabelecer estratégias mais arrojadas de marketing e desenvolvimento de mercado. Outro fator importante para o crescimento do setor é relativo à melhoria da distribuição de renda, o que permitiria ampliar a base de demanda do setor de construção civil e, conseqüentemente, de rochas ornamentais.

- **Vestuário e Calçados**

As atividades que envolvem o segmento de vestuário ( confecção, calçados, acessórios, artefatos de tecido e couro) são caracterizadas pelo baixo investimento e uso intensivo de mão-de-obra. Além de grande empregadora, essa indústria é também a que comporta o maior contingente de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação.

Por não envolver o domínio de tecnologia e nem aporte de grandes capitais há facilidade na constituição de um negócio. Tal fato faz com que haja um grande número de empresas e, conseqüentemente, forte concorrência. O fato de serem intensivas em mão-de-obra tem obrigado as indústrias do ramo a buscarem cidades de pequeno porte para reduzir custos de produção, proporcionando a desconcentração espacial das empresas pertencentes a esse segmento industrial.

O investimento necessário para gerar um emprego na indústria de confecção é US\$ 600.00, bem inferior ao custo de geração de empregos de outros ramos industriais, como o automobilístico e o siderúrgico (acima de US\$100,000.00).

Com a implantação do Plano Real, o segmento de vestuário foi extremamente sacrificado com a abertura comercial, reintroduzida nesta época por meio da valorização cambial. Presencia-se a entrada de novos produtos concorrentes, que disputam o mercado interno a preços abaixo do custo, caracterizando-se em caso clássico de dumping. A ausência de uma política industrial específica para o setor, a nível federal, e uma política de alíquotas de ICMS diferenciadas, conforme se verifica no caso dos laticínios, corrobora no fechamento de várias unidades de produção ou no processo de reestruturação, o que leva a um forte desemprego no setor.

Os fatores de competitividade do ramo de vestuário situam-se no baixo custo e na qualidade dos produtos. As alternativas que se apresentam para as microempresas deste segmento são o associativismo, maior integração na cadeia produtiva, objetivando a horizontalização da produção, financiamento adequado para aquisição de tecnologia e qualificação da mão-de-obra. A proposta do associativismo vem suprir deficiências, através da ação conjunta do empresário moderno, do Governo e dos trabalhadores organizados em unidades cooperadas.

Para tanto, o Estado pode oferecer recursos financeiros adequados à realidade do projeto de associativismo, através do Programa Estadual de Crédito Popular, bem como o PLANFOR – FAT, de apoio a projetos emergentes voltados à capacitação profissional.

O setor de calçados, por sua vez, também tem sofrido forte competição dos produtos importados. Entretanto, após a desvalorização do Real, abre-se a possibilidade de seu revigoreamento.

A região de Nova Serrana é considerada em Minas Gerais um importante pólo calçadista, produzindo aproximadamente 30,0% do mercado de tênis populares do Brasil. Dois fatores relevantes têm contribuído para fortalecer a produção local: a forte concorrência das empresas, obrigando-as a manter-se competitivas, e o apoio das instituições regionais - sindicatos e SEBRAE - ao setor no desenvolvimento de novas tecnologia e de processos produtivos mais eficientes.

No entanto, para fazer face à acirrada competição, sobretudo internacional, o setor carece, primeiro, de mão-de-obra qualificada para fortalecimento da capacidade administrativa das empresas e, segundo, de ampliação do porte empresarial.

Neste sentido, o setor calçadista mineiro demanda linhas de financiamento voltadas principalmente para as pequena e média empresas, programas de capacitação de mão-de-obra, desenvolvimento de padrões de qualidade e potencialização da logística do setor, visando tornar eficaz o alcance dos diversos mercados potenciais.

- **Gemas e Jóias**

Minas Gerais apresenta um precário desenvolvimento do sistema de comercialização de gemas coradas, além de ausência absoluta de política de sustentação de preços e estoques, resultando numa falta de estabilidade de preços, desorganização do mercado e baixa liquidez.

Para corrigir as distorções existentes nesse mercado e dinamizar a produção de gemas coradas no Estado elaborou-se um projeto de criação da Bolsa de Pedras, no município de Teófilo Otoni, tendo como objetivos: a promoção da sustentação dos preços das gemas e

jóias via estocagem, a consolidação da vocação de produção na região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, a garantia de liquidez, a criação de um centro nacional de oferta voltado para o planejamento da produção e para o crescimento ordenado deste segmento, reduzindo o contrabando e a ilegalidade, além de organizar e capacitar os garimpeiros por meio de cooperativas e sindicatos.

Os benefícios desse projeto estão relacionados com o aumento do valor das exportações, aumento do valor agregado das gemas, dinamização da economia regional, recuperação de áreas degradadas pelo garimpo, organização do mercado (rompendo a cadeia de atravessadores), inibição do processo emigratório na região, indução de novos investimentos e estimativa de geração de 10.000 novos empregos no Estado.

Minas Gerais têm 200 mil pessoas ocupadas com a atividade do garimpo e comercialização de pedras, está entre os principais estados produtores de gemas e ouro e respectivos centros de lapidação e fabricação de jóias (IBGM/DNPM-MME). Já o Brasil encontra-se em 27º lugar na fabricação de joalheria de ouro, com uma produção de 26 toneladas, e apresenta queda de 10% na produção de 1999 em relação ao ano anterior. A Índia, Itália, China e Estados Unidos são os quatro maiores produtores de joalheria de ouro (Gold Fields Mineral Services Ltda – 1999).

Com relação à importação de gemas, jóias e artigos de metais preciosos, os Estados Unidos, Reino Unido e Japão são os principais países importadores. Em contrapartida, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Hong Kong são os principais países exportadores desses produtos. A Itália exportou para o Brasil US\$ 46,9 milhões em artigos de ourivesaria e jóias no ano de 1997, o que mostra a discrepância existente no mercado de gemas e jóias brasileiro, com grande potencial de produção, mas com falta de agregação de valor e pouco investimento na produção e capacitação de pessoas voltadas para a produção de jóias e artigos de ourivesaria.

É fundamental que se articule ações nas áreas gerencial, tecnológica, promocional, fiscal e tributária que permitam dotar os produtos mineiro e brasileiro de condições de competitividade internacional e de ampliação de sua participação no mercado mundial de gemas e metais preciosos.

#### 4.1.2.2. - Diretrizes para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais

O quadro industrial desequilibrado do Estado tem consequências na distribuição extremamente desigual da renda, na formação desproporcional da massa de lucros e de salários, na restrita especialização e diversificação dos produtos e do desenvolvimento tecnológico e, portanto, na formação de um mercado interno contraído, seletivo e concentrador. É um quadro impeditivo do pleno desenvolvimento de suas potencialidades em termos de utilização e transformação dos recursos naturais e evolução dos recursos humanos.

Nessas condições, tendo como premissas o desenvolvimento sustentado do conjunto da economia mineira, um desenvolvimento setorial articulado, a descentralização/desconcentração regional e empresarial, o amplo envolvimento participativo da sociedade na adoção de iniciativas industriais e a adoção de estratégias fiscais, tributárias e organizacionais potencializadoras do parque industrial existente e

atrativas de investimentos multiplicadores e transferidores de novas e altas tecnologia, o Governo Estadual se orientará pelas seguintes diretrizes para o desenvolvimento industrial de Minas:

- a) Estimular e reestruturar as cadeias produtivas existentes, visando atender mercados com demanda efetiva, capazes de consolidar e ampliar a produção industrial das diferentes regiões do Estado.
- b) Dar prioridade aos setores com potencial e capacidade de resposta imediata para o atendimento de mercados com demanda efetiva e para a geração de emprego e de renda, especialmente as micro, pequena e média empresas.
- c) Estimular a integração de micro, pequena e média empresas em processos de aglomeração, no sentido de criar uma divisão de trabalho mais articulada, elevar a escala produtiva e a produtividade, aumentar o poder competitivo e a capacidade de disputa dos mercados nacional e internacional.
- d) Estabelecer normas para a seleção de incentivos e financiamentos que tenham como critérios a descentralização regional, a desconcentração empresarial, a incorporação de tecnologia, a conquista de novos mercados de demanda efetiva, a economia de recursos naturais e a preservação e/ou recuperação ambiental.
- e) Definir os critérios de articulação das iniciativas industriais do Estado com os projetos dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento do Governo Federal, de modo que os possíveis aspectos positivos desses projetos possam contribuir para o desenvolvimento regional e estadual e seus aspectos negativos sejam modificados em função deste objetivo.
- f) conferir ampla prioridade à formação de consórcios, seja por sub-bacias, seja por critérios regionais ou subregionais, objetivando descentralizar o planejamento e a formulação de políticas que implementem a diversificação da estrutura produtiva e ampliem o nível de emprego e renda.
- g) estabelecer as prioridades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em articulação com as propostas originárias dos consórcios.
- h) promover amplo estudo sobre as condições da infra-estrutura logística do Estado, visando subsidiar a formulação de uma política consistente com esta realidade.
- i) promover ampla integração entre os organismos do governo e as iniciativas do mercado relacionadas aos projetos-piloto dos “clusters”, preservando-se o papel do Estado na implementação da estratégia de sustentabilidade do Estado.
- j) promover amplo estudo sobre a estrutura competitiva da indústria mineira, proporcionando recompor a base estatística e de planejamento do Estado.

#### 4.1.3. O desenvolvimento agropecuário

A agricultura e a pecuária mineiras sempre desempenharam um papel historicamente importante no desenvolvimento econômico do Estado. Atualmente enfrentando problemas idênticos à agropecuária nacional, elas detêm um potencial de expansão que pode contribuir

decisivamente para o desenvolvimento sustentado da economia e da sociedade de Minas Gerais.

#### 4.1.3.1. Caracterização do setor

A participação da agropecuária no PIB de Minas Gerais caiu de 12,3 % em 1985 para 10,0 % em 1997. Em 1998, apesar do PIB total de Minas Gerais apresentar queda de 0,2%, o setor cresceu 11,7%, em decorrência da grande safra de café, que elevou a produção vegetal 22,7 %, enquanto o crescimento da produção animal não passou de 1,4 %.

Localizado próximo aos grandes centros consumidores e principais portos exportadores (Tubarão e Vitória no Espírito Santo, Sepetiba no Rio de Janeiro e Santos em São Paulo), o Estado ocupa posição estratégica no abastecimento do país. Em 1995 era o maior produtor de leite, com cerca de um terço do total produzido, tinha o 2º maior rebanho bovino, era o 1º do ranking brasileiro do café, e da batata, produzindo 50,1 % da rubiácea e 26,2 % do tubérculo; produzia, ainda, 10,3 % de todo o milho (4º do ranking) e 4,7 % da soja do país. A quase totalidade desta produção, com exceção do café, destina-se ao mercado interno.

Apesar de suas potencialidades, Minas Gerais sofreu redução de 11 % de sua área cultivada entre 1985 e 1996. O maior declínio ocorreu nas áreas de pastagens naturais, que perderam 33,8 % (7 milhões de hectares), compensados parte pelo aumento de 3,4 milhões de hectares de pastagens plantadas, que representaram ganhos de produtividade, em algumas regiões do Estado como o Triângulo Mineiro e Sul de Minas. Nas áreas de lavoura houve uma redução de 31 % nas culturas temporárias de arroz, feijão, mandioca e milho, enquanto a área cultivada de cana de açúcar e soja e das culturas permanentes de café, banana e laranja tiveram uma expansão de 6%.

A redução da área e da produção das lavouras mineiras decorreu das mudanças na economia brasileira, incluindo as alterações nas políticas agrícolas, o abandono de medidas de suporte especial à atividade, a abertura da economia, especialmente no âmbito do Mercado Comum Sul (MERCOSUL), onde algumas economias revelam vantagens comparativas, e ao papel de âncora cambial conferido à agricultura, para dar sustentação ao programa de estabilização do Plano Real.

A queda dos preços agrícolas, vital para o controle inflacionário, reduziu a competitividade da agricultura mineira, especialmente de suas culturas voltadas para o mercado interno, induzindo-a a investir nos produtos que apresentam maiores vantagens competitivas, como soja, cana de açúcar, laranja e café, embora estas *commodities* estejam sujeitas às exigências e variações do mercado internacional.

A análise do setor pecuário mostra que o rebanho bovino de Minas Gerais, que já foi o maior do País, encontra-se praticamente estagnado. Em 1990 existiam 20,4 milhões de cabeças, mas em 1996 totalizavam 20,0 milhões, quando foi superado por Mato Grosso do Sul. O fortalecimento da bovinocultura de corte está condicionado à melhoria da qualidade da carne, que depende principalmente da solução de problemas sanitários, como o controle da febre aftosa.

O potencial produtivo de leite tem sido limitado pela pouca competitividade do país no mercado internacional e pelas dificuldades em suprir a atual demanda interna, sem recorrer a contínuas importações, decorrentes dos altos custos, baixa escala de produção, importações não planejadas e altas taxas de juros. A liberação do preço do leite em 1991 e a

abertura comercial, com a importação de derivados lácteos contendo elevada carga de subsídios do país de origem e tarifa zero entre os países do MERCOSUL, provocaram efeitos danosos ao agronegócio leite. A concorrência dos produtos lácteos deste mercado constitui uma fonte de ameaça ao produtor, obrigando-o a modernizar-se, modificando o modelo tradicional e extrativista, ou abandonar a atividade.

O consumo de corretivos, fertilizantes e defensivos químicos, bem como a adoção de práticas de conservação de solos que definem o perfil tecnológico da agricultura mineira, apresentam dicotomias regionais, caracterizadas pela presença de um setor moderno, de agricultores especializados na produção de *commodities*, e de um setor tradicional, de culturas de abastecimento interno, conhecidas como de subsistência. Na exploração pecuária também se observa este comportamento: as diferenças regionais ocorrem em função da finalidade econômica, de corte, leite ou mista, e dos índices de produtividade, que variam com o desenvolvimento das áreas produtoras.

Nessas condições, a produção do Estado não tem sido suficiente para suprir as necessidades de consumo, levando-o também a dispender recursos com a importação de alimentos e matérias primas agrícolas. Em 1998, dos 57 milhões de dólares dispendidos pelo Brasil com essas importações, cerca de 2,8 milhões de dólares, ou 5%, couberam a Minas Gerais.

O Governo de Minas Gerais pretende reverter este quadro, definindo bases para que a segurança alimentar nutricional seja alcançada a curto e médio prazos, através da produção de alimentos em quantidade suficiente e com qualidade garantida, visando subsidiar o combate à fome e à miséria existentes em grande parcela da população mineira (18,6% de crianças desnutridas em 500 municípios)

Neste contexto, deve-se destacar a importância das pequenas e médias propriedades, até 100 ha. Embora ainda com baixos níveis tecnológicos e de especialização, essas propriedades são responsáveis pela maior parte da produção de algodão e das culturas alimentares de arroz, milho, feijão, batata e mandioca. Em 1996 elas representavam 83,7 % dos estabelecimentos rurais do Estado, ocupando apenas 23,5 % da área total. A população que nelas trabalhava, com predominância de agricultores familiares, representava 71,9% da população ocupada no setor rural mineiro, totalizando cerca de 1,14 milhões de empregos. Sua importância significativa para a sustentabilidade do setor agrícola evidencia a necessidade de formular uma política que, além de manter e ampliar o emprego, possibilite a incorporação de tecnologia adequadas visando o aumento da renda. Nesse sentido, a disponibilidade de energia elétrica visando particularmente a irrigação para produtos de alto valor agregado torna-se requisito especial.

A principal característica desta agricultura é a produção de alimentos, voltada tanto para o consumo da família, quanto para a venda do excedente no mercado, combinada com a execução de trabalhos não agrícolas como artesanato, serviços profissionais especializados, o turismo rural, lazer e outros. Essa pluralidade, praticada em algumas regiões do Estado, tem crescido nas unidades produtivas familiares, complementando a renda e constituindo-se numa estratégia, tanto de sobrevivência da propriedade, quanto de sua modernização. Tem sido ainda responsável pela geração de postos de trabalho e pelo consumo de um grande volume de insumos industriais, gerando um movimento econômico expressivo e tornando-se uma via importante e eficaz de desenvolvimento do meio rural.

Minas Gerais também possui um parque agroindustrial considerável, especialmente relacionado com a produção de laticínios, açúcar, álcool e cachaça, carnes, óleos vegetais, papel e celulose, e frutas, entre outros, cujo potencial tem sido sub-aproveitado devido ao baixo grau de integração existente entre os setores agropecuário e industrial mineiros, permanecendo ainda várias áreas estaduais carentes de agroindústrias.

É importante destacar que, da área total do Estado (58 milhões de hectares), 53% são solos de cerrado, com clima excelente, principalmente temperatura e luminosidade. Associados à abundante malha de recursos hídricos, representam enorme potencial de expansão para a agricultura irrigada. Por outro lado, estima-se que o Estado possui um estoque de terras agricultáveis de cerca de 15,5 milhões de hectares, dos quais somente a Região Noroeste detém cerca de 4 milhões.

Apesar disso, os dados da estrutura fundiária mostram uma alta concentração da terra no Estado. Em 1995, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 34,1% do total, mas detinham apenas 1,84% da área, enquanto que as propriedades acima de 1.000 ha, correspondentes a 0,91% do número de estabelecimentos, detinham 28,6% da área total. Estes percentuais não sofreram modificações significativas, o que se reflete no índice de Gini médio do Estado, que praticamente não se altera, passando de 0,764 em 1985 para 0,765 em 1995. Existem 5.642 famílias acampadas à espera de terras e há conflitos por acesso à terra em 77 áreas, abrangendo 48 municípios. Dos 147 projetos de assentamento existentes em setembro de 1999 nenhum havia sido completamente implantado.

Deve ainda ser destacado que os principais instrumentos de política agrária, como garantia de preços mínimos, normas de crédito rural, política fundiária, política tributária e regulamentação do comércio exterior, são de competência exclusiva da União. Nessas condições, e na medida em que foram privatizadas as instituições bancárias sob controle acionário de Minas Gerais, que operavam linhas de financiamento do custeio agrícola de curto prazo, restando ao Estado apenas o controle acionário de um banco de fomento para financiamento de longo prazo, o Governo de Minas Gerais sofre limitações para adotar iniciativas de desenvolvimento da agropecuária estadual.

Mesmo assim, cabe a ele articular os interesses diferenciados da agricultura mineira, visando romper os gargalos da política econômica do Governo Federal e formular políticas para o desenvolvimento da agricultura mineira.

Nesse sentido, deve instrumentalizar as ações dos órgãos que compõem o sistema operacional de agricultura - assistência técnica, defesa sanitária animal e vegetal, assentamento e regularização fundiária, armazenamento, abastecimento alimentar, comercialização e associativismo, buscando não só a segurança alimentar da população como também o desenvolvimento econômico social sustentável do meio rural mineiro.

## **Diretrizes**

As diferenças geográficas, climáticas e culturais existentes em Minas Gerais permitem uma produção agropecuária ampla e diversificada, capaz de gerar empregos e renda em grande número de seus municípios, abastecer seu mercado interno de alimentos e matérias primas agrícolas e conquistar mercados no resto do país e no exterior.

Embora a globalização da economia tenha imposto novos desafios ao setor agropecuário nacional e estadual, intensificando a concorrência de produtos agrícolas de outros países no próprio mercado interno, o Brasil e, em particular, Minas Gerais, ainda possuem um considerável mercado potencial para atender, detêm vastas extensões de terras a ocupar e aproveitar, desenvolveram uma tecnologia apropriada a seus climas e seus solos e têm à sua disposição enormes contingentes de força de trabalho sedenta por produzir.

Assim, tendo por objetivo básico realizar o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, o governo estadual se orientará pelas seguintes diretrizes:

- a) Elevar a produção de alimentos básicos – arroz, feijão, mandioca, milho, aves, suínos, hortigranjeiros – através de medidas de estímulo à agricultura familiar, incluindo articulação com o Governo Federal para agilizar a reforma agrária e os assentamentos rurais, revisar a política tributária e os financiamentos agrícolas e remover os obstáculos que impedem um salto na produção agrícola que garanta o abastecimento interno, a segurança alimentar da população e a melhoria da renda e da qualidade de vida nas zonas rurais.
- b) Elevar a produção de produtos agrícolas comerciais e matérias-primas agrícolas – cana, soja, café, frutas de mesa, algodão –, através de uma política agressiva de elevação da produtividade e integração das cadeias produtivas, visando garantir o abastecimento interno e gerar excedentes exportáveis para disputar os mercados internacionais.
- c) Elevar a produtividade do rebanho bovino de corte, estimulando a melhoria das pastagens plantadas, a introdução de tecnologia de crescimento rápido e sadio e a resolução dos problemas de zoonoses, como a aftosa, para elevar a qualidade de abate e processamento da carne e seu valor agregado e disputar com vantagem os mercados nacional e internacional.
- d) Elevar o grau de competitividade do rebanho e do processamento leiteiro, ampliando a gama de produtos lácteos e disputando os mercados nacional e internacional em pé de igualdade.
- e) Estimular o processo de industrialização rural, seja das agroindústrias, seja dos demais ramos industriais de transformação, de modo a ofertar maiores oportunidades de trabalho nas áreas rurais e evitar o êxodo decorrente da elevação da produtividade agrícola.

Estas diretrizes demandam a democratização do crédito rural, a implementação de ações de assistência técnica e extensão rural em todas as fases do processo produtivo, a integração vertical da produção, o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações rurais, o fortalecimento do sistema estadual de pesquisa, a promoção da defesa sanitária animal e vegetal em todos os elos da cadeia de produtos, subprodutos, resíduos e insumos agropecuários e agroindústrias, inclusive com a criação de fundos de defesa sanitária e vegetal, a adequação da capacidade de armazenagem estadual à demanda, a implantação de projetos de abastecimento, com a melhoria da infra-estrutura de apoio ao complexo atacadista e a modernização do setor de informática da cadeia de hortigranjeiros, diminuindo os desperdícios na sua comercialização.

Mas as diretrizes citadas demandam, sobretudo, o planejamento e a execução de um programa efetivo e eficaz de Reforma Agrária em Minas Gerais. A redistribuição de apenas 5,0% (1,75 milhões de ha) da área agrícola estadual possibilitará aumentar em quase 10,0% o atual número de propriedades rurais (de 496.700 para cerca de 532.000), e em mais de 3,5 % o número de pessoas economicamente ativas envolvidas diretamente na produção agrícola., ampliando os empregos em cerca de 105 mil, para um universo de 35 mil famílias rurais.

Tendo em conta que cada emprego direto gerado no campo cria 4 empregos indiretos no campo e diretos e indiretos na cidade, a reforma agrária possibilitará 350 mil novos empregos em Minas Gerais, ampliando a base produtiva, minorando os problemas de fome e miséria presentes no Estado e criando as condições para um verdadeiro desenvolvimento sustentado da agropecuária.

#### 4.1.4. Infra-Estrutura para o Desenvolvimento

Entres as bases materiais que garantem o desenvolvimento econômico sustentável, a infraestrutura econômica e social figura como um dos elementos – chave a ser levado em conta nas decisões governamentais, para garantir a desconcentração das atividades econômicas e empresariais, a potencialização das cadeias produtivas, o desenvolvimento dos diferentes tipos de empreendimentos e o desenvolvimento regional equilibrado.

Ao longo da história do capitalismo, a infra-estrutura econômica, compreendida como o conjunto dos elementos externos à função de produção das empresas (as chamadas “externalidades”), sempre desempenhou papel vital nas decisões sobre sua melhor localização, tendo em vista os ganhos propiciados em termos de redução de custos ou aumento de rendimentos. Afinal, regiões/localidades que contavam com adequada oferta de energia, comunicações, matérias primas e recursos naturais e rede de transporte – ferroviário, rodoviário, hidroviário e marítimo facilitavam e barateavam a importação de insumos e o escoamento da produção para os mercados consumidores, influenciando a competitividade das empresas e permitindo a obtenção de maiores lucros, configurando-se como fatores sistêmicos do processo de localização industrial.

No caso brasileiro, em especial, esse processo apresenta duas particularidades importantes. Primeiro, particularmente neste século a infra-estrutura econômica e social foi quase toda implantada com investimentos públicos. A quase totalidade dos sistemas de geração, transmissão e distribuição elétrica, de comutação, transmissão e distribuição de telecomunicações e implantação do sistema viário foi viabilizada pela organização de empresas públicas, com recursos públicos. Segundo, esta implantação ocorreu em função das necessidades dos grandes complexos industriais estrangeiros e nacionais que investiram no país a partir dos anos 60, configurando uma infra-estrutura distorcida, responsável por ligar pólos altamente concentrados e, ao mesmo tempo, servindo como mercado a eles.

Foi nestas condições que cresceram as mega-cidades brasileiras, consumido a maior parte dos investimentos nacionais em infra-estrutura urbana, que se estenderam as rodovias, em detrimento das ferrovias e hidrovias. Os sistemas de energia e telecomunicações concentraram-se no SUDESTE e em alguns pólos metropolitanos, e as regiões bem dotadas dessa infra-estrutura apresentavam as maiores vantagens operacionais para atrair investimentos e desenvolver-se.

A revolução promovida nos sistemas de telecomunicações e informática e na utilização de novos materiais e novas fontes energéticas, assim como nos custos das empresas tecnologicamente mais avançadas, pressionando para baixo a taxa média de lucro, conduziu a um acelerado processo de reestruturação produtiva que modificou os parâmetros das decisões operacionais e do manejo da infra-estrutura econômica. As empresas passaram a segmentar ou fragmentar sua produção por locais que lhes ofereçam, fundamentalmente, uma força de trabalho mais barata, um mercado de trabalho menos regulamentado e matérias-primas mais acessíveis e de baixo custo.

A infra-estrutura logística, capaz de fornecer energia, comunicações e transportes a custos mais baixos, deixa de ser um fator locacional à medida que a antiga infra-estrutura econômica é privatizada e fica em condições de se livrar dos encargos ou tarefas sociais que representavam o “custo Brasil”. Com uma infra-estrutura apropriada privadamente e funcionando sob a mesma lógica de mercado, tanto faz que as poltronas dos veículos automotivos sejam produzidas na Polônia, os sistemas eletrônicos em Taiwan, os pneus em São Paulo, etc., e que a montagem seja realizada em Resende, Montes Claros ou Ituiutaba. Os atuais sistemas de transporte em larga escala, principalmente os marítimos e fluviais, as redes de telecomunicações e informação ultra rápidas e as possibilidades abertas para a implantação de usinas térmicas com novas fontes energéticas, como o gás natural, agregam custos relativamente baixos aos produtos segmentados, transportados para as plantas de montagem localizadas em espaços com infra-estrutura local mínima. O mais importante é que o espaço tradicional de cada uma das unidades segmentadas represente custos ainda mais baixos de mão-de-obra e matérias-primas.

Essa lógica empresarial, se por um lado deve estimular o desenvolvimento das ferrovias, hidrovias, telecomunicações, informática e geração e transmissão energética, por outro lado tende a tornar esse desenvolvimento de uso exclusivo das corporações empresariais. A privatização dessa infra-estrutura tende a equalizar seus custos, de modo a torná-los positivos para a população e competitivos para os grandes consumidores empresariais. É neste contexto que deve ser examinada a conformação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável, no qual devem estar contemplados o desenvolvimento equilibrado das atividades econômicas e das empresas e das regiões, com a superação da miséria e da pobreza e a elevação da qualidade de vida do conjunto da população.

A infra-estrutura econômica e social, as “externalidades”, são fundamentais para retirar da pobreza populações e regiões incapacitadas para gerar não só o seu sustento, mas também ingressar num processo real de desenvolvimento. Sem infra-estrutura para o desenvolvimento, por mais que sejam canalizados recursos assistenciais, populações e regiões em estado de pobreza, ou com grandes distorções e desequilíbrios, jamais conseguirão escapar da situação em que foram colocadas por situações históricas adversas.

Nesse contexto em que a privatização de setores de infra-estrutura, aliada à crise financeira do poder público, minou a capacidade do Estado de desempenhar seu papel de criar condições infra-estruturais e abrir novas oportunidades de desenvolvimento para as regiões de pobreza, o tratamento a infra-estrutura existente, a correção de seus rumos e seu direcionamento em função do Estado e de população mineira é de importância estratégica.

Enquanto o plano dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, do Governo Federal pretende acentuar as distorções concentradoras da infra-estrutura servidora do

desenvolvimento exclusivista das grandes corporações estrangeiras e nacionais, o PMDI deve trabalhar no sentido de exercer uma função regulatória/fiscalizadora, que obrigue a infra-estrutura privatizada a servir equitativamente a todos os setores da economia e fortalecer a economia estadual e as regiões carentes. Cada programa e projeto de construção de infra-estrutura física deve ser examinado sob a ótica do desenvolvimento sustentável e de regionalização do desenvolvimento estadual, com o Governo do Estado utilizando-se de todos os instrumentos que tem em mãos para encaminhá-los neste sentido.

Para isso, é fundamental ter em conta a importante infra-estrutura econômica, constituída principalmente de transportes, energia e telecomunicações, que o poder público construiu ao longo de décadas, considerando a posição estratégica de MG quanto à localização, extensão territorial e dinâmica econômica e populacional.

#### 4.1.4.1. A infra-estrutura de transportes

Minas Gerais está em primeiro lugar no "ranking" nacional em termos de malhas de transportes rodoviários e ferroviários, hoje concedidos à iniciativa privada no contexto do modelo neoliberal do Governo Federal. Esses corredores constituem as grandes artérias de fluxos de mercadorias, serviços e pessoas.

Atualmente, o setor rodoviário detém 65% do transporte de carga de Minas Gerais, os outros 35% sendo realizados através do sistema ferroviário, este em sua maior parte realizado por meio de tração diesel-elétrica. Essa distorção na matriz de transportes resulta num consumo exagerado de energia de fontes poluentes e em altos custos no sistema, agravados agora com as concessões efetuadas pelo Governo Federal à iniciativa privada para operar as rodovias federais, que constituem a maior parte da malha, e o transporte ferroviário.

##### a) Infra-estrutura de transportes rodoviários

As principais rodovias federais que cortam o Estado são a BR-381 - Belo Horizonte/São Paulo, BR-262 - Vitória/Belo Horizonte/Uberaba, BR-050 - Uberaba/Uberlândia e BR-040 - Rio de Janeiro/Belo Horizonte/Brasília.

As obras para a duplicação da BR-381 - Belo Horizonte/São Paulo, prolongando-se pela BR-262 a João Monlevade e Ipatinga, maior pólo siderúrgico de Minas Gerais, com investimentos de US\$ 355,0 milhões na primeira etapa e US\$ 256,0 milhões na segunda etapa, estão com término previsto para o final do ano 2000, possibilitando aumentar o fluxo de mercadorias para São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os países do MERCOSUL. O Governo Federal projeta que a integração com o MERCOSUL acontecerá através desse corredor rodoviário, o que significa a manutenção e ampliação dos problemas de ordem energética, ambiental e de altos custos dos transportes.

Os investimentos federais previstos para a melhoria ou duplicação das BR-262 (Oeste de Minas/Brasil Central), 265 (Sudeste de Minas), 050/365 (Triângulo Mineiro/Brasil Central) e 040/135 (Norte de Minas) estão orçados em cerca de US\$ 440,0 milhões, incluindo as obras de acesso à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Outros US\$ 173,0 milhões de recursos do orçamento da União, através do DNER, serão canalizados para o Programa de Restauração e Recuperação de Rodovias, embora a maior parte delas esteja concedida a empresas privadas.

De recursos advindos do Tesouro de Minas Gerais e/ou de outras fontes não orçamentárias estão previstos investimentos equivalentes a US\$ 45,0 milhões para o Programa de Pavimentação e Melhoramentos das Rodovias do Noroeste do Estado, dentro da concepção do programa Nova Fronteira Noroeste, cujo desenvolvimento é entravado pela ausência de uma adequada infra-estrutura de transportes.

#### b) Infra-estrutura de transporte ferroviário

Belo Horizonte, capital do Estado, é o epicentro estratégico de toda a logística de transporte ferroviário, dela partindo e para ela convergindo toda a malha ferroviária, composta pelas ferrovias Vitória/Minas (CVRD/EFVM), Centro Atlântica (FCA) e MSR Logística.

##### - Estrada de Ferro Vitória/Minas - CVRD/EFVM

Pertencente ao Sistema de Logística da Companhia Vale do Rio Doce, essa ferrovia movimentava anualmente mais de 100 milhões de toneladas de cargas, com 80% (oitenta por cento) de suas instalações localizadas em Minas Gerais. Partindo de Belo Horizonte, os 898 Km de extensão da ferrovia percorrem o sentido Centro-Leste até os terminais portuários do litoral do Espírito Santo.

A construção de suas linhas em duas bitolas - estreita e larga - exige, porém, um sistema de transbordo de cargas em pátios e terminais localizados em Eng.° Bandeira - Ouro Preto e Pátio de Transbordo de Granéis (Patrag) - Ouro Branco. No terminal de Santa Luzia (TSL) - Belo Horizonte é praticada a intermodalidade da EFVM com o sistema rodoviário.

Para o período 2000-2003 a CVRD está projetando uma série de investimentos com vistas a ampliar sua capacidade de transporte e movimentação de cargas. Os principais são a duplicação do trecho Desembargador Drumond/Costa Lacerda, a implantação do TPD-Terminal de Produtos Diversos, a ampliação do terminal de Praia Mole, a modernização do Terminal de Vila Velha (TVV), a implantação do novo Sistema de Fibras Ópticas nas comunicações, a implantação da Infovia do Consórcio Railnet e a instalação de novo Sistema de Informação para Clientes.

Iniciada em 1996, a duplicação da linha em 35,4 dos 62 km do trecho Desembargador Drumond (Município de Nova Era)/Costa Lacerda (Município de Santa Bárbara) inclui a construção de 3 túneis (467 m), 3 pontes (337 m), 2 viadutos (230 m) e a sinalização da linha, com investimentos já realizados de US\$ 28 milhões até 1998, restando ainda US\$ 37,0 milhões até o final de 2000.

A duplicação permitirá melhor manutenção da linha, aumento de velocidade e maior flexibilidade operacional para o pico de transporte nas épocas de chuva e de safra de produtos agrícolas. A capacidade do trecho aumentará de 50 milhões anuais de soja e farelo de soja, oriundos de Minas Gerais e Centro-Oeste, e de minério de ferro das minas do ramal de Fábrica, para cerca de 100 milhões anuais, se mantida a atual distribuição de cargas.

A implantação do TPD, dispendo de 2 berços, teve sua construção iniciada em 1994, com investimentos de US\$ 72 milhões até 1999. O berço para grãos, dotado de 4 torres de carregamento, pode operar navios *cape size* de até 150.000 DWT. Sua capacidade anual é de 3,0 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 2,0 milhões de toneladas/ano em relação à situação anterior, em que os grãos eram carregados no Píer 1 de

minério de ferro. Dessa forma, o TPD se destina a garantir um escoamento seguro e econômico dos grãos produzidos nos cerrados através da EFVM, em tráfego mútuo com a FCA.

A CVRD está ainda construindo o 5º silo para grãos no TDP, com conclusão prevista para dezembro de 1999, o que aumentará a capacidade estática de armazenamento no porto de 210.000 para 250.000 toneladas.

O segundo berço, com capacidade para receber navios de até 50.000 DWT, movimenta fertilizantes, mármore e granito e produtos siderúrgicos. Os fertilizantes são descarregados por dois guindastes e transferidos via transportadores cobertos para um armazém com capacidade estática de 30.000 toneladas. A capacidade do sistema é de 600.000 toneladas/ano. Em 1998 foram movimentadas 292.000 toneladas de fertilizantes, atendendo os produtores e distribuidores de fertilizantes que atuam principalmente em Minas Gerais.

O mesmo berço está em processo para operar o carregamento de mármore e granito, em combinação com produtos siderúrgicos, objetivando uma movimentação conjunta de cerca de 900.000 toneladas/ano, com investimentos de US\$ 3,7 milhões no pátio de estocagem. Em 1998, a EFVM foi responsável pelo transporte de 300.000 toneladas de mármore e granito embarcados no TVV, dos quais 80% originários de Minas Gerais, especialmente das regiões de Carmo da Mata, Divinópolis e Itabira.

Em paralelo ao aumento da capacidade de movimentação de pedras ornamentais pelo TPD, a CVRD está investindo US\$ 13,0 milhões na implantação de um “*show room*” para essa atividade, que atenderá principalmente pequenos exportadores.

A ampliação da capacidade do terminal de Praia Mole tem em vista o aumento da demanda de carvão e coque pelas usinas siderúrgicas localizadas ao longo da EFVM. Essa ampliação já consumiu US\$ 10 milhões e demandará mais US\$ 41 milhões nos próximos anos, passando de 10,5 milhões de ton./ano para 12,0 milhões de ton./ano a capacidade do terminal, e de 500.000 toneladas para 800.000 toneladas a capacidade estática do pátio de estocagem. Em 1998, a movimentação total foi de 9,6 milhões de toneladas, das quais 8,5 milhões de carvão e coque para as siderúrgicas mineiras (ACESIA, AÇOMINAS, Belgo Mineira e USIMINAS) e a CST.

Terminal de Vila Velha S.A. é a nova razão social do terminal de Capuaba, no porto de Vitória, arrendado à CVRD pela Cia. Docas do Espírito Santo em 6 de Maio de 1998. A capacidade atual do TVV é da ordem de 65.000 unidades de *containers*, 700.000 toneladas de carga geral (mármore e granito e produtos siderúrgicos) e 50.000 veículos, projetando o aumento da capacidade para 160.000 *containers*/ano, com investimentos de US\$ 20 milhões nos próximos anos, para a aquisição de novos equipamentos (3 *transtainers* e 2 *portainers*), melhoria dos equipamentos atuais (2 guindastes) e ampliação do cais de atracação.

A expansão dessa capacidade, juntamente com a elevação da produtividade nas operações portuárias, aumentará principalmente a competitividade das empresas localizadas na área de influência da EFVM, como a FIAT, ACESITA, Mataltec, Cia. Paulista, Nutril, ASK do Brasil, Motrol Brasil e Acemap.

A CVRD projeta substituir seu sistema de telecomunicações por cabo coaxial pelo novo sistema de fibras ópticas, visando assegurar condições operacionais e modernizar o sistema integrado que suporta o controle de tráfego e comunicações ao longo da ferrovia.

Este projeto está dividido em três fases. A primeira visa permitir a prestação de serviços dedicados, operando com horários e *transit times* definidos e garantidos, visando melhorar a qualidade de atendimento no transporte de *containers* entre Vitória e Belo Horizonte, englobando a movimentação no TVV/TPD. A segunda fase visa melhorar a capacidade de armazenamento do TPD e de transporte em vagões, para aumentar a importação de fertilizantes para a região do Triângulo Mineiro. A terceira tem em vista ampliar a capacidade de embarque de ferro gusa em Tubarão.

O projeto da Infovia do consórcio Railnet, composto pelas ferrovias recentemente privatizadas, objetiva a implantação de infovias que dotem a região de influência com uma infra-estrutura de telecomunicações de primeiro mundo, criando novas oportunidades de negócios para seus parceiros. Nesse sentido, já foi arrendado o direito de passagem à Bonari (espelho da EMBRATEL).

Os atuais sistemas de informações para clientes também estão sendo substituídos por um novo, que suporte o modelo de atuação da empresa na cadeia de logística integrada, individualmente ou com a utilização de parcerias. Este projeto aumenta a competitividade das empresas que façam parte do sistema logístico CVRD, podendo realizar operações *just in time*, utilizando recursos de localização em tempo real de cargas em toda a cadeia.

Como perspectiva mercadológica, a CVRD está, ainda, buscando oportunidades de investimento em terminais alfandegários na região de Uberlândia/Uberaba e Grande BH.

#### - Ferrovia Centro Atlântica - FCA

A FCA tem também em Belo Horizonte o seu epicentro. É uma empresa que cobre extensa área do território brasileiro, constituindo-se como a principal ligação ferroviária da Região Sudeste com as Regiões Nordeste e Centro-Oeste da país. São 7.080 km de linhas que abrangem os estados de Minas Gerais (maior extensão ferroviária da FCA), Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal, com acesso direto aos portos de Salvador/BA, Aratu/BA, Vitória/ES, Angra dos Reis/RJ, além de Pirapora/MG e Juazeiro/BA, no Rio São Francisco. As linhas da FCA, a maior parte delas de bitola estreita, estão interligadas às principais ferrovias brasileiras, o que possibilita a conexão com os maiores centros consumidores do Brasil e do Mercosul.

A malha ferroviária da FCA tem acesso a vários terminais portuários, mas somente o de Angra dos Reis – ANGRAPORTO é de sua propriedade, oferecendo serviços que compreendem carga, descarga e armazenagem de mercadorias. Em 1999, o ANGRAPORTO deve movimentar, aproximadamente, 1 milhão de toneladas de carga.

#### - MRS Logística

Esta empresa possui dois grandes ramais ferroviários partindo de Belo Horizonte. O primeiro, a Ferrovia do Aço, percorre o sentido Centro-Sul com interconexão na cidade de Barra Mansa/RJ. Um ramal secundário deriva até os portos de Sepetiba/RJ e do Rio de Janeiro/RJ e outro segue pelo planalto para São Paulo, derivando, na Estação da Luz, para o Porto de Santos.

O segundo segue paralelo à Ferrovia do Aço, passando pelas cidades de Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Juiz de Fora, em Minas Gerais, e Três Rios e Barra do Piraí, no Rio de Janeiro. Tendo a cidade de Barra do Piraí como interconexão, um ramal secundário deriva para a cidade de Barra Mansa/RJ, onde se conecta com a Ferrovia do Aço, e outro se dirige também aos portos de Sepetiba e Rio de Janeiro.

As principais cargas transportadas pela MRS Logística são de procedência mineral (minério de ferro, calcário, cimento, produtos siderúrgicos, etc.). Cargas de terceiros, principalmente *containers*, são marginais, principalmente em virtude da ausência de um terminal intermodal de cargas nas imediações de Belo Horizonte.

Aparentemente, a MRS contempla em seu plano estratégico vários projetos no sistema de logística de transportes para aumentar e diversificar suas cargas. Entre eles destacam-se a construção de um terminal de *containers* no Porto de Sepetiba, em parceria com a CVRD e CSN, o término da construção de mais um berço no Porto de Sepetiba, para o embarque de 8 milhões de toneladas/ano de minério de ferro para a FERTECO Mineração, localizada em Fábrica, Congonhas do Campo/MG, e a construção de 6 pátios ao longo da Ferrovia de Aço, para permitir o cruzamento dos trens sem a necessidade de duplicação da linha.

#### c) Infra-estrutura de transporte hidroviário

Indubitavelmente, Minas Gerais é conhecida como a caixa d'água do Leste, Sudeste e Sul do Brasil. Essa riqueza natural, todavia, somente privilegiou o Estado em termos energéticos, mas não de navegabilidade. Os rios que nascem em Minas são navegáveis fora de suas fronteiras, a exemplo dos rios Paranaíba e Grande, que formam o Rio Paraná, navegável a partir das represas de São Simão (Rio Paranaíba) e Água Vermelha (Rio Grande). A partir desses pontos o Rio Paraná torna-se navegável até a represa de Itaipú, no Estado do Paraná.

A exceção, em termos de navegabilidade, ocorre no Rio São Francisco, a partir do Porto de Pirapora-MG. Trata-se de um canal em potencial para o escoamento da produção agrícola do Norte e Noroeste de Minas Gerais, através da intermodalidade hidro-ferroviária. A partir da Represa de Sobradinho (divisa entre Bahia e Pernambuco), os produtos mineiros podem chegar aos mercados do Nordeste e ao Porto de Suape, no litoral pernambucano, com destino ao mercado externo.

A hidrografia do São Francisco, no seu principal estirão navegável entre Pirapora-MG e Juazeiro-BA/Petrolina-PE, com cerca de 1.371 km de extensão, apresenta condições de navegabilidade durante todo o ano para embarcações ou comboio de embarcações de até 160 m de comprimento, 24 m de boca (largura) e 1,5 m de calado. Estas condições de navegabilidade pressupõem a manutenção do regime de operação, observado nos últimos anos, das barragens de Três Marias e Sobradinho, e a persistência de um nível d'água considerado como médio dentro de um período de observação superior a 20 anos. Nas cotas críticas de estiagem, detectadas como uma a cada 10 anos em média, o padrão de navegabilidade poderá ser mantido com volumes adicionais e tempestivos de dragagens.

Com a conclusão, até o ano 2000, das obras de dragagens, derrocamentos, sinalizações e balizamentos, a hidrografia do São Francisco não apresentará restrições à navegação noturna ou ao cruzamento de comboios com as dimensões citadas. No entanto, sua manutenção deverá requerer volumes anuais de dragagens de cerca de 200.000 m<sup>3</sup>, correspondentes a aportes financeiros da ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais),

além das obras de manutenção do balizamento e sinalização. Importa ressaltar que as necessidades estimadas de dragagem, que representam o principal custo de manutenção da hidrovia, tendem a variar na razão inversa no volume de tráfego, ou seja, quanto mais intenso for o tráfego de embarcações, menores serão as necessidades de dragagens para a manutenção do padrão de navegabilidade da hidrovia.

De acordo com a Companhia Vale do Rio Doce, o trasbordo das cargas hidroviária/ferroviária será efetivado nas proximidades da barragem de Sobradinho-PE. A construção do ramal ferroviário ligando Sobradinho à Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN deverá requerer investimentos da ordem de US\$ 100 milhões, constituindo-se uma Sociedade de Propósitos Específicos – SPE para isso, como empresa operadora do sistema, da qual participam, além da Companhia Vale do Rio Doce, o BNDES, a PETROBRÁS e outras empresas. Para a capitalização da SPE essas empresas utilizarão os incentivos fiscais do imposto de renda (FINOR/SUDENE).

Através do atual traçado ferroviário da CFN, as cargas montante/jusante terão como destino a região de abrangência da ferrovia e o Porto de Suape, 40 km ao sul de Recife. No sentido inverso, pelo traçado da FCA e rodovias, serão transportados fertilizantes potássicos das minas de Araripina-PE, utilizados pelos produtores de grãos da Região Noroeste e seu entorno, e o gesso da região de Bonfim-Juazeiro, na Bahia, destinado às cimenteiras do entorno de Belo Horizonte.

No Plano Plurianual do Governo Federal para o Eixo de Integração e Desenvolvimento do São Francisco há a previsão de US\$ 200,0 milhões de investimentos na bacia do rio São Francisco.

#### 4.1.4.2. Infra-estrutura energética

Em 1996, Minas Gerais alcançou uma demanda total de energia de 33.175.000 tEP (toneladas equivalentes de petróleo), correspondendo a 14,3% da demanda brasileira. Essa demanda estadual cresceu a uma taxa média de 3,4%,<sup>8</sup> acima portanto do crescimento médio anual de 2,1% do PIB mineiro.

Dessa demanda de energia, o Estado produziu 21.875.000, importou 17.632.000 e exportou 6.390.000 tEP. A importação ocorreu em função do suprimento de petróleo, carvão metalúrgico e carvão energético, enquanto a exportação está relacionada aos derivados de petróleo (óleo diesel, óleo combustível, gasolina, gás liquefeito de petróleo-GLP e querosene) e à eletricidade.

O maior consumo de energia refere-se à indústria (59,8%), aí compreendidos os centros de transformação de energia, como as refinarias, carvoarias, etc. O setor de transportes consome 14,5% do total, o residencial 13,8% e a agropecuária apenas 2,2%, ficando 9,7% por conta de outros setores e perdas.

A energia elétrica é responsável por 35,4% da demanda total de energia do Estado, seguida do petróleo, gás natural e derivados com 22,8%, da lenha e derivados com 25,8%, do carvão mineral e derivados com 10,9%, ficando os 5,1% restantes por conta de outras fontes.

Do total de eletricidade produzida em Minas Gerais, 96,4% é proveniente de usinas hidrelétricas e 3,6 de usinas térmicas e da usina eólica do Morro de Carmelinho. Os principais combustíveis utilizados nas usinas térmicas são os gases siderúrgicos, o bagaço da cana, a lixívia e o carvão vegetal.

Minas importa e exporta eletricidade de e para outros estados, operando as regras do sistema interligado Sul-Sudeste. Dos 42,206 GWh produzidos em 1996, couberam à CEMIG 24.623 GWh. Foram fornecidos 36.569 GWh, dos quais 64,8% consumidos pelas indústrias e 17,7% das residências. Do total consumido pelo setor industrial, 66,0% foram destinados aos ramos de ferro gusa e aço integrado, ferroligas, mineração e pelotização, não-ferrosos e metalurgia em geral.

A participação da lenha e seus derivados como fonte energética - mais de 1/4 do total estadual - é destinada principalmente às carvoarias (66,0% das 26,6 milhões de toneladas produzidas, com uma perda de 47,8% desse total no processo de carbonização), que suprem a siderurgia a carvão vegetal. Da lenha produzida para queima direta, 71,8% destinou-se ao setor residencial, 27% ao industrial, especialmente cerâmica e alimentos e bebidas, e o restante aos setores agropecuário e comercial.

O petróleo e seus derivados, fornecidos por fontes externas ao Estado para a Refinaria Gabriel Passos-Regap, em Betim, destinam-se principalmente ao setor de transportes (58,0%), particularmente ao rodoviário, e ao setor industrial de cimento e cal. O carvão mineral e seus derivados, também provenientes de fontes externas, são destinados fundamentalmente ao ramo de ferro gusa e aço (72,0% do total), na forma de coque, gás e alcatrão de coqueira.

Os derivados da cana de açúcar, como o bagaço, a lixívia e o álcool etílico, assim como outros derivados da biomassa, têm sido destinados à produção de eletricidade ou à queima direta nas destilarias e usinas de açúcar e no ramo de papel e celulose.

O gás natural, distribuindo através da GASMIG, subsidiária da CEMIG, sob concessão do Estado, somente participa com 2% do total da energia consumida em Minas Gerais. No entanto, a crescente produção de gás das bacias de Campos e Santos e a construção de gasodutos, aproveitando o gás produzido nas bacias bolivianas e do nordeste e sul da Argentina, tende a aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira para 18% do total a curto prazo.

Diante desse quadro da infra-estrutura energética do Estado, é preciso levar em conta as reformas institucionais que estão sendo impostas ao setor elétrico brasileiro pelo Governo Federal, assim como os problemas ambientais decorrentes na matriz dominante.

Para separar as atividades atualmente integradas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica tem sido utilizado o argumento de que essa medida deve estimular a concorrência, a redução dos preços e o aumento da qualidade e da confiabilidade dos serviços, abrindo campo para novos investimentos privados que viabilizem a expansão de todo o sistema. Nas atividades de geração e comercialização, pelo novo modelo, deve predominar a competição, enquanto a transmissão e a distribuição permanecerão atividades regulamentadas por se constituírem monopólios naturais.

Outro complicador no planejamento da infra-estrutura energética estadual consiste no fato de que a matriz energética prevalecente no Brasil, embora com alta participação de

hidrelétricas, é altamente poluidora e destruidora do meio ambiente. Na matriz energética de Minas Gerais, mais de 50% de suas fontes são destrutivas (corte de madeira para lenha) e poluidores (petróleo e derivados, coque, carvoaria, etc.). À medida em que aumentar a pressão por produtos e empresas "limpas", houver maior rigor punitivo contra os infratores da legislação ambiental, a adesão à norma ISO 14000 passar de voluntária a obrigatória e os impactos ambientais passarem a ser fatores decisivos na viabilização de novos projetos, a questão da energia também ganhará contornos ambientais estratégicos.

O Governo de Minas Gerais adotará as seguintes diretrizes para o desenvolvimento da infra-estrutura energética:

- a) Ampliar a introdução do gás natural na matriz energética do Estado, considerando suas características de fonte energética limpa e de alto poder calorífico, estimulando a construção de usinas térmicas de capacidade média nas regiões mais carentes e a conversão de equipamentos a combustíveis poluentes para equipamentos a gás natural ou a eletricidade.
- b) Estimular a pesquisa e a utilização de novas alternativas e de não-poluentes de energia, como a eólica e a solar, de modo a reduzir seus custos e ampliar seu emprego.
- c) Definir mais claramente o volume das fontes renováveis de energia e seu manejo, de forma a garantir os processos de reflorestamento do Estado e requalificar os níveis de poluição admissíveis para cada fonte.
- d) Reforçar a participação da CEMIG e da GASMIG no setor de energia, de modo a orientar a construção da infra-estrutura energética e o estabelecimento de suas alianças tecnológicas no sentido de beneficiar o desenvolvimento equilibrado do Estado e de suas regiões e melhorar a qualidade de vida de sua população.

#### 4.1.4.3. Infra-estrutura de comunicações

O serviço de telecomunicações de Minas Gerais é atualmente compatível com as mais exigentes demandas da comunidade de negócios. Soluções integradas e customizadas, alta confiabilidade, atualização tecnológica e gerência integrada de rede atribuem ao Estado um importante diferencial em termos de infra-estrutura de telecomunicações para investidores e empreendedores de qualquer porte.

O consumidor mineiro tem à sua disposição uma diversidade de serviços em telecomunicações: telex, fax, radiotelefonia, comunicação de dados, "high speed", além de uma extensa rede de meios de comunicação de massa.

O Estado tem hoje em operação quase 350 emissoras de rádio, cerca de 1.000 retransmissoras de TV, além de 19 geradoras e cerca de 35 jornais diários.

A privatização mudou a face do setor de telecomunicações em Minas Gerais. A ex-estatal Telemig (atual Telemar) passou a integrar a Tele Norte-Leste, holding que reúne 16 empresas de telefonia fixa, e a concorrência apresenta-se intensa na área de telefonia móvel.

Três concessionárias de Telecomunicação – TELEMAR, CTBC TELECON e TELEBRASÍLIA - atendem Minas Gerais com aproximadamente 2,3 milhões de terminais

telefônicos (considerando somente a TELEBRASÍLIA e a TELEMAR). A TELEBRASÍLIA atua em parcela do Noroeste Mineiro, a CTBC TELECON tem como área de atuação o Triângulo Mineiro, enquanto a TELEMAR tem abrangência sobre 691 (91,4%) municípios mineiros. Todas estão interconectadas com a operadora de longa distância – EMBRATEL –, estabelecendo assim ligações DDD e DDI.

O Estado já contava, em 1998, com mais de 130 mil Km de cabos de fibra óptica instalados. Em muitos casos, o sistema óptico estende-se até dentro de unidades industriais. Do ponto de vista tecnológico, a TELEMAR já possui 73% da planta de telefonia fixa instalada. Entre os benefícios que esta nova tecnologia trará ao usuário está a possibilidade de acessar serviços de telecomunicações, através da Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI), permitindo aos clientes falar ao telefone, navegar na internet ou transmitir um fax pela rede telefônica, simultaneamente.

Atendendo a todos os 853 municípios do Estado e mais de 3.150 localidades, as concessionárias mineiras ocupam posição de destaque em nível nacional. No entanto, para manter a qualidade dos serviços de telecomunicações em Minas Gerais, com a privatização do setor, a sociedade civil e o Estado assumem papel essencial: fiscalização e regulamentação.

#### 4.1.4.4. Diretrizes para o desenvolvimento da infra-estrutura de Minas Gerais

Considerando a posição espacial do Estado de Minas Gerais no contexto nacional e mesmo internacional, a competitividade dos produtos mineiros passa necessariamente pelo componente custos de energia, transportes e comunicações. A máxima de que "os produtos mineiros são competitivos até a porteira da fazenda e até o portão da fábrica" não condiz com uma realidade que exige produtos de custos baixos. Nesse sentido, é essencial para tornar competitivos os preços do Estado a diversificação das matrizes energética, de transportes e de comunicações, com o rebaixamento dos custos atualmente praticados.

Na área de transportes será necessário modificar a relação entre o transporte rodoviário e o transporte ferroviário, aumentando a participação deste último no transporte de cargas e passageiros, principalmente de longas distâncias, elevando o componente eletrificado, unificando paulatinamente as bitolas, duplicando as linhas, melhorando os sistemas de comunicação e informação e rebaixando os preços por tonelada transportada. É fundamental estimular os sistemas intermodais, a criação de portos secos e outras modalidades de combinação dos transportes rodoviários de curta distância com os transportes ferroviário e hidroviário, de médias e longas distâncias.

A criação de uma câmara setorial de transportes ou de outros fóruns, envolvendo a participação dos segmentos produtivos como mecanismos de discussão e negociação com as concessionárias de transportes rodoviário, ferroviário e fluvial, devem transformar-se em instrumentos importantes para a conclusão dos projetos já existentes de construção de pátios intermodais, de conclusão das obras de transposição ferroviária de Belo Horizonte e de construção dos trechos ferroviários Capitão Eduardo/Pirapora e Pirapora/Unai/Brasília, visando o escoamento da produção do noroeste mineiro e do entorno de Brasília.

Para tanto, podem ser estabelecidas as seguintes diretrizes, que deverão nortear a ação neste campo, de acordo com as condições atualmente apresentadas pela economia do Estado:

–Identificar as carências existentes no Estado, de forma regionalizada, em termos de infra-estrutura econômica – transportes, energia, telecomunicações etc. – e articular ações entre o setor privado e público para saná-las, tendo como horizonte a maior integração dos mercados internos, o aumento da competitividade da produção estadual e a redução de seus desequilíbrios intraregionais.

–Desenvolver gestões e articular parcerias entre o poder público municipal e o setor privado, voltadas para a criação de centros de qualificação, treinamento e retreinamento de recursos humanos, visando adequá-los às necessidades atuais exigidas para o manejo das novas tecnologia.

–Identificar oportunidades de investimentos, de forma regionalizada, e criar condições, através da formação de parcerias com empresas, setor público e órgãos representativos da sociedade para a formação de centros de pesquisa e capacitação tecnológica.

–Desenvolver políticas voltadas para a melhoria da questão ambiental e das condições de vida da população – educação, saúde, saneamento etc. –, que integram os objetivos de processo de desenvolvimento sustentável e fazem parte dos fatores considerados pelas empresas nas decisões que tomam para definir a localização de seus empreendimentos.

## **4.2. O desenvolvimento científico e tecnológico, a dimensão ambiental e a promoção do trabalho e da renda**

Desenvolvimento científico e tecnológico, preservação ambiental e promoção do trabalho e da renda são dimensões econômicas e sociais intimamente vinculadas na atual fase de revolução das ciências e das técnicas, de reestruturação empresarial e de globalização do modo capitalista de produção.

O progresso tecnológico constitui o elemento mais dinâmico e revolucionário do desenvolvimento sustentável, devendo contar com m instrumento político de mediação na compatibilização dos processos complexos que envolvem o crescimento material, as condições da vida social e a natureza. Isto significa, no momento atual, atentar sobretudo para as relações entre o econômico e o ambiente natural, que tem sido historicamente objeto de ações devastadoras em nosso Estado, e para as relações entre a reestruturação produtiva dos segmentos econômicos e seus efeitos sobre o trabalho, a renda e a integração social e regional, que vivem crise profunda na sociedade contemporânea e no Brasil em particular.

Assim, a construção de uma política de desenvolvimento sustentável implica em inovações que contemplem as inúmeras potencialidades do Estado, a serem desenvolvidas com a incorporação decidida da inovação técnica e da pesquisa científica, mas de forma a preservar o ambiente não-degradado ou recuperar o degradado, em benefício da vida humana e social e não de sua deterioração.

### **4.2.1. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais**

A estreita relação existente entre equidade social, formação do mercado interno e construção de forte estrutura promotora de conhecimento e novas tecnologia conduz à

necessidade de integrar a proposta de expansão científica e tecnológica às demais iniciativas do Governo, em especial as que se referem à geração de emprego e renda, à busca de soluções dos problemas sociais, à melhoria da qualidade de vida e à implementação simultânea de investimentos ambientalmente corretos.

Igualmente importante na expansão científica e tecnológica é sua integração às ações ligadas à educação e à qualificação dos recursos humanos, de forma a capacitá-los ao manejo eficiente das tecnologia modernas. Acrescente-se a isso o envolvimento amplo e consciente de empresários e consumidores com as exigências de qualidade e de conformidade dos produtos às normas de saúde, meio ambiente e segurança, e à padronização técnica envolvida.

Para o desenvolvimento de sua política científica e tecnológica, Minas Gerais conta com uma importante infra-estrutura em C&T. São 12 universidades federais, 2 estaduais, centros de pesquisa estaduais, federais e privados, escolas profissionalizantes, incubadoras de base tecnológica e uma agência de financiamento apoiada pelo Governo do Estado.

Ainda deve ser ressaltada a importância vital dos organismos de fomento na manutenção de todo o Sistema de C&T do Estado. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, especialmente, tem sido responsável por grandes avanços em C&T no território mineiro, além de ser o esteio da manutenção das instituições estaduais de pesquisa, em uma época em que o Estado há muito não investe, de forma direta, nessa área. De acordo com o preceituado constitucionalmente, a FAPEMIG deveria receber 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado em 12 parcelas mensais.

Entretanto, desde a sua criação, essa Fundação não tem recebido os repasses de forma integral e com regularidade, no valor e no tempo. Em consequência, o Estado não tem conseguido executar uma política de C&T que atenda às necessidades de desenvolvimento socio-econômico de Minas Gerais.

Estima-se que cerca de 1.700 profissionais estão envolvidos de forma direta com a atividade de Ciência e Tecnologia em Minas Gerais. Entretanto, dados da situação atual do corpo técnico e de pesquisadores da área pública estadual revelam que 32%<sup>11</sup> dos gastos com pessoal na área destinam-se ao pagamento de inativos, evidenciando a falta de uma política sistemática, clara e consistente de reposição dos quadros funcionais.

Considerando que o capital intelectual é o principal patrimônio das instituições de pesquisa, esses números indicam a descapitalização do setor, fato que se torna grave ao se levar em conta que a formação de um pesquisador ou tecnólogo exige de quatro a cinco anos de intensivo treinamento, desconsiderando-se o tempo de formação acadêmica.

A essas lacunas soma-se a histórica falta de definição de áreas e setores prioritários que aproveitem ao máximo a infra-estrutura instalada, de modo a evitar a dispersão, também, entre os temas de pesquisa tratados. Isto dificulta o estabelecimento de programas efetivos de ações de desenvolvimento científico e tecnológico e agrava todas as demais lacunas e deficiências presentes neste segmento estratégico do desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.

---

<sup>11</sup> Fonte: SIAF - levantamento das entidades, excluído o IPEM que se mantém com recursos do INMETRO, sendo: CETEC 54, SECT 40%, FAPEMIG 16%, IGA 45%, UEMG 32%, UNIMONTES 8%.

É igualmente grave a falta de programas de investimentos nos centros de pesquisa, especialmente no que se refere à recomposição do quadro de pesquisadores, e à falta de integração, coordenação, articulação e mobilização dos órgãos públicos estaduais e entre as instituições de pesquisa e o setor produtivo.

Faltam programas de incentivo que sensibilizem o empresariado mineiro para um processo de modernização tecnológica e que levem-no a aproximar-se das instituições de pesquisa. Também inexitem ações para melhorar o processo de qualificação e certificação de produtos, principalmente nas pequenas e médias empresas, decorrentes do desconhecimento das demandas tecnológicas e de pesquisa e desenvolvimento da sociedade mineira.

No atual Governo, a regularidade nos repasses de recursos deverá ser instrumento importante na implantação de uma política em C&T que dê prioridade aos programas e projetos de incentivo aos setores da economia capazes de alavancar um desenvolvimento sustentável e de elevar ao máximo as vocações naturais de cada região, pelo aproveitamento racional de seu potencial produtivo e pelo despertar de novas vocações.

Tendo em conta as lacunas existentes na área de C&T, a implantação de uma política efetiva de desenvolvimento científico e tecnológico deve ter como objetivos e diretrizes estratégicos:

- a) Definir suas prioridades, tendo em vista desenvolver altas e novas tecnologia e adequar as tecnologia importadas à realidade do Estado, para potencializar as cadeias produtivas, ampliar sua abrangência e criar novos nichos de mercado, com ênfase para as micro e pequena empresas dos setores agropecuário e industrial.
- b) Executar, na área pública, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica sintonizados com as propostas políticas do Estado para o meio ambiente, recursos hídricos, educação, cultura, agricultura, saúde e qualidade de vida. O fórum legítimo para aprovação e definição de prioridades, programas e projetos para o setor é o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONECIT.
- c) Identificar, a nível regional, agropecuário e industrial, as demandas tecnológicas indutoras do desenvolvimento que apoiem o desenvolvimento e a modernização dos municípios e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento -P&D- nas empresas, articulando as entidades sociais e empresariais representativas.
- d) Consolidar e fortalecer a infra-estrutura de C&T estadual como forma de atração de investimentos externos, criando mecanismos de sustentabilidade financeira para a manutenção dos programas de C&T, a ampliação e aperfeiçoamento da formação de pesquisadores, a promoção de uma estrutura avançada de recursos informáticos e redes eletrônicas de comunicação de dados, a produção de P&D em redes temáticas informatizadas e a integração cooperativa entre pesquisadores, Sistema Estadual de C&T e setores produtivos.
- e) Executar programas de informação e sensibilização científica e tecnológica, objetivando estimular a introdução de novas tecnologia, a qualificação das empresas, a certificação de produtos, a geração e registro de patentes, a elaboração de normas técnicas, o atendimento das demandas de P&D das empresas, a formação de micro e

pequenas empresas de base tecnológica e o desenvolvimento mais equilibrado da economia e da sociedade como um todo.

Tomando por base tais objetivos do setor, propõe-se privilegiar e selecionar programas e projetos que surjam do consenso e da integração entre a comunidade científica e tecnológica, o poder público e os agentes econômicos, multiplicadores ou transformadores dos resultados da pesquisa em produtos, processos e serviços diretamente utilizáveis pela sociedade. Dentre tais programas cabe destacar:

- a) Gemas e jóias ;
- b) Bioprospecção Farmacêutica;
- c) Uso Múltiplo da Madeira de Florestas Renováveis;
- d) Biblioteca Virtual;
- e) Tecnologia Mineral;
- f) Normalização, Certificação e Qualificação Industrial; Metrologia;
- g) Transferência de Tecnologia (Tecnópoles, Pólos, Parques e Incubadoras Tecnológicas; Editais de Parceria; Programa Estadual de Extensão Tecnológica);
- h) Pró-Ciência;
- i) Programa Tecnológico de Gestão de Resíduos;
- j) Programa de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos;

#### 4.2.2. A dimensão ambiental

As políticas públicas visando a manutenção e/ou melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais, devem conter três grandes vertentes, visando garantir o equilíbrio e a sustentabilidade de nosso desenvolvimento:

- a) ações em saneamento básico, prioritariamente no tratamento e destino final adequado para o esgoto e lixo;
- b) ações que evitem a crescente degradação do solo, especialmente através do manejo adequado e do controle do desmatamento generalizado;
- c) um conjunto de ações que possibilitem a diminuição da poluição atmosférica nos centros urbanos.

Estas vertentes estão intimamente ligadas à quantidade e qualidade da disponibilidade hídrica estadual, sabendo-se ainda da importância e do caráter estratégico de Minas Gerais na produção de grande parte dos recursos hídricos do sudeste/nordeste brasileiros.

A qualidade do meio ambiente físico resulta da forma de ocupação humana em um espaço territorial, através do processo de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, sendo que a quantidade e as características das águas constituem o principal indicador das atividades e desequilíbrios regionais, nos limites de sua bacia hidrográfica.

Em Minas Gerais a qualidade dos recursos hídricos adquire maior expressão face ao número de reservatórios, lagos e lagoas existentes no Estado, para os quais convergem

diversos cursos d'água, havendo portanto uma concentração dessas características, acelerando uma possível degradação desses recursos.

A análise das condições de saúde prevaletentes no Estado ajuda a compreender a evolução da qualidade dos recursos hídricos e suas repercussões sociais. Apenas como exemplo, mesmo com a diminuição das doenças infecciosas e parasitárias de veiculação hídrica nas últimas décadas, certamente devido à melhoria no abastecimento de água, outros aspectos do saneamento, especialmente a inexistência de ações amplas para o destino final de esgoto e lixo, são responsáveis pela ampliação da incidência de doenças tais como dengue, leptospirose, febre amarela e outras, ameaçadoras à saúde pública. Por outro lado, nas últimas décadas ocorreu também um aumento substancial da incidência de doenças ligadas ao aparelho respiratório, certamente decorrentes, dentre outros fatores, da qualidade do ar nos centros urbanos.

Para o êxito da execução e implementação da política ambiental em Minas Gerais é relevante o mecanismo existente de incentivo fiscal, através do ICMS ecológico. Apesar de constituir um avanço do ponto de vista ambiental, torna-se necessário aperfeiçoar este mecanismo bem como ampliar uma área de cobertura, como por exemplo os investimentos realizados para a proteção de mananciais.

Outro instrumento imprescindível ao êxito da política ambiental diz respeito ao monitoramento da qualidade ambiental, através de indicadores de quantidade e qualidade das águas, de poluição atmosférica, bem como da variação dos percentuais de cobertura vegetal. Estes indicadores devem ser produzidos regionalmente e com periodicidade que permita o acompanhamento dos resultados da política ambiental.

Indicadores recentes sobre a qualidade das águas superficiais do Estado revelam contaminação por tóxicos na maioria dos cursos d'água amostrados, e levam à constatação da importância do efeito da poluição difusa na degradação das águas do Estado.

Estas questões alocam como essencial a integração das políticas públicas, visando a sustentabilidade do desenvolvimento global do Estado, com ênfase naquelas referentes ao manejo dos solos agrícolas e das águas, bem como de ocupação dos solos urbanos.

Todavia, em função do grande desequilíbrio existente em diversos aspectos do ciclo biológico, agravado pelas altas taxas de sólidos em suspensão, é necessário desenvolver também um sistema de alerta para evitar que as inundações, além dos danos à natureza, causem vítimas humanas.

A atuação preventiva na área ambiental evita situações onde soluções técnicas são mais complexas, os recursos financeiros mais volumosos e o resultado final menos eficiente, conforme podemos constatar em algumas situações críticas existentes hoje no Estado, a exemplo da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, antes cartão postal do município e manancial de abastecimento público, hoje um problema sanitário de complexa, difícil e onerosa solução, diante da ocupação de sua bacia hidrográfica, que inclui áreas do município de Contagem. Em diferentes escalas de degradação, este é o destino de todos os reservatórios e lagos existentes no território mineiro, diante da urbanização e implantação de atividades econômicas e sociais em sua área de drenagem. O reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas, em alguns trechos, já apresenta índices de degradação que prejudicam o desenvolvimento de atividades econômicas, cuja atração principal é a existência do espelho d'água.

As cidades banhadas pelo Rio Doce necessitam de trabalhos de alerta no período das chuvas para evitar tragédias devido ao desmatamento, assoreamento do leito e ocupação indevida de áreas de risco.

No Noroeste e Norte de Minas são de conhecimento público os conflitos entre as necessidades hídricas para irrigação e abastecimento público, fato que, analisado diante da capacidade de suporte dos recursos naturais, poderia evitar prejuízos econômicos e sociais hoje inevitáveis. Fatores como mecanização e utilização de insumos (desmatamento, fertilizantes, agrotóxicos), utilizados de forma desordenada, imprimem velocidade ao modelo de ocupação de atividades produtivas, comprometem a sustentabilidade do próprio processo, como já pode ser identificado em algumas regiões do Cerrado Mineiro.

É preocupante a evolução da situação no Vale do Jequitinhonha e sua cultura. Até mesmo a atividade de artesanato em argila vem sendo comprometida pela dificuldade na obtenção do barro com coesão adequada para confecção das peças, diante do assoreamento com características mais arenosas do solo carreado.

Todas essas situações críticas certamente poderiam ser evitadas com a integração das políticas públicas através do processo de planejamento, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico, políticas estas analisadas sob critérios de otimização e sustentabilidade dos recursos naturais disponíveis em cada região.

#### **Diretrizes:**

- Adoção dos seguintes princípios que deverão nortear a política ambiental no Estado: não permitir a poluição e a degradação ambiental; proteger o patrimônio natural e cultural para as gerações futuras e fazer parte de um projeto político justo, que não exclua dos benefícios do progresso nenhuma parcela da população.
- Promoção de parceria permanente com a sociedade através do incentivo à participação das suas organizações ambientais, bem como com os Conselhos Estadual e Municipais de Meio Ambiente, que deverão ser estimulados, apoiados, respaldados em suas decisões.
- Proteção e recuperação ambiental das bacias hidrográficas, através da implantação dos Comitês de Bacia, com participação popular e das agências executoras, definindo as prioridades para a aplicação de recursos a serem arrecadados dos usuários. É urgente a despoluição dos rios.
- Promoção do uso de tecnologia limpas e ambientalmente adequadas, através de mecanismos de penalização e também de incentivos econômicos em atividades industriais, agropecuárias ou de serviços, como por exemplo o estímulo ao turismo ecológico.
- Implantação de um sistema de informações de acesso público que tenha a medida da qualidade ambiental, o que possibilitará à sociedade cobrar dos órgãos responsáveis ações de defesa da saúde pública e do ambiente, bem como auxiliar as ações de monitorização e fiscalização.
- Normatização e padronização dos "balcões virtuais de atendimento" que viabilizarão, de forma integrada, a solicitação de serviços a todos os órgãos do sistema, bem como o acompanhamento dos processos, a formulação de sugestões e denúncias, dotando cada

escritório regional do IEF e os CODEMA de um kit tecnológico de atendimento ao público.

- Intensificação da recuperação dos diversos ecossistemas florestais e construção de políticas públicas que disciplinem o uso comercial e múltiplo da madeira.
- Utilização de instrumentos econômicos com base nos princípios ambientais, aprimorando a aplicação de normas e leis que definam responsabilidades ao usuário pagador

#### 4.2.3. A promoção do trabalho e da renda\*

A crise do trabalho e a expansão do desemprego estrutural, causadas pela reestruturação produtiva e pelos novos padrões de acumulação capitalista nas duas últimas décadas, tornaram-se uma das questões-chave da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico. Seu impacto sobre a vida das sociedades, em particular sobre as possibilidades de integração social é enorme, refletindo o predomínio de uma lógica de acumulação de riquezas indiferente à imensa fratura social que vai se formando entre os incluídos no mundo do trabalho e os que tem a exclusão ou precarização do emprego como destino.

No Brasil, o problema do emprego vem se agravando desde o início dos anos 80, com piora acentuada na década de 90. O quadro mais recente resulta das políticas macroeconômicas que propõem a estabilização da economia com a desregulamentação dos mercados, provocam o sucateamento de setores inteiros da indústria e agricultura nacionais, a dependência de capitais especulativos e a vulnerabilidade externa do país. Vivemos hoje a elevação acelerada do desemprego em função do aprofundamento da recessão econômica, da diminuição dos salários e perda de direitos, em consequência da desregulamentação das relações de trabalho, e do fechamento de pequenas e médias empresas, que são os segmentos responsáveis pela maior absorção da força de trabalho.

Além das medidas de reestruturação produtiva e de "flexibilização" dos direitos trabalhistas que vêm sendo aplicadas em benefício da lucratividade das empresas, o impacto das elevadas taxas de juros inibe a expansão dos investimentos produtivos e pressiona os diferentes setores da economia no curto prazo. Tudo isto combina-se aos efeitos do ajuste fiscal, imposto pelos acordos com o FMI desde o final de 1998, que promovem a transferência de gigantescas somas de riqueza pública aos credores financeiros internos e internacionais e garantem os interesses do capital especulativo, impedindo a construção de políticas mais igualitárias e medidas de ativação da economia nacional. Além disso, definem o corte dos gastos sociais do Governo Federal, ampliando o déficit de políticas em atendimento à exclusão, exigem a demissão de servidores e impedem o investimento público em setores-chave para a expansão da economia nacional.

Essa exclusão social "nova" vem somar-se àquela pré-existente no Brasil, que resultava do arcaísmo de uma estrutura de profundas desigualdades de renda, da não realização da

---

\* A SEPLAN integrou a Comissão de Representação do Seminário do Legislativo realizado de 27 a 30 de setembro deste ano - O Desemprego e o Direito ao Trabalho, tendo participado de todo o processo de preparação e interiorização das discussões. As recomendações contidas no relatório final do seminário foram consideradas na formulação deste capítulo e integram o volume - Subsídios do PMDI.

reforma agrária, da marginalização de parte da população seja na estrutura produtiva, seja nos direitos sociais. Dessa forma, a questão da inserção social pelo trabalho, que sempre foi da maior gravidade no país, tornou-se ainda mais difícil e distorcida na última década, em razão do modelo econômico adotado.

Em Minas Gerais, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da geração de emprego e renda para suas populações, temos hoje situações polares: áreas industrializadas, como a Zona Metalúrgica, o Vale do Aço e parte do Triângulo Mineiro, que junto com as indústrias do Sul do Estado sofrem fortemente o impacto do desemprego decorrente da reestruturação e da recessão em curso. Por outro lado, regiões que viveram surtos de industrialização recente, voltados para o consumo popular interno de calçados e vestuário, em municípios do Campo das Vertentes, foram estranguladas pela concorrência das importações asiáticas. O Estado conta ainda com áreas de decadência industrial e pequena agricultura, como a Zona da Mata Mineira, e regiões onde viceja a cafeicultura e a grande agricultura de exportação, no Triângulo, parte do Noroeste e Sul do Estado. Ao lado disso, encontram-se áreas que há décadas expulsam sua população em busca de trabalho, permanente ou temporário, no Norte, nos vales do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce.

Pelas pesquisas disponíveis e mais recentes sobre o impacto desses diferentes processos em Minas, verifica-se que apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte os desempregados somaram em julho de 1999 um contingente de 366 mil pessoas, ou 18,9% da População Economicamente Ativa<sup>12</sup> Os dados levantados desde julho de 1996 refletem o crescimento persistente da taxa de desemprego na região, com uma ligeira queda em junho de 1999, em particular por vagas criadas no setor de serviços (28.000 postos de trabalho) e na indústria (4.000 vagas), simultânea à queda nas contratações no comércio, construção civil, serviços domésticos e agropecuária

Esses levantamentos revelam ainda que, na RMBH, o rendimento médio dos ocupados (R\$564,75) e dos assalariados (R\$ 585,40), comparado ao ano anterior, vem caindo, sendo maior a queda entre os assalariados sem carteira de trabalho, que alcançou R\$ 329,33. No total, entre julho de 1998 e julho de 1999, as pessoas que tinham alguma ocupação perderam 7,5% de sua renda, ao mesmo tempo em que estudos realizados nacionalmente demonstram que o índice de produtividade do trabalho no Brasil avançou do índice 100 para 192,4 apenas no período de janeiro a maio de 1999, conforme a Confederação Nacional da Indústria<sup>13</sup>

Esses diferentes aspectos revelam a amplitude do drama do desemprego num Estado como o nosso, da mesma forma que demonstram a diversidade de meios possíveis para enfrentá-lo, que vão desde a ativação dos setores que são tradicionalmente os maiores empregadores de mão-de-obra, pela intervenção planejada no campo e na cidade, até a importância de medidas econômicas que impulsionem o imenso mercado interno representado pela dimensão da população e território mineiros. Tudo isso revela a necessidade de uma intervenção pública que, se é limitada pela política econômica contrária no plano federal, exige que o governo estadual, ao priorizar a inserção social e a democratização da

---

<sup>12</sup> Pesquisa mensal de emprego e desemprego realizada pela Fundação João Pinheiro, DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos) e SETASCAD (Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social, da Criança e do Adolescente).

<sup>13</sup> Jornal Estado de Minas 13/09/99

sociedade, constitua uma ação voltada para o trabalho e a renda que vá além do que se encontra rotineiramente estabelecido no Estado.

Nesse sentido, a política para o trabalho e a renda, em particular numa estratégia de desenvolvimento sustentável, não deve ser obra apenas dos esforços localizados de uma Secretaria de governo, mas refletir um tratamento sistêmico e coordenado da questão. O trabalho, como elemento fundador de nossa sociedade e vinculado aos direitos da cidadania, é objeto da ação de todas as áreas de governo, desde as referentes às finanças públicas e à administração, passando por aquelas que planejam a dinamização econômica do Estado, bem como aquelas referentes às políticas sociais e à reprodução das condições da vida humana. Toda a política destinada à promoção do trabalho deve, assim, ser pensada no sentido de articular diferentes dimensões de governo, ultrapassando seu conteúdo setorial.

Também é preciso destacar que o momento atual pede a combinação de políticas de emprego de natureza e alcance diferentes:

- políticas ativas de emprego, que promovam a elevação da quantidade de postos de trabalho, principalmente medidas que atuem sobre os fatores determinantes da demanda de mão-de-obra, como a expansão das atividades econômicas que usam mais intensivamente o trabalho. São elas: redução da carga fiscal no que interessa ao Estado, elevação do crédito, aumento do gasto público em certos setores, direcionamento do orçamento público para maior ocupação, subvenção no custo do trabalho e da produção, ampliação dos programas sociais, complementação e melhor distribuição renda, redução da jornada, redistribuição da propriedade fundiária, abertura de cooperativas de trabalho, estímulo à exportação e contenção das importações, aumento do emprego público (gastos sociais), frentes de trabalho urbano e rural, pré-aposentadorias e ações para segmentos específicos de mercado de trabalho (deficientes, jovens e mulheres), entre outras.

- políticas compensatórias de emprego, que objetivem impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem emprego. Medidas: preparação da mão de obra para os requisitos profissionais, intermediação da mão-de-obra, garantia de renda básica de sobrevivência, ampliação da idade mínima para o jovem ingressar no mercado de trabalho (por ex., a interdição efetiva e proteção do trabalho infantil e adolescente), diminuição dos limites de aposentadoria, restrição à mobilidade ocupacional regional, entre outras.

Como se pode ver, tais medidas, além de sua amplitude, revelam a necessidade de ação coordenada e sistêmica do governo e, em particular, sua pactuação com a sociedade, envolvendo os setores organizados e participação na formulação de soluções e acompanhamento das ações. Além disso, levando em conta a diversidade de situações do Estado, exigem um tratamento por regiões, combinado à participação da sociedade e regionalização do desenvolvimento para o trabalho, em ações de emergência, a curto prazo, bem como em ações de cunho estrutural, que alterem a face da economia e da sociedade estadual.

Outro aspecto decisivo é que a área institucional responsável pelo tratamento da questão do emprego no Estado, a Secretaria do Trabalho, da Ação Social, da Criança e do Adolescente, vem sendo, há sucessivos governos, objeto de uma ação de desmonte particularmente pernicioso, considerando-se os instrumentos e a qualidade do corpo técnico de que já dispôs

em outras épocas. Hoje, a SETASCAD desenvolve um conjunto de ações voltadas para o trabalho e a renda utilizando os mecanismos disponíveis no plano federal, estadual e municipal descritos a seguir, mas enfrentando enormes dificuldades políticas e institucionais.

A primeira delas refere-se ao fato de que, assim como o planejamento estadual e os poderes municipais, nenhum setor público dispõe de dados precisos e qualificados sobre a evolução do emprego e da renda no conjunto do Estado, sendo urgente a criação de mecanismos de pesquisa e levantamento sistemático da questão, de forma a subsidiar políticas regionais e locais, em articulação com as prefeituras. Isto significa não apenas articulação entre os setores de estatística e informação nos diferentes níveis de governo, mas cooperação decidida com universidades, centros de pesquisa, ONGs, organismos sindicais e movimentos sociais votados para o tema.

Em segundo lugar, trata-se de preparar e apoiar o corpo técnico da área em termos de formação e valorização profissional, garantindo espaço para seu crescimento e efetivo reconhecimento, num contexto em que se trabalha a questão mais importante para a sociedade no momento.

Na sua forma de ação atual, a SETASCAD implementa um conjunto de políticas e programas que devem ser reavaliados em benefício de sua melhor articulação e aproveitamento dos recursos públicos, em busca da eficácia no tratamento do emprego e da renda. São elas:

- a formulação dos programas de apoio ao trabalhador, cujo instrumento básico de elaboração e execução são as Comissões Municipais de Emprego, que são tripartites e paritárias, com o objetivo de assegurar a participação da sociedade na gestão do sistema público de emprego, identificando demandas locais, propondo ações e acompanhando o uso dos recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - no município. As CMEs se remetem à política estadual traçada na Comissão Estadual de Emprego de Minas Gerais.

- O SINE - Sistema Estadual de Informação e Emprego - é seu principal agente operacional, e seus serviços visam a execução de programas para proteger o trabalhador e melhorar suas condições de acesso, permanência ou retorno ao mercado de trabalho. Esses serviços são: intermediação de mão-de-obra, encaminhamento à qualificação profissional, expedição da carteira de trabalho, benefício do seguro-desemprego, incentivo à geração de emprego e renda e disponibilização de informações sobre mercado de trabalho e direitos e deveres de quem trabalha. O SINE é também o principal agente de encaminhamento do trabalhador para a reciclagem em programas que visem melhorar a qualidade da mão-de-obra oferecida às empresas e programas de qualificação. Pela rede de postos já constituída, pelas dificuldades da intermediação da mão-de-obra em países como o nosso, o órgão mereceria uma reorganização decidida e expansão de seu corpo de funcionários, formulando-se nova política de ação, articulada aos demais programas e segmentos de governo.

No que se refere às ações de qualificação da força de trabalho, a SETASCAD atua fortemente através do PLANFOR- o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, que pretende oferecer educação profissional permanente, de modo a qualificar e requalificar a cada ano um percentual expressivo da PEA com vistas à obtenção de trabalho, permanência no emprego e elevação da produtividade, com recursos do FAT. As políticas de

qualificação do trabalhador, que se expandiram no mundo em consequência da adoção do conceito de "empregabilidade", caro aos ideólogos neoliberais do Primeiro Mundo e estendido aos do Terceiro, transferiam ao trabalhador o ônus da criação do próprio emprego e a ilusão de que a educação profissional, por si só, produziria os postos de trabalho e a inserção social buscada. Na prática, seu principal objetivo era promover a elevação da qualificação do trabalho em função das necessidades novas geradas pela reestruturação produtiva em plano mundial. Além disso, a abundância de recursos disponíveis, resultantes da contribuição proveniente do próprio trabalhador, gerou enormes distorções na demanda e uso destes recursos, que precisam ser revistos e reorientados com critério.

O PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda, que se divide em Urbano e Rural, objetiva o desenvolvimento de ações que incentivem a geração e expansão do emprego e da renda, através do apoio ao pequeno empreendedor, individual ou associado, formalizado ou não. Seus objetivos específicos são: permitir o acesso ao crédito; a capacitação gerencial e tecnológica; promover assessoria técnica visando o acompanhamento e desenvolvimento do empreendimento a partir do crédito, utilizando recursos do FAT. Seus beneficiários são os pequenos empreendedores do setor informal, pequenas e micro empresas, associações e cooperativas de produção, micro e pequenos produtores rurais.

O PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –tem como finalidade conceder apoio financeiro às atividades agropecuárias, mediante o emprego direto das famílias de produtores, em associação às ações de apoio na área da agricultura voltadas para a verticalização e descentralização da produção e melhoria da infra-estrutura de suporte à expansão do desenvolvimento dos pequenos produtores na área rural. Seus recursos provêm do FAT, e são em sua maioria, resultantes das contribuições ao PIS E PASEP.

O GERACOOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas - pretende dinamizar as cooperativas existentes, dar oportunidade de implantação e favorecer a aproximação entre universidades e escolas profissionalizantes do Estado com as comunidades. Ele atua também desenvolvendo a preparação de formadores profissionais, gestores e avaliadores em cooperativismo e desenvolvendo e avaliando metodologias para as populações alvo dos programas em cooperativismo, trabalho e renda.

Portanto, a dimensão específica do trabalho encontra-se contemplada por uma série de mecanismos e fundos de financiamento que permitem uma ação eficaz da administração pública, em associação com a sociedade, e também regionalizada. Falta, de fato, o traçado de uma política articulada e clara que priorize o trabalho como dimensão central nas ações de governo, que garanta a legitimidade dos segmentos que dela se ocupam e comande a redefinição do que vem sendo feito, em benefício de políticas efetivas nesta direção. Nesse sentido, podem ser tomadas as seguintes diretrizes, objetivos institucionais e orientação das políticas públicas do governo mineiro para o trabalho e a renda:

- Garantir ampla participação da sociedade na formulação das políticas a serem implementadas, bem como na sua execução e monitoramento.
- Regionalizar as políticas propostas, de forma a incorporar a diversidade de problemas e potencialidades que caracterizam o Estado de Minas Gerais e a promover a

aproximação entre governo e as organizações e instâncias locais de articulação da sociedade.

- Orientar as ações referentes ao trabalho em direção aos setores dinâmicos e atividades que mais rapidamente e com menores custos possam contribuir para a promoção do crescimento econômico e dinamização dos espaços regionais e locais. Nesse caso se incluem a micro, pequena e média produção, o setor agrícola, a agroindústria familiar, as medidas de viabilização da reforma agrária no plano estadual, os programas de crédito popular, as formas de assessoramento e qualificação dos produtores envolvidos, as ações na área de turismo, as obras públicas de infra-estrutura, defesa ambiental e de resposta a necessidades sociais (habitação popular, saneamento, construção e reparação de escolas, defesa do patrimônio, etc.)
- Tendo em vista as dificuldades financeiras do Estado, o financiamento dos programas deve apoiar-se, prioritariamente, no aporte de recursos já existentes, buscando-se o uso mais eficiente e racional das linhas conhecidas, com instituições da sociedade civil, ONGs e organismos internacionais.

Assim, são objetivos institucionais da SETASCAD:

- Estabelecer programas e políticas comuns com os demais segmentos de governo e das prefeituras, no que se refere à geração de postos de trabalho e à renda.
- Apoiar entidades de classe no que concerne à orientação de direitos de cidadania.
- Apoiar e estimular micro e pequenos empreendedores (associações, cooperativas e empresas).
- Potencializar iniciativas das comunidades na busca de soluções criativas para as condições locais (infra-estrutura social).
- Desenvolver política de qualificação profissional.
- Implementar ou ampliar ações que proporcionem maiores perspectivas ao trabalhador no mercado de trabalho.
- Criar bases de uma visão do trabalho como direito de cidadania.
- Desenvolver efetivo apoio ao trabalhador autônomo (artesão, produtor, empreendedor rural/urbano).

#### **4.3. A dimensão social do desenvolvimento e as políticas pertinentes**

O governo mineiro entende como objetivo central do desenvolvimento a elevação da qualidade de vida da população do Estado e a busca da equidade social. Isto equívale a dizer que a sustentabilidade social é o critério básico na avaliação de todo processo de crescimento material, orientando outra visão do que deva ser a boa sociedade, que não a concepção prevalecente hoje.

Essa visão pretende também que a democracia não se constitua apenas em seus aspectos político-institucionais, mas também em construção ética na qual predomine a justiça social e a existência de cidadãos, dotados de direitos garantidos pelo Estado.

A garantia da integração política dos setores populares na vida social, através de variadas formas de participação, é um dos fundamentos de construção. Neste contexto é decisivo o incremento das funções sociais do Estado, por meio de políticas públicas orientadas para corrigir desigualdades mediante instrumentos redistributivos, com o objetivo de converter a sociedade mineira numa sociedade melhor, mais humana e mais justa.

A efetivação dos chamados “direitos sociais” do cidadão significa a possibilidade de que os membros da sociedade participem da riqueza coletiva através de meios que ultrapassem os limites impostos pelo mercado, a renda que auferem e o trabalho de que dispõem. Esses direitos abrangem o acesso universal à educação, à cultura, à saúde, à moradia em condições dignas, ao trabalho e ao salário justo, à assistência social quando necessitado e à segurança pública. Sua vigência depende sempre da existência de um eficiente mecanismo administrativo do Poder Executivo, de forma a garantir a todos um mínimo de bem-estar, sendo sua idéia central a promoção da justiça social.

No entanto, o caminho que conduz à consolidação dessas dimensões da democracia em nosso país apresenta hoje condições muito adversas, originadas por uma crise econômica de ordem estrutural, que dificulta o enfrentamento dos seculares problemas derivados do atraso e do subdesenvolvimento, somados aos problemas que se originaram da alarmante deterioração dos níveis de saúde, educação e alimentação das classes e camadas populares nos anos mais recentes. Nossa agenda de reformas sociais, no plano nacional e nos estados brasileiros, coloca questões tais como a erradicação da pobreza extrema, a favelização das grandes cidades, a reforma agrária, a alfabetização, a mortalidade infantil e a conquista de um adequado nível nutricional, ao lado de desafios que derivam das transformações do capitalismo contemporâneo.

Essa agenda de reformas sociais demanda a geração de excedentes expressivos, sobre os quais se apoie um projeto de mudanças e políticas sociais capaz de alterar significativamente a face da sociedade. Portanto, o alcance da política social a ser implementada pelo governo mineiro depende diretamente da decisão de priorizar o bem estar de seu povo, contrariando interesses hegemônicos, e também de transformações maiores no modelo de desenvolvimento nacional, de forma a expandir os índices de crescimento e gerar os recursos necessários às reorientações que o Estado almeja.

Além disso, as políticas sociais em direção à equidade devem ser garantidas, em contexto de interesses conflitantes, pela própria expansão social da democracia e pelo potencial de protagonismo social que as classes, grupos e instituições da sociedade civil possam desempenhar no Estado. A tradição brasileira tem sido muito assentada nas ações assistencialistas e nas relações clientelísticas, em que os segmentos destituídos são usados como objetivo da ação governamental e do interesse de grupos e oligarquias.

O que se requer para a construção de uma política social nova é uma expansão da participação social que leve adiante as mudanças que o Estado deve institucionalizar e legalizar e que, simultaneamente, controle as deformações burocráticas desse Estado. Daí a importância de “desprivatizar” o Estado, colocando-o cada vez mais sob o controle da sociedade civil, em especial no que se refere às políticas sociais. É necessário reconvertê-lo à esfera do público, garantindo a transparência de seus atos e o caráter democrático de seus procedimentos.

A intervenção social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social quanto ao combate à miséria. No primeiro caso, trata-se de buscar a equidade garantindo e promovendo os direitos sociais da cidadania. No segundo caso, essa intervenção visa corrigir desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais. Trata-se de produzir políticas de caráter redistributivo que envolvam a transferência de benefícios ou recursos de um grupo para outro, de um programa para outro, de uma área para outra. Significa eleger prioridades e redirecionar recursos, o que certamente gera conflitos e tensões decorrentes de concepções e interesses contrariados.

Por outro lado, a política social envolve necessariamente intervenções independentes do mercado, não submetidas a mecanismos de preços ou avaliadas, na sua eficácia, segundo critérios mercantis. Se assim for, privatiza-se, e seu foco desloca-se daquilo que é sua essência: ser de interesse social. A política social, como ação pública, corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores que não obedecem à lógica do mercado e têm como meta a universalização. As forças sociais e os governos democráticos não podem aspirar a “democratizar o mercado”, reino privilegiado dos interesses privados onde não cabem os argumentos da justiça distributiva. A lógica solidária da justiça social e da reforma é incompatível com este tipo de interesse pois deriva da gestão política da riqueza social e do interesse público.

As políticas voltadas para a redução da pobreza e para a equidade têm por objetivo reorientar o próprio padrão de desenvolvimento, modificar o padrão de produção e consumo e alterar a estrutura de oportunidades na sociedade, de modo a assegurar recursos de acesso e mobilidade aos segmentos destituídos.

Por isso, requerem também uma nova política econômica, que permita elevar o patamar de renda da população e redirecionar o acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis. Assim, uma política social consistente exige políticas industriais, agrícolas e de abastecimento orientadas pelos mesmos objetivos, combinadas a ações em dimensões não-econômicas que constituam uma nova estratégia de desenvolvimento, no curto, médio e longo prazos. Considerando-se as especificidades mineiras significa, ainda, alternativas e prioridades adequadas às profundas diferenças regionais que caracterizam o Estado, no que se refere ao seu quadro social. Portanto, além de ser participativa, a dimensão social do desenvolvimento sustentável mineiro tem, necessariamente, de estar assentada na diversidade das demandas regionais. Em vista disso, os diferentes segmentos da administração estadual devem reorientar a formulação de suas políticas, visando incorporar a diversidade regional como aspecto constitutivo de sua ação, desde sua elaboração inicial até o acompanhamento e avaliação de sua execução.

A definição das políticas públicas na área social no Estado deve ser apoiada no domínio da realidade conhecida, da qual é possível reunir alguns aspectos importantes.

#### 4.3.1. Educação

Minas tem hoje a maioria de seus 5 milhões de alunos matriculados na rede pública estadual (perto de 3 milhões de estudantes), sendo necessário reavaliar os problemas decorrentes das municipalizações ocorridas entre 1992 e 1998, em vista dos problemas gerados.

Enquanto na educação infantil o Estado reduziu drasticamente sua participação, o ensino fundamental encontra-se quase universalizado, tendo atingido 98,04% dos alunos matriculados<sup>2</sup>. Entretanto, existem ainda cerca de 400.000 crianças fora da escola. Já o ensino médio, sob pressão do mercado de trabalho, enfrenta uma forte expansão da demanda, mas encontra-se bem distante da universalização, atendendo menos da metade da população escolar na faixa de 15 a 19 anos.

A evasão e a repetência continuam como grandes desafios educacionais, e os programas de correção do fluxo escolar, no ensino fundamental e médio, destinados à alunos em defasagem no que se refere a idade/série não tiveram ainda sua eficácia testada.

É preciso formar e capacitar os recursos humanos visando a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais do magistério. Da mesma forma, a questão do financiamento da educação coloca-se como crucial no momento, exigindo ações articuladas aos movimentos nacionais nessa direção, pela reformulação do FUNDEF e pela preservação do salário-educação.

#### **Diretrizes:**

- Desenvolver planos e programas com o objetivo de garantir educação de qualidade para todos os mineiros.
- Definir o aluno como centro das atenções educacionais e fortalecer o compromisso da política estadual de educação com a obtenção do sucesso do aluno no processo de ensino e de aprendizagem e na sua formação como cidadão.
- Desenvolver metodologias e estabelecer normas para garantir a participação de toda a comunidade escolar na gestão das escolas da rede pública.
- Avaliar a qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades, mediante exames do rendimento dos alunos, metodologias de controle e acompanhamento, estudos e pesquisas.
- Universalizar progressivamente a educação infantil por meio de parcerias com os municípios e organizações não-governamentais.
- Garantir o ingresso e permanência do aluno na escola, especialmente no Ensino Fundamental, desenvolvendo ações de combate à evasão escolar e à exclusão social e promovendo o retorno à escola daqueles que dela se afastaram sem justificativa.
- Ampliar a possibilidade de acesso aos que não tiveram oportunidade em idade própria.
- Assegurar educação de qualidade para alunos portadores de necessidades especiais.
- Desenvolver ações articuladas entre os diversos setores para favorecer o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.
- Incentivar a defesa e prática dos direitos humanos, em especial da criança e do adolescente, e a observância dos princípios da convivência harmônica e solidária.

---

<sup>2</sup> Dados da Fundação João Pinheiro

#### 4.3.2. Cultura

Razões de ordem econômica, política e social colocam as políticas culturais no centro das atenções, como vem acontecendo no mundo. Isto ocorre em razão do crescimento das indústrias da informação, comunicação e do lazer e da multiplicação dos conflitos de natureza cultural fundados na etnia, religião e nacionalidade, exigindo ações de convivência e intercâmbio contra exclusões, preconceitos e atos belicosos. Na área social, pelo impacto dos processos de globalização assiste-se à fragmentação das identidades coletivas e a processos excludentes, que demandam ações voltadas para o patrimônio cultural das populações e sobrevivência dos grupos, regiões e países.

Coloca-se, enfim, na conjunção de todos esses fatores, a questão do pleno exercício dos direitos culturais como parte essencial do desenvolvimento humano

##### **Diretrizes:**

- Assegurar a todos os cidadãos do Estado de Minas Gerais o pleno exercício dos direitos culturais.
- Valorizar as atividades culturais como força dinâmica da vida social e econômica do Estado e fator de bem estar individual e coletivo.
- Estabelecer uma política de incentivo à cultura através do aprimoramento da legislação estadual de benefício fiscal, com a finalidade de integrar os setores produtivos da economia à produção cultural do Estado.
- Integrar a política de Cultura com a Educação, Turismo, Meio Ambiente, Esporte, Lazer e com as demais políticas públicas para a consolidação das respostas econômicas e sociais dos fatores culturais, e das diretrizes geradoras de emprego e renda.
- Promover o desenvolvimento das vocações locais e regionais através de apoio ao intercâmbio cultural, ao produtor mineiro e à formação de agentes culturais públicos e privados, e gestores da memória.
- Promover, difundir e intercambiar os produtos culturais mineiros no país e no exterior através da modernização e revitalização dos espaços culturais e dos veículos de comunicação sob controle público, e da implantação de um pólo de cinema.
- Estabelecer uma política de estímulo à leitura através de um programa estadual de bibliotecas e da edição e distribuição de publicações literárias mineiras.
- Fortalecer a política estadual de registro, proteção e promoção do Patrimônio Cultural, em parceria com a União, com os municípios e com o setor privado, com ênfase nos seguintes aspectos:
  - a) patrimônio urbano e natural;
  - b) valorização dos arquivos, museus e centros regionais da memória;
  - c) desenvolvimento de pesquisas;
  - d) valorização de bens imateriais;
  - e) educação para preservação patrimonial

- Incentivar as expressões da cultura popular (artesanato, bandas, congados, gastronomia, entre outros) e das culturas afro-brasileiras e indígenas.

#### 4.3.3. Saúde

Nas últimas décadas observou-se uma melhoria nos indicadores de saúde, reproduzindo-se no espaço estadual o fenômeno verificado para o país. Uma conjunção de fatores atuaram neste sentido, entre os quais as mudanças nos padrões econômicos e a intensificação de políticas sociais, especialmente as relacionadas ao saneamento, que repercutiram positivamente nas condições de saúde, com mais ênfase do que as políticas de ampliação da rede de serviços de assistência que, embora importantes na recuperação, prevenção e promoção da saúde, por si só não têm capacidade de alterar o perfil de morbi-mortalidade de determinadas populações.

Minas Gerais apresenta desigualdades regionais historicamente determinadas. No entanto, a melhoria dos indicadores estaduais não foi suficiente para minorar as diferenças entre regiões, verificando-se a persistência de enormes diferenças, decorrentes de fatores desfavoráveis relativos à infra-estrutura de saneamento, habitação e saúde, entre outros.

O acesso igualitário aos serviços de saúde é um dos princípios da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Constituição Federal de 1988. Em Minas Gerais, desde os primeiros anos da década de 90, foi iniciado o processo de descentralização dos serviços, o que resultou na municipalização do atendimento. Dentre os 853 municípios de Minas Gerais, 704 estão habilitados, na condição de "gestão plena da atenção básica", aos recursos correspondentes ao Piso de Atenção Básica – PAB; 43 encontram-se em gestão plena do sistema municipal, responsabilizando-se pela totalidade dos recursos assistenciais provenientes do SUS; há ainda 106 municípios não habilitados.

Este esforço de reorganização da assistência à saúde, no entanto, ainda não foi suficiente para reverter o quadro de desigualdades, seja em termos das condições de saúde, seja do acesso desigual a serviços.

A taxa de mortalidade infantil CEE/FJP e Ministério da Saúde apresentou uma significativa redução entre 1980 e 1996, passando de 64,9 (1980) a 35,1 (1991), e em 1996 reduziram-se a 26,5 os óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. Todavia persistiram as diferenças entre regiões do Estado: em 1980 Pedra Azul apresentou a mais elevada taxa, equivalente a 91,06 óbitos por mil nascidos vivos, e Uberaba a mais baixa, 46,36, configurando um diferencial de 44,7. Em 1991, pouco se alterou na amplitude das taxas, a maior correspondendo a 62,0 (Nanuque) e a menor a 23,2 (Patrocínio), mantendo-se significativa a diferença (38,8).

A avaliação dos níveis de saúde da população em geral, utilizando-se indicadores de mortalidade proporcional por faixa etária, indica resultados variados entre a situação estadual e regiões. Para o conjunto do Estado, entre 1980 e 1996, observou-se: a redução de mortalidade proporcional em menores de um ano (de 22,4% para 8,4%) e em crianças de 1 a 4 anos (de 4,1% a 1,3%); a redução da mortalidade precoce, expressa pelo incremento percentual de mortes ocorridas na faixa etária de 50 e mais (de 50,1% para 66,3%); o crescimento da mortalidade proporcional entre a população de 20 a 49 anos (de 19,3% a 21,0%), devido principalmente a causas externas, como acidentes e violências. A melhora

nos níveis de saúde no entanto ainda não permite posicionar o Estado entre os que atingiram elevado nível no setor. As regiões do Jequitinhonha, Noroeste, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, embora apresentem relativa melhoria nos níveis de saúde, encontram-se no entanto em patamares ainda inferiores às demais regiões.

A análise da mortalidade por grupos de causas no período 1980-96 indica a sua diminuição principalmente por doenças infecciosas e parasitárias e por afecções do período perinatal. As doenças do aparelho circulatório responderam aproximadamente por um quarto das mortes entre os homens e um terço entre as mulheres, com pequeno aumento no período. Neoplasmas e doenças do aparelho respiratório registraram aumentos substanciais da mortalidade entre 1980 e 1996, em ambos os sexos. Entre os homens, o grupo de causas externas também apresentou aumento expressivo. Em geral, as mudanças observadas na hierarquia dos grupos de causa de óbitos, em Minas Gerais, revelaram um aumento de importância das causas crônico-degenerativas em detrimento das doenças infecciosas e parasitárias. Mais uma vez ficaram nítidas as diferenças na evolução dos indicadores quando discriminadas as regiões do Estado. Com relação às doenças infecciosas e parasitárias, observou-se entre 1980 e 1991 a redução dos coeficientes de mortalidade deste grupo em todas as regiões, com exceção do Jequitinhonha. Por sua vez, o coeficiente de mortalidade por neoplasmas aumentou em todas as regiões, inclusive naquelas em que as doenças infecciosas representaram importantes causas de morte, proporcionalmente às demais.

As informações sobre a mortalidade permitem ainda uma avaliação da iniquidade de acesso a serviços de saúde. Através de dois indicadores que se referem à porcentagem de óbitos por causas mal definidas no total de óbitos registrados e à porcentagem de óbitos sem assistência médica por causas mal definidas também no total de óbitos registrados, observou-se que entre 1980 e 1996 a situação para o conjunto do Estado melhorou, diminuindo o percentual de causas mal definidas de 19% para 14%. Apesar disso, manteve-se uma alta incidência de informação deficiente em cinco macrorregiões em 1996: Jequitinhonha (41% de óbitos por causas mal definidas), Norte (33%), Mucuri (35%), Noroeste (28%) e Vale do Rio Doce (27%). Percentuais semelhantes foram registrados para os óbitos sem assistência médica por causas mal definidas nessas mesmas regiões. Isto configura diferenças significativas com relação aos mesmos indicadores para as regiões Central, Sul/Sudoeste, Campo das Vertentes, Triângulo/Alto Paranaíba e Zona da Mata, onde o percentual de causas mal definidas não ultrapassa o valor de 15% do total de óbitos.

#### **Diretrizes:**

- Capacitação da Secretaria Estadual de Saúde para exercer seu papel de Gestor do Sistema Estadual de Saúde, fornecendo apoio técnico aos municípios, garantindo a distribuição equânime dos recursos financeiros e o acesso de todo cidadão mineiro às ações e serviços de saúde e assumindo o controle e a avaliação das atividades cumpridas nos níveis estadual e municipal.
- Integração intersetorial para garantir a promoção da saúde, entendida como bem estar bio-psíquico, sócio-econômico e cultural.

- Descentralização compatibilizada com o princípio da equidade e com critérios de eficácia, satisfação do usuário e qualidade, e com a não pulverização de recursos; caracterizada por avanços no processo de capacitação administrativa e gerencial; voltada para uma municipalização que valorize mudanças, integração e participação intermunicipal, seja com a instância estadual de regulação supramunicipal, que enfoque e valorize a avaliação de resultados, seja com a instância regional.
- Regionalização: consolidação de um sistema estadual de saúde com equidade na distribuição de recursos, dotado de mecanismos que reforcem relações cooperativas entre municípios de diferentes modalidades de gestão e destes com o Estado.
- Planejamento participativo, flexível e regionalizado, a partir da consideração da respeitabilidade a valores comuns, da noção e compreensão de que o todo é diferente da soma das partes, da valorização da avaliação dos resultados.
- Exercício do poder redistributivo do Estado através do papel de coordenação e regulação do SUS/MG de forma democrática, transparente e participativa, com ênfase nas instâncias locais e regionais e na integração microrregional, regional e interregional dos serviços.
- Integralidade das ações de saúde.
- Revisão do modelo assistencial que atualmente privilegia o curativo em detrimento da atenção ambulatorial básica e da promoção à saúde, tendo o Plano de Saúde Familiar - PSF como estratégia;
- Ênfase no controle e avaliação dos serviços, dos sistemas de gestão e de referência da clientela.
- Estímulo à difusão de tecnologia alternativas e à busca de eficiência e efetividade da prestação de serviços.
- Ampliação da acessibilidade aos serviços e recursos de saúde e ênfase nos sistemas de referência.
- Definição clara e separação das funções de financiamento, planejamento, avaliação, regulação, provisão de serviços.
- Ênfase na integração com a sociedade civil, especialmente através do modelo de gestão do SUS – Conselho Estadual e Nacional de Saúde.
- Direcionamento das propostas de financiamento (Reforsus, Vigisus, Audiências Públicas) de forma mais concentrada, objetivando garantir maior sinergia e efetividade no aproveitamento dos recursos e considerando-se as metas de governo, prioridades regionais e a identificação de unidades prestadoras estratégicas perante as políticas definidas.
- Ênfase no planejamento como processo gradual e cumulativo de desconstrução do SUS/MG que considere e ajuste as necessidades da população (prioridades epidemiológicas) às demandas dos atores sociais e aos recursos (financeiros, organizacionais, físicos, informacionais e de poder).
- Ampliação e utilização dos relatórios de gestão, de forma a promover ajustes operacionais e institucionais nos processos de planejamento, avaliação e acompanhamento

dos serviços de saúde, de integração interinstitucional e de acompanhamento das realidades regionais em termos sócio-econômicos.

#### 4.3.4. Segurança Alimentar

Ao criar, através do Decreto n.º 40.324, o Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA-MG), vinculado diretamente ao Gabinete do Governador, o Governo do Estado de Minas Gerais transformou o combate à fome e à miséria em questão política. E foi além, pois ao incluir representantes da sociedade civil organizada na composição do Conselho, mostrou a disposição de tratar, de forma prioritária, essa questão que vem assumindo proporção preocupante, no território mineiro.

O CONSEA-MG é integrado por 11 Secretários de Estado, um Deputado representante da Assembléia Legislativa de Minas e 24 representantes da sociedade civil, estes últimos eleitos entre os integrantes do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar. É função do Conselho apresentar ao Governador do Estado e à sociedade de Minas Gerais o Plano Estadual de Segurança Alimentar.

Definir bases concretas para que se estabeleça, em Minas, condições para que a segurança alimentar nutricional sustentável seja alcançada, a curto e a médio prazos, é uma das políticas de Governo que terá, como corolário, a reinserção social dos excluídos, o que passa a ser um de seus eixos de desenvolvimento.

A transformação do combate à fome e à miséria em questão política prioritária mostra a ênfase com que o Governo de Minas Gerais pretende reverter os quadros relativos à pobreza e à desnutrição, que apresentam números crescentes, em nosso estado.

A última pesquisa feita sobre os indicadores da pobreza, em Minas, realizada pela Fundação João Pinheiro, ainda em 1991, constatou que 49,6% da população mineira encontra-se nessa faixa. Desse total, 48,6% encontram-se abaixo da linha de pobreza. São percentuais que precisam ser atualizados, mesmo porque o desempenho econômico dos últimos anos foi indicativo de uma exclusão social ainda maior.

No tocante à desnutrição, os números coletados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), da Secretaria de Estado da Saúde, em 500 municípios mineiros, entre os meses de janeiro de junho de 1999, apresentam-se inquietantes, mesmo para um Estado que integra uma Federação ainda no Terceiro Mundo.

Nesses 500 municípios, o SISVAN mediu e pesou 557.090 crianças, entre zero e 59 meses. Do total, 103.807 crianças apresentaram baixo peso. Isso significa que 18,6% das crianças alcançadas por essa cobertura apresentaram um quadro claro de desnutrição, que provoca danos irreversíveis.

Diante de números tão gritantes, o Governo de Minas Gerais sente-se no dever de afirmar compreender que o acesso à segurança alimentar e nutricional é um dos direitos básicos da pessoa humana. E para que esse direito se realize de forma sustentável, é preciso que os cidadãos tenham também acesso à saúde, à escola, à terra, à habitação, ao emprego digno, à renda e a modos de vida saudáveis. A busca da realização desses direitos humanos básicos é condição para que a cidadania seja vivida, em sua plenitude.

Para apoiar a concretização desses direitos básicos, o CONSEA-MG transforma-se em instrumento de colaboração crítica e de apoio à coordenação política para que eles sejam alcançados. Ao mesmo tempo, por ser uma parceria efetiva entre o Governo e a sociedade civil, amplia e aprofunda a vivência da democracia.

Essa parceria entre o Governo e a Cidadania constitui-se em marco histórico no processo permanente de construção de uma democracia, na qual as pessoas possam viver com dignidade e ter esperança. É preciso que Minas se reencontre com o desenvolvimento e que este se faça mediante a promoção social da pessoa humana.

Para essa ação de cunho político, social e econômico, o CONSEA-MG aponta seis grandes eixos a serem trabalhados, de forma interinstitucional, na área do Governo e em parceria com a sociedade. Ao propor essa forma de atuação, mediante o levantamento de programas existentes, ou propostos, nos diversos órgãos da Administração direta e indireta e que se enquadrem em uma ou mais dessas macrodiretrizes, o que se pretende é evitar que ocorra tanto a superposição de esforços quanto a dispersão de recursos, que são escassos. A parceria com a sociedade comprova que o combate à fome e à miséria e o esforço para a reinserção social dos excluídos é uma responsabilidade de todos, Governo e Sociedade.

Os seis eixos propostos visam que o combate à fome e à miséria seja feito de forma concomitante. Ao buscar a criação de condições para que os mineiros tenham direito à segurança alimentar nutricional sustentável, o Governo se esforça para também criar condições para a reinserção social dos marginalizados pelo modelo econômico vigente.

Os seis eixos propostos pelo CONSEA-MG são os seguintes:

- Política agrária e agricultura familiar;
- Política agrícola e abastecimento alimentar;
- Geração de ocupações produtivas e renda;
- Saúde materno infantil e combate à desnutrição e mortalidade materno-infantil;
- Controle da qualidade dos alimentos e informação ao consumidor;

Promoção da nutrição e da assistência alimentar nutricional (programas públicos de alimentação, emergências alimentares, orientação alimentar e práticas alimentares e estilos de vida saudáveis).

O desenvolvimento desses eixos levarão Minas Gerais a alcançar a segurança alimentar nutricional sustentável para toda a sua população.

#### 4.3.5. Saneamento Básico

No Saneamento Básico, apesar dos níveis de atendimento por abastecimento de água terem sido ampliados (74,38% dos domicílios particulares eram atendidos em 1991), o nível de atendimento para esgotamento sanitário é insatisfatório (57,66% dos domicílios particulares eram atendidos em 1991). No entanto, a existência do abastecimento de água nem sempre significa oferta à população de água em quantidade suficiente e qualidade desejável, enquanto que o esgotamento sanitário é sinônimo quase sempre de coleta de efluentes e

despejamento em cursos d'água sem tratamento, uma vez que é inexpressivo o volume de esgotos submetidos a tratamento no Estado.

Quanto ao atendimento por coleta de lixo, Minas Gerais apresenta índices não satisfatórios ( o atendimento por coleta de lixo era de 57,76% em 1991), e em relação à destinação final apresenta sérios problemas (somente dez municípios foram habilitados a receberem ICMS Ecológico por terem destinação de lixo adequada até o 1º trimestre de 1991), sendo freqüentes os lixões com presença de catadores, onde proliferam os vetores de doenças.

Na área de drenagem urbana as cidades mineiras apresentam carências generalizadas e prementes. É freqüente a ocupação de terras marginais a cursos d'água por populações de baixa renda, expostas deste modo ao contato com as águas poluídas por esgotos e outros tipos de contaminação. Em muitas localidades ocorrem periodicamente enchentes, que agravam a situação ao atingir moradias e inundar áreas das imediações. Essas áreas desprovidas de saneamento básico formam bolsões de pobreza, com graves problemas de saúde pública, favorecendo nichos/reservatórios de doenças endêmicas.

Desta forma, nossos cursos d'água apresentam alto comprometimento de sua qualidade.

Diretrizes:

- É imprescindível, na retomada e modernização da atividade de Planejamento Estadual, o estabelecimento de uma Política de Saneamento participativa, regionalizada, flexível, que promova o Desenvolvimento Sustentável. Esta articulação deverá orientar-se pela política de desenvolvimento regional integrado;
- Na reformulação do setor de saneamento básico é necessário que o Estado recupere sua função pública, assumindo o papel de planejador, articulador e indutor do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental;
- O sistema estadual de saneamento básico deverá ser instituído de forma a ser o regulador de todas as ações de saneamento no Estado, o que deverá ser realizado de forma democrática, assegurando a participação da sociedade civil organizada. Estas ações deverão orientar-se pelo Plano Estadual de Saneamento Básico;
- O Fundo Estadual de Saneamento Básico deverá ser fomentado, garantindo os plano orçamentários do Estado, com recursos para a implementação de ações de saneamento básico. Outras fontes de recursos, inclusive internacionais, poderão alimentar o citado fundo;
- Deverão ser destinadas parcelas de recursos, com fluxo contínuo, para a formação de bancos de dados que possibilitem o conhecimento do perfil geosanitário e epidemiológico da população, e a avaliação das condições ambientais de vida. Com este conhecimento poderão ser estabelecidas prioridades quando da elaboração de programas de saneamento básico;
- O plano estadual deverá ter fixada como meta principal universalizar o acesso ao saneamento e garantir a salubridade ambiental às populações urbana e rural, de forma igualitária, através de uma adequada prestação de serviços com a preocupação contínua de promover o desenvolvimento sustentável;

- O desenvolvimento empresarial da COPASA-MG, através de ações internas para obter ganhos de produtividade, maior eficiência e agilidade operacional;
- A consolidação da posição da COPASA-MG como principal agente de saneamento básico de Minas Gerais;
- Garantir a qualidade na prestação dos serviços através do desenvolvimento organizacional e tecnológico, e da contínua qualificação do seu pessoal;
- Incrementar as ações voltadas para a preservação ambiental;
- Buscar alternativas de financiamento para desonerar o Estado;
- Assegurar o atendimento das demandas municipais visando manter a continuidade dos convênios com os municípios;
- Implementar ações de preservação de meio ambiente através de: Recuperações de área degradadas, jazidas, empréstimos e bota-foras; Estabilizações de aterros e cortes; Estabilizações de voçorocas, erosões e encabeçamento de obras de arte especiais; Desassoreamentos, drenagens e retificações de cursos d'água; Revestimento vegetal em áreas desprotegidas.
- Melhorar a qualidade e cuidar para que ocorra aumento da oferta de água potável e da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário;
- Ampliar as ações ambientais, implantando estações de tratamento de esgoto, recuperando e preservando os recursos hídricos;
- Acrescer 520 mil ligações de água ao estoque de ligações da COPASA-MG, levando a população atendida com abastecimento de água para 10,2 milhões de pessoas no final de 2003;
- Acrescer 345 mil ligações de esgoto ao estoque de ligações da COPASA-MG, atingindo a uma população de 5,3 milhões de pessoas no final de 2003;
- Implantar 21 estações de tratamento de esgoto até 2003;
- Monitorar a quantidade e a qualidade de águas e mananciais, através do acompanhamento de 669 sistemas, durante o período 2000-2003;
- Reduzir o índice de perdas faturadas que atingirá 19,8% ao final do ano de 2003.
- Estimular a formação de consórcios municipais por bacias hidrográficas, com o objetivo de promover investimentos em saneamento básico, tendo em vista ampliar a sustentabilidade ambiental, econômica e social.
- Aperfeiçoar os mecanismos de apoio financeiro aos municípios com o objetivo de ampliar a oferta de serviço de saneamento básico.

#### 4.3.6. Habitação Popular

Três variáveis têm repercussões expressivas no problema habitacional:

- urbanização acelerada.

- metropolização.
- perfil sócio-econômico da população, que demanda a intervenção do Estado no equacionamento de suas carências habitacionais.

Segundo o IBGE, a população urbana de MG passou de 8,9 milhões em 1980 para 15,7 milhões em 1991, com um crescimento superior a 76% no período. O fenômeno da metropolização é também significativo: 7% dos municípios mineiros concentram, hoje, quase 60% de sua população total. Essa forte concentração nas áreas urbanas amplia a demanda por moradias e serviços básicos, em velocidade superior à capacidade de atendimento do setor público, particularmente para os mais pobres. Por outro lado, a lógica econômica que preside o acesso aos fatores que compõem o processo de morar tem sido perversa com as populações carentes, incapazes de arcar com as despesas crescentes que representam esse processo. O efeito é o surgimento de novos assentamentos, quase sempre por ocupação irregular de terrenos, o adensamento não controlado das favelas e o encortiçamento de imóveis na periferia, trazendo consigo o surgimento de focos de tensão, das áreas de risco e de carência acentuada em termos de infra-estrutura social e urbana. As políticas públicas para o setor tem pecado pela inconsistência e pela descontinuidade. O Governo Federal centraliza os recursos, a formulação e o controle das linhas de financiamento, desconhecendo as realidades do meio urbano. Direciona os recursos para a produção de moradias acabadas, em detrimento da atuação em outros segmentos, como a urbanização de favelas ou programas de complementação habitacional, de largo alcance social.

No plano do financiamento habitacional, as regras do SFH precisam ser ajustadas para a grande parcela da população hoje vinculada à economia informal ou à sazonalidade da renda familiar. O combate ao déficit habitacional, de natureza eminentemente qualitativo, impõe a elaboração de uma política fundamentada na conceituação moderna da habitação, que integra a moradia com o saneamento, a infra-estrutura, os equipamentos urbanos, a regularização fundiária e o adequado uso e ocupação do solo, sintetizando as condições básicas da habitabilidade, com a parceria plena dos diversos níveis de governo. O elevado aporte de recursos demandados no enfrentamento das carências habitacionais terá sua contrapartida na significativa geração de empregos e de impostos diretos e indiretos para a economia estadual

#### **Diretrizes:**

- Respeitar a autonomia e a competência dos municípios no processo de definição, elaboração e implementação de projetos habitacionais de interesse social, articulados com a política de uso e ocupação do solo urbano. Apoiar os municípios na criação e no manejo dos instrumentos da política habitacional.
- Promover a participação articulada dos diversos setores envolvidos na problemática da habitação: o setor público, as organizações da sociedade civil, as empresas e a clientela identificada. A descentralização dos programas habitacionais é um imperativo e sua implementação deverá ocorrer em todo o Estado.
- Fortalecer as estruturas de gestão da política habitacional no Estado, assegurando a manutenção de recursos regulares para o Fundo Estadual de Habitação, e reforçando as

condições de custeio e de contra-partida que possibilitem a captação de recursos de outras fontes.

- Inserir a questão da habitação numa visão maior de desenvolvimento urbano, mantendo uma visão atualizada das potencialidades e das necessidades do Estado em termos de política habitacional, segundo as características da clientela-alvo.
- Priorizar recursos para projetos integrados de habitação visando a recuperação de áreas degradadas.
- Privilegiar os processos de auto-gestão, tanto na produção de moradias como na reurbanização de áreas já ocupadas por população carentes.
- Adequar as condições do crédito e do financiamento habitacional às particularidades da clientela, privilegiando investimentos na reforma e complementação da habitação, incorporando os investimentos já realizados pelo morador.
- Reduzir, qualitativa e quantitativamente, o déficit habitacional do Estado, a partir da aplicação dos recursos necessários, garantindo às camadas populacionais de menor renda o acesso a habitações condignas, num amplo processo de participação e da inclusão social de grupos marginalizados.
- Incentivar os municípios a adotarem políticas adequadas de uso e ocupação do solo e de desenvolvimento urbano que viabilizem terrenos mais acessíveis à população de baixa renda, reduzindo o custo da moradia popular.
- Ampliar o nível de atividade da indústria da construção civil e de materiais, com reflexos na geração de empregos e na arrecadação de tributos pelo setor público.
- Promover a redução dos custos públicos relativos à moradia popular, através da simplificação e barateamento das tarifas de energia e saneamento, taxas de licenciamento e custos cartoriais.

#### 4.3.7. Defesa Social

A Defesa Social, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, conforme preceitos constitucionais, tem se tornado um dos temas prementes para o bem-estar social dos cidadãos mineiros, uma vez que os índices de criminalidade, nos últimos anos, vêm aumentando de forma significativa. A definição da política de Defesa Social do Estado, que envolve ações preventivas e repressivas dos sistemas policial e penitenciário, é urgente, sendo prioritária dentro dos anseios da comunidade. O Sistema de Defesa Social demanda do Poder Executivo ações mais ágeis na identificação e no combate às causas da criminalidade, especialmente a elaboração de normas e políticas eficazes, priorizando ações preventivas e educacionais.

Propõe-se que a Defesa Social no Estado seja organizada de forma sistêmica com ações conjuntas dos diversos órgãos que a compõe. Atribuir somente às polícias, ao Poder Judiciário e ao Sistema Carcerário a responsabilidade pela Segurança Pública é um equívoco que anula a possibilidade de cidadania. No entanto, o Governo do Estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar de Minas Gerais, o Corpo de Bombeiros Militar, a Secretaria de Estado da Justiça e o Poder Judiciário devem promover

o planejamento, a implantação e a avaliação de uma política pública idônea e técnica para a segurança de seus cidadãos.

Para tanto, algumas diretrizes são imprescindíveis:

- Efetivação do Conselho de Defesa do Estado de Minas Gerais;
- Promover a integração das ações dos diversos órgãos que constituem o setor de Defesa Social do Estado de Minas Gerais;
- adotar modelos de parcerias que envolvam e despertem a opinião pública para a importância de um trabalho conjunto com a finalidade de prevenir e combater a violência e a criminalidade, garantir a segurança pública, assegurar a defesa civil, promover a reintegração de adolescentes infratores e indivíduos privados de liberdade e estimular a promoção e defesa dos direitos humanos;
- Integração estratégica e operacional das polícias do Estado através de doutrina, disciplina e plano de carreiras compatíveis e equânimes, qualificação e treinamento parcialmente comuns a ambas e partilhamento de um sistema de informações;
- Qualificação e treinamento constante de recursos humanos da área de defesa social em instituições conceituadas;
- Disponibilização de registros oficiais fidedignos na forma de dados estatísticos e dados qualitativos;
- Planejamento, implementação e avaliação de estratégias preventivas do crime e repressivas a criminosos em conjunto com instituições religiosas, artísticas, esportivas, intelectuais e científicas;
- Apoiar a consolidação no Estado de um centro de excelência em pesquisa e qualificação em segurança pública;
- Aproximação do Poder Judiciário aos anseios públicos;
- priorizar ações preventivas e educacionais em detrimento de posturas repressivas e apoiar projetos comunitários, mobilizando a sociedade, através do trabalho voluntário, para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- estimular iniciativas que possibilitem aos órgãos municipais, estaduais e federais e à sociedade organizada, participarem das discussões que levem à melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- a efetivação do processo gradual de transferência dos presos provisórios e sentenciados sob custódia da Secretaria de Estado de Segurança Pública para os estabelecimentos penais da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos;
- construção, ampliação e reforma das unidades penais, visando sua efetiva operacionalização, buscando garantir ao preso cumprir a pena no seu convívio sócio-familiar, bem como propiciar-lhe acesso à profissionalização e ao trabalho produtivo, fundamentais à sua recuperação e ao seu posterior reingresso na sociedade;
- descentralizar o atendimento ao adolescente autor de ato infracional, proporcionando o cumprimento da medida sócio-educativa em instituições mais próximas do ambiente

familiar, observando os princípios de respeito peculiar de pessoa em desenvolvimento e zelando pela sua integridade física e mental;

- Instauração de canais de diálogo permanentes entre a população e sociedade civil organizada com o Estado, visando a promoção, a reivindicação e a defesa dos direitos fundamentais;

#### 4.3.8. Desenvolvimento Social

A realidade do Estado indica a existência de três grandes grupos de contribuintes da clientela específica do desenvolvimento social:

1. Crianças e adolescentes até dezessete anos completos em famílias com renda igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo per capita, equivalente a 1.065 mil pessoas;
2. Idosos (pessoas com setenta anos ou mais) em famílias com renda igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo per capita, correspondente a 110 mil habitantes;
3. Pessoas portadoras de deficiência em famílias com renda igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo per capita, correspondendo a 40 mil cidadãos.

Por outro lado, estima-se que 15,6% das famílias do Estado (705 mil) são carentes, e sendo que um total de 120.000 não apresentam rendimento.

No que se refere aos idosos, crianças e adolescentes oriundos dessas famílias, estudos recentes demonstram que têm ocorrido alterações na pirâmide etária, mostrando um alargamento do topo, com o crescimento da população de idosos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte concentra 22,6% de famílias sem rendimentos e 12% de famílias de baixa renda.

Este quadro de carência demonstra a necessidade urgente do aporte de recursos financeiros, materiais e humanos necessários à implementação de políticas que a melhoria das condições de vida desses grupos.

Para enfrentamento destes problemas, são objetivos da política de desenvolvimento social do Governo do Estado de Minas Gerais:

- Promover a inclusão dos destinatários da assistência social, garantindo-lhes o acesso aos bens e serviços sociais básicos com qualidade;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social sejam implementadas tendo a família como seu principal referencial para o desenvolvimento integral dos destinatários;
- Planejar, acompanhar e monitorar os programas e as ações;
- Descentralizar político-administrativamente os programas e serviços para a esfera municipal;
- Implantar o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente através da criação e implementação dos Conselhos Municipais de Direitos, Fundo da Infância e Adolescência e Conselhos Tutelares nos municípios do estado;

- Fortalecer e ampliar os programas e as ações municipais de amparo e proteção, facilitando o definitivo acesso de crianças e adolescentes aos direitos, prioritariamente, ao direito à convivência familiar e comunitária;
- Apoiar técnico e financeiramente os programas, projetos e ações municipais voltados para a educação profissional do adolescente;
- Extinguir o atendimento em regime de abrigo dos Centros Educacionais;
- Ampliar o Programa Casa-Lar;
- Desenvolver estratégias que impliquem em parceria, cooperação, participação e co-responsabilidade entre estado, municípios e sociedade civil organizada.

#### Políticas públicas propostas:

- Revitalizar a rede prestadora de serviços à pessoa idosa através do incentivo e desenvolvimento de ações em espaços e equipamentos públicos já existentes ou ociosos, na geração de renda e no apoio à família da pessoa idosa;
- Apoiar as famílias através de repasse de recursos financeiros aos municípios e suporte técnico às prefeituras e entidades naqueles programas que atendem famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social;
- Adotar política para o monitoramento dos fluxos migratórios e para o controle e fixação das populações migrantes nas áreas rurais ou nas regiões mais pobres com o auxílio na busca de emprego e ocupação;
- Atender à população de rua, buscando a recuperação e reintegração à vida familiar e comunitária;
- Ampliar o sistema de informação para a infância e adolescência nos municípios do estado. Este sistema consiste no registro de ocorrências dos Conselhos Tutelares de violação ou não atendimento aos direitos da criança e do adolescente e já foi implantado em 14 municípios do estado;
- Implantar o sistema descentralizado e participativo de Assistência Social para garantir o acesso aos usuários dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- Reestruturar as unidades e serviços oferecidos pelos programas Curumim e CIAMES, que oferecem atividades sociais e educativas a crianças e adolescentes através do projeto ELOS (esporte, lazer, ofício e saúde).

## V - REGIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

### 5.1. Introdução

O propósito de retomada do planejamento regional como requisito básico do desenvolvimento sustentável depara-se com algumas interpelações que é preciso esclarecer. Dentro da retórica hegemônica e desqualificadora vigente no Brasil, esse propósito é visto como ultrapassado, referindo-se a um tempo e a uma ação do Estado que hoje se procura desmontar. Assim, é necessário, antes de mais nada, colocar em seu devido lugar a natureza, a importância e o papel da regionalização do planejamento que se pretende.

O vocabulário da chamada globalização é permeado por termos indefinidos e carregados de ideologia, e entre eles destaca-se a idéia, nascida em escolas de administração norte-americanas, do "mundo sem fronteiras", para expressar o fato de que o capital ascendeu a um espaço mundial e político finalmente desprovido dos entraves do Estado-Nação. Diante dessa nova realidade, é preciso que a sociedade se adapte (palavra chave que vale como palavra de ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo descarte qualquer idéia de procurar orientar, dominar, controlar ou canalizar este novo processo.

Como resultado, uma das características essenciais da atual fase de mundialização do capital tem sido integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização que põe fim à tendência secular no sentido da integração e convergência de países e regiões. Hoje, a polarização é interna a cada país, e há uma polarização internacional que aprofunda brutalmente a distância entre os centros mundiais do capitalismo e os países da periferia.

Examinados internamente, reconhece-se nos países e, em especial, no Terceiro Mundo, a constituição de espaços mais extrovertidos, porque voltados para o exterior, e espaços mais desintegrados nacionalmente. Essa polarização dentro de cada país é mais efetiva naqueles de dimensões continentais, como o Brasil. Nesses casos, os efeitos da dependência externa e da ausência plena de soberania chegaram a desenhar, na verdade, "quase -Estados" nacionais, constrangidos por processos históricos particulares. A estratégia desses quase estados é buscar as "janelas de oportunidades", e não apenas uma alternativa para sua inserção na nova ordem mundial emergente.

Nesse contexto, fazem sentido as políticas de proteção setorial adotadas por certos países, sendo que as alternativas abertas a cada um dependem justamente das opções feitas por suas forças políticas internas e coordenadas por seus Estados Nacionais. Torna-se tarefa intransponível de cada estado manter os laços materiais e éticos entre classes e regiões cada vez mais desiguais entre si, em contrário à estrita liberalização e subordinação passiva à lógica global. Em caso contrário, as grandes dimensões territoriais e as acentuadas disparidades regionais e estruturais perdem a força coesiva representada por um mercado interno que foi lentamente se constituindo e integrando, e por políticas destinadas à incorporação de regiões e populações. Transformam-se as regiões em sistemas heterogêneos, despojados de um projeto apoiado em raízes nacionais. O Estado torna-se incapaz de coordenar as bases materiais e ressoldar os fundamentos éticos da solidariedade nacional, prevalecendo a guerra e as disputas entre "regiões/estados" extremamente dinâmicos e integrados internacionalmente, mas cercados por zonas de sombra, atrofiadas economicamente e onde a cidadania está ausente.

A idéia hegemônica prevalecente de que o mundo é constituído por redes interconectadas no espaço global mascara o fato de que o espaço das redes é o espaço de alguns; em contraposição existe o espaço de todos os homens, o território formado pelos lugares contíguos da solidariedade e da vida cotidiana. Já o espaço em rede é permeado pela seletividade e pela segregação, controlado a partir de pontos distantes, e constitui o território privilegiado da ação das empresas, calçado nas densidades técnicas, na capacidade de informação e na velocidade. É o oposto do território nacional, estadual, municipal, regulado por normas legais, constitucionais, técnicas, financeiras e políticas de governos que não abdicaram da gestão do território para o seu povo. É essa abdicação que explica a guerra fiscal e o esgarçamento da federação, esvaindo-se a soberania nacional pela submissão do território à empresa, e perdendo-se uma questão chave para a democracia, qual seja, a de que o poder político deve ter a hegemonia sobre o uso do território e contribuir para sua reapropriação pela sociedade.

Quando se afirma apenas a lógica do mercado e se confere tratamento homogêneo à diferença que constitui a nação e suas sub-regiões, como o são os estados federados, o Estado perde o papel de criar contrapesos à lógica global da desigualdade, e os grandes atores globais passam a manejar os espaços, segundo seus próprios objetivos estratégicos. É o que tende a se desenhar no Brasil, em que parte crescente da dinâmica regional passa a ser comandada pelas empresas mundiais, que redefinem as estruturas regionais. Trata-se de seguir os grandes atores globais ou nacionais, que nada tem a ver com as opções da sociedade brasileira, desaparecendo os mecanismos de regulação pública das decisões.

É nesse contexto que muitos qualificam de "obsoleta" a referência à política regional e avulta o processo de destruição dos mais fracos. Isto ocorre ao prevalecer a visão microeconômica de racionalidade empresarial, que se situa ao largo dos objetivos estratégicos do país e da existência de projetos conjuntos. Da mesma forma, esse processo se instala nas instâncias estaduais, que se pautam pela orientação do poder federal.

Os conceitos de pessoas, lugares e setores desaparecem no conceito abstrato de mercado, e o estado renuncia a ser um foco de articulação, submetendo-se completamente à lógica dos atores privados. Coloca-se então a questão: quem irá buscar a viabilização dos objetivos nacionais mais abrangentes e promover o movimento de desconcentração da riqueza e do desenvolvimento, já que aos grupos econômicos interessam apenas os espaços dinâmicos e a ação dos governos neoliberais busca reforçar essa dinâmica?

O Governo Federal pretende ligar os pedaços dinâmicos do território (nos chamados "eixos de desenvolvimento" do Brasil) ao mercado global; predomina a articulação das ilhas dinâmicas com o mercado externo, cercadas por espaços abandonados, não se configurando políticas regionais, mas guerras e disputas fiscais e por atração de investimentos. Trata-se, portanto, de uma dinâmica seletiva, sem articulação pública de estratégias e é nesse contexto que a retomada do planejamento regional pode ser renovada.

Operando uma estrutura em matriz é possível estabelecer um objetivo central e as fases subseqüentes, com ações complementares e articuladas. Estabelece-se um sistema de coordenações regionais e locais e uma articulação estadual, o que exige a definição de macropolíticas e também análises finas de cada lugar, produzidas não por instâncias técnicas isoladas, mas pela interlocução permanente com a sociedade, através do planejamento em processo ou planejamento comunicativo.

Assim, incorporar a diversidade de Minas Gerais torna-se possível não com o uso de modelos centralizados e excludentes, mas descentralizados, coordenados e politicamente compartilhados. Neles a diversidade é uma vantagem, não um problema, porque baseada na energia construtiva presente na sociedade, que alimenta a interpretação dos cenários regionais e as formas de ação sobre eles.

## **5.2. Nota Metodológica sobre as Matrizes de Planejamento**

Este capítulo contém as Matrizes de Planejamento Regional elaboradas para as dez Regiões de Planejamento e para as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço, bem como para a Região Semi-Árida Mineira, que compreende hoje 140 municípios localizados nas regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Central. Essa divisão regional pode ser melhor observada nos mapas de Regionalização do Planejamento para o Desenvolvimento (N<sup>os</sup> 1 a 15) que apresentam as regiões e seus respectivos municípios.

A elaboração das matrizes respeitou a regionalização vigente, embora o processo de sua construção tenha evidenciado inadequações quanto ao desenho das macrorregiões no que se refere à prioridades deste Plano, de privilegiar, nas análises, as condições de sustentabilidade no processo de planejamento regional.

O esforço de formatação das matrizes traduz a intenção de retomada do planejamento regional pelo Governo do Estado, através de uma opção metodológica e conceitual de valorização da análise técnica e da interpretação e qualificação de indicadores estratégicos, com base na consulta ou participação social/regional no processo de planejamento.

As matrizes de planejamento regional do PMDI têm por base uma estrutura em que, para cada uma das quatro dimensões de sustentabilidade definidas para a análise, estão registrados indicadores estratégicos, elementos de insustentabilidade e fatores presentes na sustentabilidade.

Deve-se observar, portanto, que as matrizes não fecham o ciclo de planejamento, mas antes propõem um diagnóstico baseado na análise das condições de sustentabilidade expressas a partir da tensão existente entre os aspectos limitantes e os facilitadores do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, cada Matriz de Planejamento para a Sustentabilidade. Será reaberta para amplo debate com os diferentes atores político-institucionais das regiões e sub-regiões de planejamento.

O processo de elaboração das matrizes, do qual participaram técnicos do setor público, consultores setorialistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil, foi subsidiado pela análise de indicadores estratégicos, pela revisão bibliográfica de textos e documentos técnicos setoriais e/ou relativos às questões regionais, e pela realização de "Oficinas de Planejamento Regional", nas quais se iniciou um processo de consulta e participação social que se pretende ampliar com a implementação do Plano.

Deve-se ressaltar que as matrizes não pretendem traduzir todas as questões regionais, mas oferecem uma leitura da realidade de cada macrorregião sob o enfoque da sustentabilidade. Neste sentido, elas não abarcam a complexidade da dinâmica intraregional e não apreendem a heterogeneidade sub-regional, apesar do esforço de destacar os aspectos endógenos que apresentaram características mais díspares.

Para efeito da análise empreendida, a realidade social foi analisada a partir de quatro dimensões sistêmicas e interligadas, a saber, socio-econômica, produtivo-tecnológica, geoambiental e político-institucional e cultural.

A opção por esses cortes dimensionais justifica-se pelo fato de facilitarem a análise do heterogêneo quadro regional do Estado, ao mesmo tempo em que revelam as desigualdades sociais e territoriais existentes.

A dimensão socio-econômica condensa os aspectos relacionados às condições de vida, incluindo o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo e às questões relativas ao trabalho e à renda. Por merecerem destaque nas matrizes, a questão fundiária e a agricultura familiar foram incluídas nessa dimensão.

A dimensão produtivo-tecnológica expressa a questão e a natureza dos padrões produtivo-tecnológicos existentes, oferecendo uma leitura da dinâmica dos setores primário, secundário e terciário da economia e de suas opções tecnológicas, enfocando também a articulação desses padrões com os centros de pesquisa e as universidades regionais.

A dimensão geoambiental informa sobre os aspectos ambientais e sobre a gestão do uso dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis, em conjunto com os conflitos por seu uso, além de abordar aspectos relativos a estruturação espacial de cada região.

A quarta e última dimensão, a político-institucional e cultural, abrange a análise das condições de governança no plano regional, enfocando a articulação interinstitucional entre Município, Estado e União, a relação Estado-Sociedade e a natureza territorial dos processos culturais que perpassam a organização social, refletindo as formas de ver, compreender e viver a região por parte de suas populações.

Em relação aos indicadores estratégicos utilizados, sua escolha deveu-se à combinação de dois critérios básicos: a existência de informações de base municipal, facilitadoras da agregação para os diversos cortes macroregionais, e a qualidade desta informação tanto para o desvelamento das desigualdades territoriais como para a leitura objetiva da dinâmica regional em suas diversas dimensões.

Para cada dimensão, foram selecionados de quatro a seis indicadores, tendo-se coletado informações disponíveis para um período mais recente, em fontes diversas, que utilizam bases temporais variáveis.

Em alguns casos, optou-se pela utilização de indicadores sintéticos, os quais condensam um volume expressivo de informações setoriais, ou pela construção de índices e indicadores a partir de dados secundários fornecidos pelas seguintes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação João Pinheiro - FJP, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE, Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais - COPASA e as Secretarias de Estado da Saúde (SES), do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SETASCAD).

Posteriormente, no processo de implantação do Plano, especialmente quando da realização de atividades no plano microrregional, serão utilizadas outras bases informacionais e trabalhos que representam um esforço técnico de sistematização de dados municipais já existentes, como a "Estrutura Econômica e Social dos Municípios do Estado de Minas

Gerais", produzido pelo Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro, e "Índice de Valor Adicionado Fiscal", da Secretaria de Estado da Fazenda.

Em relação aos indicadores utilizados, as seguintes notas técnicas devem ser observadas:

- ICV - Índice de Condições de Vida - índice sintético, calculado pela Fundação João Pinheiro, considera grupos de variáveis relativas às condições de educação, longevidade, habitação, renda e condições de vida da infância;
- Índice de Gini - indicador de concentração utilizado, aqui, para a questão fundiária, relaciona o número de estabelecimentos e sua propriedade com a sua extensão territorial, variando de 0,000 (desconcentração absoluta) a 1,000 concentração absoluta);
- Índice de Emprego Formal - relaciona o número de trabalhadores inseridos no mercado formal, conforme declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com o número de habitantes com 15 anos de idade ou mais, devendo-se observar que o indicador não leva em conta as ocupações não regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;
- Grau de mecanização - informa a relação entre o número de tratores, de qualquer potência, existente na região e a área agrícola total dos estabelecimentos rurais informantes do Censos Agropecuários;
- Grau médio de uso de insumos - fornece o percentual médio dos estabelecimentos que utilizaram adubos e defensivos, conforme informações dos Censos Agropecuários;
- Grau de matas e florestas naturais - informa a participação relativa das matas e florestas naturais em relação à área total dos estabelecimentos informantes dos Censos Agropecuários;
- Grau das Áreas de Unidades de Conservação - informa a participação relativa das áreas compreendidas em Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Particulares em relação à área total da região analisada;
- IQA - Índice de Qualidade da Água - calculado de forma aproximada a partir de pesquisa de campo realizada pela FEAM em todo o Estado, informando sobre o nível de contaminação e toxicidade das principais bacias hidrográficas das regiões;
- Indicador de Disponibilidade Hídrica – informando sobre o nível prevalecente de disponibilidade hídrica para as regiões analisadas, conforme dados consolidados em 1993;
- IDTE - Índice de Desempenho Tributário-Econômico – correspondendo à soma das receitas tributárias próprias dos municípios abrangidos pelas regiões, mais as transferências de ICMS, divididas pelas transferências de FPM.

O quadro a seguir apresenta a relação dos indicadores utilizados, com a anotação da unidade de medida (exceto no caso dos índices), do(s) ano(s) ao(s) qual(is) se refere o dado, da fonte primária da informação e dos responsáveis pelo cálculo de indicadores trabalhados a partir de dados primários.

### Quadro Síntese de Informações Técnicas sobre os Indicadores

| Indicador                            | Unidade de medida    | Ano 1 | Ano 2 | Fonte    | Elaboração |
|--------------------------------------|----------------------|-------|-------|----------|------------|
| População residente total            | hab.                 | 1991  | 1996  | CD, IBGE | IBGE       |
| Grau de urbanização                  | (%)                  | 1991  | 1996  | CD, IBGE | IBGE       |
| Densidade demográfica                | hab./km <sup>2</sup> | 1991  | 1996  | CD, IBGE | IBGE       |
| Índice de Condições de Vida          | -                    | 1980  | 1991  | CD, IBGE | FJP        |
| Índice de Gini (concent. fundiária)  | -                    | -     | 1995  | CA, IBGE | FJP        |
| Índice de Emprego Formal             | (%)                  | 1991  | 1996  | RAIS/MTb | FJP        |
| PIB/capta                            | R\$/hab.             | 1991  | 1996  | FJP      | FJP        |
| Participação do setor primário/PIB   | (%)                  | 1991  | 1996  | FJP      | SEPLAN     |
| Participação do setor secundário/PIB | (%)                  | 1991  | 1996  | FJP      | SEPLAN     |
| Participação do setor terciário/PIB  | (%)                  | 1991  | 1996  | FJP      | SEPLAN     |
| Grau de mecanização (trator)         | trator/1000 ha.      | 1985  | 1995  | IBGE     | SEPLAN     |
| Grau médio de uso de insumos         | (%)                  | 1985  | 1995  | IBGE     | SEPLAN     |
| Grau de matas e florestas naturais   | (%)                  | 1985  | 1995  | IBGE     | SEPLAN     |
| Grau das áreas de UC's               | (%)                  | -     | 1999  | IEF      | SEPLAN     |
| Índice de Qualidade da Água          | -                    | -     | 1998  | FEAM     | SEPLAN     |
| Indicador de Disponibilidade Hídrica | l/s/km <sup>2</sup>  | -     | 1993  | COPASA   | SEPLAN     |
| Índ. Desempenho Tributário-Econ.     | -                    | -     | 1996  | TCE      | SEPLAN     |
| Municípios com gestão GPSM (SUS)     | (%)                  | -     | 1999  | SES      | SEPLAN     |
| Municípios com CMAS                  | (%)                  | -     | 1999  | SETAS    | SEPLAN     |
| Municípios com Com. Mun. Emprego     | (%)                  | -     | 1999  | SETAS    | SEPLAN     |
| Municípios com CODEMA                | (%)                  | -     | 1999  | FEAM     | SEPLAN     |

### 5.3. Matrizes de Planejamento Situacional

As matrizes de planejamento apresentadas a seguir sintetizam as contribuições levantadas durante a realização das oficinas de planejamento regional, a partir dos elementos de insustentabilidade e os fatores presentes de sustentabilidade nos processos e ações de desenvolvimento no Estado. Nelas estão contidas as questões de natureza comum para as regiões, bem como fatores recorrentes entre as diversas dimensões.

Na dimensão sócio-econômica evidencia-se como elementos de insustentabilidade:

- a questão do desemprego estrutural, a sazonalidade do trabalho no campo, a ocorrência do trabalho infantil, o incremento da ocupação no setor informal e a conseqüente precarização das relações de trabalho;

- a carência de mão-de-obra qualificada para projetos de desenvolvimento industrial e agrícola, a limitada educação profissionalizante e a baixa absorção de mão-de-obra em padrões produtivo-tecnológicos mais competitivos;
- o ressurgimento de doenças endêmicas, por deficiências na infra-estrutura social, particularmente o saneamento;
- a estrutura fundiária concentrada, a existência de terras improdutivas e as perspectivas de permanência no campo com as potencialidades da agricultura familiar, gerando conflitos pela posse da terra;
- os investimentos públicos que, ao longo do tempo, priorizaram os aspectos econômicos em detrimento das questões sócio-ambientais;
- os processos migratórios, o êxodo rural e concentração urbana provocadas por fatores convergentes de instabilidade econômica no campo e concentração de serviços sociais e urbanos; a pressão sobre a estrutura urbana e o surgimento de bolsões de pobreza e favelização;
- os processos de expansão urbana que, por ausência do planejamento e da ordenação urbanística, ampliam desnecessariamente os limites das cidades (por exemplo a RMBH), aumentando as necessidades de deslocamento e mantendo vazios urbanos que encarecem os custos da infra-estrutura e alimentam a especulação imobiliária;
- o déficit habitacional em cidades que tem implantado grandes projetos industriais, pela força de atração que esses investimentos provocam.

Nessa dimensão temos os seguintes fatores de sustentabilidade:

- a estrutura urbana equilibrada, capaz de absorver os impactos do processo de urbanização; a baixa densidade demográfica e a disponibilidade de terras;
- as políticas sociais e urbanas voltadas para a estruturação do espaço, a provisão habitacional, saúde e educação, que vem produzindo melhorias nos indicadores de desenvolvimento social;
- a heterogeneidade regional que possibilita investimentos diversificados; a revitalização de setores econômicos e a requalificação da força de trabalho que criam novas alternativas de emprego; as atividades do artesanato e o crédito popular (Banco do Povo), geradores de trabalho e renda;
- a potencialidade turística, grande absorvedora de mão-de-obra, presente em todas as regiões;
- os assentamentos rurais existentes, que reforçam as possibilidades da agricultura familiar;

- a relevância da educação na execução de programas de capacitação e qualificação profissional.

Na **dimensão produtiva – tecnológica** cabe destacar como elementos de insustentabilidade:

- a precariedade da infra-estrutura de transportes que compromete os fluxos de ligação interregional;
- o reduzido desenvolvimento da agricultura familiar, o baixo nível de capitalização da atividade agropecuária tradicional, a dificuldade de incorporação de novas tecnologia, de utilização da assistência técnica, do crédito rural, da comercialização e da agregação de valor à produção primária;
- os impactos da globalização nas diversas cadeias produtivas, a falta de formação gerencial e tecnológica de novos empreendedores, a carga fiscal e as dificuldades do crédito para as pequenas empresas;
- a falta de integração dos centros de pesquisa e das Universidades com as questões do desenvolvimento regional.

Nessa dimensão, são considerados fatores de Sustentabilidade:

- a disponibilidade de matéria-prima, insumos, mão-de-obra e infra-estrutura são atrativos para a instalação de grandes projetos industriais ou agrícolas;
- a reestruturação do setor industrial, incorporando tecnologia produtivas mais competitivas;
- as atividades agropecuárias em áreas menores e tecnologia adequada; o agro-negócio possibilitando maior valor agregado para produtos primários;
- desenvolvimento da atividade turística, sob suas variadas formas; a dinamização do setor de serviços e os extensos mercados internos regionais;
- a melhor integração com centro de pesquisa e universidades regionais.

Na dimensão geo-ambiental, surgem como elementos de insustentabilidade:

- comprometimento, em todas as regiões, da qualidade e quantidade dos recursos hídricos; a contaminação dos cursos d'água por esgotos domésticos, indústrias e agrotóxicos; os conflitos de uso agrícola e doméstico;
- a ausência de gestão adequada dos recursos hídricos, o baixo controle de atividades urbanas e industriais; o baixo percentual de áreas preservadas, acarretando processos erosivos, e assoreamento dos rios; a implantação de hidroelétricas e sistemas de irrigação sem o estudo dos efeitos cumulativos e aleatórios;

- a ausência de tratamento dos esgotos sanitários/industriais e de destinação final do lixo; os vetores de degradação ambiental, a mineração, o beneficiamento de metais pesados, a destruição de matas ciliares, a falta de proteção das nascentes, o manejo inadequado na criação de animais;
- desaparecimento a bio-diversidade regional, pela incorporação de novas áreas do cerrado ao processo produtivo, a substituição das áreas de cerrado pelo reflorestamento, com uso intensivo de adubos e defensivos;
- a pouca disseminação da Educação Ambiental.

Nessa dimensão, os fatores de sustentabilidade são representados por:

- a grande disponibilidade de recursos naturais, potencial hidroelétrico e fertilidade dos solos;
- a perenização dos rios e as micro-barragens abrem novas possibilidades de utilização da água; o potencial de irrigação, sem comprometimento das variáveis ambientais;
- a promoção do uso de tecnologia limpas e de combustíveis menos poluentes, como o gás natural;
- a presença de núcleos históricos, sítios naturais e infra-estrutura de suporte para incremento do turismo; os fatores e as vantagens locais;
- as experiências localizadas de Educação Ambiental.

Na **dimensão político-institucional** registramos como elementos de insustentabilidade:

- baixo desempenho tributário-fiscal, com significativa dependência dos municípios pelos repasses do FPM; a perda de competitividade devida à guerra fiscal, a ineficiência da fiscalização facilitando a evasão fiscal;
- as políticas públicas na área social são realizadas de forma pontual e carecem de institucionalização; a pulverização de recursos e superposição de ações; o planejamento público que reforça a concentração urbano-industrial; a falta de articulação dos níveis de Governo que atuam nas regiões;
- reduzida mobilização e participação popular dispersa; a falta de preocupação das lideranças regionais com as questões ambientais, a ausência de identidade geo-política em algumas regiões; a política cultural colocada em plano secundário; as legislações municipais vulneráveis à influência de grupos e interesses particularizados.

Para essa dimensão, registram-se como fatores de sustentabilidade:

- potencial para o aumento de receitas próprias dos municípios, em especial o ISS;

- articulação entre municípios e micro regiões nas políticas de interesse comum; a formação de consórcios intermunicipais; os comitês de Bacias e os planos de recursos hídricos para as diversas bacias, aguardando implementação; integração com universidades;
- as potencialidades locais; as iniciativas de natureza auto-gestionárias; o associativismo, favorecido pelo grande número de pequenos produtores;
- os sindicatos, ONGs, movimentos populares, associações comunitárias e de pequenos produtores trazem perspectivas de mudança e renovação no campo político-institucional.
- o rico patrimônio humano e cultural, manifesto em diversas formas de expressão; a consciência regional ou microrregional elevada.

# **TABELAS**

## REGIÃO 1 - CENTRAL

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos   |  | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade  |
|-----------------------------------|--|--|--|--|--|
|                                   |  | Ano 1  | Ano 2  |  |  |
| Sócioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 5.261.469<br>87,3<br>65,60<br>0,685<br>-       | 5.727.606<br>88,0<br>71,41<br>0,747<br>0,706   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região Central constitui a principal área de atração demográfica do Estado em função da concentração de investimentos e do efeito polarizador da RMBH, nela inserida, o que tem acentuado os desequilíbrios sócio-econômicos na sua área de influência.</li> <li>Os processos de expansão urbana, com os quais o poder público é conivente, pressionam a estrutura urbana das cidades de porte intermediário, provocando o surgimento de bolsões de pobreza, reforçando o quadro de desigualdades sociais.</li> <li>Os municípios mesmo quando dotados de legislação urbanística básica, carecem de aplicabilidade (implantação, fiscalização e controle), comprometendo as políticas de assentamento habitacional e localização de atividades dissociadas do controle de uso e ocupação do solo.</li> <li>O déficit habitacional e os custos crescentes do processo de morar (aluguel, IPTU, tarifas públicas) penalizam vastos contingentes populacionais, principalmente nas cidades de porte intermediário da região.</li> <li>Queda no índice de emprego formal, acarretando altas taxas de desemprego e formas precárias de trabalho, provocadas pela conjuntura econômica nacional através da reestruturação do setor produtivo, urbano e rural, bem como pelo baixo apoio à política da reforma agrária.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>As políticas urbanas voltadas para a estruturação do espaço, provisão habitacional, saúde e educação e trabalho constituem-se em importante instrumento de melhoria da qualidade de vida e de superação das desigualdades sociais da região.</li> <li>A recuperação de áreas urbanas degradadas deve contrapor-se à implantação de novos loteamentos e conjuntos habitacionais que ampliam desnecessariamente os limites das cidades nos processos de expansão urbana.</li> <li>A legislação urbana e, em particular, as leis de Perímetro e Parcelamento, constituem-se em importante mecanismo de controle da expansão urbana nas cidades de porte médio.</li> <li>A urbanização complementar das áreas urbanas, bem como as políticas de gerenciamento ambiental com vistas à expansão do turismo, podem favorecer à geração de empregos no conjunto da região de forma permanente.</li> </ul>   |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor Terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 4.450.32<br>2,1<br>41,8<br>56,1<br>8,4<br>74,4 | 4.682.63<br>2,1<br>39,7<br>58,2<br>6,1<br>83,0 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A grande concentração industrial em alguns municípios da RMBH (Belo Horizonte, Contagem, Betim) tende a aumentar o desequilíbrio intra-regional em termos da demanda por emprego, nível de renda e oferta de serviços.</li> <li>Fatores como a topografia, a reduzida fertilidade do solo e a estrutura fundiária contribuem para a baixa produção e participação do setor agropecuário no PIB regional.</li> <li>A qualidade da produção agrícola está comprometida pelos vetores de poluição ambiental.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O desenvolvimento de atividades agropecuárias em áreas menores e tecnologia adequada como olericultura, fruticultura, avicultura e pecuária leiteira.</li> <li>Disponibilidade de matéria-prima, insumos, mão-de-obra e infra-estrutura são atrativos para grandes projetos industriais.</li> <li>Possibilidades representadas pelo extenso mercado interno regional para o abastecimento alimentar, orientado por políticas de assistência, auto-organização e comercialização adequadas.</li> <li>Organização de incubadoras tecnológicas e cooperativas populares, para produção em micro e pequena empresa, nos maiores municípios industriais.</li> <li>Potencialidades para o desenvolvimento do Turismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>Agroturismo em pequenas e médias propriedades rurais, disseminado em toda região.</li> <li>Turismo Ecológico – nas imediações de Belo Horizonte (Região Kárstica, Serra do Cipó), na microrregião de Diamantina (Serra do Espinhaço), Ouro Preto, Tiradentes, São João Del Rei e em outros municípios da região.</li> <li>Estrada Real (Parati – São João Del Rei - Ouro Preto - Diamantina).</li> <li>Diamantina – Patrimônio Cultural da Humanidade.</li> <li>Turismo de eventos (RMBH e outros centros, Ouro Preto, São João Del Rei)</li> <li>Turismo de baixa estação articulado com as outras linhas de turismo.</li> <li>Produção artesanal em diversas manifestações das mais rústicas às mais sofisticadas gerando trabalho e contribuindo para o incremento do turismo.</li> <li>Projetos microrregionais de desenvolvimento – “Agências de Desenvolvimento” voltadas para o turismo (férias e eventos, ecológico, histórico), indústria e agro-negócios.</li> </ul> </li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 12,4<br>-<br>-<br>-                            | 16,4<br>7,9<br>53,98<br>10 a 20                | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de uma gestão adequada dos recursos hídricos principalmente nas Bacias dos rios - Velhas e Paraopeba, aliada ao baixo controle das atividades urbanas e industriais (minerio-metalúrgicas) tem causado o comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da região.</li> <li>O percentual de áreas preservadas é baixo em função das características naturais da região (relevo acidentado, geomorfologia frágil, existência de grande número de nascente), desencadeando processos erosivos, assoreamento dos cursos d'água e comprometendo a disponibilidade dos recursos hídricos.</li> <li>A rede urbana complexa e densa ocupa áreas impróprias, aumentando a demanda de uso não sustentável do espaço e dos recursos naturais.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Grande disponibilidade de recursos naturais, recursos hídricos, vegetação, reservas minerais.</li> <li>Presença significativa de núcleos históricos, sítios naturais e infra-estrutura de suporte para incremento da indústria turística.</li> <li>Localização geográfica privilegiada em relação aos grandes centros urbanos, articulando-se tanto com a região Sudeste quanto com o restante do país.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                          | 3,922<br>9,5<br>24,1<br>30,4<br>23,4           | <ul style="list-style-type: none"> <li>Desigualdade na distribuição de investimentos industriais eletivos, beneficiando algumas cidades em detrimento de outras, por interesses políticos.</li> <li>A mobilização social e a participação da sociedade ocorre nos municípios de forma isolada ou dispersa, apesar dos índices que aparecem nos indicadores agregados.</li> <li>O Estado não tem sabido lidar com a diversidade, pressupondo, em seus objetivos e planos, realidades homogêneas, e desrespeitando com isto as heterogeneidades, que conferem atratividade à região.</li> <li>O planejamento público tem reforçado a concentração urbano industrial na RMBH, em detrimento do restante da região.</li> <li>A política cultural é colocada em segundo plano, apesar da diversificada potencialidade da região.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A valorização de potencialidades locais pode elevar o nível das receitas municipais e reforçar formas de organização social, propiciando uma base político-institucional mais sustentável.</li> <li>Maior integração do Governo Estadual e prefeituras com os centros de pesquisas das universidades públicas e privadas da região, que já têm experiência na área do trabalho, para a formulação e suporte de programas geradores de trabalho e renda.</li> <li>Iniciativas de natureza auto-gestionárias presentes na região.</li> <li>Estudos da Prodemege – Turminas – Senac para a implantação da rede Turismo, com divulgação das potencialidades turísticas de 200 cidades, dentre as quais um significativo número de cidades da região central.</li> <li>Mais equilíbrio na distribuição e gestão dos recursos públicos e melhor articulação das políticas de interesses comum entre os municípios e microrregiões.</li> <li>Utilização de recursos tecnológicos nos processos de mudança cultural, na dinamização da economia regional e na organização para a sociabilidade entre os diversos grupos e interesses.</li> <li>Atração de novos investimentos turísticos através da associação de municípios turísticos e de sistemas de informação para investidores, com enfoque regional.</li> </ul>   |

Nota: Os mapas ( de n.º16 a 22), mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 2 - ZONA DA MATA

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos  |  | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|---|--|---|---|
|                                   |  | Ano 1   | Ano 2  |   |   |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 1.847.158<br>69,2<br>51,71<br>0,662<br>-        | 1.922.147<br>73,8<br>53,81<br>0,716<br>0,696<br>16,6 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A Zona da Mata tem seu processo de ocupação associado à expansão da cafeicultura e, no período mais recente, a acentuada e prolongada instabilidade econômica da agropecuária (café, pecuária leiteira e cana-de-açúcar) e da atividade industrial desencadeou processos de migração, êxodo rural e concentração urbana, os quais caracterizam a dinâmica demográfica e social da região, com reflexos sobre a rede urbana.</li> <li>A região apresenta uma agricultura diversificada em suas microrregiões, com predominância das culturas de café, cana-de-açúcar, arroz, fumo e fruticultura, as quais são desenvolvidas por médios e pequenos produtores, mas com desempenho instável e irregular, variando de acordo com as oscilações do mercado.</li> <li>A retomada econômica concentrada em poucos municípios da região reforça as desigualdades sociais e intraregionais, e o recente desenvolvimento industrial com base no setor automotivo privilegia a mão-de-obra qualificada em detrimento da população residente não qualificada.</li> <li>Os processos demográficos e socioeconômicos em curso estão configurando uma leve aceleração do processo de urbanização, pressionando por investimentos em infra-estrutura social e por bens e serviços de consumo coletivo.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar de sua concentração, a qualidade da infra-estrutura urbana de algumas cidades da Zona da Mata mostra-se capaz de absorver os impactos do processo de urbanização estimulado pelo dinamismo da economia urbana.</li> <li>O crescente mercado consumidor urbano, notadamente na microrregião de Juiz de Fora, demanda o abastecimento por gêneros primários, com potencial de dinamização e reestruturação da agricultura nos municípios localizados na sua área de influência.</li> <li>A agricultura familiar e a produção artesanal podem ainda ser estimuladas nas microrregiões situadas ao longo da antiga "Estrada Real", a qual apresenta elevado potencial para o desenvolvimento vinculado ao turismo sustentável.</li> <li>Iniciativas como o Banco do Povo (Juiz de Fora e Muriaé) e o Consórcio Intermunicipal possibilitam a construção e o fortalecimento de relações socioeconômicas que contribuem para a conformação de um modelo alternativo de desenvolvimento, condizente com a realidade da região, orientado para ampliar a inserção social nos processos econômicos e para melhorar a qualidade da oferta de serviços públicos.</li> <li>Por outro lado, a revitalização de alguns setores como o de confecções, em bases associativas, assim como a requalificação da força de trabalho podem contribuir para a criação de novas alternativas de emprego, dinamizando a economia regional.</li> </ul>                                      |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 2.379,39<br>11,6<br>29,2<br>59,2<br>4,3<br>78,2 | 2.731,84<br>12,3<br>29,7<br>58,0<br>4,8<br>78,3      | <ul style="list-style-type: none"> <li>A prolongada instabilidade econômica é responsável pelo baixo PIB per capita, superior apenas aos das regiões do Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, provocando a redução das receitas públicas municipais, produzindo elementos de insustentabilidade social e econômica e baixa capacidade de investimento do setor agrícola e industrial regional.</li> <li>A produção industrial apresenta-se relativamente concentrada e com um certo grau de especialização nos setores têxtil e de confecções, moveleiro e agroindustrial, provocando desequilíbrios intraregionais.</li> <li>A falta de manutenção e/ou adequação da infra-estrutura de transportes regional, considerando as limitações da BR 267 e a precariedade do Aeroporto de Juiz de Fora, configuram um obstáculo à interligação da região aos centros dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento regional.</li> <li>Os centros de pesquisa e as universidades da região encontram-se insuficientemente integrados às questões da comunidade regional.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A expansão do agronegócio, como ocorre na reorganização da cadeia agroalimentar do leite - no "Circuito do Queijo" (Rio Pomba-Ubá), vem possibilitando a revitalização da economia regional, inclusive com a adoção de padrões tecnologicamente mais intensivos. <ul style="list-style-type: none"> <li>A região apresenta potencial para o fortalecimento da agricultura familiar, a qual pode se associar à suinocultura, à fruticultura, à pecuária leiteira e à produção de peixes ornamentais para o mercado nacional e internacional (Muriaé), com uma eventual integração vertical da produção.</li> <li>Existe também a possibilidade de aceleração do desenvolvimento agroindustrial derivado da revitalização das usinas de álcool na microrregião de Ponte Nova, com a retomada do PRÓ-ÁLCOOL.</li> </ul> </li> <li>O setor industrial encontra-se em processo de expansão e reestruturação, inclusive em decorrência dos investimentos no setor automotivo e da modernização de atividades industriais historicamente importantes para a região, denotando acelerações na incorporação de tecnologias produtivas mais competitivas, com possibilidade de impactar a rede urbana regional e as suas economias urbanas.</li> <li>A presença da UFV, da UFJF e do Instituto Cândido Tostes, alguns dos principais centros de pesquisa locais, pode favorecer a conformação de um padrão produtivo tecnológico adequado às características regionais.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 11,2<br>-<br>-<br>-                             | 11,4<br>1,6<br>61,75<br>10 a 20                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de tratamento de esgotos sanitários e industriais e a inadequação da destinação final dos resíduos sólidos urbano-industriais e hospitalares levam à degradação dos solos e dos recursos hídricos. Os rios apresentam contaminação por tóxicos de média à alta.</li> <li>Na microrregião de Ponte Nova, constatam-se impactos ambientais negativos decorrentes da implantação em série de hidrelétricas sem estudo dos efeitos cumulativos. Além disso, nessa microrregião é significativo o desenvolvimento da suinocultura que lança seus dejetos <i>in natura</i> nos cursos d'água.</li> <li>É baixo o percentual de áreas de preservação ambiental diante da necessidade de garantir a biodiversidade, bem como em função da conservação do solo, considerando a predominância do relevo acidentado na região.</li> <li>O relevo muito acidentado, característica predominante da região, dificulta a mecanização da atividade agrícola, explicando em parte a utilização dos métodos tradicionais da agropecuária.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Alta disponibilidade de recursos hídricos com potencial para aproveitamento hidroelétrico de pequeno porte.</li> <li>A ocorrência de sítios naturais e parques (Estaduais do Ibitipoca e da Serra do Brigadeiro e Nacional do Caparaó), com elevado potencial turístico.</li> <li>A inclusão da bacia do Rio Paraibuna no Programa de Despoluição do Rio Paraíba do Sul constitui importante iniciativa para ampliar as possibilidades do desenvolvimento sustentável das microrregiões localizadas na sua bacia.</li> <li>A disponibilidade de recursos hídricos e as condições climáticas favoráveis possibilitam incrementar o desenvolvimento e a diversificação da agropecuária, em especial nos vales.</li> <li>A recuperação/melhoria do sistema rodo-ferroviário existente e a posição central da macrorregião em relação aos grandes centros consumidores do país - Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, são pontos positivos que podem ajudar a impulsionar o desenvolvimento turístico e industrial regional.</li> </ul>   |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 1,003<br>1,0<br>16,9<br>14,1<br>8,5                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região apresenta distintos estágios e formas de articulação interinstitucional e inter-regional, limitando a formação de uma consciência regional que reforce os aspectos comuns, sem prejuízo das especificidades sub-regionais. Nota-se uma baixa capacidade para lidar com a gestão dos bens de consumo coletivo e com os investimentos em infra-estrutura social no plano regional. As políticas intermunicipais são conflitantes e geram desperdício e pulverização dos recursos existentes em ações superpostas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Observa-se um sub-aproveitamento dos recursos humanos na área de planejamento, especialmente se considerar o acervo institucional existente.</li> </ul> </li> <li>A Zona da Mata apresenta um baixo desempenho tributário-fiscal, sendo significativa a dependência dos municípios pelos repasses do FPM. Apenas nos municípios que concentram atividades econômicas urbano-industriais, observa-se uma maior autonomia local para lidar com as políticas públicas e com a demanda pelos serviços sociais.</li> <li>Há uma implantação ainda incipiente dos sistemas institucionais de regulação e implementação das políticas sociais de assistência, trabalho e meio ambiente.</li> <li>O conhecimento acerca dos efetivos fatores de retrocesso da economia regional são ainda precários, sendo poucos os estudos sobre as tendências regionais e sua inserção no desenvolvimento nacional e global, sugerindo a insuficiência de uma maior articulação entre os centros de pesquisa e universidades locais, especialmente UFJF e UFV, e a coordenação do Estado, para o enfrentamento das questões regionais, no campo socioeconômico, produtivo-tecnológico e ambiental.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar da forte dependência dos municípios da Zona da Mata em relação aos repasses do FPM, iniciativas de modernização administrativa no âmbito do Programa de Desenvolvimento Tributário e Modernização de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda - BID podem ampliar as possibilidades de fortalecimento dos governos locais.</li> <li>A experiência do Consórcio Intermunicipal no campo do planejamento regional amplia as possibilidades de melhorias no quadro político-institucional e cultural, através da consolidação de novos fóruns e espaços de reprodução de experiências de gestão pública integrada.</li> <li>Além da presença de universidades de grande porte e relevância para a região, destaca-se a existência de ONG's/organizações da sociedade civil, como referências institucionais importantes para a consolidação de um quadro político-institucional e cultural que contribua para a configuração de projetos, programas e ações orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável na região, a partir de experiências já existentes no plano das políticas sociais locais.</li> </ul>   |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

# REGIÃO 3 - SUL

## MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos      |           | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|-----------|-----------|--|---|
|                                   |  | Ano 1     | Ano 2     |  |   |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 2.082.001 | 2.222.835 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Região de ocupação antiga, já consolidada, o Sul apresenta uma dinâmica demográfica e social que vem sendo impactada pelas características da economia rural e pelos recentes avanços do processo de descentralização industrial do Estado de São Paulo.</li> <li>Ocorreu, na região, nas últimas décadas, uma migração rural intensa, gerando pressão na estrutura urbana de alguns pólos regionais, provocada pelo desemprego no campo e pelas transformações recentes da sua agricultura.                             <ul style="list-style-type: none"> <li>O emprego rural se caracteriza pela sazonalidade.</li> </ul> </li> <li>Observa-se a presença de problemas sociais comuns aos centros urbanos da região, em decorrência do deslocamento de indústrias paulistas para o Sul de Minas, o que é favorecido pela proximidade com este Estado e pela qualidade da rede viária.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A diversificação da unidade de produção familiar, com a execução de trabalhos não agrícolas, tais como, o turismo rural, o artesanato, o lazer e serviços profissionais especializados, oferecem uma nova opção de renda, modernizando as unidades familiares.</li> <li>A heterogeneidade da região possibilita investimentos diversificados nos ramos e setores da economia regional, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a melhoria da qualidade de vida da população.</li> <li>A dinamização dos programas específicos para capacitação/qualificação de trabalhadores, segundo a demanda e possibilidades da economia regional, pode ampliar as possibilidades de inserção dos trabalhadores no processo de desenvolvimento industrial da região.</li> <li>A presença de uma estrutura urbana equilibrada oferece condição de atender a demanda por moradias e serviços urbanos básicos oriunda do processo de industrialização recente.</li> </ul>   |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 2.850,02  | 3.243,60  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O produto da agropecuária e, sobretudo, sua participação no PIB regional vêm decrescendo, o que se relaciona com a permanência da monocultura do café e com o baixo nível de desenvolvimento da agricultura familiar, devido à retração da pecuária leiteira.                             <ul style="list-style-type: none"> <li>A modernização do setor de laticínios e a abertura do mercado internacional têm produzido diversos impactos na economia regional, implicando, num primeiro momento, numa desarticulação de padrões produtivos tradicionais.</li> </ul> </li> <li>O setor industrial da região mostra-se territorialmente concentrado nos principais pólos regionais, apesar de vir assumindo uma importância relativa crescente na economia da região. Recentemente, o processo de descentralização da indústria paulista vem se refletindo numa dinamização da economia industrial do Sul, a qual contudo tem sido marcada pela concorrência intermunicipal por novos investimentos, comprometendo as condições tributário-fiscais dos municípios.</li> <li>O turismo é uma atividade importante para a região, apresentando entretanto deficiências na infra-estrutura de serviços.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>A Região do Sul de Minas possui um grande potencial de desenvolvimento diversificado do setor agropecuário, com destaque para a avicultura, café, leite, fruticultura de clima temperado, morango, banana, laranja, batata e cana-de-açúcar.</li> <li>A modernização de setores agropecuários tradicionais e a diversificação das atividades agrícolas possibilitam a dinamização do setor e o incremento agroindustrial, agregando valor à produção primária.</li> <li>A região apresenta um setor industrial dinâmico e diversificado, com diversas especializações sub-regionais e locais, o qual vem se expandindo, inclusive com as possibilidades abertas pela duplicação da BR 381, ampliando as suas vantagens locacionais.</li> <li>Setores industriais de ponta e de diversos perfis tecnológicos são encontrados na região, com destaque para o pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí e para as indústrias de transportes, mecânica e química de Lavras, Varginha, Pouso Alegre e Três Corações.</li> <li>A região tem grande potencial de desenvolvimento da indústria do turismo, geradora de emprego e renda. O agroturismo e o turismo ecológico têm potenciais disseminados em toda região: estâncias hidrominerais, região de Poços de Caldas, entorno do Lago de Furnas, região de Monte Verde, ao longo da Serra da Mantiqueira (no limite entre Minas, Rio e São Paulo), e o Circuito das Terras Altas da Mantiqueira.</li> <li>A forte presença de centros de ensino de tecnologia e pesquisa na região possibilita várias articulações com os processos de desenvolvimento regionais, como por exemplo na formulação de programas de capacitação da mão de obra, para os diversos setores (Lavras, Alfenas, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e outros).</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 6,6       | 7,7       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Observa-se o comprometimento dos recursos hídricos devido às atividades urbanas, industriais, agroindustriais e mineradoras.</li> <li>Nota-se a ocorrência de alta e média contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos.</li> <li>Eutrofização do Lago de Furnas.</li> <li>Ausência de tratamento de esgotos sanitários e industriais e de destinação final de lixo urbano e industrial.</li> <li>Impacto ambiental pela presença de novas indústrias em decorrência do processo de descentralização industrial.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Grande disponibilidade de recursos hídricos, fertilidade do solo e clima favorável para o desenvolvimento de uma agropecuária nos padrões de sustentabilidade.</li> <li>Estâncias hidrominerais, sítios naturais e históricos são potenciais turísticos da região.</li> <li>Localização geográfica privilegiada em relação aos grandes centros de consumo do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.</li> <li>A predominância do bioma da Mata Atlântica combinada com a área do cerrado, garantem a biodiversidade.</li> <li>A localização privilegiada em relação aos mercados consumidores, a densidade e a qualidade da malha viária intraregional, bem conectada com a de São Paulo, são fatores de atração das indústrias paulistas, dinamizando-a economia regional.</li> </ul>   |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -         | 1,244     | <ul style="list-style-type: none"> <li>A base econômica fiscal é ainda precária e os municípios apresentam dependência pelas transferências federais e estaduais. Além disso, o processo de concorrência intermunicipal por novos investimentos tem impactado as condições tributário-fiscais municipais.                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Os governos municipais apresentam um desempenho inferior às possibilidades oferecidas pelo perfil socioeconômico da região, com baixa participação dos recursos de receitas tributárias próprias no conjunto das receitas correntes.</li> </ul> </li> <li>O processo de mobilização da participação popular ocorre segundo níveis diferenciados entre os diversos segmentos da sociedade, a qual apresenta um perfil relativamente conservador, o que se relaciona com a sua ocupação histórica antiga e já consolidada.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>O quadro de concorrência fiscal demanda a revisão das políticas tributárias, a partir da racionalização e preservação de iniciativas benéficas para os objetivos do desenvolvimento sustentável.</li> <li>A presença organizada de um grande número de agricultores familiares constitui um potencial para a formação de grupos mais autônomos de produção e comercialização.</li> <li>A ocorrência de sazonalidade do trabalho na região aponta a necessidade do fortalecimento da organização dos trabalhadores para a formulação de uma política de valorização do trabalho.</li> <li>A presença de órgãos voltados para questões ambientais (Comitês de Bacias e Codemas), acima da média estadual, favorece a formulação de uma política direcionada para a conscientização da população na preservação da qualidade dos mananciais e dos recursos hídricos regionais.</li> <li>Articulação entre as diversas universidades/centros de pesquisas e demais instituições de ensino com a comunidade regional.</li> <li>Situação locacional privilegiada da região, possibilitando uma maior articulação político institucional e cultural com o grande eixo Rio-São Paulo.</li> </ul>   |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

**REGIÃO 4 - TRIÂNGULO**

**MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE**

| Dimensões                               | Indicadores Estratégicos   | Anos      |           | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|---|--|-----------|-----------|---|---|
|   |  | Ano 1     | Ano 2     |   |   |
| Socioeconômica                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 1.081.901 | 1.180.238 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O processo de ocupação recente do Triângulo foi intensificado por movimentos migratórios oriundos da região Centro-Oeste do Brasil e por deslocamentos rural-urbanos que propiciaram concentração populacional, especialmente nas cidades de Uberlândia e Uberaba, pressionando suas infra-estruturas.</li> <li>A dinâmica demográfica e social dessa região que funciona como pólo de atração populacional exprime um processo de crescimento intenso, urbanizador e regionalmente concentrado, expresso no grau de urbanização do Triângulo, o mais elevado do Estado.</li> <li>No Triângulo, o elevado grau de urbanização exprime características da dinâmica econômica regional do agronegócio, no qual sobressai um padrão produtivo-tecnológico expulso de mão-de-obra rural e marcado pela hegemonia de grandes grupos e pela ocorrência da maior concentração fundiária do Estado, refletindo-se nos conflitos pela posse da terra nas microrregiões de Uberlândia, Ituiutaba e Frutal, notadamente na região do Pontal do Triângulo, onde esses conflitos são antigos e intensos.</li> <li>Lideranças patronais e políticas dificultam o processo de abertura para desenvolver uma política agrária desconcentrada, o que é reforçado pela pequena representatividade dos pequenos produtores e trabalhadores rurais perante as lideranças regionais.</li> <li>A infra-estrutura social no meio rural associada à falta de alternativas para as unidades de produção familiares e à limitada mobilização/organização do associativismo comunitário estimulam o êxodo rural.</li> <li>O padrão produtivo-tecnológico da economia do Triângulo, seja no campo, seja na economia urbano-industrial, marcado por soluções poupadoras de trabalho, contribuem para a precarização das relações de trabalho e para as restrições na oferta de emprego, refletindo negativamente nessas cidades que já apresentam os problemas sociais comuns às grandes capitais, como o aumento da taxa de crimes violentos, a mais alta de todo o Estado.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Triângulo apresenta uma boa qualidade de infra-estrutura social e urbana e detém as melhores condições de vida do Estado, com destaque para a cidade de Uberlândia, apesar das pressões decorrentes do processo de urbanização e da tendência de metropolização. <ul style="list-style-type: none"> <li>É elevada a disponibilidade de equipamentos e serviços de consumo coletivo, notadamente no meio urbano, o que atenua os eventuais efeitos negativos decorrentes do processo de urbanização e do crescimento demográfico.</li> </ul> </li> <li>A existência de cerca de 3 mil famílias cadastradas no INCRA possibilita a agilização de um processo de entendimento que pode se traduzir numa política conciliatória de distribuição de terra, favorecendo a formatação/implantação de projetos agrários que integrem os pequenos produtores rurais ao processo dinâmico da economia do Triângulo.</li> <li>A mão-de-obra no meio rural pode ser favorecida pela incorporação de tecnologias e beneficiamento/transformação da produção associada à disponibilidade de energia existente na região.</li> <li>A tendência de expansão da economia urbana, sobretudo do setor terciário, ainda que concentrada nos pólos regionais, associada a ações de qualificação da força de trabalho e de sua organização em formas cooperativas/solidárias de produção, podem contribuir para melhorar as condições de emprego e ocupação no Triângulo, atenuando os problemas gerados pelo elevado padrão tecnológico dos setores mais dinâmicos de sua economia.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 3.775,84  | 4.337,35  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Triângulo possui uma economia agrícola especializada, onde se pratica uma agricultura de alto nível tecnológico, poupadora de mão de obra, explorada por grandes proprietários, articulados com o setor agroindustrial, que vem restringindo as oportunidades dos pequenos produtores rurais. <ul style="list-style-type: none"> <li>As possibilidades de desenvolvimento das atividades agropecuárias no baixo Rio Grande encontram-se limitadas pela ocorrência de períodos de seca ou de estiagem, apesar da área possuir solos férteis e topografia suave.</li> </ul> </li> <li>O desenvolvimento industrial concentra-se nos pólos regionais, caracterizando-se por uma razoável diversificação da pauta produtiva, com predominância do agronegócio e com a presença crescente de inversões de elevado padrão tecnológico, poupadoras de mão-de-obra, com efeitos perversos sobre as condições de emprego na região.</li> <li>Observa-se uma concentração territorial do setor terciário nas principais cidades da região, produzindo uma rede urbana regional extremamente polarizada pelos seus dois maiores centros, Uberlândia e Uberaba.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>O alto nível de desenvolvimento tecnológico agrícola do Triângulo tende a auxiliar ou melhorar as condições de produção do setor, o qual apresenta possibilidades de expansão dos agronegócios de genética bovina, da pecuária de corte e de leite, da avicultura e da fruticultura, em todos os elos da cadeia produtiva, repercutindo positivamente nas economias urbanas. <ul style="list-style-type: none"> <li>A experiência local com a cultura da seringueira aponta para uma nova alternativa produtiva, a qual apresenta a vantagem de absorver mão-de-obra.</li> <li>O mercado constituído pelos pólos regionais representa um potencial de consumo para produtos hortifrutigranjeiros, favorecendo o aparecimento de um cinturão verde no seu entorno.</li> <li>O grande potencial para a agropecuária existente na área do baixo Rio Grande possibilita a implantação de um programa de irrigação.</li> </ul> </li> <li>O setor industrial do Triângulo encontra-se em um processo de expansão, ainda que relativamente concentrado, no qual se destacam inversões na agroindústria e nos setores químico, têxtil, de couro, de madeira, de minerais não-metálicos, de transporte, de plásticos, eletro-eletrônicos, etc.</li> <li>O Triângulo constitui um dos principais pólos do comércio atacadista brasileiro.</li> <li>O setor de serviços da região tem se dinamizado muito, com destaque para os serviços ligados à telecomunicação, como exemplificam os diversos <i>call centers</i> instalados pela Algar em Uberlândia.</li> <li>A infra-estrutura econômica da região favorece o desenvolvimento de diversas atividades produtivas e apresenta boa articulação com os centros de pesquisa tecnológica e universidades, com destaque para a Universidade Federal de Uberlândia.</li> </ul> |
| Geoambiental                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 10,0      | 9,0       | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de uma gestão adequada dos recursos hídricos aliada aos crescentes conflitos de uso dos mesmos e ao controle insuficiente das atividades agropecuárias e sobretudo urbano-industriais tem causado o comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, especialmente nos pequenos afluentes dos rios Grande e Paranaíba, no interior da região.</li> <li>O desaparecimento da biodiversidade regional devido às atividades agroflorestais, agrícolas e pastoris é agravado pela inexistência de áreas de conservação representativas dos ecossistemas regionais.</li> <li>Os diversos frigoríficos existentes na região, abastecedores dos grandes centros, constituem um dos principais vetores de degradação ambiental, despejando os efluentes diretamente nos cursos d'água sem tratamento adequado.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Definida geograficamente pelos rios Paranaíba e Grande, a região possui vários aproveitamentos hidroelétricos, com potencial de se criar novas alternativas econômicas, como a aquicultura e o turismo aquático.</li> <li>A topografia suave da região, aliada às características físicas do solo e à disponibilidade hídrica, facilita a adoção da prática da mecanização e da irrigação, elevando o nível tecnológico do setor agrícola.</li> <li>A localização geográfica privilegiada no centro do país favorece o desenvolvimento dos setores industrial e comercial e confere à região a condição de entreposto.</li> </ul>  |
| - 1 - Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.º S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>       | -         | 3,822     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar do bom desempenho dos indicadores tributário-fiscais no plano regional, observa-se uma predominância dessa melhor performance nos municípios de maior porte, nos quais encontram-se concentradas as atividades econômicas mais dinâmicas.</li> <li>Verifica-se, além disso, a concentração de incentivos fiscais, especialmente para o setor industrial, nos municípios polarizadores da região.</li> <li>O sistema produtivo hegemônico não favorece uma cultura organizacional que privilegie os interesses dos pequenos produtores rurais, o que reforça a ausência de um sistema cooperativo organizacional de pequenos produtores, os quais, na condução do seu processo produtivo, mostram-se dependentes das grandes cooperativas.</li> <li>Observa-se falta de preparo ou despreocupação das lideranças regionais com as questões ambientais.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região apresenta bons indicadores tributário-fiscais, os quais expressam uma relativa autonomia dos governos locais na condução das políticas públicas.</li> <li>A política fundiária pode favorecer a integração dos pequenos e médios produtores e dos trabalhadores rurais sem terra na dinâmica econômica agrícola.</li> <li>A conclusão e a implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias de Afluentes do Rio Paranaíba e do Plano de Irrigação do Baixo Rio Grande podem incrementar o desenvolvimento da região.</li> <li>A região apresenta elevada mobilização em torno da gestão das políticas públicas setoriais, exceto no que diz respeito aos aspectos ambientais, visto que poucos municípios possuem CODEMA's.</li> <li>Destaca-se, no Triângulo, a presença de organizações sociais já tradicionais, de forte presença na região, as quais encontram-se em processo de renovação.</li> <li>Culturalmente, o Triângulo apresenta uma consciência regional elevada, a qual favorece o entendimento e a mobilização em torno de ações orientadas para combater os problemas locais, sendo possível ampliar as interfaces entre as redes de pesquisa e universidades locais com a sociedade e os setores produtivos.</li> </ul>  |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

# REGIÃO 5 - ALTO PARANAIBA

## MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos  | Anos  |  | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|---|---|--|---|---|
|                                   |   | Ano 1   | Ano 2  |   |   |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>               | 513.747<br>76,4<br>13,96<br>0,671<br>-<br>13,2  | 555.349<br>80,0<br>15,09<br>0,749<br>0,613<br>15,9 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O processo de ocupação recente do Alto Paranaíba caracterizado por programas de ocupação do cerrado, transformou o vazio demográfico regional através de investimentos públicos e privados e financiamentos em projetos agrícolas, que priorizaram os aspectos econômicos sem considerar as questões sócio ambientais.</li> <li>Precárias condições de trabalho para os trabalhadores bóias-frias da região que são contratados para atividades de caráter temporário nas diferentes culturas.</li> <li>Carência de mão de obra qualificada em alguns setores, notadamente na indústria e serviços como a mecanização agrícola, devido a limitada educação profissionalizante, especialmente de nível médio.</li> <li>A ocorrência de movimentos migratórios rural- urbano, tem refletido negativamente nas áreas urbanas, em função da dificuldade de absorção da mão de obra de baixa qualificação oriunda do campo</li> <li>Parte da população regional, especialmente nas pequenas comunidades, tem utilizado água contaminada por esgotos domésticos, comprometendo a saúde de seus habitantes, com o surgimento de endemias.</li> <li>Atendimento médico hospitalar para as populações mais carentes é deficiente</li> <li>Porcentagem de trabalho infantil acima da média do Estado.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>O dinamismo econômico que vem ocorrendo na região nos anos recentes através da incorporação de novas áreas de cerrado no processo produtivo está sofrendo ainda, um processo de expansão com possibilidade de absorção de mão-de-obra.</li> <li>A disponibilidade de terras ainda existentes viabiliza a política de assentamento (reforma agrária), assegurando ocupação para os membros das famílias assentadas.</li> <li>A baixa densidade demográfica das cidades da região permite uma melhor estruturação dos núcleos urbanos gerando melhoria na qualidade de vida.</li> <li>Novos investimentos nos setores econômicos possibilita a geração de emprego e renda com conseqüente melhoria das condições de vida da região.</li> <li>Capacitação da mão de obra, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho na região.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/ 1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 3.084,73<br>33,3<br>24,3<br>42,4<br>5,5<br>82,1 | 3.300,48<br>32,4<br>23,6<br>44,0<br>7,1<br>86,0    | <ul style="list-style-type: none"> <li>O setor industrial da região é incipiente e vem perdendo participação em relação aos demais setores sendo concentrados nas microrregiões de Araxá e Patos de Minas.</li> <li>A base econômica regional está fundamentada na agropecuária com padrões produtivo tecnológico elevado em algumas áreas e tradicional em outras, gerando fatores de insustentabilidade sócio ambiental e econômica.</li> <li>A política econômica para a agropecuária vem expulsando da atividade os pequenos produtores rurais que encontram sem opção e estão migrando para as periferias das cidades.</li> <li>Abertura de novas áreas do cerrado para exploração agropecuária caracterizada por grandes programas de ocupação, produziu elementos de insustentabilidade econômica, contribui para estimular a migração rural-urbana e desarticulou a economia dos pequenos produtores.</li> <li>Pouca valorização da potencialidade turística da região.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região possui um grande potencial para a exploração agropecuária com alto nível de tecnologia para diversos produtos, especialmente milho, café, leite, fruticultura tropical, tomate e cenoura, batata e demais hortigranjeiros, observados os padrões de sustentabilidade no que se refere a irrigação.</li> <li>Grande potencial para o crescimento da agroindústria, observando as condições de sustentabilidade.</li> <li>A agricultura familiar atua como potencialidade para a retenção dos trabalhadores no campo, tendo em vista a produção razoável de frutas, milho, leite e hortaliças e uma agroindústria caseira complementar à renda familiar, ainda existente na região.</li> <li>A atividade turística já existente em alguns municípios oferece possibilidades de expansão, através do turismo rural e ecológico nas áreas de estâncias hidrominerais de Araxá e Patrocínio (Serra Negra) constituindo-se em nova opção econômica e geradora de ocupação e renda.</li> </ul>               |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>  | 3,7<br>-<br>-<br>-                              | 6,4<br>0,7<br>62,47<br>10 a 20                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de uma gestão de recursos hídricos e o controle insuficiente das atividades agropecuárias, grande consumidora de insumos modernos, as mineradoras, disposição inadequada dos resíduos sólidos e o lançamento dos esgotos domésticos sem tratamento, tem causado o comprometimento da qualidade da água.</li> <li>Comprometimento sério da biodiversidade regional devido às atividades agropastoris que vem incorporando novas áreas de cerrado ao processo produtivo;</li> <li>Os projetos de ocupação nas áreas de cerrado estão apresentando complicações ambientais, devido ao uso intensivo da água, gerando conflitos potenciais no uso da mesma.</li> <li>Não existe unidade de conservação identificada na região.</li> <li>A mineração e beneficiamento de metais pesados, estão colocando em risco o complexo do Barreiro em Araxá.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade de recursos hídricos aliada à topografia suave e às características físicas e químicas dos solos favorecendo o desenvolvimento de uma agricultura irrigada nos padrões de sustentabilidade.</li> <li>A conclusão e a implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos para as bacias de afluentes do Rio Paranaíba estimulará o desenvolvimento sustentável da região.</li> <li>Os recursos minerais, fosfato, nióbio, água mineral, calcário e argila oferecem possibilidades para ampliar a sua exploração desde que observadas as condições de sustentabilidade.</li> <li>Estância Hidromineral de Serra Negra, Termas de Araxá e atividade agropecuária, constituem potencial turístico.</li> </ul>   |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>       | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 1,518<br>22,6<br>45,2<br>25,8<br>22,6              | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os municípios possuem limitada capacidade de geração de receitas próprias, dependendo significativamente de transferências.</li> <li>A governabilidade está comprometida pela desarticulação dos diversos níveis de governo que atuam na região.</li> <li>Ausência na região de organização de trabalhadores e de pequenos produtores rurais, tem dificultado a promoção de políticas públicas para apoiar a produção agrícola de modo ambientalmente sustentável.</li> <li>A presença de Conselhos de Assistência Social, Emprego e Meio Ambiente, é ainda baixa, se observadas as precárias condições de vida de alguns segmentos da população.</li> <li>Reduzida mobilização e participação popular, bem como limitada presença de entidades não governamentais, dificultando a solução de seus problemas pela via da articulação política e/ou por experiências de gestão inovadoras.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência, na microrregião de Patos de Minas, de uma central de associações comunitárias (47 associações) de caráter intermunicipal, contribuindo para a organização da produção e da comercialização e ainda para a formação de consciência e identidade cultural em bases auto-gestionárias.</li> <li>Acompanhamento institucional das relações de trabalho poderá melhorar as condições ocupacionais dos contingentes de mão-de-obra temporária na região.</li> <li>Experiências pontuais de conscientização e extensão das formas de controle ambiental, do uso do solo e de recursos hídricos a todo tipo de propriedade.</li> <li>Agências de desenvolvimento integradas contando com a participação de representantes do governo estadual.</li> <li>Existência de um hospital regional, com demanda de ampliação das instalações físicas e diversificação de especialidades médicas, principalmente na área de oncologia.</li> <li>Consórcio Municipal de saúde quase plenamente instalado.</li> </ul> |

Nota: Os mapas (de n.º 16 a 22) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 6 - CENTRO-OESTE

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos  |  | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|---|--|--|---|
|                                   |  | Ano 1   | Ano 2  |  |   |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 859.421<br>79,4<br>27,25<br>0,673<br>-<br>15,6  | 929,015<br>83,2<br>29,45<br>0,737<br>0,652<br>17,5 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de escolaridade da população adulta, apontando uma inadaptação quanto às exigências do setor industrial.</li> <li>O ressurgimento de doenças endêmicas tem pressionado a oferta de serviços de saúde pública a exemplo da dengue.</li> <li>Ocorrência de problemas habitacionais nas cidades com indústrias especializadas em fogos, calçados, móveis e fundição que absorvem maior contingente de mão-de-obra.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O grau de urbanização é bastante elevado (83,2%) e a estrutura urbana equilibrada oferecendo boas condições de vida aos habitantes.</li> <li>A estrutura fundiária, com predomínio de pequenas e médias propriedades, favorece o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.</li> <li>A rede educacional pode contribuir para a execução de programas de capacitação profissional articulada com as necessidades do desenvolvimento regional.</li> <li>Revigoração e aumento de competitividade dos segmentos produtivos (confeções, calçados, móveis) em alguns municípios da região que utilizam ocupação intensiva de mão de obra com, inclusive programas de capacitação e ou requalificação profissional.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 2.653,46<br>16,1<br>32,7<br>51,2<br>5,6<br>87,3 | 2.876,42<br>15,6<br>34,3<br>50,1<br>6,4<br>87,5    | <ul style="list-style-type: none"> <li>A falta de formação gerencial e tecnológica dos empreendedores regionais inibe a visão mercadológica dos mesmos e impede o crescimento e a diversificação das empresas.</li> <li>A logística de transporte é sub-utilizada e o sistema viário apresenta deteriorações e estrangulamentos, diminuindo a competitividade dos produtos locais.</li> <li>Inexiste interação entre as Universidades/Faculdades e a região, e ocorre uma baixa oferta ( poucas opções) de educação tecnológica de nível médio.</li> </ul>                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região é tradicional produtora de leite, aves e suínos, apresentando condições favoráveis para a diversificação agroindustrial vinculada ao beneficiamento desses produtos.</li> <li>Exploração do turismo de lazer (Lago de Furnas e Parque Nacional da Serra da Canastra), negócios, eventos, e transformação das festividades e manifestações culturais locais em atrativos turísticos.</li> <li>Parque industrial diversificado e espacialmente distribuído em vários municípios..</li> <li>Significativa presença da cafeicultura e da olericultura ao longo do eixo regional da Fernão Dias.</li> <li>Grandes áreas produtoras de açúcar e álcool em usinas de grande porte (Japaraíba, Luz, Lagoa da Prata, Iguatama) ou de pequeno porte (Divinópolis, etc.) podendo ser muito beneficiadas por programas de alteração da matriz energética predominante, em direção à biomassa, em particular em pequenas propriedades. A região também pode ser muito beneficiada em programas de verticalização da agricultura familiar por sua tradição produtora de doces, bebidas, etc.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 5,6<br>-<br>-<br>-                              | 7,6<br>2,0<br>58,39<br>10 a 20                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência de tratamento dos esgotos urbanos e industriais, aliada ao inadequado destino final do lixo, juntamente com os resíduos das atividades agropecuárias e mineradoras comprometendo a qualidade dos corpos d' água.</li> <li>Baixo índice de área de reservas naturais, representativas da biodiversidade regional.</li> <li>Existência de minerações predatórias e disposição de lixo industrial clandestino decorrente da falta de integração entre o executivo (fiscalização) e o judiciário (ação penal e criminal).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Elevada disponibilidade de recursos hídricos e boa diversidade de recursos minerais são variáveis importantes na atração de investidores.</li> <li>A existência de inúmeros cursos d'água, valorizada pelas barragens neles construídas é propícia ao turismo de lazer.</li> <li>Localização geográfica privilegiada em relação aos principais centros consumidores do país como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda bem servida de rede viária.</li> <li>Área considerável apresenta solos favoráveis ao desenvolvimento de atividades agropecuárias.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>       | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 1,023<br>8,9<br>26,8<br>35,7<br>28,6               | <ul style="list-style-type: none"> <li>A falta de identidade geopolítica resulta numa consciência regional fragmentada e em sistemas culturais que não se integram na busca do desenvolvimento comum.</li> <li>Desarticulação inter-municipal no tocante à gestão das políticas públicas.</li> <li>A existência de Conselhos de Ação Social, Emprego e Meio Ambiente em menos de 30% dos municípios da região evidencia reduzida institucionalização das políticas públicas correspondentes.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>“Crise” econômica e social como fator de estímulo à mobilização e participação social.</li> <li>A efetivação de uma política de apoio à agricultura familiar e à micro e pequena empresa pode ser importante fator de mudança econômica regional.</li> <li>A região é pioneira na criação e implantação de consórcios intermunicipais de saúde pública e apresenta um equilíbrio na oferta desses serviços.</li> <li>Incremento da realização de pesquisas e outras atividades acadêmicas (de extensão) que permitam uma maior integração entre as Faculdades/Universidades, UEMG, UNIFENAS, FADOM e FACED com a comunidade regional.</li> <li>Identificação e negociação de oportunidades de cooperação técnica junto a entidades nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento local.</li> <li>Conclusão e implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias de Afluentes do Rio São Francisco em Minas Gerais</li> </ul>   |

Nota: Os mapas (de n.º 16 a 22) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 7 - NOROESTE

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos  |   | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|---|---|---|---|
|                                   |  | Ano 1   | Ano 2   |   |   |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 305.285<br>61,1<br>4,90<br>0,582<br>-           | 314.179<br>69,9<br>5,04<br>0,667<br>0,741       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Característica da região, o vazio demográfico tem se transformado pela inversão em projetos agrícolas alavancada por investimentos públicos, os quais priorizaram aspectos meramente econômicos em detrimento de políticas orientadas também para a questão socioambiental.</li> <li>A dinâmica demográfica e social tem sido impactada pelas intensas transformações socioeconômicas recentes, especialmente nas interfaces com a absorção de tecnologias intensivas na utilização de capital e nos projetos de colonização, as quais têm ampliado as desigualdades sociais e intraregionais.</li> <li>A estrutura fundiária, caracterizada por grandes latifúndios, e as novas possibilidades de trabalho no campo têm estimulado as ocupações, gerando conflitos agrários.</li> <li>A ocorrência de movimentos migratórios rural-urbanos, gerados pelo processo de reestruturação espacial do Noroeste, tem refletido negativamente nas áreas urbanas, as quais passam a abrigar populações de baixa qualificação, cuja principal absorção produtiva tem se traduzido na utilização de mão-de-obra temporária (bóia-frias).</li> <li>A rede urbana frágil tem sofrido impactos negativos do processo recente de transformações, gerando favelização nos núcleos urbanos não adequadamente dotados de infra-estrutura social.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os assentamentos existentes na região podem ser consolidados em projetos locais/regional de desenvolvimento sustentável, o que é favorecido pela prevalência de populações locais nos assentamentos, pela disponibilidade de terras e de recursos humanos.</li> <li>A partir de programas específicos já existentes, há a possibilidade de capacitação dos trabalhadores, em escala, segundo as demandas e possibilidades da economia regional.</li> <li>Por outro lado, a agroindustrialização pode contribuir para melhorar a empregabilidade e/ou dinamizar a agricultura familiar, agregando maior valor à produção.</li> <li>O Projeto Nova Fronteira do Noroeste pode possibilitar a expansão da agricultura e a ocupação da região, com infra-estrutura adequada e de forma planejada pela ação do Estado, aproveitando-se dos seus aspectos locais favoráveis.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 2.536,96<br>50,8<br>17,3<br>31,9<br>3,8<br>70,2 | 3.152,67<br>40,2<br>30,2<br>29,6<br>3,5<br>81,4 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A economia regional, de base agrícola, abrange padrões produtivo-tecnológicos diferenciados, nos quais "ilhas" de eficiência/lucratividade coexistem com culturas de subsistência, gerando fatores de insustentabilidade socioambiental e econômica, respectivamente.</li> <li>Mudanças recentes no padrão tecnológico produziram elementos de insustentabilidade social e econômica, gerando migração rural-urbana e desarticulação das economias dos pequenos produtores.</li> <li>A economia agrícola dos pequenos produtores apresenta deficiências e não é suficientemente estimulada pelas políticas públicas.</li> <li>Infra-estrutura econômica deficiente é obstáculo para o desenvolvimento da região (energia, sistema viário e logística de transporte).</li> <li>A região não possui centros de pesquisa e/ou difusores de tecnologia.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região Noroeste apresenta um grande potencial de desenvolvimento econômico, como atesta o fato da região apresentar as maiores taxas de crescimento do PIB per capita do Estado, no período 1991-1996.</li> <li>Observa-se grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio, tanto para o setor empresarial, quanto para a agricultura familiar.</li> <li>A irrigação constitui fator de diversificação da pauta produtiva, com efeitos positivos sobre a ocupação e a geração de renda na região: <ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos de horticultura podem contribuir para mudança na dinâmica demográfica da região.</li> </ul> </li> <li>O setor secundário, alavancado pela agroindústria e pela indústria extrativa mineral, apresenta possibilidades de crescimento, de acordo com a potencialidade regional e observando as condições de sustentabilidade.</li> <li>Paralelamente, em decorrência da dinâmica do setor agroindustrial, estão abertas possibilidades de dinamização da economia urbana, em estreita articulação com o desempenho do setor agroindustrial.</li> <li>Em termos tecnológicos, destaca-se a alta participação e a tendência de utilização de insumos modernos na agropecuária, os quais podem produzir efeitos positivos para a região, atenuando fatores de insustentabilidade econômica.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 13,1<br>-<br>-<br>-                             | 13,8<br>1,6<br>59,66<br>2 a 10                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O padrão produtivo-tecnológico adotado compromete os recursos hídricos e provoca o desequilíbrio dos mesmos em termos de disponibilidade, qualidade e regime devido às atividades agrárias (uso de pivô central na irrigação), pecuárias, florestais, mineradoras e ao crescimento da população urbana como reflexo da migração rural.</li> <li>Existem conflitos nos grandes investimentos agropecuários no tocante à utilização dos recursos hídricos com os demais usos (demanda urbana energética e agricultura familiar).</li> <li>Paralelamente, observa-se a ocorrência de processos erosivos acelerados em decorrência das características do solo.</li> <li>As atividades agrícolas, agroindustriais e mineradoras têm contribuído para a alta e média toxicidade das águas.</li> <li>Observa-se a ausência de tratamento dos esgotos sanitários e industriais, bem como a destinação final inadequada do lixo.</li> <li>O Noroeste não possui áreas de preservação da biodiversidade.</li> <li>A região possui áreas fundamentais para a recarga do Rio São Francisco no Nordeste do Brasil e a quebra do equilíbrio dessas áreas está comprometendo a sua perenidade.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A topografia, o tipo de solo e a disponibilidade de recursos hídricos superficiais e, principalmente, subterrâneos favorecem a agricultura irrigada desde que observados os padrões de usos sustentáveis.</li> <li>As áreas significativas de cerrado garantem a biodiversidade, devendo ser conservadas.</li> <li>Implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paracatu e parte da Bacia do Rio São Francisco.</li> <li>Localização geográfica privilegiada em relação a centros de consumo, especialmente Brasília, com potencial de absorção da capacidade produtiva da região, particularmente de atividades que dinamizem a agricultura familiar, com efeitos positivos sobre a rede urbana.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 1,033<br>10,5<br>57,9<br>52,6<br>42,1           | <ul style="list-style-type: none"> <li>O processo de ocupação do Noroeste pautou-se por escolhas políticas de projetos de desenvolvimento contraditórios face as características da região e de sua população.</li> <li>Os municípios dependem das transferências de FPM, apresentando baixa participação dos tributos próprios na receita corrente, indicando pequena autonomia tributária para a condução de políticas públicas locais.</li> <li>A região ressentiu-se da perda de competitividade devido à guerra fiscal entre os Estados, especialmente Goiás.</li> <li>Devido ao pequeno número de municípios, o percentual de presença de Conselhos de Assistência Social, Emprego e Meio Ambiente é elevado, mas eles mostram-se desarticulados regionalmente, marcando pautas de trabalho isoladas.</li> <li>A rede urbana dispersa dificulta a consolidação de uma consciência regional e a articulação interinstitucional.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A existência de organização dos trabalhadores há mais de dez anos pode favorecer a formulação de uma política de valorização do trabalho. Da mesma forma, essa organização pode abrigar novas formas de organização do trabalho produtivo, autogestionárias no nível local (urbano/rural).</li> <li>A conclusão/implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos para as bacias de afluentes do Rio São Francisco representa importante insumo/iniciativa para ampliar as possibilidades do desenvolvimento sustentável regional.</li> <li>A utilização de política de incentivos já praticada pelo Estado, visando aumentar a competitividade dos produtos regionais, pode ser estendida à região.</li> <li>Em função da localização espacial, há a possibilidade de uma maior articulação político-institucional e cultural com o Distrito Federal e com o Estado de Goiás.</li> </ul>  |

Nota :Os mapas ( de n.º16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 8 - NORTE DE MINAS

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Ano       |           | Elemento de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade  |
|-----------------------------------|--|-----------|-----------|--|--|
|                                   |  | Ano 1     | Ano 2     |  |  |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 1.359.049 | 1.387.865 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Norte de Minas abrange a maior parte da Região Semi-Árida Mineira, englobando sub-regiões heterogêneas que apresentam baixos indicadores de desenvolvimento social, os quais se refletem nas limitações do capital social regional.</li> <li>Originariamente correspondente à Área Mineira da SUDENE, a região apresenta uma dinâmica sócio-demográfica condicionada às suas diferenças sub-regionais, nas quais as microrregiões menos dinâmicas economicamente, como as de Salinas e Grão Mogol, concentradoras de indicadores sociais mais baixos, apresentam perda populacional associada ao êxodo rural-urbano; enquanto microrregiões mais dinâmicas, como Pirapora e Montes Claros, e, mais recentemente, Janaúba, assistem a processos migratórios, gerados pela retração das atividades econômicas tradicionais, e a aceleração da urbanização, refletindo uma dinamização econômica microrregional.</li> <li>Na região, coexistem, de forma não articulada, atividades agrícolas tradicionais com as mais competitivas, especialmente no âmbito empresarial do Jaíba, em Pirapora e Janaúba, gerando desigualdades sociais que refletem a inserção (ou não) dessas economias no mercado global.</li> <li>Em algumas sub-regiões, as atividades de reflorestamento e a produção de carvão apresentam condições de produção e relações de trabalho precárias e informais, sendo comum a exploração do trabalho infantil.</li> <li>Nas microrregiões menos dinâmicas economicamente, são encontrados os piores indicadores de infraestrutura social, especialmente de saneamento básico; enquanto as principais cidades do Norte de Minas são impactadas pelo êxodo rural, apresentando carências crescentes na oferta de equipamentos e serviços de consumo coletivo e deficiências na incorporação dos migrantes na dinâmica econômica local/municipal.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>As políticas públicas, notadamente as de saúde, educação e assistência social, vêm produzindo melhorias nos indicadores de desenvolvimento social.</li> <li>Em várias porções do Norte de Minas, a predominância de pessoas naturais da região contribui para que as ações orientadas para o desenvolvimento social e econômico sejam bem recebidas.</li> <li>Os programas e projetos de desenvolvimento social, inclusive aqueles relativos aos assentamentos rurais presentes na região, possibilitam a/o construção/fortalecimento de relações sociais e econômicas que contribuem para revitalizar a agricultura familiar e os projetos baseados no desenvolvimento social-comunitário, podendo conformar modelo alternativo de desenvolvimento, adequado à realidade regional.</li> <li>O projeto Jaíba, o qual representa um volume considerável de inversão pública, com resultados limitados, especialmente se comparado aos distritos irrigados do Nordeste, apresenta uma necessidade de redefinição de forma que ele possa desempenhar um papel de promotor de um desenvolvimento capaz de ampliar as possibilidades de inserção dos pequenos produtores e da agricultura familiar nos processos econômicos mais dinâmicos, com efeitos positivos sobre as suas condições de vida.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 1.664,86  | 1.922,60  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A dinâmica produtivo-tecnológica da região apresenta um desenvolvimento heterogêneo, o qual se reflete nas condições sociais, à medida em que prevalecem os padrões produtivo-tecnológicos menos competitivos e que os padrões mais competitivos apresentam baixa absorção de trabalhadores, encontrando-se territorialmente concentrados nas microrregiões de Montes Claros, Pirapora e Bocaiúva, responsáveis, em 1996, por 75% do PIB regional.</li> <li>A região possui diversas microrregiões cuja base econômica é agrícola, sobressaindo a pecuária extensiva e a agricultura familiar, apresentando uma integração deficiente da cadeia produtiva, gerando condições de competitividade precárias.</li> <li>Por outro lado, iniciativas orientadas para a introdução de novos padrões produtivo-tecnológicos (mecanização e irrigação), especialmente quando envolvem os pequenos produtores, esbarram na deficiência e/ou na descontinuidade da assistência técnica, gerando falhas na integração da cadeia produtiva.</li> <li>Observa-se uma forte concentração industrial nas microrregiões de Montes Claros, Bocaiúva e Pirapora (esta em crise), destacando-se a presença de um setor industrial relativamente diversificado, com o registro de unidades industriais de elevado perfil tecnológico, como no setor têxtil.</li> <li>A região apresenta poucos centros de pesquisa e universidades e o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com as características regionais é ainda incipiente.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar do predomínio de padrões produtivo-tecnológicos economicamente insustentáveis, observam-se experiências bem sucedidas no âmbito dos pólos de agronegócios, que atestam a viabilidade regional da integração vertical da cadeia produtiva, gerando diversificação da sua pauta e agregação de valor à produção econômica. <ul style="list-style-type: none"> <li>A região mostra-se vocacionada para a agricultura familiar e, com o apoio dos diversos programas e projetos voltados para seu fortalecimento, inclusive através de iniciativas comunitárias, pode-se configurar um padrão produtivo-tecnológico economicamente sustentável para essa agricultura, adequado às características regionais.</li> </ul> </li> <li>Novos investimentos industriais, favorecidos por vantagens locacionais e fiscais da região, podem contribuir para um processo de descentralização industrial redutor das desigualdades sub-regionais.</li> <li>Observa-se um incipiente fortalecimento da rede urbana em algumas sub-regiões e de algumas cidades, especialmente de Janaúba. Os centros urbanos mais dinâmicos podem contribuir para uma melhor integração regional e podem ampliar a dinâmica da economia urbana do semi-árido, ainda fortemente concentrada.</li> <li>A região do Peruaçu, na microrregião de Janaúria, apresenta grande potencial para o desenvolvimento local/microrregional baseado no turismo sustentável.</li> <li>Instituições como a UNIMONTES e a EPAMIG podem representar um importante suporte de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o Norte de Minas.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 21,0      | 23,7      | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Norte de Minas apresenta as características naturais do semi-árido, constituindo um fator limitante para o desenvolvimento sustentável, tanto no que diz respeito à disponibilidade de recursos hídricos, quanto no tocante ao manejo e uso dos recursos naturais.</li> <li>Especialmente no que tange à gestão dos recursos hídricos, observam-se conflitos entre os usos produtivos (irrigação) e o consumo doméstico, com destaque para a bacia do Rio Verde Grande. Agravando este quadro, observa-se a ocorrência da utilização de tecnologias de forma ambientalmente predatória, sendo médio o nível de toxicidade nos principais rios.</li> <li>A predominância do caráter extensivo de uso do solo associado ao baixo padrão tecnológico amplia o nível de pressão e degradação do meio natural.</li> <li>A rede urbana dispersa com municípios extensos e sem infra-estrutura amplia a pressão sobre o meio ambiente, o que se agrava com as deficiências de saneamento básico.</li> <li>Uma grande extensão da região apresenta uma localização periférica em relação aos eixos de desenvolvimento, encontrando-se à margem de processos econômicos mais dinâmicos.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Norte de Minas abriga algumas sub-regiões que possuem um relevante patrimônio natural, oferecendo possibilidades concretas de utilização em consonância com a sustentabilidade.</li> <li>Os programas de perenização dos rios, através das microbarragens, apontam para novas possibilidades de utilização dos recursos hídricos do semi-árido, inclusive em sub-regiões tradicionalmente impactadas pelas secas.</li> <li>No Vale do Rio São Francisco, existem áreas de grande potencial de irrigação, sem comprometimento das variáveis ambientais, nas quais se pode ampliar e diversificar a produção agrícola regional.</li> <li>O eixo viário que atravessa a região no sentido sudoeste-nordeste, ligando o Norte de São Paulo e o Triângulo Mineiro ao Nordeste Brasileiro, apresenta grande potencial de integração regional e de reestruturação espacial da região, com efeitos positivos sobre a rede urbana.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>       | -         | 0,625     | <ul style="list-style-type: none"> <li>No campo político-institucional e cultural, destaca-se a prevalência de municípios dependentes de transferências de FPM e de acervo técnico limitado.</li> <li>Neste contexto, os pressupostos técnico-institucionais dos programas e projetos de desenvolvimento são muito otimistas e superestimam as condições técnicas locais no processo de implantação e acompanhamento, ao mesmo tempo em que reforçam relações institucionais Estado/Município que pouco contribuem para a melhoria das condições de governabilidade nos municípios.</li> <li>As políticas públicas orientadas pela administração por pequenos projetos têm contribuído para manter o quadro de exclusão através da pulverização de recursos e da superposição de ações, revelando um insuficiente processo de priorização de problemas regionais e de articulação de ações, especialmente entre as políticas e as alternativas produtivas locais.</li> <li>A organização social, influenciada pelo aparelhamento de políticas sociais, carece de reforço institucional orientado para configurar uma gestão sustentável que abranja a valorização da cultura local, enfraquecida pelas deficiências do capital social e da economia regional.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Novas experiências de consórcios intermunicipais, como o do Rio Pardo, e algumas experiências locais ampliam as possibilidades de melhorias no quadro político-institucional.</li> <li>O manejo sustentável dos recursos hídricos pode ser favorecido pelos Planos Diretores de Recursos Hídricos das principais bacias da região, especialmente do Rio São Francisco.</li> <li>Abriando um amplo acervo institucional (federal, estadual e privado), a região acumula relevantes e diversas experiências em políticas públicas e sociais, as quais podem ser articuladas e orientadas para a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis, respeitando as especificidades regionais e sub-regionais e evitando a sobreposição de ações.</li> <li>O associativismo é uma prática consolidada em algumas áreas e apresenta boas condições de fortalecimento.</li> <li>O Norte de Minas apresenta um desenvolvimento sociocultural variado, do qual emergem identidades sub-regionais, que se refletem num rico patrimônio humano e cultural, manifesto em diversas formas de expressão, configurando em importante elemento de apoio ao desenvolvimento sustentável local/microrregional.</li> </ul>  |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

# REGIÃO 9 - JEQUITINHONHA/MUCURI

## MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos  |   | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|---|---|--|---|
|                                   |  | Ano 1   | Ano 2   |  |   |
| Socioeconômica                    | População residente total<br>Grau de urbanização<br>Densidade demográfica<br>Índice de Condição de Vida<br>Índice de Gini<br>Índice de Emprego Formal  | 971.717<br>50,7<br>15,44<br>0,514<br>-<br>4,9   | 959.010<br>56,0<br>15,24<br>0,592<br>0,723<br>8,5 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Vale do Jequitinhonha, cuja ocupação se deveu à exploração mineral, e o Vale do Mucuri, de ocupação mais recente, compõem essa região que concentra os mais baixos indicadores de desenvolvimento social do Estado, os quais refletem condições de vida precárias e uma fraca dinâmica econômica, geradora de movimentos demográficos que qualificam a região como expulsora de população.</li> <li>A região possui o mais baixo grau de urbanização do Estado, refletindo as características da sua formação social e econômica. Por outro lado, a região assiste a um avanço do processo de urbanização que aumenta a demanda por serviços urbanos e sociais.</li> <li>A partir da década de 70, a introdução do reflorestamento, em especial na microrregião de Capelinha, promoveu a concentração fundiária, a expulsão de posseiros, meeiros e arrendatários e a substituição de culturas de subsistência, produzindo uma reestruturação espacial e o aprofundamento de problemas sociais.</li> <li>A exploração mineral, especialmente de pedras semipreciosas, a qual produziu riqueza e desigualdades sociais, vem sofrendo declínio, impactando negativamente a região, com a redução dos níveis de renda e ocupação.</li> <li>Observa-se na região, a ocorrência de relações formais de trabalho tênues e a exploração do trabalho infantil. Além disso, a oferta sazonal de ocupação estimula a migração temporária de parte da força de trabalho, notadamente a masculina, para outras regiões do Estado e do país, com perfil agrícola mais dinâmico.</li> <li>As deficiências na infra-estrutura social, especialmente de saneamento básico, ampliadas pelo processo de urbanização, têm aumentado a presença de doenças endêmicas diversas.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>As políticas públicas setoriais, especialmente as de educação, de saúde e de assistência social vêm melhorando as condições de vida da população, apesar dos indicadores regionais consistirem nos piores do Estado.</li> <li>A população, notadamente do Jequitinhonha, predominantemente natural da própria região, mostra-se altamente receptiva às políticas sociais.</li> <li>Os programas e projetos de desenvolvimento social, inclusive aqueles relativos aos assentamentos rurais presentes na região, possibilitam a/o construção/fortalecimento de relações sociais e econômicas que contribuem para revitalizar a agricultura familiar e os projetos baseados no desenvolvimento socialcomunitário, podendo conformar modelo alternativo de desenvolvimento, adequado à realidade regional.</li> <li>As atividades artesanais, grande potencial regional, podem, com o apoio efetivo do Estado, representar um papel importante no âmbito das políticas de geração de renda e emprego.</li> <li>Observou-se, no período 91-96, um expressivo avanço do indicador de emprego formal, o qual ainda não foi suficiente para que a região melhorasse as condições de empregabilidade.</li> </ul>   |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 1.080,28<br>34,6<br>12,4<br>53,0<br>1,7<br>39,4 | 1.241,85<br>28,7<br>13,7<br>57,6<br>1,9<br>45,8   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região apresenta uma dinâmica econômica fraca, dependente da economia primária e do desempenho da administração pública e possui o PIB per capita mais baixo do Estado. A estrutura produtiva organiza-se em torno da bovinocultura de corte (em pastagens naturais) e da agricultura familiar de subsistência.</li> <li>O sistema de produção agropecuário se caracteriza por baixos níveis de capitalização e pela exploração extensiva, com utilização de técnicas tradicionais e limitado grau de mecanização e irrigação, implicando em baixa produtividade. A introdução de novas culturas, como o café, não produziu efeitos satisfatórios.</li> <li>A agricultura familiar expressa uma fraca integração da cadeia produtiva, enfrentando dificuldades na incorporação de novas tecnologias, na utilização da assistência técnica, no beneficiamento, na comercialização e na agregação de valor à produção primária.</li> <li>A região do Mucuri assistiu ao fechamento de diversos frigoríficos, atividade sub-regional importante.</li> <li>A região apresenta precária base industrial, limitada à agroindústria e ao setor extrativo mineral.</li> <li>O desempenho do setor terciário mostra-se limitado em função da fraca dinâmica econômica regional e encontra-se concentrado em algumas cidades que apesar disso não se configuram como centros dinâmicos regionais, com poucas instituições de pesquisa e de desenvolvimento capazes de produzir tecnologias adequadas à realidade regional.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região mostra-se vocacionada para a agricultura familiar, a qual pode se associar às culturas agrícolas de maior valor comercial, à fruticultura, às lavouras irrigadas e à pecuária bovina, com uma eventual integração vertical da produção.</li> <li>Neste sentido, há a possibilidade de recuperação dos frigoríficos, em bases mais modernas.</li> <li>A Escola Agrícola de Araçuaí pode ser utilizada no processo de conformação de um padrão produtivo-tecnológico adequado às características regionais.</li> <li>Existe a possibilidade de aceleração do desenvolvimento agroindustrial derivado da revitalização das usinas de álcool na microrregião de Nanuque, com uma eventual retomada do PRÓ-ÁLCOOL.</li> <li>A região possui recursos minerais de importância estratégica. Além disso, em Teófilo Otoni, existe a possibilidade de agregação de valor à exploração mineral, especialmente com a instalação da "Escola de Pedras", o estímulo à indústria de lapidação, a criação de um pólo joalheiro, a legalização das empresas e a instalação da ZPE e da Bolsa de Pedras.</li> <li>A região abriga alguns nichos com potencial de exploração turística, a qual pode se articular às riquezas culturais (manifestações culturais e festas religiosas) e artesanais, especialmente no Jequitinhonha.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 12,1<br>-<br>-<br>-                             | 16,6<br>0,9<br>63,20<br>2 a 10                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região possui sub-regiões inseridas no semi-árido, o qual apresenta características edafoclimáticas limitadoras das atividades primárias, especialmente em decorrência da seca e da baixa disponibilidade hídrica.</li> <li>A destruição das matas ciliares, as nascentes mal protegidas, a degradação pela mineração empresarial e pelo garimpo, o manejo inadequado na criação de animais e o lançamento de esgotos urbanos <i>in natura</i> são fatores de comprometimento dos recursos hídricos.</li> <li>Nas microrregiões do alto e do médio Jequitinhonha, a substituição de áreas de cerrado pelo reflorestamento, com uso intensivo de adubos e defensivos, comprometeu os solos e os recursos hídricos e degradou a biodiversidade.</li> <li>A prevalência da agricultura de subsistência, utilizando técnicas rudimentares e predatórias, associada às características geomorfológicas, agrava os problemas ambientais, especialmente no que tange à instalação de processos erosivos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região apresenta solo favorável ao desenvolvimento de atividades agrícolas irrigadas, nos vales dos seus principais rios.</li> <li>A experiência de microbarramentos, com o objetivo de contribuir para a perenização de rios, coordenada pela SUDENOR, mostrou-se positiva e pode ser ampliada.</li> <li>A região apresenta riquezas minerais diversas, as quais podem ter sua exploração compatível com parâmetros de sustentabilidade ambiental.</li> <li>Experiências localizadas de educação ambiental formal têm contribuído para colocar a questão ambiental no debate político, especialmente no que tange aos problemas gerados pelas atividades mineradoras.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 0,351<br>3,0<br>34,8<br>19,7<br>16,7              | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os municípios da região apresentam elevada dependência de transferências do FPM, o que reflete a baixa capacidade de geração de receitas tributárias próprias e as limitadas transferências do ICMS, reflexo do baixo desenvolvimento econômico da região.</li> <li>Especialmente no que tange às atividades extrativas minerais, observa-se a ocorrência de evasão fiscal facilitada pela ineficiência da fiscalização. Nota-se, ainda, um descaso governamental para com as atividades do garimpo.</li> <li>Apesar dos graves problemas regionais, falta uma maior articulação institucional nos planos intra e intermunicipal.</li> <li>O desemprego e o perfil de ocupação da economia agrícola regional dificultam a elevação dos níveis de organização pela desarticulação das categorias.</li> <li>Os movimentos populares e culturais mostram-se regionalmente pouco articulados e, muitas vezes, reproduzem práticas que reforçam a dependência por recursos de programas e projetos de política social.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nota-se a conformação de novos padrões de gestão da ação regional, estadual e municipal, ainda que de forma incipiente, a partir de uma maior articulação institucional e de sistemas de cooperação. Os governos municipais têm produzido experiências relevantes para o apoio ao desenvolvimento rural e urbano.</li> <li>As possibilidades de um melhor aproveitamento dos recursos hídricos da região encontram-se favorecidas pelo já elaborado Plano Diretor de Recursos Hídricos dos Vales do Jequitinhonha e do Pardo, dependendo do seu processo de implementação.</li> <li>O aumento da arrecadação tributária, especialmente no que tange às atividades relacionadas à extração mineral, dependem de ações políticas governamentais e de mudanças culturais.</li> <li>A existência de sindicatos, movimentos populares, associações comunitárias e de pequenos produtores rurais, de histórica tradição regional, e as novas lideranças que estão sendo construídas trazem perspectivas de mudanças e renovação no campo político-institucional e cultural, as quais podem se articular na configuração de um projeto regional orientado para o desenvolvimento sustentável.</li> </ul>  |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 10 - RIO DOCE

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos   |  | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade  |
|-----------------------------------|--|--|--|---|--|
|                                   |  | Ano 1  | Ano 2  |   |  |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 1.461.404<br>66,9<br>34,93<br>0,598<br>-<br>13,2 | 1.474.853<br>71,5<br>32,25<br>0,675<br>0,717<br>13,6 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ocupação do Rio Doce, relativamente recente e marcada por conflitos fundiários, se deu a partir da década de 1930, propiciada pela exploração florestal (carvão, lenha e madeiras), de forma predatória, estimulada pela indústria siderúrgica e pela ferrovia Vitória-Minas.</li> <li>Apesar de sua ocupação recente, os elementos de insustentabilidade que perpassaram seu processo de formação social e econômica produziram, já a partir da década de 60, o acúmulo de saldos líquidos migratórios negativos, exceção feita ao Vale do Aço, que passa a experimentar um intenso processo de crescimento demográfico urbano, em função da expansão da ACESITA e da USIMINAS.</li> <li>A posição marginal da região frente a dinâmica econômica, social e política do Estado, a contínua redução da oferta de emprego e renda, especialmente no que tange à pecuária, de perfil rudimentar e ambientalmente nocivo, a precariedade da rede urbana e seu esvaziamento são barreiras ao desenvolvimento regional, estimulando a expulsão da população para os grandes centros urbanos, inclusive para o próprio Vale do Aço.</li> <li>À exceção de alguns municípios na microrregião de Caratinga, a região apresenta uma economia agrícola pouco desenvolvida e tradicional, de baixa produtividade, praticada em pequenas e médias propriedades. Deve-se destacar que a concentração fundiária da região encontra-se diretamente associada às fazendas de reflorestamento.</li> <li>Excetuando-se a RMVA, a precariedade da infra-estrutura social e a fragilidade dos pólos regionais contribuem para que a região apresente baixos indicadores de condições de vida.</li> <li>O sistema de saúde pública, em particular, mostra-se deficiente, o que tem favorecido o ressurgimento de endemias como a hanseníase, a tuberculose e a peste bubônica.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>A existência dos mercados consumidores do Vale do Aço e de Governador Valadares abre a possibilidade de estruturação de uma economia hortifrutigranjeira voltada para esses mercados, de forma a desenvolver uma agricultura familiar e a melhorar as condições de ocupação no campo.</li> <li>A experiência de alguns assentamentos rurais, como em Tumiritinga, Cachoeirinha e Periquito, alguns ocupando áreas de reflorestamento, pode ser dinamizada e fortalecida através de assistência técnica e de ações orientadas para apoiar a comercialização, as quais podem contar com o apoio de ONG's e da igreja.</li> <li>As cidades do Vale do Aço e Governador Valadares possuem uma boa infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços de consumo coletivo, com destaque para os serviços de educação e saúde que chegam a polarizar municípios de outras regiões, do Sul da Bahia e do Espírito Santo.</li> </ul>   |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 2.772,26<br>11,0<br>48,7<br>40,3<br>2,9<br>54,7  | 3.250,11<br>8,2<br>52,2<br>39,6<br>3,1<br>63,8       | <ul style="list-style-type: none"> <li>A economia regional mostra-se em processo de esvaziamento e estagnação, sendo que o eixo dinâmico do Rio Doce encontra-se concentrado no Vale do Aço e na economia dos dólares enviados para Governador Valadares pelos familiares que emigraram para o EUA, com reflexos na construção civil dessa cidade.</li> <li>A atividade pecuária é rudimentar, não incorpora tecnologia, e assiste à redução do rebanho bovino, provocando a decadência do setor agropecuário. As cooperativas locais também encontram-se em processo de retração, sofrendo o impacto da modernização do setor de laticínios.</li> <li>O setor secundário encontra-se extremamente concentrado na RMVA e no município de Belo Oriente (CENIBRA) e consiste num dos principais eixos dinâmicos da economia industrial do Estado, com destaque para o setor siderúrgico.</li> <li>O processo de esvaziamento econômico, observado no período recente, tem impactado as economias urbanas da região, refletindo-se na queda da participação do PIB do setor terciário na economia regional.</li> <li>Os principais centros de pesquisa e universidades do Rio Doce são privados e estão pouco comprometidos com questões de interesse regional.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Incorporado o impacto da modernização do setor de laticínios, as atividades pecuárias podem se reestruturar, inclusive no sentido de atender à demanda do mercado regional. <ul style="list-style-type: none"> <li>Além da modernização da pecuária leiteira, o desenvolvimento da fruticultura aparece como uma alternativa de desenvolvimento agrícola para algumas microrregiões.</li> </ul> </li> <li>Os maciços florestais existentes na região podem ser explorados de forma alternativa, como através da implementação de um setor moveleiro moderno, contribuindo para a diversificação e desconcentração do seu parque industrial.</li> <li>Especificamente no Vale do Aço, a possibilidade de implantação de uma indústria de utensílios inoxidáveis, abre a oportunidade de integração da cadeia produtiva do aço, com efeitos positivos para a sua crescente economia urbana.</li> <li>No entorno do Parque Estadual do Rio Doce e nas proximidades do Pico do Ibituruna, em Governador Valadares, observam-se possibilidades localizadas de desenvolvimento do turismo.</li> <li>Destaca-se, na região, a presença de faculdades particulares, as quais podem se envolver em um processo integrado e participativo, orientado para reforçar as condições de sustentabilidade do Rio Doce.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 8,6<br>-<br>-<br>-                               | 10,8<br>2,9<br>61,29<br>10 a 20                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência da gestão adequada dos recursos hídricos, aliada ao pequeno controle das atividades urbanas, com o despejo de esgotos residenciais e de resíduos industriais nos rios, tem causado o comprometimento da qualidade e da quantidade desses recursos.</li> <li>O consumo industrial de água é superior ao consumo doméstico e ambientalmente nocivo.</li> <li>A degradação ambiental mostra-se muito elevada e acelerada, em decorrência do manejo inadequado dos recursos naturais, levando à sua exaustão e à instalação de processos erosivos, com reflexos negativos sobre as atividades agropecuárias.</li> <li>O baixo índice de áreas preservadas em relação ao percentual do Estado, o uso inadequado dos solos e a utilização indevida dos insumos agrícolas levam ao desequilíbrio ecológico e ao aparecimento de pragas, evidenciando o comprometimento da biodiversidade regional.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nas sub-regiões do médio Rio Doce e do baixo Piracicaba, existe uma maior disponibilidade de recursos hídricos, com potencial de uso agrícola.</li> <li>A macrorregião constitui um laboratório para a realização de estudos de impactos ambientais face a total devastação das matas pela siderurgia, a utilização predatória dos solos pela agropecuária, a poluição urbana, industrial e o assoreamento dos cursos d'água e a proliferação dos processos erosivos.</li> <li>Destaca-se na região a presença do Parque Estadual do Rio Doce, importante reserva de Mata Atlântica.</li> <li>A região possui localização estratégica na que diz respeito a alguns dos principais eixos rodovias e ferroviários do país, como o corredor de exportação Leste-Oeste e as BR's 381, 262 e 116.</li> </ul>   |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                            | 1,327<br>2,9<br>12,7<br>11,8<br>12,7                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os critérios de regionalização das políticas públicas estaduais produzem distorções na análise regional, considerando que a presença da RMVA na Região do Rio Doce eleva o desempenho dos seus indicadores, inclusive daqueles relativos ao desempenho tributário-econômico da região, na qual prevalecem municípios dependentes de repasses de FPM.</li> <li>A geração de receitas é pequena e compromete a capacidade de investimento em bens coletivos como saúde, educação, habitação, conservação de estradas e tratamento de água, esgoto e lixo.</li> <li>O planejamento (municipal, regional e estadual) não tem dado conta da problemática distinta e interligada dos Vales do Rio Doce e do Aço, com fortes implicações para ambos nos aspectos social e governamental.</li> <li>A gravidade dos problemas sociais não é evidenciada, em função da fraca consciência regional e das limitações na mobilização/organização social, refletida na frágil organização popular e nos mecanismos formais de atuação comunitária (Conselhos, Consórcios, etc.).</li> <li>No Rio Doce, à exceção da classe trabalhadora do Vale do Aço, a identidade cultural e sociológica apresenta-se limitada e condicionada pela matriz cultural dessa região de ocupação recente e marcada por conflitos violentos, faltando consciência/sentimento de região e de seus problemas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Experiências de administrações públicas inovadoras e favorecidas por boas condições de sustentabilidade tributário-fiscal no plano municipal, notadamente no Vale do Aço, alterando a correlação de forças no plano político local e introduzindo modelos de gestão participativos, têm produzido bons resultados e têm sido pedagógicas.</li> <li>Iniciativas localizadas como o Fórum de Desenvolvimento Regional do Vale do Aço apresentam um esforço incipiente de produzir uma maior articulação dos diversos atores sociais em torno de problemas regionais.</li> <li>A presença de algumas ONG's/organizações civis e da igreja, atuantes na questão fundiária e nos aspectos relativos à pequena produção familiar, constitui um importante suporte técnico, político, institucional e cultural para projetos e programas orientados para o desenvolvimento sustentável.</li> </ul>   |

Nota: Os mapas ( de n.º 16 a 22 ) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

# REGIÃO 11 – SEMI – ÁRIDO MINEIRO

## MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos      |           | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade  |
|-----------------------------------|--|-----------|-----------|--|--|
|                                   |  | Ano 1     | Ano 2     |  |  |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 2.054.119 | 2.082.656 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A Região Semi-Árida Mineira engloba sub-regiões heterogêneas em termos dos seus processos de ocupação e formação social e econômica, os quais vêm produzindo uma matriz de (re)produção de desigualdades sociais e territoriais associadas à concentração fundiária e de renda, que fazem com que a região tenha os municípios com os piores indicadores de desenvolvimento social do Estado.</li> <li>A dinâmica demográfica e social da região caracteriza-se pelo acúmulo de saldos líquidos migratórios negativos e pelos movimentos populacionais rural-urbanos, especialmente onde a dinâmica econômica primária mostra-se mais debilitada, como nas microrregiões geográficas do Vale do Jequitinhonha, de Salinas e de Grão Mogol, num processo que foi acelerado, na década de 70, pelo reflorestamento.</li> <li>Observa-se a migração de gerações mais jovens e o enfraquecimento das relações sociais no campo, agravadas pela questão recorrente da seca, enquanto mostra-se ainda limitada a eficácia das iniciativas de transformações sociais e econômicas na agricultura familiar.</li> <li>Seja no meio rural, seja no meio urbano, as carências da região no tocante à infra-estrutura social (saneamento básico em especial) são agudas, tornando-se críticas nas menores e crescentes cidades das microrregiões menos dinâmicas, e onde a incidência de doenças endêmicas, como a esquistossomose, e da Doença de Chagas ainda é expressiva.</li> <li>Finalmente, cabe destacar o ocorrência ainda acentuada de trabalho infantil, sob condições precárias e sub-humanas, especialmente nas atividades ligadas às carvoarias.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>A Região Semi-Árida Mineira assistiu, a exemplo do que se observou para o Norte de Minas e para o Jequitinhonha, a uma melhoria relativa das suas condições de vida.</li> <li>Em várias porções do semi-árido, a existência de uma maioria de pessoas naturais da região contribui para que as ações de desenvolvimento social comunitário sejam bem recebidas.</li> <li>Os programas e projetos de desenvolvimento social atuantes na região possibilitam a/o construção/fortalecimento de relações sociais e econômicas que contribuem para revitalizar a agricultura familiar.</li> <li>Os diversos assentamentos rurais existentes estão construindo uma experiência local/regional que reforça as possibilidades da agricultura familiar e de projetos baseados no desenvolvimento social e comunitário.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 1.425,06  | 1.619,48  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A dinâmica produtivo-tecnológica da região apresenta um desenvolvimento baixo e heterogêneo, o qual se reflete nas condições sociais ao mesmo tempo em que reproduz as desigualdades de oportunidades, ampliadas pela insuficiência da poupança interna e pela predominância de padrões pouco competitivos para o ambiente mercadológico global.</li> <li>A região possui diversas microrregiões cuja base econômica é agrícola, sobressaindo a pecuária extensiva e a agricultura familiar, apresentando uma integração deficiente da cadeia produtiva, gerando condições de competitividade precárias.</li> <li>As iniciativas orientadas para a introdução de novos padrões produtivo-tecnológicos (mecanização e irrigação) estão regionalmente concentradas em áreas com maior aptidão para a irrigação, tendo produzido resultados desiguais, em termos do perfil do produtor, e inferiores aos perímetros irrigados nordestinos.</li> <li>Há uma forte concentração do PIB nas microrregiões de Montes Claros, Pirapora e Bocaiúva, mais desenvolvidas industrialmente através dos incentivos fiscais da SUDENE, as quais apresentam uma capacidade limitada de alavancar o desenvolvimento regional, além de estarem passando por uma crise de retração de inversões industriais.</li> <li>A região apresenta poucos centros de pesquisa e universidades e o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com as características regionais é incipiente e pontual.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar do predomínio de padrões produtivo-tecnológicos economicamente insustentáveis, observam-se experiências que começam a produzir melhores resultados, como a vertente empresarial do Jaíba e dos Distritos de Irrigação da região, os quais atestam a viabilidade regional da agricultura tecnologicamente mais avançada, gerando diversificação da pauta produtiva e agregação de valor à produção primária.</li> <li>Por outro lado, a região mostra-se vocacionada para a agricultura familiar e, com o apoio dos diversos programas e projetos voltados para seu fortalecimento, inclusive através de iniciativas comunitárias, pode-se configurar um padrão produtivo-tecnológico economicamente sustentável para essa agricultura, adequado às características regionais.</li> <li>Os reflorestamentos, geradores de impactos socioambientais no passado recente, configuraram a formação de um maciço florestal que oferece possibilidades de aproveitamento.</li> <li>Regiões como o Peruáçu (Januária) e o Alto Jequitinhonha (Diamantina) apresentam grande potencial para o desenvolvimento local/microrregional baseado no turismo sustentável, o qual pode se articular com atividades produtivas baseadas na agricultura familiar e na produção de artesanato.</li> <li>Observa-se um incipiente fortalecimento da rede urbana em algumas sub-regiões e de algumas cidades, especialmente de Janaúba. Os centros urbanos mais dinâmicos podem contribuir para uma melhor integração regional e podem ampliar a dinâmica da economia urbana do semi-árido, ainda fortemente concentrada.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 19,2      | 22,5      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Num contexto geral de (re)produção de desigualdades sociais e econômicas, os aspectos geoambientais mostraram-se fragilizados, especialmente nessa região cujas características naturais do semi-árido representam um fator limitante para o desenvolvimento sustentável.</li> <li>Característica marcante do semi-árido, a região apresenta em diversas áreas problemas de disponibilidade de recursos naturais, notadamente de recursos hídricos, cujos usos têm apresentado conflitos, especialmente entre a irrigação e o consumo doméstico.</li> <li>A gestão dos recursos naturais tem se mostrado historicamente insustentada, com a predominância de tecnologias ou formas de utilização ambientalmente predatórias, seja na agricultura, seja na mineração, seja na indústria.</li> <li>A rede urbana dispersa com municípios extensos e sem infra-estrutura amplia a pressão sobre o meio ambiente, o que se agrava com as deficiências de saneamento básico.</li> <li>Algumas sub-regiões oferecem uma localização periférica em relação aos eixos de desenvolvimento, encontrando-se à margem de processos econômicos mais dinâmicos ou não foram ainda a eles integradas.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região do semi-árido abriga sub-regiões de grande riqueza natural e ambiental, configurando um importante patrimônio que oferece possibilidades concretas de utilização em consonância com os preceitos da sustentabilidade.</li> <li>O manejo sustentável dos recursos hídricos pode ser favorecido pelos Planos Diretores de Recursos Hídricos das principais bacias da região: São Francisco, Pardo e Jequitinhonha.</li> <li>Os programas de perenização dos rios, através das microbarragens, apontam para novas possibilidades de utilização dos recursos hídricos do semi-árido, inclusive em sub-regiões tradicionalmente impactadas pelas secas.</li> <li>Nos vales próximos ao Rio São Francisco, existem áreas de grande potencial de irrigação, com custos relativamente baixos, nas quais se pode ampliar e diversificar a produção agrícola regional.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -         | 0,494     | <ul style="list-style-type: none"> <li>No campo político-institucional e cultural, destaca-se a existência predominante de municípios dependentes em termos tributários e de acervo técnico limitado.</li> <li>Neste contexto, os pressupostos técnico-institucionais dos programas e projetos de desenvolvimento são muito otimistas e superestimam as condições técnicas locais no processo de implantação e acompanhamento, ao mesmo tempo em que reforçam relações institucionais Estado/Município que pouco estimula a melhoria dos governos municipais.</li> <li>As políticas públicas orientadas pela administração por pequenos projetos têm contribuído para manter o quadro de exclusão através da pulverização de recursos e da superposição de ações, revelando um insuficiente processo de priorização de problemas regionais e de articulação de ações, especialmente entre as políticas e as alternativas produtivas locais.</li> <li>A organização social e o associativismo refletem, muitas vezes, o aparelhamento dos programas.</li> <li>Existe a tendência de privatização dos equipamentos obtidos pelos programas, devido aos problemas na sua gestão sustentável e à carência de assistência técnica e de monitoramento/acompanhamento.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Novas experiências de gestão municipal e de consórcios intermunicipais, como o do Rio Pardo, ampliam as possibilidades de melhorias no quadro político-institucional e cultural, refletindo uma relação Estado-sociedade que procura valorizar a participação social, através da consolidação de novos fóruns e espaços de (re)produção de experiências democráticas.</li> <li>A região é alvo de diversas políticas públicas e sociais, as quais podem ser articuladas e orientadas para a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis, respeitando as especificidades regionais e sub-regionais.</li> <li>O associativismo é uma prática antiga na região e possui bom potencial de desenvolvimento.</li> <li>A Região Semi-Árida apresenta um desenvolvimento sociocultural diversificado, do qual emergem identidades sub-regionais que se refletem num valioso patrimônio humano e cultural, manifesto em diversas formas de expressão, consistindo em importante elemento de apoio ao desenvolvimento sustentável local/microrregional.</li> </ul>  |

## REGIÃO 12 - RMBH

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos  |   | Elementos de Insustentabilidade  | Fatores Presentes de Sustentabilidade   |
|-----------------------------------|--|---|---|--|---|
|                                   |  | Ano 1   | Ano 2   |  |   |
| Sócioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 3.436.060<br>94,8<br>590,40<br>-<br>-<br>43,4   | 3.812.675<br>93,9<br>610,30<br>-<br>0,673<br>47,1 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O processo de crescimento e expansão ocorreu sem uma política articulada de uso e ocupação do solo, e foi direcionada para a ocupação de áreas periféricas carentes de infra-estrutura e serviços, pela ação, principalmente de empreendedores privados.</li> <li>A concentração de serviços sociais e urbanos motivaram o incremento da migração intra e inter-regional, pressionando a capacidade de absorção da estrutura urbana, provocando o surgimento de bolsões de pobreza das áreas de risco, de focos de tensão, agravando o quadro de desigualdades sociais. Elevado índice de violência urbana.</li> <li>A política habitacional praticada pelo poder público carece de uma visão integrada para a RMBH, refletindo muitas vezes, em programas e projetos equivocados que criam desequilíbrios no meio urbano.</li> <li>Incremento acelerado do setor informal dado à precarização das relações de trabalho e inexistência de uma política de emprego.</li> <li>O sistema de transporte coletivo, além de deficiente subutiliza o modo de transporte de alta capacidade, exacerbando o uso do transporte particular, sobrecarregando o sistema viário e comprometendo a dinâmica econômica e os seus usuários.</li> <li>O atendimento dos serviços de educação e saúde é comprometido pôr distorções existentes na localização da rede física ou nas formas de cobertura, gerando desequilíbrios entre a demanda e a oferta.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>As possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico da RMBH, estão intimamente vinculados a seu processo econômico e a apropriação de benefícios voltados para a melhoria da qualidade de vida da população.</li> <li>A área de educação assume papel de relevância, à medida que possibilita executar, em escala, programas de capacitação e qualificação profissional.</li> <li>A estrutura urbana abriga grande estoque de áreas urbanizadas e de vazios estratégicos, propícios a programas de assentamento e reassentamento habitacional.</li> <li>Apoio e capacitação da extensa rede de micro e pequenas empresas da região, em particular as voltadas para o mercado interno e regional, que são grandes empregadoras de mão-de-obra.</li> <li>Soluções para reduzir disparidades na infra-estrutura urbana e habitacional, a partir de ações de planejamento, coordenação e intervenção de comunidades organizadas, e parcerias com ONG'S ou empresas privadas, gerando emprego e renda.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 5.163,92<br>0,3<br>39,2<br>60,5<br>10,1<br>69,1 | 5.354,82<br>0,3<br>36,4<br>63,3<br>19,2<br>81,8   | <ul style="list-style-type: none"> <li>O incremento do PIB do setor terciário, diminuiu a participação relativa do setor secundário, acompanhando a tendência da economia urbana, em geral.</li> <li>A economia informal tem peso significativo e crescente na composição do PIB do setor terciário.</li> <li>O PIB per capita elevado em relação as demais regiões do Estado reflete a alta concentração das atividades econômicas na RMBH.</li> <li>Mudanças significativas no perfil industrial da região com o crescimento da participação dos bens de demanda final (capital/consumo durável) no PIB industrial e a inovação do processo tecnológico nos diversos setores da economia, geraram mudanças no perfil ocupacional diminuindo a utilização de mão-de-obra.</li> <li>Impacto da globalização nas diversas cadeias produtivas, gerando descompasso nos processos de produção e comercialização.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de centros terciários e serviços dinâmicos que agregam alta tecnologia e capazes de atenderem às demandas intra e supra-regionais.</li> <li>Setor secundário capaz de abrigar novas atividades industriais e tecnologias, compatíveis com a sua inserção no espaço metropolitano.</li> <li>O aumento da integração do seu parque industrial, a introduz num novo patamar tecnológico, aumenta a agregação de valores ao nível da Região e possibilita a dinamização de outros setores, em especial o terciário.</li> <li>Desenvolvimento do setor primário voltado para o abastecimento metropolitano, especializado em produtos hortifrutigranjeiros incentivado pela proximidade de grande mercado consumidor.</li> <li>Presença de centros de pesquisas e universidades, capazes de desenvolver pesquisas e tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável.</li> </ul>   |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 14,5<br>-<br>-<br>-                             | 18,0<br>31,1<br>42,22<br>10 a 20                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A RMBH apresenta alto comprometimento dos recursos hídricos, devido à elevada concentração da ocupação urbana, das atividades industriais e da mineração, registrando o menor IQA (Índice de Qualidade da Água) do Estado.</li> <li>Carência de gestão unificada das águas sem prejuízo da operação descentralizada.</li> <li>O uso inadequado e a topografia acidentada são fatores da alta susceptibilidade dos solos a erosão.</li> <li>Áreas propícias à atividade agrícola estão comprometidas pelo uso urbano e seus reflexos.</li> <li>O crescimento desordenado dificulta, técnica e economicamente, a implantação de infra-estrutura.</li> <li>A falta de tratamento dos esgotos sanitários e industriais, aliada aos problemas de disposição e tratamento do lixo e aos altos índices de poluição atmosférica e sonora, comprometem a qualidade de vida em toda a região.</li> <li>Combustível utilizado pelos sistema de transporte automotivo, altamente poluente</li> <li>Ocorrem conflitos de uso urbano e suas necessidades de expansão com a implantação e manutenção de áreas de preservação e agrícolas;</li> <li>Inexistem diretrizes em políticas de manejo ambiental na RMBH, que abriga áreas especiais como a do cárstico e da APA Sul. A Educação Ambiental não é disseminada, limitando-se às organizações de cunho ambiental. Conflito entre a cidade e a geologia do sítio e das regiões envolvidas determinado desempenhos "imprevistos" e sub-exploração de possibilidades.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Grande potencial de recursos hídricos.</li> <li>Presença de áreas expressivas de vegetação natural preservadas.</li> <li>Sítio natural propício a expansão urbana ordenada.</li> <li>Presença de manchas de terras férteis propícias a atividade hortifrutigranjeiras.</li> <li>Clima propício para o desenvolvimento de atividades diversas.</li> <li>Não saturação da ocupação da malha urbana, permitindo o crescimento intra-urbano sem grandes investimentos em infra-estruturas.</li> <li>Promoção do uso de tecnologias limpas e ambientalmente adequadas através de mecanismo de penalização e também de incentivos econômicos, nos diversos ramos de atividade.</li> <li>Possibilidade de substituição de fontes energéticas altamente poluentes por outras de menor impacto, como por exemplo, o gás natural.</li> <li>Presença de sítios históricos e naturais de grande valor paisagístico cênico e espeleológico, com grande potencial turístico.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GPSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>      | -<br>-<br>-<br>-<br>-                           | 7,851<br>30,8<br>34,6<br>53,8<br>65,4             | <ul style="list-style-type: none"> <li>As políticas públicas de ação social, habitacional, emprego ou meio-ambiente são realizadas de forma pontual e carecem de institucionalização.</li> <li>A política de atendimento à saúde – SUS, não se encontra plenamente implantada, gerando desequilíbrio e sobrecarga para alguns municípios.</li> <li>São precários os mecanismos de compensação intra-regional relacionados aos sistemas de transporte coletivo, de saneamento básico ou das cidades dormitórios.</li> <li>A maioria dos pequenos municípios da RMBH dependem, basicamente das receitas transferidas, possuindo pouca ou nenhuma autonomia das receitas do próprio município.</li> <li>A RMBH carece de instrumentos eficazes de gestão que possam articular de forma integrada e sustentável suas diversas forças, a partir de uma visão geo-política integrada, que reflita, no processo de planejamento, suas múltiplas dimensões.</li> <li>Ausência de política fiscal para os tributos municipais a nível metropolitano, gerando casuísmos e oportunistas locais.</li> <li>Ausência de Plano Diretor Metropolitano (previsto na Constituição Estadual), e inexistência de um sistema de informações técnicas disponibilizadas para a população.</li> <li>Legislação municipais vulneráveis à influencia de grupos de interesses particularizados.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>A região abriga grande potencial de recursos humanos (técnicos e científicos), além de grande disponibilidade de mão-de-obra, em níveis diferenciados de qualificação profissional.</li> <li>Existe uma gama variável de estruturas e organizações não-governamentais, relacionadas aos diversos aspectos da organização social, aptas a serem mobilizadas na propositura e execução de políticas e ações de natureza auto-gestionáveis.</li> <li>O processo de internacionalização da capital mineira oferece amplas possibilidades de negócios e empreendimentos nas mais diversas áreas. Recentemente, o município de Belo Horizonte assumiu a Secretaria Executiva do sistema de Merco-Cidades.</li> <li>A política do governo estadual de descentralizar e municipalizar as ações relativas ao meio ambiente poderá proporcionar o melhor controle e monitoramento de indicadores de qualidade ambiental.</li> <li>A gestão unificada dos recursos hídricos será fator de racionalização do uso da água em suas diversas dimensões.</li> <li>Implantação de um novo sistema gestor para RMBH articulando estruturas e funções estabelecidas pela Constituição Estadual, coordenando políticas e ações necessárias ao desenvolvimento sustentável da RMBH, dando maior efetividade ao processo de planejamento metropolitano.</li> </ul> |

Nota: Os mapas ( de n.º16 a 22), mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

## REGIÃO 13 - RMVA (VALE DO AÇO)

### MATRIZ DE PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

| Dimensões                         | Indicadores Estratégicos   | Anos   |   | Elementos de Insustentabilidade   | Fatores Presentes de Sustentabilidade  |
|-----------------------------------|--|--|---|---|--|
|                                   |  | Ano 1  | Ano 2   |   |  |
| Socioeconômica                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>População residente total</li> <li>Grau de urbanização</li> <li>Densidade demográfica</li> <li>Índice de Condição de Vida</li> <li>Índice de Gini</li> <li>Índice de Emprego Formal</li> </ul>              | 325.806<br>98,1<br>611,84<br>-<br>-<br>28,8    | 369.953<br>94,5<br>458,15<br>-<br>0,789<br>25,1 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de bolsões de pobreza, carentes de infra estrutura e de equipamentos públicos, principalmente no município de Coronel Fabriciano e nas áreas periféricas de Ipatinga e Timóteo e por extensão em Santana do Paraíso, decorrente do processo histórico de ocupação da região – implantação das siderúrgicas ACESITA e USIMINAS.</li> <li>Precarização do trabalho expresso no crescimento recente do setor informal da economia local, potencializado pela privatização da USIMINAS e posteriormente da ACESITA, reduzindo significativamente os postos de trabalho.</li> <li>Expectativa frustrada de manutenção dos níveis de absorção de trabalhadores nos quadros da USIMINAS apesar dos altos e recentes investimentos da empresa.</li> <li>Reduzidas possibilidades de absorção do contingente de desempregados em decorrência da alta seletividade no recrutamento de trabalhadores para as empresas da região, concorrente com uma abundante oferta de trabalhadores – desempregados, inclusive aposentados – aptos às atividades próprias destas empresas, mesmo com remuneração e deterioração das relações de trabalho</li> <li>Expressivas áreas urbanas nas mãos das grandes empresas e de poucos proprietários forçando uma periferização e/ou ocupação por parte de segmentos da população em áreas inadequadas - encostas e áreas sujeita à inundação.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os distritos industriais de Ipatinga, Timóteo, Cel. Fabriciano e Santana do Paraíso constituem-se em fatores de atração de novos empreendimentos que concorrem para a diversificação necessária para a expansão da economia regional.</li> <li>A boa qualidade da estrutura urbana influencia a escolha de potenciais investidores na região.</li> <li>O parque industrial existente com a sua economia de escala fortalece as possibilidades de inserção de novos negócios.</li> <li>A ocorrência do turismo de negócios, abrindo possibilidade e oportunidades para a rede hoteleira, companhias de aviação, de transportes rodoviários e diversos níveis de prestação de serviços subsidiários ao mesmo.</li> </ul>  |
| Produtivo-tecnológica             | <ul style="list-style-type: none"> <li>PIB/capita</li> <li>PIB do setor primário/total</li> <li>PIB do setor secundário/total</li> <li>PIB do setor terciário/total</li> <li>N.º tratores/1.000 ha.</li> <li>% de utilização de insumos</li> </ul> | 6.684,85<br>0,1<br>72,2<br>27,7<br>1,8<br>61,3 | 6.736,80<br>0,1<br>71,5<br>28,4<br>27,5<br>61,5 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema produtivo monoindustrial – siderúrgico - vulnerabilizando a economia regional.</li> <li>Ameaça latente da substituição do aço e ou do fechamento de potenciais mercados em decorrência da redução futura de seu uso, apontando para a necessária diversificação da planta industrial da região e de possíveis outros usos para o aço, considerando-se o desemprego decorrente de tal eventualidade e outros problemas análogos.</li> <li>Comprometimento do fluxo de ligação inter regional pela rodovia federal BR 381, nos trechos correspondentes à RMVA, onde a mesma tem a característica de via urbana sendo utilizada atualmente mais como uma via de ligação metropolitana .</li> <li>A falta de uma via alternativa de ligação inter-regional é um sério obstáculo ao desenvolvimento regional e seu entorno</li> <li>A precariedade de acessos rodoviários com o colar metropolitano tem refletido sobre o desenvolvimento social e econômico dos municípios dificultando o acesso aos diversos serviços e à população.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidades de investimentos com a duplicação da BR 381, de João Monlevade a Governador Valadares, proporcionando o aproveitamento das vantagens locais.</li> <li>Possibilidades de investimentos em ciência e tecnologia, com indução estatal, para usos alternativos e intensificação da utilização do aço inox, com o desenvolvimento de design de ponta para a arquitetura, mobiliário, uso doméstico, e outros;</li> <li>Implantação do Projeto Gasoduto do Vale do Aço, que promoverá a substituição da matriz energética do setor produtivo regional, sendo também de grande interesse ambiental.</li> <li>A expansão e a diversificação do setor secundário potencializa o crescimento do setor terciário.</li> <li>Ampliação para a Região do Vale do Aço da experiência de crédito popular, já implantado com sucesso em Ipatinga.</li> <li>Expansão da apicultura.</li> <li>Fortalecimento da agricultura familiar envolvendo o Colar Metropolitano, visando o abastecimento da RMVA, garantindo a inserção de pequenos produtores nesse mercado, através da consolidação de grupos de produção (Associação, cooperativas, etc) comercialização e acesso à tecnologia.</li> </ul> |
| Geoambiental                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>% de matas e florestas naturais</li> <li>% de áreas de U.C.'s</li> <li>Índice de Qualidade da Água</li> <li>Indicador de Disponibilidade Hídrica</li> </ul>   | 8,4<br>-<br>-<br>-                             | 25,0<br>19,0<br>59,62<br>10 a 20                | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de gestão adequada dos recursos hídricos, aliada ao pequeno controle das atividades urbanas e industriais tem causado o comprometimento da qualidade e da quantidade destes.</li> <li>Ausência de fiscalização adequada da expansão urbana levando à ocupação desordenada do espaço e criando áreas de risco, processos erosivos e assoreamento dos cursos d'água.</li> <li>Drástica redução da biodiversidade regional, provocando a erosão, o empobrecimento dos solos e o assoreamento dos cursos d'água, por decorrência de iniciativas político-econômicas datadas da implantação da estrada de ferro Vitória –Minas, nas primeiras décadas deste século. Mais recentemente, a demanda própria ACESITA e CENIBRA, provocou a derrubada da mata nativa fazendo-a substituir por extensões significativas do território macrorregional reflorestadas com a monocultura do eucalipto afetando diretamente esta região.</li> <li>A sustentabilidade do Parque Estadual do Rio Doce está comprometida pelo uso indiscriminado do seu entorno ( lançamento in-natura de esgotos sanitários nos cursos d'água e destinação inadequada do lixo nas margens de córregos à montante do parque) pelas populações locais, de bairros do município de Timóteo limítrofes do mesmo.</li> <li>Elevados índices de poluição atmosférica causando ainda considerável acometimento respiratório na população metropolitana.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Localização geográfica privilegiada da região em relação aos principais centros produtores, consumidores(principais mercados) e exportadores: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória.</li> <li>Disponibilidade de recursos hídricos e energéticos favorecendo o desenvolvimento atual bem como o de futuras atividades econômicas sustentáveis.</li> <li>Implantação do Projeto de Tratamento do Esgoto Sanitário de Ipatinga, viabilizado a melhoria direta da qualidade da água na região RMVA e minimizando o efeito poluidor de suas águas sobre a Bacia do Rio Doce.</li> <li>Valorização e utilização do Parque do Rio Doce, lagoas e cachoeiras adjacentes como roteiros para o Ecoturismo, bem como o desenvolvimento do turismo rural num trabalho de parceria das prefeituras, associações e agricultores.</li> </ul>  |
| Político-institucional e Cultural | <ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de Desempenho Tributário-Econômico</li> <li>% municípios com GSM (SUS)</li> <li>% municípios têm C.M.A.S.</li> <li>% municípios têm Com. Emprego</li> <li>% municípios com CODEMA's</li> </ul>       | -<br>-<br>-<br>-<br>-                          | 5,613<br>25,0<br>50,0<br>50,0<br>100,0          | <ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação metropolitana restrita às esferas instituídas do poder local , sem a contrapartida de experiências mais orgânicas (para a produção e consumo de bens e serviços no plano econômico, social, político e cultural) ao nível das comunidades dos quatro municípios, apesar da presença isolada destas referências no âmbito de cada um.</li> <li>A região resente-se de um maior envolvimento do governo estadual para investimentos em infra-estrutura viária fundamental ao desenvolvimento metropolitano</li> <li>Falta mobilização política para resolver sérios problemas de acessibilidade dos municípios do Colar Metropolitano.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização pela diversificação da economia regional, com ênfase no setor industrial e de serviços, através da iniciativa articulada entre os setores público e privado, com a realização de fóruns de desenvolvimento, seminários regionais e encontros temáticos. Articulação junto a outras esferas de governo, buscando investimentos na região e outras iniciativas.</li> <li>Consciência regional sobre a importância da constituição dos Comitês de Bacia, voltada na RMVA para a despoluição da Bacia do Piracicaba.</li> <li>Padrão de organização e pressão da comunidade com relação aos serviços e às políticas públicas.</li> <li>Efetividade da ação sindical urbana.</li> <li>Implantação/operacionalização do modelo de gestão metropolitana das funções públicas comuns aos municípios.</li> <li>Formas associativas de gestão das políticas públicas (Consórcio de Saúde, Associação Microrregional).</li> <li>Processo de transformação do Instituto Católico de Minas Gerais – ICMG em Centro Universitário, tendo sido já iniciada a diversificação do campus com a implantação de novos cursos.</li> </ul>  |

Nota: Os mapas (de n.º16 a 22) mostram os indicadores de PIB/Capita, ICV, % de Matas Nativas, % de Municípios com CMAS, Índice de Desempenho Tributário-Econômico, Índice de Emprego Formal e Índice de qualidade da água para as Regiões de Planejamento e Metropolitanas do Estado de Minas Gerais.

**ANEXOS:**

**TABELAS  
MAPAS**

# **TABELAS**

**TABELA 1**  
**Produto Interno Bruto e Por Habitante**

Brasil e Minas Gerais

1990-99

(R\$ milhões de 1999)

| <b>Especificação</b>           | <b>1989</b> | <b>1990</b> | <b>1991</b> | <b>1992</b> | <b>1993</b> | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Brasil</b>                  |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)    | 842.054     | 805.846     | 814.146     | 809.749     | 849.589     | 899.290     | 937.240     | 962.171     | 996.809     | 995.613     | 991.630     |
| -Crescimento (%)               | 3,28        | -4,30       | 1,03        | -0,54       | 4,92        | 5,85        | 4,22        | 2,66        | 3,60        | -0,12       | -0,40       |
| - População (mil)              | 142.202     | 144.091     | 146.408     | 148.684     | 150.933     | 153.143     | 155.319     | 157.482     | 159.636     | 161.790     | 163.988     |
| - PIB per capita (R\$ de 1999) | 5.923       | 5.593       | 5.561       | 5.446       | 5.629       | 5.872       | 6.034       | 6.110       | 6.244       | 6.154       | 6.047       |
| -Crescimento (%)               | 1,33        | -5,57       | -0,57       | -2,06       | 3,36        | 4,32        | 2,76        | 1,25        | 2,20        | -1,45       | -1,73       |
| <b>Minas Gerais</b>            |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)    | 68.824      | 69.740      | 70.326      | 69.313      | 71.476      | 75.793      | 79.083      | 82.483      | 86.475      | 86.320      | 85.974      |
| -Crescimento (%)               | 1,58        | 1,33        | 0,84        | -1,44       | 3,12        | 6,04        | 4,34        | 4,30        | 4,84        | -0,18       | -0,40       |
| - População (mil)              | 15.277      | 15.490      | 15.743      | 15.925      | 16.109      | 16.295      | 16.483      | 16.673      | 16.882      | 17.100      | 17.203      |
| - PIB per capita (R\$ de 1999) | 4.504       | 4.502       | 4.467       | 4.353       | 4.437       | 4.651       | 4.798       | 4.947       | 5.122       | 5.048       | 4.998       |
| -Crescimento (%)               | 0,09        | -0,04       | -0,78       | -2,56       | 1,94        | 4,83        | 3,15        | 3,11        | 3,54        | -1,45       | -1,00       |
| <b>Minas Gerais/Brasil</b>     |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| -PIB                           | 8,19        | 8,65        | 8,64        | 8,56        | 8,41        | 8,43        | 8,44        | 8,57        | 8,68        | 8,67        | 8,67        |
| -PIB per capita                | 76,05       | 80,50       | 80,33       | 79,92       | 78,83       | 79,21       | 79,51       | 80,97       | 82,03       | 82,03       | 82,65       |

Fonte: Brasil, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, 1998 (valor em Reais em 1998, a preços do ano, população e taxas de crescimento). Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, CEI (taxas de crescimento e população).

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota 1: estimou-se inflação acumulada de 16,5255% e inflação média anual de 10,6465% para 1999, pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Nota 2: para 1999, estimou-se queda de 0,4% para o Produto Brasileiro e Mineiro (IPEA, Boletim de Conjuntura de julho de 1999).

**TABELA 2**  
**Produto Interno Bruto e Por Habitante**

Brasil e Minas Gerais

1990-99

(US\$ milhões de 1999)

| <b>Especificação</b>            | <b>1989</b> | <b>1990</b> | <b>1991</b> | <b>1992</b> | <b>1993</b> | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Brasil</b>                   |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)    | 462.443     | 442.558     | 447.116     | 444.702     | 466.581     | 493.876     | 514.718     | 528.409     | 547.432     | 546.775     | 544.588     |
| -Crescimento (%)                | 3,28        | -4,30       | 1,03        | -0,54       | 4,92        | 5,85        | 4,22        | 2,66        | 3,60        | -0,12       | -0,40       |
| - População (mil)               | 142.202     | 144.091     | 146.408     | 148.684     | 150.933     | 153.143     | 155.319     | 157.482     | 159.636     | 161.790     | 163.988     |
| - PIB per capita (US\$ de 1999) | 3.252       | 3.071       | 3.054       | 2.991       | 3.091       | 3.225       | 3.314       | 3.355       | 3.429       | 3.380       | 3.321       |
| -Crescimento (%)                | 1,33        | -5,57       | -0,57       | -2,06       | 3,36        | 4,32        | 2,76        | 1,25        | 2,20        | -1,45       | -1,73       |
| <b>Minas Gerais</b>             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)    | 37.797      | 38.300      | 38.622      | 38.066      | 39.253      | 41.624      | 43.431      | 45.298      | 47.491      | 47.405      | 47.216      |
| -Crescimento (%)                | 1,58        | 1,33        | 0,84        | -1,44       | 3,12        | 6,04        | 4,34        | 4,30        | 4,84        | -0,18       | -0,40       |
| - População (mil)               | 15.277      | 15.490      | 15.743      | 15.925      | 16.109      | 16.295      | 16.483      | 16.673      | 16.882      | 17.100      | 17.203      |
| - PIB per capita (US\$ de 1999) | 2.475       | 2.473       | 2.453       | 2.390       | 2.437       | 2.554       | 2.635       | 2.717       | 2.813       | 2.772       | 2.745       |
| -Crescimento (%)                | 0,09        | -0,04       | -0,78       | -2,56       | 1,94        | 4,83        | 3,15        | 3,11        | 3,54        | -1,45       | -1,00       |
| <b>Minas Gerais/Brasil</b>      |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| -PIB                            | 8,19        | 8,65        | 8,64        | 8,56        | 8,41        | 8,43        | 8,44        | 8,57        | 8,68        | 8,67        | 8,67        |
| -PIB per capita                 | 76,05       | 80,50       | 80,33       | 79,92       | 78,83       | 79,21       | 79,51       | 80,97       | 82,03       | 82,03       | 82,65       |

Fonte: Tabela do Produto Interno Bruto em Reais.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota: Utilizou-se a seguinte taxa de câmbio nominal média para 1999: R\$ 1,8209/US\$.

**TABELA 3**

**TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB  
Brasil e Minas Gerais  
1989-1999**

| <b>PERÍODO</b> | <b>BRASIL</b> | <b>M. GERAIS</b> |
|----------------|---------------|------------------|
| 1998-1993      | 0,22          | 0,95             |
| 1993-1996      | 4,24          | 4,89             |
| 1996-1999      | 1,01          | 1,39             |

**TABELA 4**  
**Formação Bruta de Capital Fixo**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1991-99  
 (R\$ milhões de 1999)

| Especificação                | 1991    | 1992    | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | 1999    |
|------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Brasil</b>                |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)  | 814.146 | 809.749 | 849.589 | 899.290 | 937.240 | 962.171 | 996.809 | 995.613 | 991.630 |
| - FBCF/PIB (%)               | 19,49   | 17,00   | 18,67   | 20,81   | 21,36   | 20,25   | 20,32   | 19,79   | 19,65   |
| - FBCF (R\$ milhões de 1999) | 158.677 | 137.657 | 158.618 | 187.142 | 200.194 | 194.840 | 202.552 | 197.032 | 194.855 |
| <b>Minas Gerais</b>          |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)  | 70.326  | 69.313  | 71.476  | 75.793  | 79.083  | 82.483  | 86.475  | 86.320  | 85.974  |
| - FBCF/PIB (%)               | 19,49   | 17,00   | 18,67   | 20,81   | 21,36   | 20,25   | 20,32   | 19,79   | 19,65   |
| - FBCF (R\$ milhões de 1999) | 13.707  | 11.783  | 13.345  | 15.773  | 16.892  | 16.703  | 17.572  | 17.083  | 16.894  |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, 1998, a preços constantes (anos de 1991 a 1998). IPEA, Boletim de Conjuntura de Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 5**  
**Formação Bruta de Capital Fixo**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1991-99  
 (US\$ milhões de 1999)

| Especificação                 | 1991    | 1992    | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | 1999    |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Brasil</b>                 |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)  | 447.116 | 444.702 | 466.581 | 493.876 | 514.718 | 528.409 | 547.432 | 546.775 | 544.588 |
| - FBCF/PIB (%)                | 19,49   | 17,00   | 18,67   | 20,81   | 21,36   | 20,25   | 20,32   | 19,79   | 19,65   |
| - FBCF (US\$ milhões de 1999) | 87.143  | 75.599  | 87.111  | 102.776 | 109.944 | 107.003 | 111.238 | 108.207 | 107.011 |
| <b>Minas Gerais</b>           |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)  | 38.622  | 38.066  | 39.253  | 41.624  | 43.431  | 45.298  | 47.491  | 47.405  | 47.216  |
| - FBCF/PIB (%)                | 19,49   | 17,00   | 18,67   | 20,81   | 21,36   | 20,25   | 20,32   | 19,79   | 19,65   |
| - FBCF (US\$ milhões de 1999) | 7.527   | 6.471   | 7.329   | 8.662   | 9.277   | 9.173   | 9.650   | 9.382   | 9.278   |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, 1998, a preços constantes (anos de 1991 a 1998).

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 6**  
**Formação Bruta de Capital Fixo Por Origem**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1991-99  
 (R\$ milhões de 1999)

| Especificação                       | 1991           | 1992           | 1993           | 1994           | 1995           | 1996           | 1997           | 1998           | 1999           |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>Brasil</b>                       |                |                |                |                |                |                |                |                |                |
| <b>- FBCF (%)</b>                   | <b>100,00</b>  |
| - Setor público                     | 15,92          | 18,80          | 16,67          | 17,40          | 12,34          | 11,98          | 11,15          | 11,12          | 11,12          |
| - Setor privado                     | 84,08          | 81,20          | 83,33          | 82,60          | 87,66          | 88,02          | 88,85          | 88,88          | 88,88          |
| <b>- FBCF (R\$ milhões de 1999)</b> | <b>158.677</b> | <b>137.657</b> | <b>158.618</b> | <b>187.142</b> | <b>200.194</b> | <b>194.840</b> | <b>202.552</b> | <b>197.032</b> | <b>194.855</b> |
| - Setor público                     | 25.257         | 25.876         | 26.442         | 32.559         | 24.696         | 23.338         | 22.580         | 21.900         | 21.659         |
| - Setor privado                     | 133.420        | 111.781        | 132.176        | 154.584        | 175.499        | 171.502        | 179.972        | 175.131        | 173.197        |
| <b>Minas Gerais</b>                 |                |                |                |                |                |                |                |                |                |
| <b>- FBCF (%)</b>                   | <b>100,00</b>  |
| - Setor público                     | 15,92          | 18,80          | 16,67          | 17,40          | 12,34          | 11,98          | 11,15          | 11,12          | 11,12          |
| - Setor privado                     | 84,08          | 81,20          | 83,33          | 82,60          | 87,66          | 88,02          | 88,85          | 88,88          | 88,88          |
| <b>- FBCF (R\$ milhões de 1999)</b> | <b>13.707</b>  | <b>11.783</b>  | <b>13.345</b>  | <b>15.773</b>  | <b>16.892</b>  | <b>16.703</b>  | <b>17.572</b>  | <b>17.083</b>  | <b>16.894</b>  |
| - Setor público                     | 2.182          | 2.215          | 2.225          | 2.744          | 2.084          | 2.001          | 1.959          | 1.899          | 1.878          |
| - Setor privado                     | 11.525         | 9.568          | 11.120         | 13.028         | 14.808         | 14.702         | 15.613         | 15.184         | 15.016         |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, 1998, a preços correntes (anos de 1991 a 1998). Manteve-se a mesma estrutura de 1998 para o ano de 1999. Para Minas Gerais, utilizaram-se as mesmas relações.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 7**  
**Formação Bruta de Capital Fixo Por Origem**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1991-99  
 (US\$ milhões de 1999)

| Especificação                 | 1991          | 1992          | 1993          | 1994           | 1995           | 1996           | 1997           | 1998           | 1999           |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>Brasil</b>                 |               |               |               |                |                |                |                |                |                |
| - FBCF (%)                    | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  |
| - Setor público               | 15,92         | 18,80         | 16,67         | 17,40          | 12,34          | 11,98          | 11,15          | 11,12          | 11,12          |
| - Setor privado               | 84,08         | 81,20         | 83,33         | 82,60          | 87,66          | 88,02          | 88,85          | 88,88          | 88,88          |
| - FBCF (US\$ milhões de 1999) | <b>87.143</b> | <b>75.599</b> | <b>87.111</b> | <b>102.776</b> | <b>109.944</b> | <b>107.003</b> | <b>111.238</b> | <b>108.207</b> | <b>107.011</b> |
| - Setor público               | 13.871        | 14.211        | 14.522        | 17.881         | 13.563         | 12.817         | 12.401         | 12.027         | 11.895         |
| - Setor privado               | 73.272        | 61.388        | 72.589        | 84.895         | 96.381         | 94.186         | 98.838         | 96.179         | 95.117         |
| <b>Minas Gerais</b>           |               |               |               |                |                |                |                |                |                |
| - FBCF (%)                    | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  | <b>100,00</b>  |
| - Setor público               | 15,92         | 18,80         | 16,67         | 17,40          | 12,34          | 11,98          | 11,15          | 11,12          | 11,12          |
| - Setor privado               | 84,08         | 81,20         | 83,33         | 82,60          | 87,66          | 88,02          | 88,85          | 88,88          | 88,88          |
| - FBCF (US\$ milhões de 1999) | <b>7.527</b>  | <b>6.471</b>  | <b>7.329</b>  | <b>8.662</b>   | <b>9.277</b>   | <b>9.173</b>   | <b>9.650</b>   | <b>9.382</b>   | <b>9.278</b>   |
| - Setor público               | 1.198         | 1.216         | 1.222         | 1.507          | 1.144          | 1.099          | 1.076          | 1.043          | 1.031          |
| - Setor privado               | 6.329         | 5.255         | 6.107         | 7.155          | 8.132          | 8.074          | 8.574          | 8.339          | 8.247          |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, 1998, a preços correntes (anos de 1991 a 1998). Manteve-se a mesma estrutura de 1998 para o ano de 1999. Para Minas Gerais, utilizaram-se as mesmas relações.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 8**  
**Exportação e Importação**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1990-98  
 (US\$ milhões de dezembro de 1998)

| Especificação              | 1990   | 1991   | 1992   | 1993   | 1994   | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Brasil</b>              |        |        |        |        |        |         |         |         |         |
| - Exportação               | 38.742 | 38.084 | 41.825 | 43.749 | 48.149 | 50.056  | 49.894  | 53.848  | 51.120  |
| - Importação               | 25.930 | 26.426 | 24.018 | 28.658 | 36.576 | 53.786  | 55.745  | 60.814  | 57.727  |
| - Corrente de Comércio     | 64.671 | 64.510 | 65.843 | 72.408 | 84.725 | 103.842 | 105.638 | 114.662 | 108.847 |
| - Saldo Comercial          | 12.812 | 11.658 | 17.807 | 15.091 | 11.573 | -3.731  | -5.851  | -6.966  | -6.607  |
| <b>Minas Gerais</b>        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |
| - Exportação               | 5.773  | 5.833  | 5.643  | 5.678  | 6.295  | 6.308   | 7.095   | 7.344   | 7.588   |
| - Importação               | 1.087  | 1.253  | 1.408  | 1.578  | 2.508  | 3.183   | 2.990   | 3.636   | 3.551   |
| - Corrente de Comércio     | 6.860  | 7.086  | 7.051  | 7.257  | 8.803  | 9.491   | 10.085  | 10.980  | 11.139  |
| - Saldo Comercial          | 4.686  | 4.580  | 4.235  | 4.100  | 3.787  | 3.126   | 4.106   | 3.708   | 4.037   |
| <b>Minas Gerais/Brasil</b> |        |        |        |        |        |         |         |         |         |
| - Exportação               | 14,90  | 15,32  | 13,49  | 12,98  | 13,07  | 12,60   | 14,22   | 13,64   | 14,84   |
| - Importação               | 4,19   | 4,74   | 5,86   | 5,51   | 6,86   | 5,92    | 5,36    | 5,98    | 6,15    |

Fonte: Dados básicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SECEX/DECEX.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota: Deflacionou-se pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos.

**TABELA 9**  
**Relações de Troca com o Exterior**  
 Brasil e Minas Gerais  
 1990-98

| Especificação                       | 1990    | 1991    | 1992    | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Brasil</b>                       |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - Exportação (US\$ milhões de 1998) | 38.742  | 38.084  | 41.825  | 43.749  | 48.149  | 50.056  | 49.894  | 53.848  | 51.120  |
| - Quantidade (ton mil)              | 166.877 | 165.974 | 167.295 | 182.759 | 195.294 | 200.792 | 199.288 | 208.857 | 230.125 |
| - US\$/ton                          | 232     | 229     | 250     | 239     | 247     | 249     | 250     | 258     | 222     |
| - Importação (US\$ milhões de 1998) | 25.930  | 26.426  | 24.018  | 28.658  | 36.576  | 53.786  | 55.745  | 60.814  | 57.727  |
| - Quantidade (ton mil)              | 57.212  | 63.278  | 67.861  | 77.747  | 81.268  | 88.459  | 89.642  | 87.373  | 91.184  |
| - US\$/ton                          | 453     | 418     | 354     | 369     | 450     | 608     | 622     | 696     | 633     |
| <b>Minas Gerais</b>                 |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| - Exportação (US\$ milhões de 1998) | 5.773   | 5.833   | 5.643   | 5.678   | 6.295   | 6.308   | 7.095   | 7.344   | 7.588   |
| - Quantidade (ton mil)              | -       | -       | 67.923  | 73.369  | 77.648  | 77.286  | 76.324  | 77.866  | 95.782  |
| - US\$/ton                          | -       | -       | 83      | 77      | 81      | 82      | 93      | 94      | 79      |
| - Importação (US\$ milhões de 1998) | 1.087   | 1.253   | 1.408   | 1.578   | 2.508   | 3.183   | 2.990   | 3.636   | 3.551   |
| - Quantidade (ton mil)              | -       | -       | 6.038   | 4.044   | 3.591   | 3.754   | 2.721   | 4.655   | 4.933   |
| - US\$/ton                          | -       | -       | 233     | 390     | 698     | 848     | 1.099   | 781     | 720     |

Fonte: Dados básicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SECEX/DECEX.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota: Deflacionou-se pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos.

**TABELA 10**  
**População Total, Urbana, Rural**  
 Minas Gerais  
 1990-99

| <b>Anos</b> | <b>Total</b> | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> |
|-------------|--------------|---------------|--------------|
| 1990        | 15.490.466   | 11.524.611    | 3.965.855    |
| 1991        | 15.743.152   | 11.786.893    | 3.956.259    |
| 1992        | 15.924.896   | 12.033.514    | 3.891.382    |
| 1993        | 16.108.738   | 12.285.442    | 3.823.296    |
| 1994        | 16.294.703   | 12.542.793    | 3.751.910    |
| 1995        | 16.482.814   | 12.805.685    | 3.677.129    |
| 1996        | 16.673.097   | 13.074.245    | 3.598.852    |
| 1997        | 16.882.406   | 13.348.596    | 3.533.810    |
| 1998        | 17.100.314   | 13.628.867    | 3.471.447    |
| 1999        | 17.203.242   | 13.817.637    | 3.385.605    |

Fonte: Fundação João Pinheiro, CEL.

**TABELA 11**  
**População Total, Urbana, Rural, por Macrorregiões**  
**Minas Gerais**  
**1990-98**

| Macrorregiões        | 1990              |                   |                  | 1991              |                   |                  | 1992              |                   |                  |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|                      | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>15.490.466</b> | <b>11.524.611</b> | <b>3.965.855</b> | <b>15.743.152</b> | <b>11.786.893</b> | <b>3.956.259</b> | <b>15.924.896</b> | <b>12.033.514</b> | <b>3.891.382</b> |
| Alto Paranaíba       | 505.858           | 382.142           | 123.716          | 513.747           | 392.323           | 121.424          | 521.985           | 402.180           | 119.805          |
| Central              | 5.140.982         | 4.481.851         | 659.131          | 5.261.469         | 4.595.023         | 666.446          | 5.350.977         | 4.681.183         | 669.794          |
| Centro-Oeste         | 846.828           | 666.887           | 179.941          | 859.421           | 682.335           | 177.086          | 873.146           | 699.496           | 173.650          |
| Jequitinhonha/Mucuru | 966.882           | 483.101           | 483.781          | 971.717           | 492.355           | 479.362          | 969.344           | 500.941           | 468.403          |
| Mata                 | 1.825.980         | 1.251.089         | 574.891          | 1.847.158         | 1.278.411         | 568.747          | 1.862.583         | 1.305.212         | 557.371          |
| Noroeste             | 302.586           | 186.453           | 116.133          | 305.285           | 186.637           | 118.648          | 307.046           | 192.826           | 114.220          |
| Norte de Minas       | 1.334.897         | 725.050           | 609.847          | 1.359.049         | 743.996           | 615.053          | 1.364.499         | 763.604           | 600.895          |
| RioDoce              | 1.453.883         | 967.274           | 486.609          | 1.461.404         | 977.914           | 483.490          | 1.464.248         | 992.793           | 471.455          |
| Sul de Minas         | 2.050.351         | 1.453.874         | 596.477          | 2.082.001         | 1.491.646         | 590.355          | 2.110.458         | 1.526.399         | 584.059          |
| Triângulo            | 1.062.219         | 926.890           | 135.329          | 1.081.901         | 946.253           | 135.648          | 1.100.610         | 968.880           | 131.730          |

| Macrorregiões        | 1993              |                   |                  | 1994              |                   |                  | 1995              |                   |                  |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|                      | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>16.108.738</b> | <b>12.285.442</b> | <b>3.823.296</b> | <b>16.294.703</b> | <b>12.542.793</b> | <b>3.751.910</b> | <b>16.482.814</b> | <b>12.805.685</b> | <b>3.677.129</b> |
| Alto Paranaíba       | 530.269           | 412.284           | 117.985          | 538.593           | 422.643           | 115.950          | 546.955           | 433.262           | 113.693          |
| Central              | 5.442.240         | 4.768.958         | 673.282          | 5.535.360         | 4.858.379         | 676.981          | 5.630.445         | 4.949.477         | 680.968          |
| Centro-Oeste         | 886.965           | 717.089           | 169.876          | 900.881           | 735.124           | 165.757          | 914.897           | 753.613           | 161.284          |
| Jequitinhonha/Mucuru | 966.887           | 509.676           | 457.211          | 964.347           | 518.564           | 445.783          | 961.722           | 527.607           | 434.115          |
| Mata                 | 1.877.806         | 1.332.576         | 545.230          | 1.892.817         | 1.360.513         | 532.304          | 1.907.602         | 1.389.035         | 518.567          |
| Noroeste             | 308.820           | 199.220           | 109.600          | 310.603           | 205.826           | 104.777          | 312.391           | 212.651           | 99.740           |
| Norte de Minas       | 1.370.121         | 783.729           | 586.392          | 1.375.900         | 804.385           | 571.515          | 1.381.820         | 825.584           | 556.236          |
| RioDoce              | 1.467.033         | 1.007.898         | 459.135          | 1.469.742         | 1.023.233         | 446.509          | 1.472.354         | 1.038.801         | 433.553          |
| Sul de Minas         | 2.138.790         | 1.561.963         | 576.827          | 2.166.976         | 1.598.354         | 568.622          | 2.194.997         | 1.635.594         | 559.403          |
| Triângulo            | 1.119.807         | 992.049           | 127.758          | 1.139.484         | 1.015.772         | 123.712          | 1.159.631         | 1.040.061         | 119.570          |

| Macrorregiões        | 1996              |                   |                  | 1997              |                   |                  | 1998              |                   |                  |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|                      | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>16.673.097</b> | <b>13.074.245</b> | <b>3.598.852</b> | <b>16.882.406</b> | <b>13.348.596</b> | <b>3.533.810</b> | <b>17.100.314</b> | <b>13.628.867</b> | <b>3.471.447</b> |
| Alto Paranaíba       | 555.349           | 444.147           | 111.202          | 564.187           | 455.306           | 108.881          | 573.233           | 466.745           | 106.488          |
| Central              | 5.727.606         | 5.042.283         | 685.323          | 5.829.259         | 5.136.829         | 692.430          | 5.935.309         | 5.233.148         | 702.161          |
| Centro-Oeste         | 929.015           | 772.567           | 156.448          | 943.955           | 791.998           | 151.957          | 959.260           | 811.917           | 147.343          |
| Jequitinhonha/Mucuru | 959.010           | 536.808           | 422.202          | 956.564           | 546.169           | 410.395          | 954.425           | 555.693           | 398.732          |
| Mata                 | 1.922.147         | 1.418.156         | 503.991          | 1.938.916         | 1.447.887         | 491.029          | 1.956.252         | 1.478.241         | 478.011          |
| Noroeste             | 314.179           | 219.702           | 94.477           | 316.793           | 226.987           | 89.806           | 319.496           | 234.514           | 84.982           |
| Norte de Minas       | 1.387.865         | 847.343           | 540.522          | 1.394.885         | 869.675           | 525.210          | 1.402.330         | 892.596           | 509.734          |
| RioDoce              | 1.474.853         | 1.054.606         | 420.247          | 1.476.577         | 1.070.652         | 405.925          | 1.478.844         | 1.086.942         | 391.902          |
| Sul de Minas         | 2.222.835         | 1.673.701         | 549.134          | 2.256.420         | 1.712.696         | 543.724          | 2.290.837         | 1.752.600         | 538.237          |
| Triângulo            | 1.180.238         | 1.064.932         | 115.306          | 1.204.850         | 1.090.397         | 114.453          | 1.230.328         | 1.116.471         | 113.857          |

Fonte: Fundação João Pinheiro, CEI.

## TABELA 12

### População Total, Urbana, Rural - Projeção

Minas Gerais

2000 - 03

| <b>Anos</b> | <b>Total</b> | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> |
|-------------|--------------|---------------|--------------|
| 2000        | 17.383.676   | 14.067.911    | 3.315.765    |
| 2001        | 17.566.004   | 14.319.391    | 3.246.613    |
| 2002        | 17.750.244   | 14.572.062    | 3.178.181    |
| 2003        | 17.936.416   | 14.825.912    | 3.110.504    |

Fonte: Dados Básicos, Fundação João Pinheiro, CEI (1990-98).

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 13**  
**População Total, Urbana, Rural, por Macrorregiões - Projeção**  
 Minas Gerais  
 1999-2002

| Macrorregiões        | 1999              |                   |                  | 2000              |                   |                  |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|                      | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>17.203.242</b> | <b>13.817.637</b> | <b>3.385.605</b> | <b>17.383.676</b> | <b>14.067.911</b> | <b>3.315.765</b> |
| Alto Paranaíba       | 578.490           | 475.117           | 103.373          | 586.362           | 485.667           | 100.696          |
| Central              | 6.001.512         | 5.293.898         | 707.614          | 6.095.134         | 5.377.800         | 717.334          |
| Centro-Oeste         | 968.223           | 826.502           | 141.721          | 981.566           | 844.876           | 136.690          |
| Jequitinhonha/Mucuri | 945.765           | 561.420           | 384.346          | 941.305           | 569.583           | 371.722          |
| Mata                 | 1.960.316         | 1.498.651         | 461.665          | 1.973.026         | 1.525.711         | 447.314          |
| Noroeste             | 320.031           | 240.592           | 79.439           | 321.976           | 247.862           | 74.114           |
| Norte de Minas       | 1.400.180         | 909.698           | 490.482          | 1.404.181         | 931.015           | 473.166          |
| RioDoce              | 1.470.928         | 1.095.744         | 375.184          | 1.469.487         | 1.109.247         | 360.240          |
| Sul de Minas         | 2.310.042         | 1.780.861         | 529.182          | 2.339.650         | 1.817.162         | 522.488          |
| Triângulo            | 1.247.754         | 1.135.154         | 112.599          | 1.270.989         | 1.158.988         | 112.002          |

| Macrorregiões        | 2001              |                   |                  | 2002              |                   |                  |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|                      | Total             | Urbana            | Rural            | Total             | Urbana            | Rural            |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>17.566.004</b> | <b>14.319.391</b> | <b>3.246.613</b> | <b>17.750.244</b> | <b>14.572.062</b> | <b>3.178.181</b> |
| Alto Paranaíba       | 594.315           | 496.329           | 97.985           | 602.348           | 507.105           | 95.242           |
| Central              | 6.189.935         | 5.461.698         | 728.237          | 6.285.927         | 5.545.580         | 740.346          |
| Centro-Oeste         | 995.048           | 863.447           | 131.601          | 1.008.670         | 882.216           | 126.454          |
| Jequitinhonha/Mucuri | 936.822           | 577.723           | 359.099          | 932.319           | 585.840           | 346.479          |
| Mata                 | 1.985.727         | 1.552.881         | 432.846          | 1.998.420         | 1.580.156         | 418.264          |
| Noroeste             | 323.918           | 255.289           | 68.629           | 325.857           | 262.876           | 62.982           |
| Norte de Minas       | 1.408.128         | 952.598           | 455.531          | 1.412.023         | 974.448           | 437.575          |
| RioDoce              | 1.467.981         | 1.122.643         | 345.338          | 1.466.409         | 1.135.929         | 330.481          |
| Sul de Minas         | 2.369.529         | 1.853.750         | 515.779          | 2.399.682         | 1.890.624         | 509.058          |
| Triângulo            | 1.294.599         | 1.183.033         | 111.566          | 1.318.588         | 1.207.288         | 111.300          |

Fonte: Dados Básicos, Fundação João Pinheiro, CEI (período 1990-98).

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 14**  
**Taxa de Desemprego Aberto - Período de Referência: 30 dias**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte**  
 1991 - 99  
 (%)

| <b>Anos</b> | <b>Jan</b> | <b>Fev</b> | <b>Mar</b> | <b>Abr</b> | <b>Mai</b> | <b>Jun</b> | <b>Jul</b> | <b>Ago</b> | <b>Set</b> | <b>Out</b> | <b>Nov</b> | <b>Dez</b> | <b>Média Ano</b> |
|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|
| <b>1991</b> | 5,15       | 5,50       | 5,60       | 4,79       | 5,11       | 4,71       | 3,39       | 3,98       | 4,09       | 4,10       | 4,11       | 3,56       | <b>4,51</b>      |
| <b>1992</b> | 4,24       | 6,33       | 5,73       | 6,20       | 5,96       | -          | -          | 4,78       | 4,74       | 4,88       | 5,09       | 4,42       | <b>5,24</b>      |
| <b>1993</b> | 5,55       | 5,93       | 5,66       | 5,64       | 4,52       | 4,10       | 4,50       | 4,62       | 4,97       | 4,34       | 4,41       | 4,03       | <b>4,85</b>      |
| <b>1994</b> | 5,45       | 5,38       | 5,62       | 4,60       | 4,50       | 5,27       | 5,67       | 5,35       | 4,20       | 3,70       | 3,37       | 3,38       | <b>4,71</b>      |
| <b>1995</b> | 3,95       | 4,03       | 4,58       | 4,11       | 3,93       | 4,00       | 4,43       | 4,21       | 4,08       | 4,53       | 4,17       | 3,85       | <b>4,15</b>      |
| <b>1996</b> | 4,60       | 4,89       | 5,70       | 5,04       | 5,58       | 5,67       | 5,62       | 5,27       | 4,68       | 5,16       | 4,02       | 4,62       | <b>5,07</b>      |
| <b>1997</b> | 5,40       | 4,48       | 5,39       | 5,44       | 6,64       | 7,05       | 6,55       | 6,34       | 6,00       | 5,81       | 4,88       | 5,63       | <b>5,80</b>      |
| <b>1998</b> | 8,42       | 9,77       | 9,15       | 8,33       | 8,10       | 8,65       | 8,40       | 7,72       | 7,69       | 7,34       | 8,11       | 6,83       | <b>8,21</b>      |
| <b>1999</b> | 9,49       | 9,29       | 9,80       | 9,27       | 8,49       | 8,47       | 8,07       |            |            |            |            |            | <b>8,98</b>      |

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**TABELA 15**  
**Rendimento Médio do Trabalho Principal das Pessoas Ocupadas de 15 Anos e Mais**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte**  
1991 - 99  
(R\$ de julho de 1999)

| <b>Anos</b> | <b>Jan</b> | <b>Fev</b> | <b>Mar</b> | <b>Abr</b> | <b>Mai</b> | <b>Jun</b> | <b>Jul</b> | <b>Ago</b> | <b>Set</b> | <b>Out</b> | <b>Nov</b> | <b>Dez</b> | <b>Média Ano</b> |
|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|
| <b>1991</b> | 473,78     | 442,98     | 466,32     | 457,26     | 474,31     | 475,70     | 448,77     | 453,75     | 489,59     | 450,31     | 436,39     | 463,85     | <b>461,09</b>    |
| <b>1992</b> | 435,29     | 405,44     | 418,90     | 432,78     | 517,55     | 467,59     | 431,69     | 409,17     | 451,11     | 447,49     | 443,71     | 532,41     | <b>539,31</b>    |
| <b>1993</b> | 489,35     | 465,68     | 477,35     | 476,87     | 466,67     | 443,94     | 426,67     | 436,54     | 466,54     | 459,31     | 424,50     | 455,27     | <b>457,39</b>    |
| <b>1994</b> | 453,10     | 448,95     | 422,26     | 418,64     | 413,48     | 385,62     | 485,37     | 495,24     | 494,83     | 476,04     | 499,65     | 590,87     | <b>465,34</b>    |
| <b>1995</b> | 527,83     | 545,14     | 552,91     | 553,36     | 593,58     | 589,64     | 587,83     | 584,81     | 599,51     | 603,92     | 606,28     | 708,05     | <b>587,74</b>    |
| <b>1996</b> | 633,57     | 614,83     | 624,10     | 624,56     | 646,27     | 651,97     | 643,46     | 641,06     | 648,97     | 633,04     | 642,99     | 733,79     | <b>644,88</b>    |
| <b>1997</b> | 631,09     | 630,86     | 635,67     | 667,05     | 674,99     | 605,96     | 665,23     | 660,38     | 651,85     | 645,77     | 663,46     | 736,77     | <b>655,76</b>    |
| <b>1998</b> | 643,43     | 628,08     | 633,34     | 629,82     | 630,77     | 652,02     | 640,36     | 633,82     | 635,14     | 623,13     | 629,62     | 728,84     | <b>642,36</b>    |
| <b>1999</b> | 634,99     | 597,52     | 569,57     | 564,70     | 579,25     | 574,10     |            |            |            |            |            |            | <b>586,69</b>    |

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota: Utilizou-se o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

**TABELA 16**  
**Receita e Despesa do Setor Público Estadual**  
 Minas Gerais  
 1990 - 98  
 (R\$ mil constantes de 1998)

|                               | 1990              | 1991             | 1992             | 1993             | 1994              | 1995              | 1996              | 1997              | 1998              |
|-------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>1. Receita Total</b>       | <b>7.114.927</b>  | <b>7.246.066</b> | <b>7.953.639</b> | <b>6.833.051</b> | <b>9.174.534</b>  | <b>10.012.444</b> | <b>11.093.403</b> | <b>12.836.526</b> | <b>17.849.073</b> |
| - ICMS                        | 4.433.147         | 4.242.309        | 4.027.479        | 3.783.710        | 5.109.157         | 5.703.003         | 5.958.956         | 5.705.728         | 5.452.012         |
| - Transferências da União     | 1.258.795         | 1.180.191        | 1.061.914        | 1.004.037        | 1.287.320         | 1.872.349         | 1.790.148         | 1.777.070         | 2.242.546         |
| - Operações de Crédito        | 602.032           | 542.250          | 1.026.842        | 1.028.798        | 1.146.948         | 1.479.553         | 1.980.078         | 3.319.663         | 5.939.222         |
| - Alienação de Bens           | 0                 | 0                | 0                | 0                | 642.217           | 310.386           | 465.923           | 397.932           | 1.374.379         |
| - Outras                      | 820.953           | 1.281.316        | 1.837.404        | 1.016.506        | 988.893           | 647.153           | 898.297           | 1.636.134         | 2.840.914         |
| <b>2. Despesa Total</b>       | <b>8.592.643</b>  | <b>7.230.001</b> | <b>7.951.690</b> | <b>7.576.572</b> | <b>10.102.825</b> | <b>11.797.869</b> | <b>11.531.695</b> | <b>13.596.624</b> | <b>18.536.452</b> |
| - Pessoal                     | 3.612.194         | 3.147.177        | 2.942.184        | 2.933.232        | 3.753.235         | 5.377.226         | 5.442.826         | 5.474.813         | 6.041.718         |
| - Custeio                     | 383.111           | 584.779          | 610.844          | 518.953          | 746.233           | 1.324.125         | 1.275.506         | 1.150.180         | 1.495.117         |
| - Serviço da Dívida           | 875.683           | 1.307.780        | 1.648.402        | 1.619.866        | 1.626.599         | 1.977.526         | 1.721.780         | 3.454.900         | 2.879.998         |
| - Transferências aos Municipi | 1.306.082         | 1.330.320        | 1.391.546        | 1.204.675        | 1.818.509         | 1.970.244         | 2.029.578         | 1.781.158         | 2.187.301         |
| - Investimentos               | 547.302           | 170.118          | 203.615          | 267.104          | 443.788           | 158.807           | 459.300           | 554.112           | 1.021.687         |
| - Outras                      | 1.868.270         | 689.827          | 1.155.099        | 1.032.743        | 1.714.463         | 989.941           | 602.705           | 1.181.460         | 4.910.631         |
| <b>3. Superávit/Déficit</b>   | <b>-1.477.716</b> | <b>16.065</b>    | <b>1.948</b>     | <b>-743.522</b>  | <b>-928.291</b>   | <b>-1.785.425</b> | <b>-438.292</b>   | <b>-760.097</b>   | <b>-687.379</b>   |

Fonte: Dados básicos, Secretaria da Fazenda, SCCG, CAE/APC (preços correntes).

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

Nota: Utilizou-se o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

**TABELA 17**  
**Produto Interno Bruto e Por Habitante- Previsão**  
**Minas Gerais**  
**2000 - 03**  
**(R\$ milhões de 1999)**

| <b>Especificação</b>           | <b>2000</b> | <b>2001</b> | <b>2002</b> | <b>2003</b> |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Hipótese I</b>              |             |             |             |             |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)    | 87.997      | 90.067      | 92.186      | 94.354      |
| -Crescimento (%)               | 2,35        | 2,35        | 2,35        | 2,35        |
| - População (mil)              | 17.384      | 17.566      | 17.750      | 17.936      |
| -Crescimento (%)               | 1,05        | 1,05        | 1,05        | 1,05        |
| - PIB per capita (R\$ de 1999) | 5.062       | 5.127       | 5.193       | 5.260       |
| -Crescimento (%)               | 1,29        | 1,29        | 1,29        | 1,29        |
| <b>Hipótese II</b>             |             |             |             |             |
| - PIB (R\$ milhões de 1999)    | 88.992      | 92.116      | 95.349      | 98.696      |
| -Crescimento (%)               | 3,51        | 3,51        | 3,51        | 3,51        |
| - População (mil)              | 17.384      | 17.566      | 17.750      | 17.936      |
| -Crescimento (%)               | 1,05        | 1,05        | 1,05        | 1,05        |
| - PIB per capita (R\$ de 1999) | 5.119       | 5.244       | 5.372       | 5.503       |
| -Crescimento (%)               | 2,44        | 2,44        | 2,44        | 2,44        |

**Nota: a Hipótese I corresponde à tendência histórica verificada no período compreendido entre 1990 e 1999, 2,35% ao ano de crescimento para o PIB. A Hipótese II prevê o crescimento do PIB como sendo igual a três vezes o crescimento demográfico observado no período 1990 a 1999, 3,51% ao ano.**

**Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.**

**TABELA 18**  
**Produto Interno Bruto e Por Habitante- Previsão**  
 Minas Gerais  
 2000 - 03  
 (US\$ milhões de 1999)

| Especificação                   | 2000   | 2001   | 2002   | 2003   |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| <b>Hipótese I</b>               |        |        |        |        |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)    | 48.326 | 49.463 | 50.627 | 51.818 |
| -Crescimento (%)                | 2,35   | 2,35   | 2,35   | 2,35   |
| - População (mil)               | 17.384 | 17.566 | 17.750 | 17.936 |
| -Crescimento (%)                | 1,05   | 1,05   | 1,05   | 1,05   |
| - PIB per capita (US\$ de 1999) | 2.780  | 2.816  | 2.852  | 2.889  |
| -Crescimento (%)                | 1,29   | 1,29   | 1,29   | 1,29   |
| <b>Hipótese II</b>              |        |        |        |        |
| - PIB (US\$ milhões de 1999)    | 48.873 | 50.588 | 52.364 | 54.202 |
| -Crescimento (%)                | 3,51   | 3,51   | 3,51   | 3,51   |
| - População (mil)               | 17.384 | 17.566 | 17.750 | 17.936 |
| -Crescimento (%)                | 1,05   | 1,05   | 1,05   | 1,05   |
| - PIB per capita (US\$ de 1999) | 2.811  | 2.880  | 2.950  | 3.022  |
| -Crescimento (%)                | 2,44   | 2,44   | 2,44   | 2,44   |

Nota: a Hipótese I corresponde à tendência histórica verificada no período compreendido entre 1990 e 1999, 2,35% ao ano de crescimento para o PIB. A Hipótese II prevê o crescimento do PIB como sendo igual a três vezes o crescimento demográfico observado no período 1990 a 1999, 3,51% ao ano.

Elaboração: SEPLAN MG, Assessoria de Análise Econômica.

**MAPAS**

## Regionalização do Planejamento para o Desenvolvimento



Região do Semi-Árido Mineiro



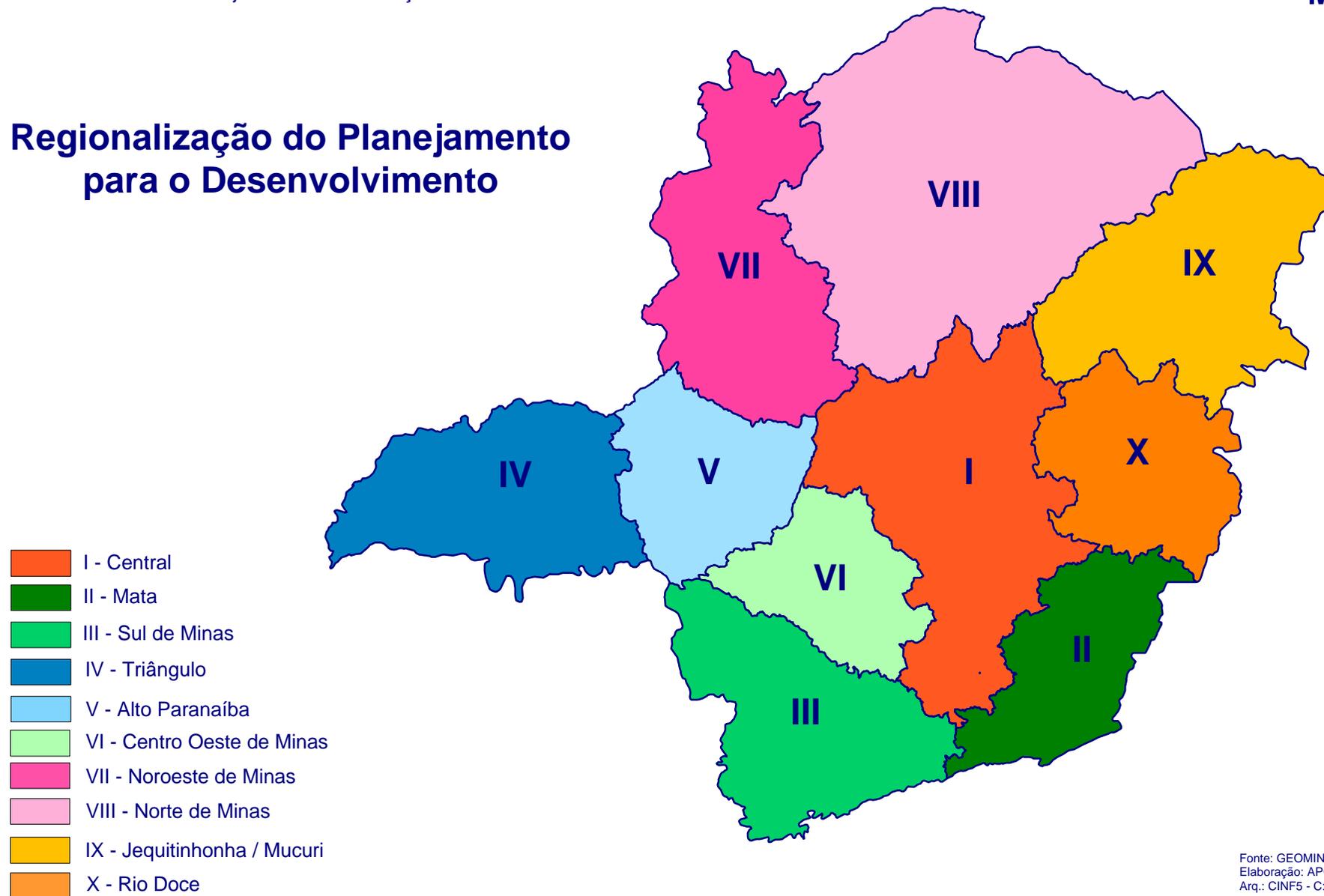
**Região Metropolitana do  
Vale do Aço**



## Região Metropolitana de Belo Horizonte



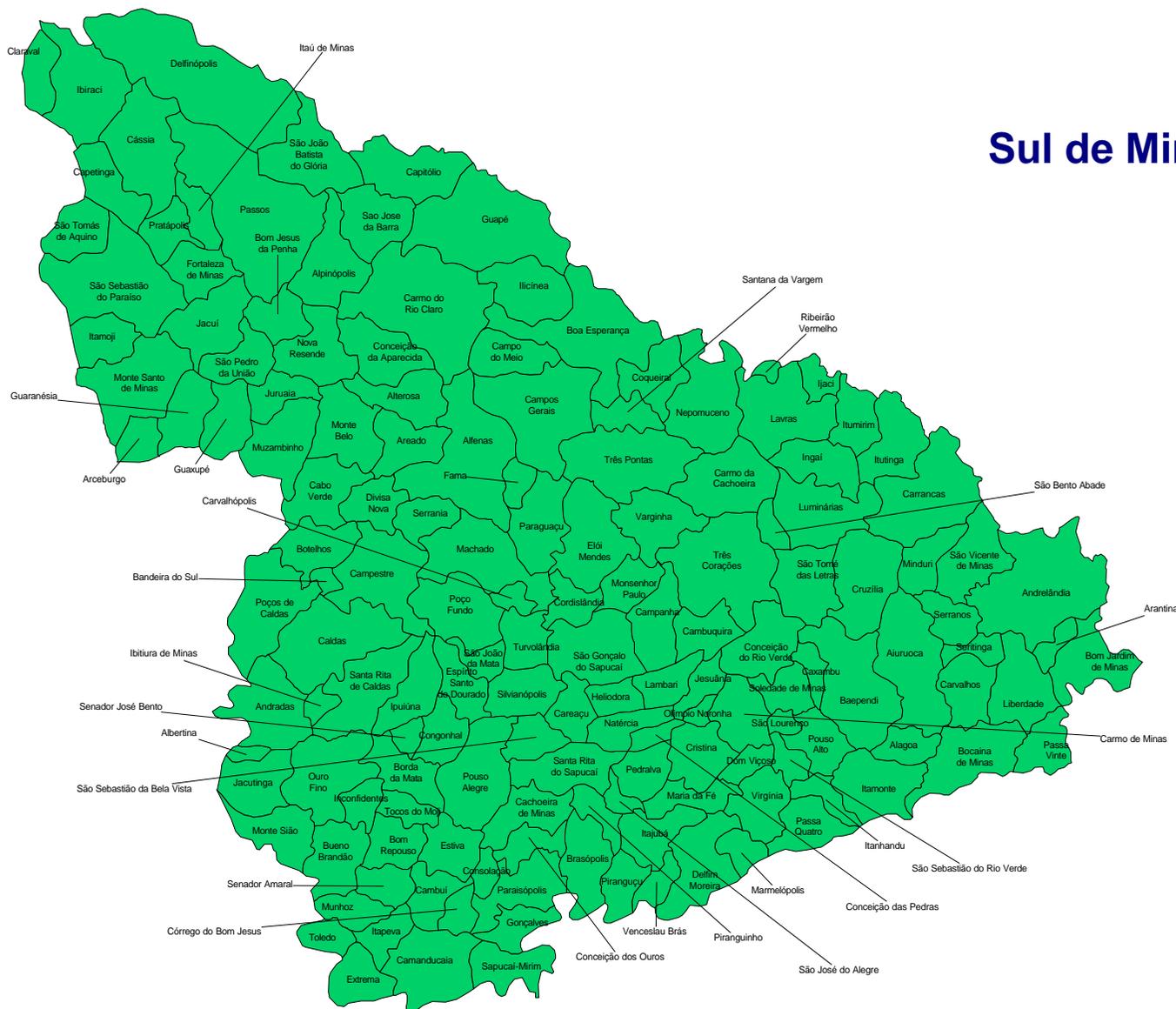
## Regionalização do Planejamento para o Desenvolvimento



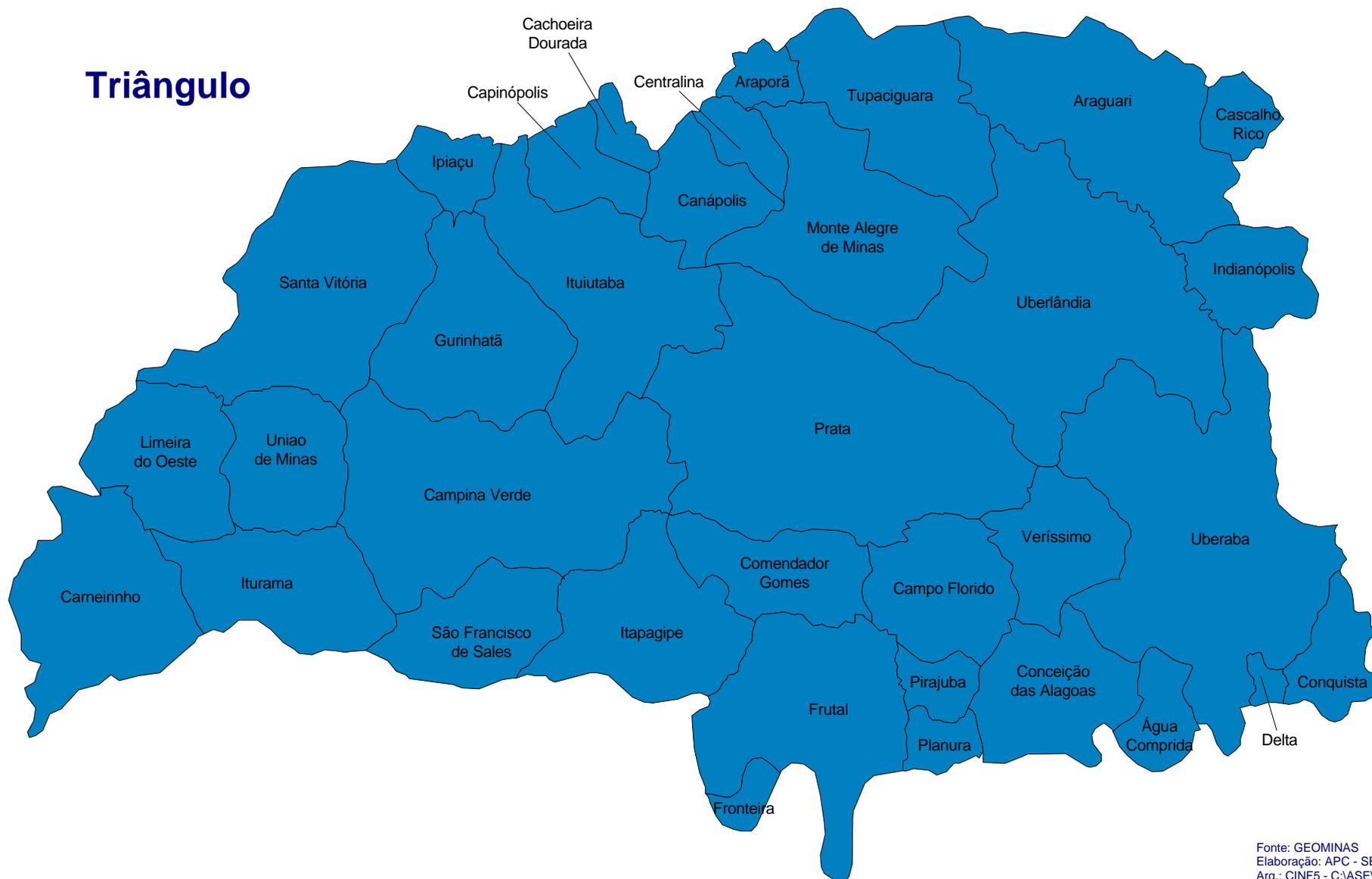




# Sul de Minas



# Triângulo



## Alto Paranaíba



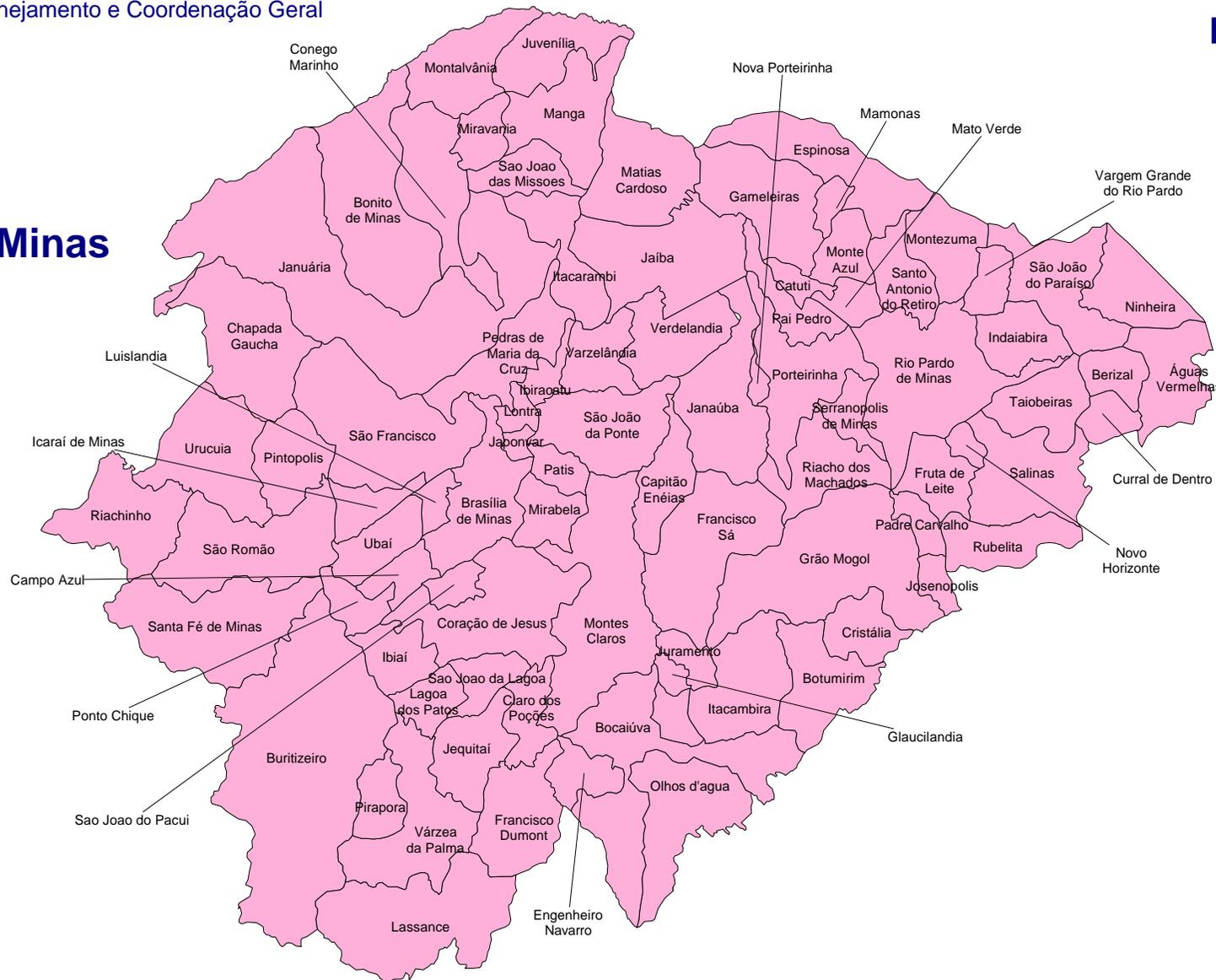
## Centro Oeste de Minas



**Noroeste de Minas**



# Norte de Minas



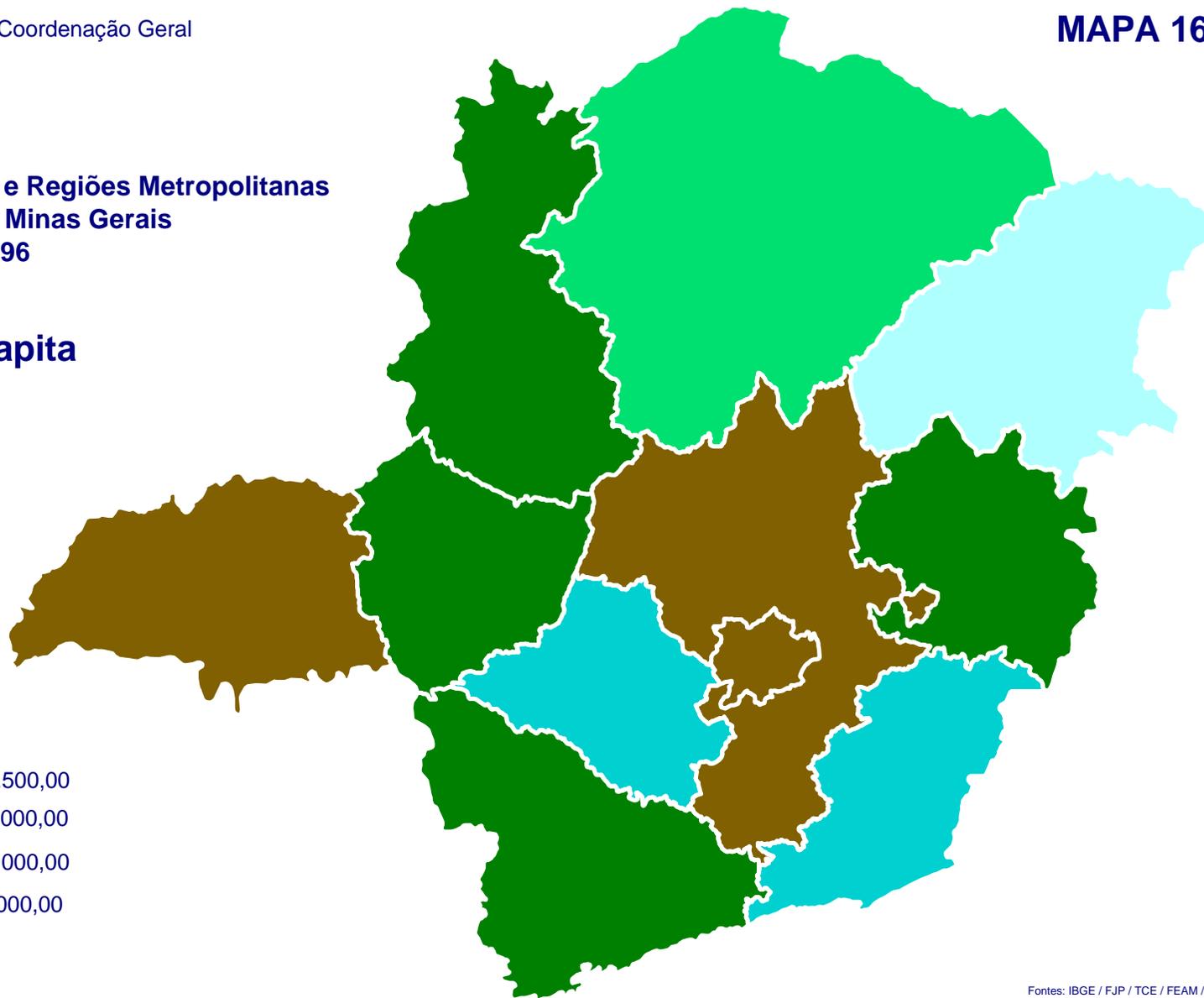
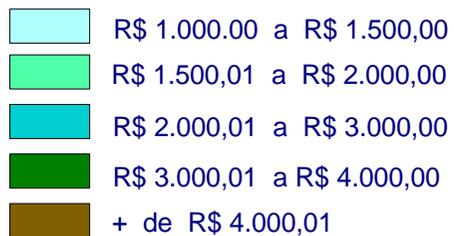


Rio Doce



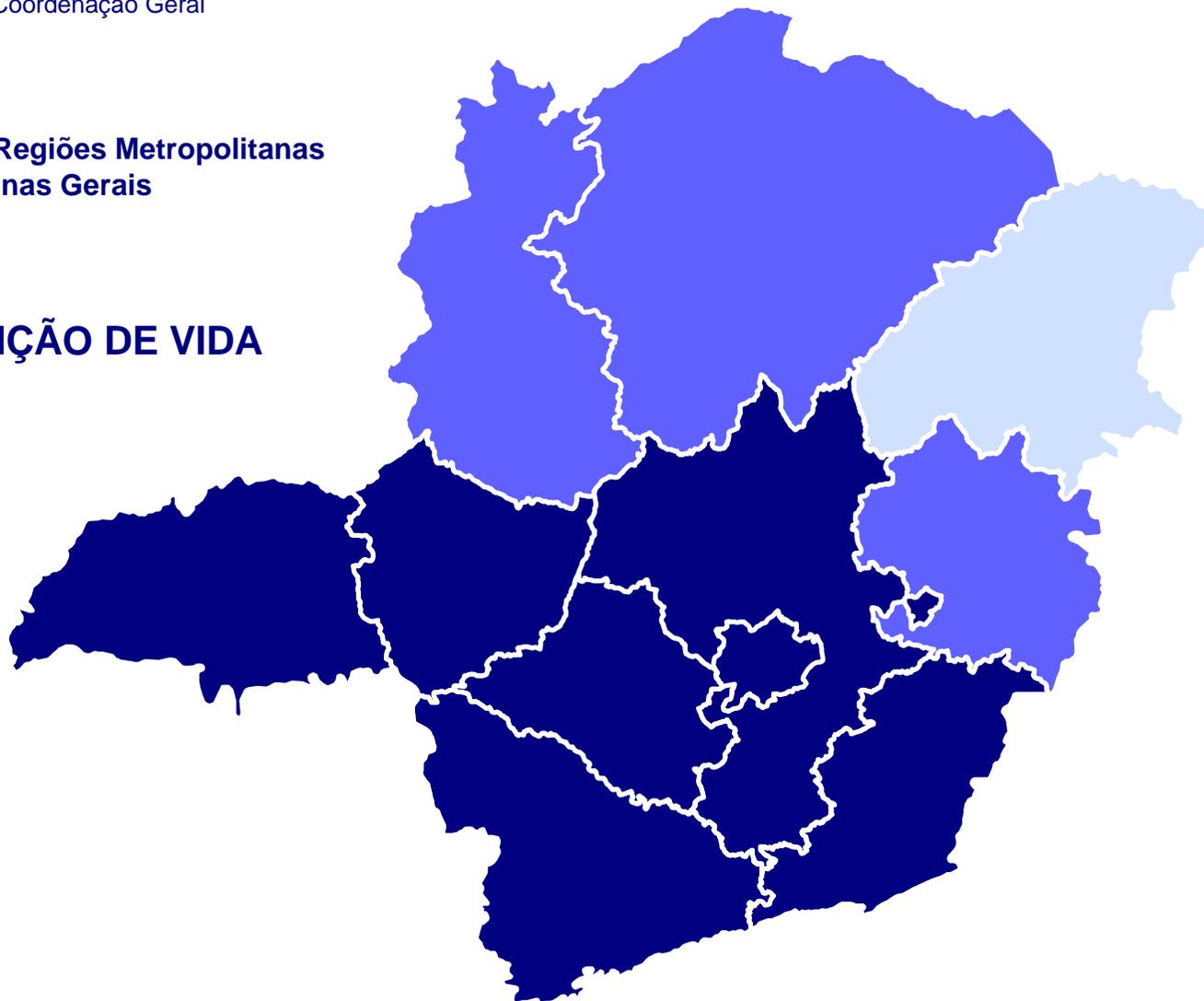
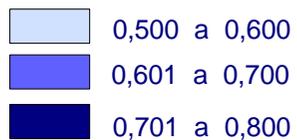
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1996**

**PIB / Capita**



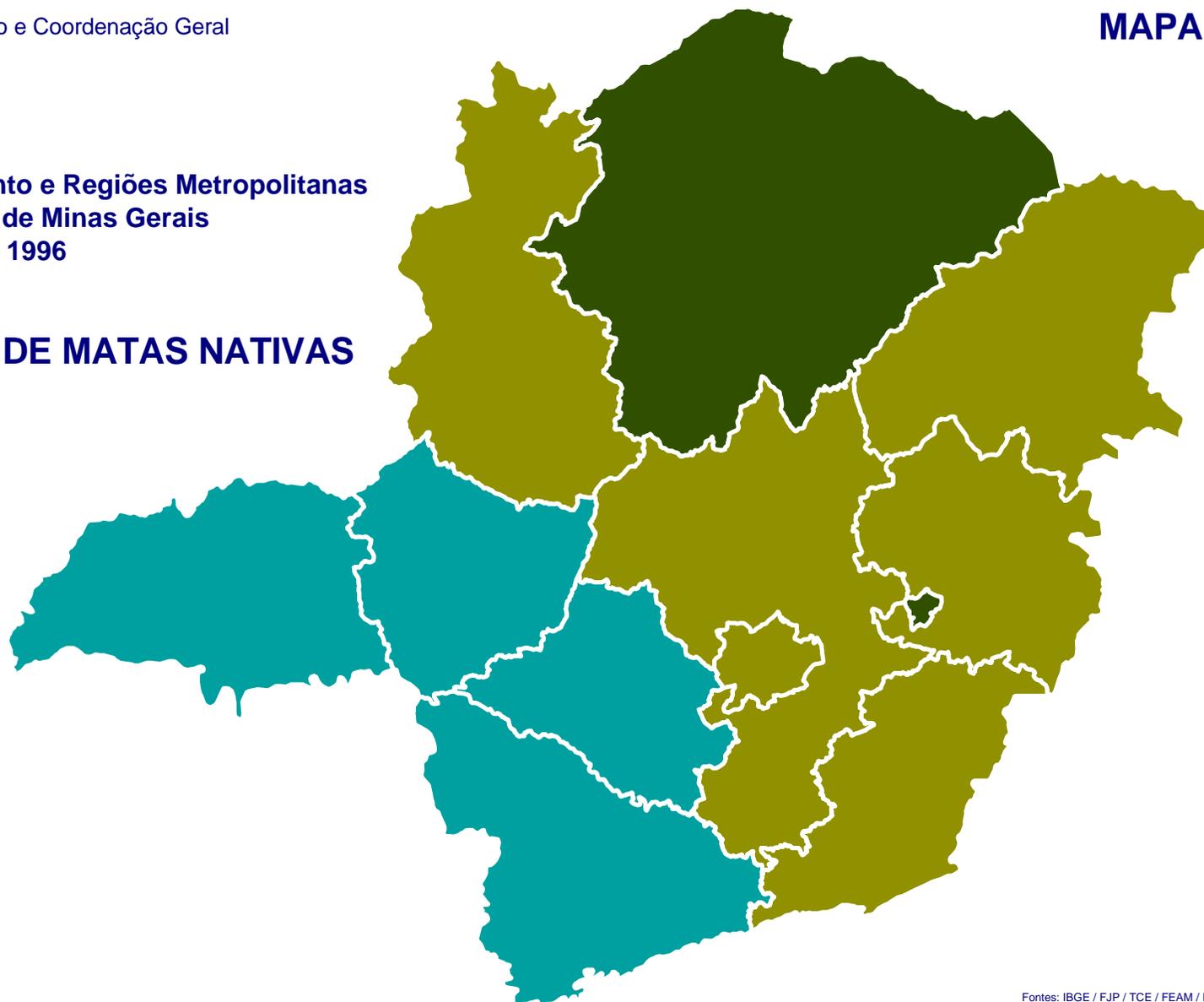
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1991**

**ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA**



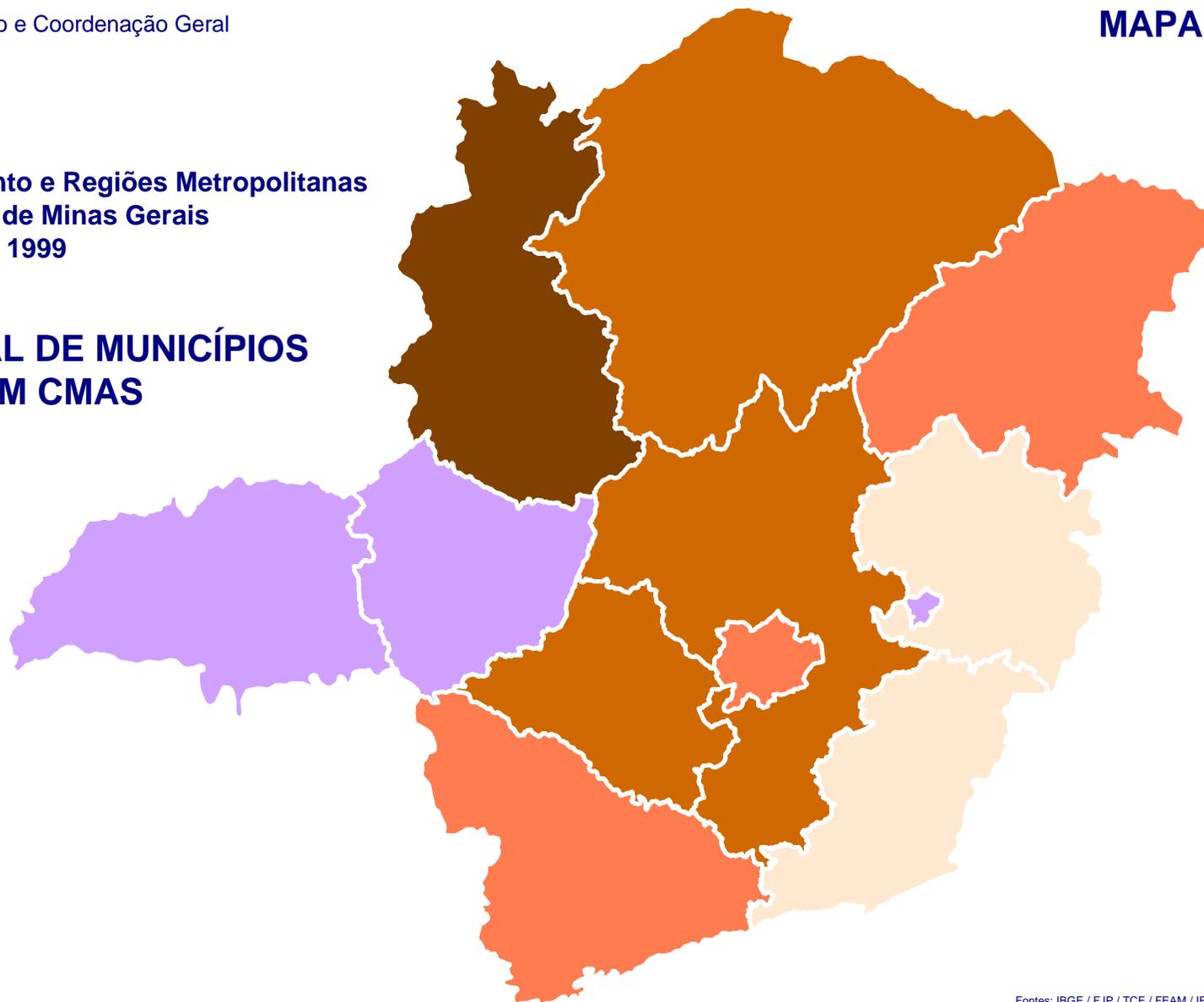
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1996**

**PERCENTUAL DE MATAS NATIVAS**



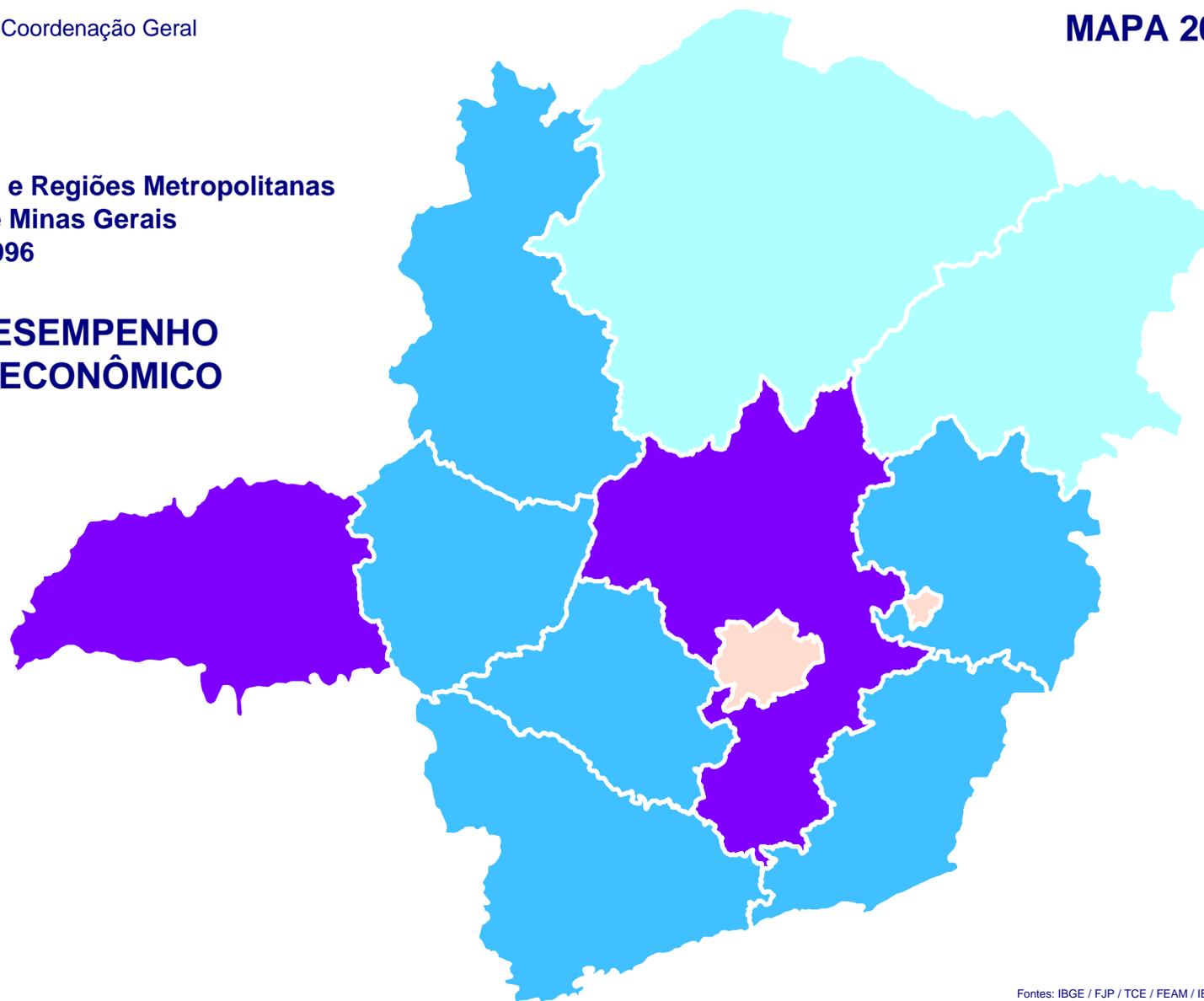
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1999**

**PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS  
COM CMAS**



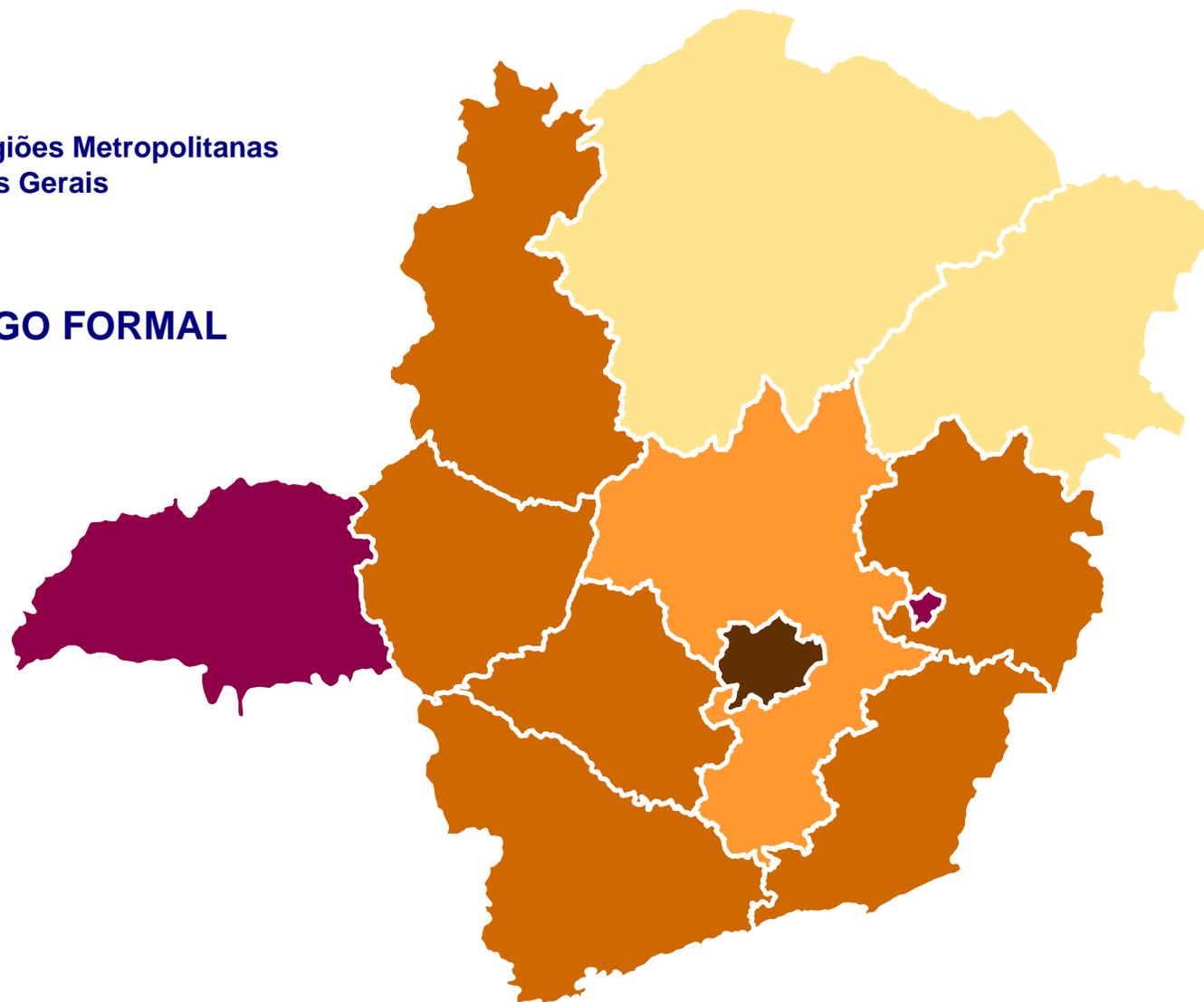
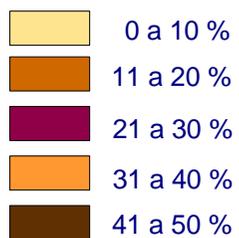
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1996**

**ÍNDICE DE DESEMPENHO  
TRIBUTÁRIO-ECONÔMICO**



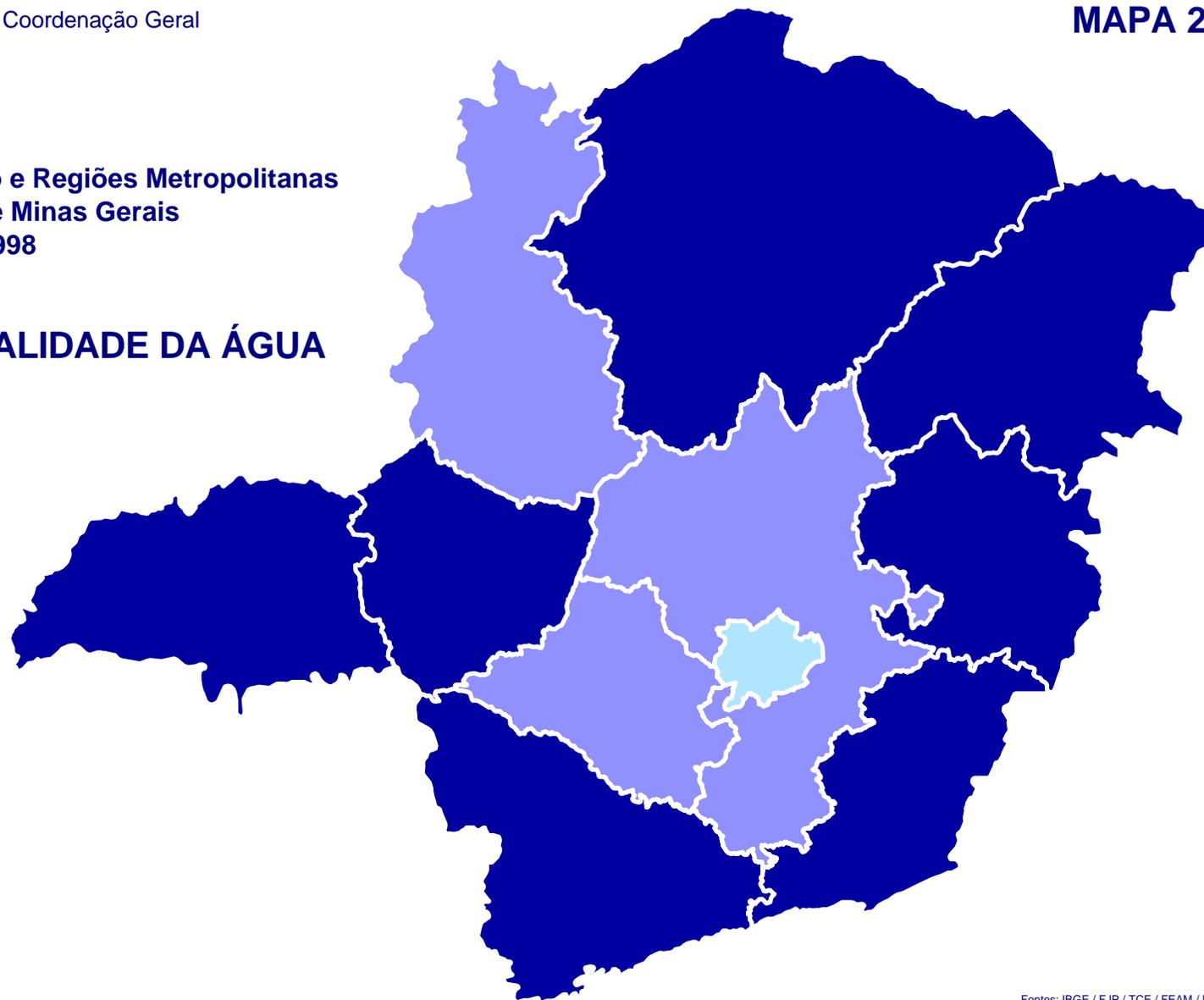
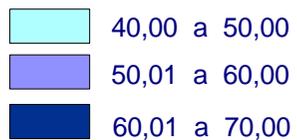
**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1996**

**ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL**



**Regiões de Planejamento e Regiões Metropolitanas  
do Estado de Minas Gerais  
1998**

**ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA**





**PLANEJAMENTO**